

1911
1920
1930
1940
1950
1960
1970
1980
1990
2000

2009
relatório
e
contas
Consolidado



Desde 1911

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO	7
---	----------

I. PERFIL DO GRUPO FINANCEIRO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Órgãos Sociais da Caixa Central	14
2. Organograma do Grupo	18
3. Principais Factos da Actividade do Grupo no Ano 2009	19
4. Principais Indicadores do SICAM	30

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	31
---	-----------

III. EVOLUÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Evolução da Actividade nas Principais Áreas	44
---	-----------

<i>1.1. Actividade Comercial</i>	45
---	-----------

1.1.1. Depósitos e Outros Recursos	48
------------------------------------	----

1.1.2. Evolução do Crédito	50
----------------------------	----

1.1.3. Meios Electrónicos de Pagamento	59
--	----

1.1.4. Canais Complementares	63
------------------------------	----

1.1.5. Área Internacional, Emigração e Representações Exteriores	69
--	----

<i>1.2. Actividade Financeira e Mercado de Capitais</i>	74
--	-----------

1.2.1. Estratégia de Actuação na Área de Tesouraria	74
---	----

1.2.2. Caixas Associadas e <i>Corporate Desk</i>	76
--	----

1.2.3. Função Financeira no Grupo Crédito Agrícola	77
--	----

1.2.4. Controlo de Risco na Área de Tesouraria	77
--	----

1.2.5. Intermediação no Mercado de Capitais	78
---	----

1.3. Banca Seguros	81
1.3.1. Seguros – Ramos Reais	81
1.3.2. Seguros – Ramo Vida	84
1.4. Banca de Investimento	88
1.4.1. Gestão de Activos e Fundos de Investimento	88
1.4.2. Banca de Negócio e Consultoria Financeira	95
 2. Análise Financeira	98
2.1. Demonstração de Resultados	99
2.2. Evolução do Balanço	108
2.3. Grupo Crédito Agrícola	115
 IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO	
1. Balanço e Demonstração de Resultados	121
2. Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas	129
3. Certificação Legal de Contas	226
4. Parecer do Conselho Consultivo	229
 V. COMPOSIÇÃO DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	
1. Caixa Central e Empresas do Grupo	235
2. Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas	238

ANEXOS

- **Relatório da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão da Caixa Central**
- **Relatório de Sustentabilidade do Grupo**

Conselho Geral e de Supervisão

Mensagem do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

Exmos. Senhores

Presidentes e Representantes das Caixas de Crédito Agrícola,

No último exercício, apesar da conjuntura muito adversa que atravessamos, o Crédito Agrícola conseguiu ainda resultados positivos significativos, que no total ascenderam a 53 milhões de euros, com a situação líquida a ultrapassar os 1.000 milhões de euros, e o activo líquido a perfazer praticamente 13.000 milhões, valores que constituem o dobro daqueles que o Crédito Agrícola evidenciava há apenas cinco ou seis anos atrás.

Embora com resultados bem inferiores aos de 2008 e 2007 – de cerca de 120 milhões de euros em cada um desses anos, níveis recorde –, o Crédito Agrícola continuou assim a reforçar a sua, hoje já bastante sólida, situação patrimonial.

A redução dos resultados ficou a dever-se, como todos sabem pelo que sentiram na evolução das condições de exploração das suas Caixas, à descida abrupta e extrema das taxas euribor, induzida pelas medidas de emergência decididas pelo Banco Central Europeu para suportar o sistema financeiro da Zona Euro e estimular a actividade económica.

As medidas do BCE, para além da redução da sua taxa directora, em apenas alguns meses, de 4,25% para apenas 1%, envolveram injeções massivas de liquidez no sistema financeiro, de modo a responder às carências de grande número de instituições de crédito, a braços com problemas de liquidez perante a secagem dos mercados de refinanciamento que a crise suscitou.

Deste modo, o Crédito Agrícola, cuja posição de liquidez era – como continua a ser – muito confortável, viu as suas condições de exploração serem gravosamente afectadas pela política adoptada pelas autoridades monetárias, que, no respeitante ao objectivo visado ao nível das instituições financeiras, pretende fazer face a um problema que não temos.

Levando as taxas euribor a descerem para níveis mínimos extremos, tais medidas penalizaram severamente as nossas condições de exploração, quer ao nível das Caixas quer da Caixa Central, uma vez que numa parte muito importante da nossa carteira de crédito os juros se encontram indexados a esses referenciais de mercado, e, além disso, a rentabilização da reserva de liquidez do Grupo, por parte da Caixa Central, enfrentou, neste ambiente de taxas de juro desmedidamente baixas, limitações e condicionantes acrescidas.

A redução da margem financeira do Crédito Agrícola imputável directamente à actual política monetária pode estimar-se em cerca de 90 milhões de euros, perda de margem que só por si praticamente explica os menores resultados do exercício.

Assim, sem que nada tivesse mudado para pior na gestão que fizemos das nossas Caixas e do Grupo em geral, vimos os nossos resultados serem fortemente prejudicados em 2009 em consequência dessa política, muito mais negativa no seu impacto sobre os resultados do Crédito Agrícola do que a própria crise.

O efeito dessa política monetária foi aliás intensificado pelo facto de as taxas de remuneração dos recursos, embora evoluindo também em baixa, não se terem reduzido na mesma medida das taxas do crédito, uma vez que a concorrência interbancária no domínio da captação se mantém intensa, e porque, além disso, se verificou uma deslocação da preferência dos aforradores para depósitos de prazos mais longos.

A crise económica e financeira faz-se sentir também, naturalmente, no crescimento do crédito vencido, mas merece registo o facto de este fenómeno se mostrar, até ao momento, menos expressivo no Crédito Agrícola do que no sistema bancário no seu conjunto.

Com efeito, com base nas estatísticas do Banco de Portugal, o aumento do crédito vencido que se tinha no final de 2009 no sistema bancário nacional era de 54,8% em relação a Dezembro de 2008, atingindo quase 7.500 milhões de euros. No Crédito Agrícola, no entanto, o incremento foi de apenas 13,4% no mesmo período, para o que contribui o tipo

particular de relação que as Caixas Agrícolas mantêm com os seus clientes, muitos deles associados, assente no conceito de banca de proximidade.

Assim, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias do SICAM elevou-se para 4,1% em Dezembro de 2009, contra 3,8% no final de 2008, evolução que neste ambiente de crise não se pode considerar muito gravosa. No entanto, temos que nos manter vigilantes no acompanhamento da carteira de crédito e muito determinados na prossecução dos esforços de recuperação, pois o bom acompanhamento da carteira e a eficácia na recuperação são aspectos chave da gestão do crédito numa época de dificuldades para as famílias e empresas como a que estamos a viver.

Os menores resultados do Grupo em 2009 verificaram-se quer na Caixa Central, que apresentou um lucro de pouco mais de 1 milhão de euros, embora reforçando provisões extraordinárias para atender à situação de crise, quer nas Caixas Associadas, em que o resultado apurado de 42,6 milhões representou uma diminuição de 68,7 milhões face a 2008. Só na área seguradora, cujos resultados em 2008 haviam sido fortemente prejudicados pela instabilidade e evolução adversa dos mercados financeiros, se registou uma melhoria em 2009, beneficiando as duas seguradoras do Grupo do comportamento mais estável e propício dos mercados, para além do normal desenvolvimento da sua actividade.

Apesar da forte redução dos resultados registada pelo Grupo no seu todo, é de referir que apenas cinco Caixas – contra três em 2008 – apresentaram prejuízos no exercício, sendo duas delas protagonistas de recentes processos de fusão, que envolveram Caixas com estruturas financeiras desequilibradas.

Actualmente o movimento de fusões já é fundamentalmente norteado pelo objectivo de reforço das estruturas operativas das Caixas intervenientes, e não pela necessidade de resolução de desequilíbrios financeiros, concretizando-se em 2009, nessa linha, mais três fusões, o que trouxe o número total de Caixas, no final do ano, para 88, com um activo por Caixa de cerca de 127 milhões de euros e uma rede, incluindo a sede, de 7,6 Balcões, em média. O movimento de fusões, ao conduzir a instituições melhor dimensionadas e dotadas

de estruturas operativas mais sólidas e profissionalizadas, foi um factor importante para a evolução positiva que, ao longo dos últimos anos, se registou nas condições de exploração das Caixas.

Assim, pode dizer-se que no seu conjunto as Caixas apresentaram em 2009 um nível de desempenho que, no contexto das condições exógenas adversas, se pode qualificar favoravelmente. Na verdade, apesar da crise, as Caixas, no seu todo - embora existam, como se sabe, situações de bastante disparidade -, ainda conseguiram em 2009, relativamente a importantes aspectos da actividade, níveis de desempenho em conformidade com os normativos em vigor, excepção feita, como seria de esperar, aos indicadores que, directa ou indirectamente, são influenciados pela margem financeira.

A evolução já conhecida para 2010 mostra no entanto uma degradação da situação, a qual continua a explicar-se, essencialmente, pelo comportamento da margem financeira, perante a persistência dos níveis extremamente baixos das taxas euribor, muito inferiores aos níveis, já em baixa, vigentes na parte inicial de 2009. Infelizmente, não é previsível quando é que este estado de coisas se vai modificar.

As contas de exploração das Caixas encontram-se assim fortemente pressionadas, mas é nestes momentos difíceis que temos de nos afirmar como Grupo.

Sem deixar de reconhecer as condicionantes em que nos movemos e a limitada margem de manobra de que dispomos, perante o actual enquadramento macroeconómico desfavorável, há que procurar saídas para minorar o impacto da crise sobre as condições de exploração do Grupo e desde logo das Caixas.

Tal requer a definição de medidas dirigidas para o desenvolvimento do negócio, que defendam a margem financeira e a base de depósitos, que contribuam para o aumento da margem complementar, que permitam melhorar a eficácia nos processos de recuperação de crédito e a alienação pelas Caixas do património recebido em dação em cumprimento, e ainda as que promovam uma racionalização de estruturas e procedimentos consistente com

a redução de custos operativos, sem perder de vista a melhoria dos serviços.

Neste contexto, como nota positiva, é de registar a recente decisão do Banco de Portugal, correspondendo a proposta da Caixa Central nesse sentido, de reduzir as contribuições para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, proposta que atendeu ao facto de as contribuições para o nosso Fundo excederem amplamente as das restantes instituições financeiras para o Fundo de Garantia de Depósitos da Banca, não havendo razão, em termos dos actuais níveis de cobertura, para tal diferença. Antes pelo contrário: o nosso nível de cobertura excede o do conjunto do sector bancário.

O período que estamos a viver é particularmente difícil, implicando desafios de monta para as instituições financeiras. No que ao Crédito Agrícola diz respeito, porém, a sólida estrutura financeira de que desfruta, e a capacidade operativa e funcional de que se dotou nos últimos anos, são factores que, a par do nível de confiança que as Caixas têm sabido preservar junto das comunidades a que se encontram ligadas, nos posicionam favoravelmente para a superação dos desafios que enfrentamos.

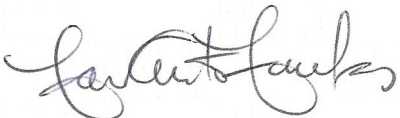
Na verdade o Crédito Agrícola atingiu um ponto crucial na sua evolução, em que se projectou decisivamente para lugar de grande relevo no sistema financeiro nacional, em linha com a sua real implantação no país e com a força que um número significativo de Caixas detêm no seu mercado local.

Temos que nos manter firmemente unidos para, com serenidade, conjugação de esforços e grande determinação, mas também com inteligência e bom senso, prosseguirmos, na medida do possível, perante a complexidade das actuais condições, a evolução muito positiva dos últimos anos, chegando ao fim deste período de crise financeira, económica e social tão fortes como actualmente.

Não podemos alterar os factores exógenos que nos afectam, mas o futuro do Crédito Agrícola continua a construir-se, no dia a dia, com o trabalho de cada um de nós, nas Caixas, na Caixa Central e nas Empresas do Grupo.

Lisboa, 5 de Maio de 2010

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão



I. PERFIL DO GRUPO FINANCEIRO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Órgãos Sociais da Caixa Central

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato

Presidente

Nuno Carlos Ferreira Carrilho

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira

Vice-Presidente

Carlos Alberto Pereira Martins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bairrada e Aguieira

Secretário

João Batista Moreira Peres

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal

Presidente

Carlos Alberto Courelas

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores

Francisco Amâncio Oliveira Macedo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Mondego

António João Mota Cachulo da Trindade

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Guadiana Interior

José Artur Palma Estrela

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Porto de Mós

Jorge Manuel da Piedade Volante

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Região do Fundão e Sabugal

João Fernandes Chendo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Teotónio

António Manuel Nobre Louçã

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sotavento Algarvio

João Lázaro da Cruz Barrote

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Sousa e Baixo Tâmega

Henrique Vasconcelos Teixeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente

João António Morais da Costa Pinto

Vogal

Licínio Manuel Prata Pina

Vogal

Renato Manuel Ferreira Feitor

Vogal

José Fernando Maia Alexandre

Vogal

Maria Júlia de Almeida Rocha

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Deloitte e Associados, S.R.O.C., S.A.

Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

CONSELHO CONSULTIVO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Vouga

Presidente

José Luís Sereno Gomes Quaresma

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira

João Manuel Correia da Saúde

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alenquer

Hélio José de Lemos Rosa

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Batalha

João Afonso Marto Ramos

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola

Francisco José Salgueiro Correia

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Douro, Corgo e Tâmega

Alcino Pinto dos Santos Sanfins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lourinhã

António Augusto Nascimento Mateus

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ribatejo Norte

Arnaldo Filipe Rodrigues Santos

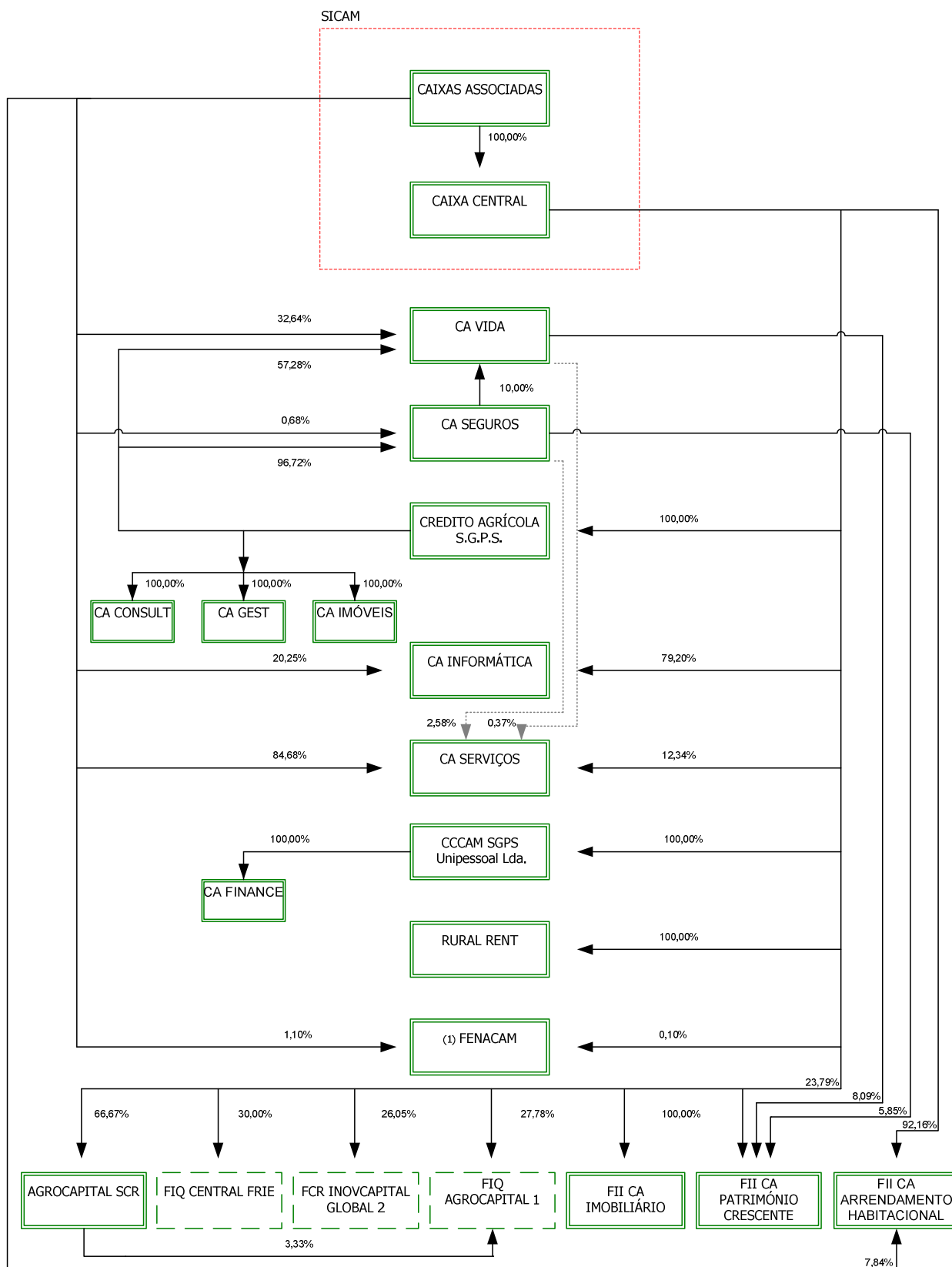
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Zona do Pinhal

Ângelo de Jesus Antunes

Por inerência, nos termos do nº 2 do artigo 35º dos Estatutos da Caixa Central

Adriano Augusto Diegues

2. Organograma do Grupo



(1) A Fenacam detém 98,78% do seu próprio capital »total GCA=99,98%

CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL

CONSOLIDAÇÃO POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

À data: 31/12/2009

3. Principais Factos da Actividade do Grupo no Ano 2009

A evolução da actividade do Crédito Agrícola em 2009 enfrentou uma conjuntura macroeconómica claramente desfavorável, com significativas quebras da actividade económica, forte impacto no tecido empresarial, e de subida da taxa de desemprego para máximos históricos.

Para além dos aspectos referidos em detalhe na análise financeira e na análise do negócio, são de destacar na actividade do Grupo em 2009 os seguintes pontos:

Desenvolvimento Institucional, Organizacional e Tecnológico

O Programa de Modernização abarcou um conjunto de iniciativas que visaram garantir a adequação do Grupo às acrescidas exigências em matéria de regulação, assim como a melhoria da sua eficácia e produtividade, e a contenção de custos operacionais.

No contexto do Plano de Negócios e Eficiência, destaca-se a entrada em produção de novas funcionalidades do *Internet Banking* para clientes empresas assim como a definição do modelo de automatização dos processos da plataforma de referência e gestão documental, cuja infra-estrutura será implementada em 2010.

Em 2009 continuou a promover-se a fusão de CCAM, como veículo de consolidação económico-financeira e reorganização estrutural do SICAM, tendo-se realizado 3 fusões o que permitiu que em 2009 o número de Caixas se reduzisse a 88.

No âmbito do apoio comercial prestado às CCAM, destacam-se as seguintes iniciativas realizadas com as Caixas participantes no Projecto de Apoio à Dinamização do Negócio (ADN): acompanhamento da execução dos objectivos e planeamento local definidos e na gestão da actividade comercial, suporte na definição de objectivos comerciais por Caixa e Balcão, desenvolvimento de Planos de Acção Comercial, apoio na preparação e execução das Campanhas do Plano de Marketing, de Campanhas Comerciais e de Acções Comerciais locais e a implementação da "Gestão Comercial Proactiva".

Foi diligenciada em 2009 uma iniciativa que tem por objectivo introduzir no SICAM ferramentas de gestão de processos suportadas em tecnologias de *Workflow* e Gestão Documental. A plataforma de automatização de processos integra componentes processuais (melhores práticas e recomendações relativas aos processos), organizacionais (funções e regras de segregação aplicáveis, metodologias de gestão operacional das equipas de trabalho) e tecnológicas (sistemas de *workflow* e gestão documental com digitalização).

Dando continuidade ao trabalho realizado em anos anteriores, o desenvolvimento da plataforma de referência organizacional teve durante o ano de 2009 como principais objectivos a sistematização das práticas de gestão de risco e a priorização de áreas para adopção da plataforma de automatização. Recorde-se que esta plataforma tem por objectivo referenciar as melhores práticas e recomendações aplicáveis aos diversos aspectos da actividade das Caixas Agrícolas incluindo os seus processos de negócio e de suporte, em linha com ferramentas tecnológicas, organizacionais e metodológicas disponíveis no SICAM.

No primeiro semestre de 2009, destaque ainda para o projecto de alargamento da Função *Compliance* ao Grupo Crédito Agrícola, tendo sido designados elementos em todas as Caixas Agrícolas e áreas da Caixa Central, com a missão de garantir um elevado nível de conformidade da actividade das suas organizações com a legislação e regulamentação em vigor e ainda com as melhores práticas, através da análise e controlo do risco de *compliance*. Para o efeito, promoveram-se acções de formação que contaram com a participação dos *Compliance Monitors* de todas as Caixas Agrícolas e estruturas da Caixa Central.

Em Março de 2009 disponibilizou-se aos utilizadores das Caixas Associadas a aplicação DFOA *On Line*, plataforma que integra e relaciona a base de dados criada pela infraestrutura de Informação de Gestão do Ruris+, com a base de dados existente, permitindo a cada Caixa a análise económico-financeira atempada de um conjunto alargado de indicadores de gestão, com base nos respectivos registos contabilísticos.

Relativamente ao SIBAL, a nova aplicação de Balcões, projecto que decorre no âmbito do CA Serviços, finalizou-se o seu desenvolvimento e testes de controlo de qualidade da nova

solução de Balcão, e operou-se uma instalação piloto na CCAM de Loures, Sintra e Litoral (15 Balcões).

Em 2009 foi concluída e disponibilizada a plataforma de *e-Learning* do Crédito Agrícola ([Sal@ctiva](#)), com divulgação do primeiro curso inteiramente desenvolvido com recursos internos do Grupo (1.170 inscrições).

Foi ainda entregue o processo de Acreditação da Caixa Central enquanto entidade formadora, junto da Direcção Geral para o Emprego e Relações de Trabalho (DGERT).

Em 2009 foi implementado o “Projecto Multifuncional” que visou promover uma melhor compreensão do ambiente de escritório e dos processos de trabalho a ele associados, com o objectivo de aumentar a sua eficiência, melhorar a produtividade, reduzir e controlar custos e contribuir para simplificar as actividades e operações de apoio ao negócio. Após consolidação do sucesso na implementação do Projecto Multifuncional no Edifício Castilho procedeu-se ao alargamento do projecto aos restantes edifícios e agências bem como a algumas Caixas Associadas.

No âmbito da divulgação do Balcão de referência do Crédito Agrícola, a Caixa Central disponibilizou integralmente, via intranet do Crédito Agrícola, o projecto Modelo de Referência, para utilização das CCAM. Neste contexto, proporcionou-se às Caixas Associadas apoio na área técnica, na prestação de serviços no âmbito dos projectos de arquitectura e de consultadoria de gestão e coordenação de obra.

Em 2009 consolidou-se a Função ALM – Gestão de Activos e Passivos, tendo o Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) centrado a sua atenção no desenvolvimento de soluções que pudessem contribuir para mitigar o impacto do contexto adverso do mercado sobre a margem financeira da Caixa Central e do SICAM. Num ambiente de elevada incerteza promoveu-se igualmente a concretização de acções tendentes à gestão e defesa da liquidez do Grupo.

Foi criado um mecanismo específico para a cobertura de depósitos a prazo por parte das CCAM junto da Caixa Central, tendo sido feito o acompanhamento do produto e a sua

adaptação às situações concretas colocadas pelas CCAM, tendo sido elaborados mecanismos de controlo e reporte da utilização do produto por parte das CCAM.

Foi ainda efectuado o *upgrade* da plataforma informática desenvolvida pela CA Serviços para a distribuição de Depósitos Estruturados, de forma a atender a necessidades específicas e para flexibilizar a sua utilização. O referido *upgrade* envolve produção automática de documentação, flexibilização das coberturas, inclusão de novo contrato e de cativo aos depósitos.

No âmbito da dinamização e apoio aos Auditores do Crédito Agrícola, destacamos a contínua assessoria à Comissão de Auditoria e Controlo Interno e a realização de eventos globais para fomentar e desenvolver competências e fortalecer o espírito de grupo entre a comunidade de Auditores.

Imagem, Notoriedade e Promoção do Negócio

O Crédito Agrícola foi o anfitrião da reunião do Comité Executivo da Associação Europeia de Bancos Cooperativos, que se realizou em Lisboa no início de Junho, contando com a participação da generalidade dos bancos cooperativos europeus, alguns dos quais constituem instituições de grande peso no panorama bancário europeu. Sua Excelência o Governador do Banco de Portugal proferiu, na ocasião, uma importante comunicação no decorrer dos trabalhos do Comité.

Em termos de imagem e marketing, o Grupo CA em 2009 mudou de posicionamento e de assinatura, e apresentou uma nova campanha de soluções de poupança.

A nova assinatura “**Juntos Somos Mais. Desde 1911**”, reflecte o posicionamento distintivo do Crédito Agrícola em que os valores de ajuda mútua e solidariedade se materializam numa única palavra: Cooperativismo.

A campanha publicitária das novas soluções de poupança CA (Depósitos a Prazo L, XL e XXL, Contas Super Depósito Crescente e Super Depósito Crescente Mais, Poupança CA Aforro e Poupança Máxima tradição) voltou a contar com a presença de Sílvia Alberto, e

procurou transmitir a imagem de uma instituição moderna, humana, presente no mercado actual e capaz de satisfazer todas as necessidades dos seus actuais e potenciais clientes. Promoveu-se assim o lançamento de produtos de captação de recursos com condições de comercialização particularmente atractivas sustentados na constituição e gestão de carteiras de cobertura específicas (ex.: DP L, DP XL, DP XXL e DP CA Aforro Crescente).

No âmbito do plano de marketing uma das acções que se destacou com grande relevância foi o patrocínio ao "CA – Minuto de economia 2009", um programa televisivo com um formato diferenciador sobre actualidades financeiras e económicas.

Importa ainda relevar a criação de novos produtos de desintermediação de recursos como são exemplo: o produto Euribor II que é um Fundo Especial de Investimento Aberto, o Fundo de Investimento aberto CA Saúde Valorização a 4 anos e o CA PPR, um produto de poupança a médio/longo prazo para salvaguarda de rendimentos complementares da reforma.

Ao nível do crédito foram criados os seguintes produtos: o Crédito Habitação para Desempregados (ao abrigo do Decreto Lei 103/2009), uma linha de crédito extraordinária disponibilizada pelo Estado, e o Crédito Habitação Fundo Investimento Imobiliário, uma modalidade de empréstimo de médio e longo prazo destinado à aquisição, construção de habitação e troca de casa que se encontram disponíveis no FII CA.

Ainda no domínio do crédito, merece destaque a adesão do Crédito Agrícola, através da Caixa Central, aos protocolos celebrados com o IAPMEI, no quadro das linhas PME Invest.

Face à maior procura e exigência de melhoria e aumento da oferta disponível através dos Canais, foram introduzidas inovações e melhorias nos respectivos veículos, destacando-se as seguintes: reforço das acções de recuperação de crédito por parte do serviço Linha Directa, reestruturação/reorganização de conteúdos do Site CA, implementação de um nível adicional de segurança denominado Sistema de Autenticação Forte (SAF) no canal *On-Line* e o lançamento do piloto de um conceito inovador – o "Quiosque Bancário CA". Este projecto foi apresentado no 28º Encontro do Crédito Agrícola em Vila Real e veio responder à necessidade de, em locais onde não existem Balcões CA, ser disponibilizado um espaço

que integra um conjunto de serviços e soluções financeiras ao dispor de actuais e potenciais clientes.

No âmbito do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética ("Portugal Eficiência 2015") o Crédito Agrícola celebrou um protocolo com o Estado Português, através do Ministério das Finanças e da Administração Pública e do Ministério da Economia e da Inovação, o qual teve como objectivo a oferta de condições especiais de financiamento para aquisição de painéis solares térmicos, a particulares.

No 2º trimestre do ano foi lançado o novo produto de "Leasing em Consórcio" que permite à maior parte das Caixas Agrícolas efectuar o financiamento da aquisição de imóveis pelos seus clientes com a vantagem de apresentar uma garantia real mais forte, dado que, em vez da hipoteca, a Caixa Agrícola fica com uma garantia correspondente à da propriedade, na proporção do valor do imóvel financiado.

É de salientar o crescimento da actividade de organização de Programas de Emissão de Papel Comercial, com colocação particular, tendo sido organizados 6 novos Programas, com um montante total de 80,5 milhões de euros.

Relativamente aos meios electrónicos de pagamento refira-se o desenvolvimento de produtos e serviços de elevada rentabilidade que impulsionam a venda cruzada e a fidelização do Cliente e que transmitem uma imagem de modernidade através da introdução de novas tecnologias aplicadas aos meios de pagamento, (CA&companhia, Pharma+, Business, Piloto Contactless, etc.). Refira-se ainda a conclusão do Projecto Risco II, no novo modelo de Recuperação de Crédito e ainda o reforço das infra-estruturas de detecção de fraude e segurança.

Continuou a apostar-se na venda de Produtos designados "Fora do Balanço", dada a sua importância na geração de comissões, e contributo para o aumento da Margem Complementar.

A expansão da Rede de Balcões da Caixa Central concretizada em 2008, contando a rede actualmente com 9 Balcões divididos entre Lisboa e Porto, permitiu uma maior eficácia na

penetração destes importantes Centros Urbanos.

Reforçou-se de modo significativo a presença da Caixa Central em determinados mercados, nomeadamente o mercado de dívida de instituições de crédito e o mercado de operações de reporte.

Por outro lado, o valor global dos activos sob gestão da CA Gest apresentou em 2009 um crescimento significativo de 19,1%, muito superior ao do mercado português que cresceu 11,5%, e ultrapassando pela 1ª vez os mil milhões de euros. À semelhança do que já havia ocorrido em 2008, voltou a ganhar uma posição no ranking das sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário, ocupando em 2009 o 11º lugar.

Em Maio de 2009, a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), em análise feita aos Fundos Imobiliários do mercado nacional na sua revista para a área de produtos financeiros “Dinheiro & Direitos”, considerou o CA Património Crescente como uma das “escolhas acertadas” frisando que “é o Fundo recomendado para prazos superiores a 2 anos”. Em Agosto de 2009, o Jornal de Negócios, no seu artigo “Invista como um Milionário”, alocando 18% do seu investimento a imobiliário, recomendou o CA Património Crescente como o melhor Fundo de Investimento Imobiliário Nacional.

Enquadramento Regulamentar

Na componente específica e directa de Basileia II realizaram-se diversas iniciativas, nomeadamente o alargamento da Função *Compliance* ao SICAM, a concepção e implementação da *framework* ICAAP (definição interna de necessidades de capital), a definição do modelo de *disclosure requirements* (requisitos de informação), um modelo integrado de *stress test* (testes de esforço), a *framework* de Controlo Interno e respectiva documentação de riscos e controlos, bem como o *backtesting* (avaliação da adequação) dos modelos internos.

Merece também destaque a iniciativa de criação de uma Central de Balanços para o SICAM, a definição dos requisitos do novo sistema de gestão de garantias, o projecto de desenvolvimento da infra-estrutura de suporte à função risco (a implementar em 2010), a

disponibilização de funcionalidades que permitem a adequação dos sistemas e processos à DMIF (Directiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros), a disponibilização de um sistema de gestão de propostas e modelo de *scoring* de cartões de crédito, e a reorganização da função de contabilidade.

No âmbito das alterações introduzidas pelo Aviso 8/2009 relativamente à regulação do preço de produtos e serviços a Clientes, revelou-se imprescindível a criação de um preço de referência para o SICAM que acomodasse os diferentes preços praticados pelas CCAM. O novo preço de referência do SICAM incorpora todas as CCAM com excepção da CCAM da Costa Verde e da CCAM dos Açores. As alterações efectuadas no final de 2009, ao nível do novo preço de referência do SICAM, nomeadamente no que se refere às actualizações de preço das principais comissões são importantes para o alinhamento das práticas de comissionamento com a realidade do mercado, com respeito, no entanto, pelas especificidades do Grupo.

As alterações verificadas em 2009 ao nível do quadro regulamentar, designadamente na vertentes de supervisão comportamental com impacto sobre as principais áreas de actividade das Caixas Agrícolas e da Banca em geral, bem como as exigências decorrentes da gestão do sistema de controlo interno, obrigaram, durante este ano, a um esforço profundo de revisão e actualização do quadro normativo interno bem como dos seus processos e procedimentos, frequentemente com impactos ao nível dos sistemas informáticos, abrangendo áreas como o crédito, os depósitos e os meios de pagamento.

Continuou a registar-se na actividade da Caixa Central o impacto das alterações estruturais no mercado de pagamentos europeu decorrentes da criação da SEPA (*Single Euro Payments Área*), destacando-se a participação do GCA na Comissão Interbancária para o Sistema de Pagamentos (CISP) e da *European Association of Cooperative Banks* (EACB), bem como o acompanhamento da acção das entidades reguladoras, assegurada através da participação na VISA Portugal.

Numa altura em que cada vez mais as instituições investem na “Sustentabilidade e Responsabilidade Social”, tendo em vista a preocupação com o ambiente e a sociedade, o Grupo Crédito Agrícola, deu início a um conjunto de acções que permitiram elaborar, em

2009, uma primeira versão de um Relatório Anual de Sustentabilidade. Este Relatório teve como finalidade dar a conhecer aos vários *stakeholders* (entidades interessadas) e ao público em geral as práticas que o Grupo implementou ou visa implementar a nível ambiental, social e de *governance* (governança), para além do que é exigido por lei.

Nota ainda para o relatório do 1º semestre de 2009 da Supervisão Comportamental do Banco de Portugal, onde o Crédito Agrícola se situa em quase todos os domínios como uma das Instituições de Crédito com menores índices de reclamações (situação que é comum à restante banca cooperativa europeia).

Fundos Próprios

No sentido de corresponder às alterações das regras prudenciais aplicáveis às Instituições Financeiras, com reforço do respectivo rácio de solvabilidade *Tier I* para um valor não inferior a 8%, conforme recomendação do Banco de Portugal, foi organizada a emissão de Títulos Especiais de Investimento *Tier I* – “Caixa Central/ 2009”, com um montante colocado total de 35,5 milhões de euros. Aquela emissão tem características de dívida subordinada equiparada a fundos próprios de base, sendo de prazo indeterminado, e foi colocada exclusivamente junto das Caixas Associadas, entre Setembro e Novembro de 2009.

Actividade Seguradora

As Seguradoras do Grupo Crédito Agrícola, CA Vida e CA Seguros, registaram no ano de 2009 um Resultado Líquido de 6.015 e 2.565 milhares de euros, respectivamente.

Num contexto económico adverso, em que o Mercado Segurador Vida se retraiu 5,7% face ao ano anterior, a **CA Vida** alcançou níveis de produção nunca atingidos na ordem dos 207.990 milhares de euros, apresentando um crescimento de 61% face ao ano anterior, posicionando-se pela primeira vez na **oitava posição do Ranking das Companhias de Seguros de Vida em Portugal**.

Por seu lado, a **CA Seguros** celebrou, em 2009, o seu **15º Aniversário** e viu reconhecido o seu bom desempenho ao ser eleita a **Melhor Seguradora Não Vida**, no seu segmento, pelo segundo ano consecutivo, pela Revista Exame, na sua Edição Especial de 2009, dedicada às Maiores e Melhores Empresas em Portugal.

Outros Aspectos a Destacar

O **Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo** (RJCAM) foi substancialmente alterado.

Do ponto de vista jurídico, a revisão visou adaptar o modelo de governação das Caixas às estruturas previstas no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo do espírito cooperativo.

Nos termos do novo Regime, as Caixas Agrícolas podem efectuar operações de crédito com finalidades distintas das classificadas como “operações de crédito agrícola” até 35% do valor do respectivo activo líquido, percentagem que, mediante autorização do Banco de Portugal, pode ser elevada para 50%.

No respeitante à auditoria às contas, as Caixas Agrícolas passaram a ser obrigatoriamente auditadas por um Revisor Oficial de Contas que deve igualmente verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que disciplinam a sua actividade, bem como os aspectos relevantes previstos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

No que toca à Caixa Central o seu objecto foi alargado de forma a autorizá-la a exercer todas as actividades permitidas aos Bancos. Este alargamento foi complementado com o aumento do capital social mínimo da Caixa Central para 17,5 milhões de euros operado pela Portaria n.º 746/2009, de 14 de Julho, em si mesmo sem impacto prático, pois o capital da Caixa Central é já muitas vezes superior a esse valor mínimo.

Quanto às funções de organismo central do SICAM, destaca-se em primeiro lugar o fim da exigência de autorização prévia do Banco de Portugal para a prática de certos actos por

parte das Caixas Agrícolas, incluindo a aprovação da instalação de agências, que passa a competir à Caixa Central, a intervenção nas mesmas Instituições nos termos do Artigo 77.º-A do RJCAM, a nomeação de Administradores Provisórios e a suspensão de órgãos de administração e fiscalização no quadro de tais intervenções, bem como a prorrogação destas por prazo superior a um ano. O Banco de Portugal continuará a supervisionar o exercício destas competências pela Caixa Central, mas tal supervisão passará a assumir a forma de controlo *a posteriori*.

Por sua vez, os pareceres da Caixa Central para efeitos de registo especial no Banco de Portugal de membros de Órgãos Sociais de Caixas Agrícolas Associadas passaram a possuir carácter vinculativo. Um parecer desfavorável dita o indeferimento liminar do registo.

4. Principais Indicadores do SICAM

EVOLUÇÃO DO SICAM

(em milhões de Euros)

	2002 a)	2003 a)	2004 a)	2005 a)	2006 a)	2007	2008	2009
Depósitos de Clientes	6.863	7.181	7.599	8.174	8.671	9.158	9.613	10.070
Créditos sobre Clientes	6.387	6.690	6.942	7.290	7.464	7.467	8.373	8.859
Activo Líquido	7.946	8.251	8.696	9.319	10.044	10.566	11.447	12.097
Situação Líquida	520,0	569,7	656,9	738,1	828,2	873,6	979,1	999,7
Margem Financeira	306,5	305,7	315,9	325,8	351,7	387,1	403,2	315,2
Produto Bancário	370,4	376,3	396,1	403,7	423,6	486,2	513,0	423,7
Resultado Líquido	33,1	80,6	89,9	86,8	95,6	113,3	121,1	42,3
Resultado Líquido GCA ^{c)}							120,7	52,4
Rácio de Solvabilidade - GCA (%)	10,5%	11,3%	12,9%	14,0%	14,4%	14,4%	13,3%	12,7%
Tier 1	8,1%	9,1%	10,4%	10,5%	11,6%	11,5%	12,0%	11,8%
Rácio de Transformação (%):								
- geral	93,1%	93,2%	91,4%	89,2%	86,1%	81,5%	87,1%	88,0%
- s/papel comercial	86,4%	88,5%	86,7%	85,5%	81,5%	79,3%	82,0%	84,0%
Rácio de Eficiência do SICAM (%)	52,5%	52,1%	52,5%	55,2%	58,4%	54,1%	55,5%	69,5%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) (%)	6,4%	14,1%	13,7%	11,8%	11,5%	13,0%	12,4%	4,2%
Rentabilidade dos Activos (ROA) (%)	0,4%	1,0%	1,0%	0,9%	1,0%	1,1%	1,1%	0,3%
Rácio de cobertura do crédito vencido (%)	73,6%	94,7%	98,4%	105,4%	113,6%	108,9%	136,0%	127,4%
Número de CCAM	126	120	118	111	105	100	92	88
Número de Balcões (Total do SICAM)	584	598	616	628	632	647	670	682 ^{b)}
Activo Líquido Médio por CCAM	61,5	67,0	71,8	82,0	91,6	102,5	116,9	137,5
Número médio de balcões/CCAM	4,6	5,0	5,2	5,6	6,0	6,4	7,2	7,8

a) valores dos Rácios para 2002 a 2006 calculados de acordo com as regras de PCSB, 2007 em NCAs e 2008 e 2009 NICs.

b) Inclui os 9 balcões da Caixa Central e 2 Gabinetes de Empresas.

c) Para os anos anteriores a 2008 o enquadramento contabilístico era o do PCSB, o que torna os resultados não directamente comparáveis.

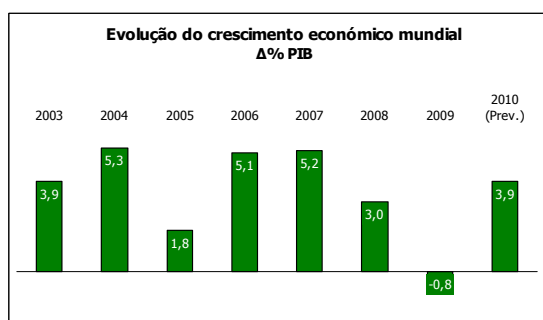
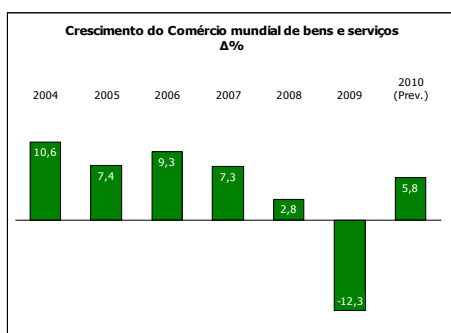
II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Enquadramento Macroeconómico

A evolução da economia e do sector financeiro foi, em 2009, profundamente afectada pelo impacto da crise internacional que eclodiu há mais de dois anos com origem no segmento do crédito habitacional *subprime* dos EUA, mas que rapidamente se alargou a outras áreas, em virtude do elevado grau de integração dos mercados que actualmente se verifica.

A crise exacerbou-se após a falência do banco americano Lehman Brothers em Setembro de 2008, conduzindo a um declínio muito acentuado do nível de actividade económica e a uma vincada recessão em 2009, aliás já manifesta em muitos países na parte final de 2008.

A economia mundial registou assim, no ano findo, um recuo de 0,8%, o que marca um significativo contraste com o forte crescimento que ininterruptamente apresentara desde há quase uma década. Mesmo em 2008, apesar de um expressivo afrouxamento, o crescimento a nível mundial ainda fora de 3%. Acompanhando a retracção na actividade económica, o comércio mundial de bens e serviços, que nos anos de grande crescimento se expandira a taxas anuais de mais de 7%, sofreu em 2009 uma quebra brutal, de mais de 12%, depois da desaceleração muito pronunciada que já evidenciara em 2008 (incremento de apenas 2,9%).



Fonte: FMI, World Economic Outlook (várias edições)

Os efeitos da crise manifestaram-se em todos os principais pólos da economia mundial, com abaixamentos muito fortes do nível de actividade na generalidade dos países mais desenvolvidos e notória desaceleração nas economias emergentes, nomeadamente China e Índia, que no entanto continuaram a crescer a taxas comparativamente elevadas. Nos países emergentes, a excepção foi a Rússia e outros países dependentes da exportação de produtos básicos, e em especial petróleo bruto, que se ressentiram da menor procura para esses produtos e queda do seu preço nos mercados internacionais.

No conjunto dos países desenvolvidos, a actividade económica regrediu 3,2% em 2009, contra uma situação de quase estagnação em 2008 (crescimento de 0,5%), com os EUA a evidenciarem uma contracção de 2,5%, face a uma quase estagnação em 2008 (+0,4%), e a economia japonesa a cair mais de 5%, acentuando a quebra já observada em 2008 (-1,2%). Na Zona Euro, a queda do produto foi de 3,9%, seguindo-se a um modesto crescimento de 0,6% em 2008, sendo mais acentuada na Alemanha – cuja economia, sofrendo o impacto directo da queda do comércio mundial, apresentou em 2009 uma contracção de 4,8% - e na Itália – que igualmente registou uma quebra de 4,8%, após uma descida de 1% em 2008. A vizinha Espanha, por sua vez, que em 2008 ainda crescera 0,9%, registou uma queda no produto de 3,6%, para o que muito contribuiu a profunda retracção no sector imobiliário, que fora, ao longo de vários anos, um dos principais motores da economia. Fora da Zona Euro, mas ainda na UE, assinala-se a queda do produto, em 4,8%, evidenciada pela economia britânica - onde igualmente se formara uma bolha imobiliária -, após uma quase estagnação em 2008 (+0,5%).

Crescimento Económico				
Δ% PIB				
	2007	2008	2009 (E)	2010 (P)
Países Desenvolvidos	2,7	0,5	-3,2	2,1
do qual, Zona Euro	2,7	0,6	-3,9	1,0
Países emergentes	8,3	6,1	2,1	6,0
Mundo	5,2	3,0	-0,8	3,9

Fonte: FMI, World Economic Outlook (várias edições)

Sublinhe-se que, apesar da enorme contracção do nível de actividade económica em grande número de países, a evolução poderia ser mais negativa sem as extraordinárias medidas de emergência no domínio da política monetária e orçamental, as quais, para além de terem assegurado a sustentação do sector financeiro, contribuíram para atenuar as principais consequências da crise sobre a actividade económica e o emprego.

No campo monetário, as medidas envolveram a redução das taxas directoras para níveis mínimos extremos – por vezes, como nos EUA e no Reino Unido, de quase 0%, e na Zona Euro de 1% –, a cedência massiva de liquidez aos bancos e ainda operações completamente alheias à ortodoxia monetária, como a realização de financiamentos directos a entidades não financeiras e, fora da Zona Euro, o financiamento dos défices públicos pelos bancos centrais.

Em resultado destas medidas, o nível das taxas de juro do mercado interbancário – no caso da Zona Euro as taxas euribor – desceu continuamente ao longo de 2009, passando, no caso da taxa a 3 meses, de 3,29% em Dezembro de 2008 para 0,71% em Dezembro findo (médias mensais).

Evolução das taxas euribor^(*)								
	%							
	2008				2009			
	Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
EB 3 meses	4,60	4,94	5,02	3,29	1,64	1,23	0,77	0,71
EB 6 meses	4,59	5,09	5,22	3,37	1,77	1,44	1,04	1,00

(*) Valores médios mensais

O esboço de retoma que, com oscilações e incertezas, se começa a divisar a nível internacional, através da evolução mais favorável dos principais indicadores de actividade na parte final de 2009, é em parte apreciável explicável por estas medidas. O processo de reconstituição dos “stocks” que, como resposta das empresas à crise, tinham sido reduzidos para níveis mínimos, terá sido, porém, também um factor relevante na recuperação que se está a observar, do mesmo modo que a reanimação, mais pronta do que se antevinha, das economias emergentes – nomeadamente da Ásia, com impacto favorável nas exportações

do Japão, da Zona Euro – sobretudo Alemanha – e dos EUA. Perspectiva-se assim para 2010 uma recuperação económica já significativa nos principais pólos económicos, embora mais forte nos EUA e no Japão e mais modesta na Zona Euro. No caso da Espanha, a economia deverá voltar a recuar em 2010.

A contracção económica levou, em muitos países, a um aumento da taxa de desemprego, que se situa acima dos 10% nos EUA, na Zona Euro e até na própria China – apesar do seu forte ritmo de crescimento - e já atinge quase 20% na Espanha, país que regressou, assim, aos elevados níveis de desemprego que apresentava no início dos anos 90, e que se tinham reduzido significativamente com o surto de crescimento que conseguira.

Em contrapartida, porém, as tensões inflacionistas que tinham começado a manifestar-se com alguma intensidade em 2008 em resultado da subida do preço do petróleo – que atingiu níveis máximos, da ordem de 150 USD por barril, em meados de 2008 - esbateram-se consideravelmente perante a menor procura que a queda da actividade económica induziu, conduzindo a uma inflação praticamente nula, em termos de média anual (+0,1%) nos países desenvolvidos – contra 3,4% em 2008 - e a um significativo abrandamento da taxa de inflação nos países emergentes (subida nos preços ao consumidor de 5,2% em 2009 contra 9,2% em 2008). Note-se, porém, que na parte final de 2009, sobretudo como resultado da gradual recuperação do preço do petróleo, se tem assistido a um ligeiro incremento das taxas de inflação em base mensal, mantendo-se, no entanto, em níveis relativamente contidos.

Na esfera financeira, as medidas de estabilização e de apoio aos bancos adoptadas pelas autoridades monetárias e pelos governos de muitos países, contribuíram para conter o movimento de fuga ao risco por parte dos investidores e para desfazer o receio que se apoderara do público em geral, conduzindo a uma acalmia e normalização dos mercados, que gradualmente se consolidou.

Paralelamente, assistiu-se a uma certa normalização do mercado internacional do crédito, mas certas operações, de grande relevância anteriormente à eclosão da crise, continuam basicamente paralisadas, como é o caso da titularização de créditos. Também não se verificou, ainda, o regresso a uma situação de perfeita normalidade no mercado

interbancário, continuando a generalidade das instituições a concentrar as suas operações nos mercados domésticos e nos principais bancos.

A descida das taxas de juro do mercado bancário, associada à progressiva normalização do sentimento em relação ao risco por parte dos investidores, e a algum optimismo quanto às perspectivas de retoma - e também como reflexo da própria queda abrupta que o mercado, no auge da crise, sofrera -, conduziram, ao longo de 2009, a uma expressiva recuperação das cotações das acções de muitas empresas, nos diversos sectores de actividade. Os principais índices bolsistas registaram assim subidas muito significativas, embora ficando ainda bastante abaixo dos picos que haviam atingido antes da crise, movimento que igualmente se verificou no índice PSI- 20 da bolsa portuguesa, que subiu 39,9%, ao longo de 2009, em relação ao final de 2008.

O impacto adverso da crise nas receitas dos Estados, e o aumento da despesa, quer na componente automática – onde sobressai o subsídio de desemprego - quer na componente discricionária - em que se inserem as medidas de apoio aos bancos nos casos que implicaram efectivo dispêndio de fundos e as de estímulo fiscal à economia - está a pressionar enormemente as finanças públicas da generalidade dos países.

O défice das contas públicas em 2009 ultrapassou ou quase igualou 10% do PIB num conjunto alargado de países, em que se incluem os EUA, o Reino Unido e o Japão e, no seio da Zona Euro, a Irlanda, a Espanha e a Grécia. É no entanto de referir que outros países se aproximam de níveis comparáveis de défice público e que praticamente em todos se verifica um agravamento nas contas do Estado em relação à situação de 2008, ano em que já se notava deterioração significativa face a 2007.

Neste contexto de crise internacional, a economia portuguesa, que mesmo anteriormente à crise já vinha registando níveis de crescimento muito modestos, sofreu em 2009 uma queda pronunciada, que se traduziu num decréscimo do PIB, em relação a 2008, de 2,7%, decréscimo que só encontra paralelo em 1975.

Com efeito, a economia portuguesa ressentiu-se fortemente da queda muito pronunciada das exportações, quer de mercadorias quer de serviços, que em conjunto decaíram 12,5%

em termos reais, com impacto negativo substancial no nível de actividade, já grandemente deprimido devido à contracção no sector da construção, e dos sectores a ele ligados, que sofreram o embate inicial da crise.

Assistiu-se assim a uma forte retracção, de 11,7%, no investimento, que resultou quer do investimento empresarial – que aprofundou a evolução já negativa de outros anos -, quer do habitacional, e o próprio consumo privado, em anos anteriores o principal sustentáculo da actividade económica, registou uma evolução negativa (variação de -0,9% em relação a 2008).

Neste quadro, o desemprego tem vindo a aumentar consideravelmente, atingindo no final de 2009 já cerca de 525 mil pessoas, colocando a taxa de desemprego em 9,3%, nesta altura uma das mais elevadas da Zona Euro, embora significativamente inferior à que se observa em Espanha. Note-se que, até há alguns anos atrás, a taxa de desemprego em Portugal era uma das mais baixas da Zona Euro.

Em contrapartida, à semelhança do ocorrido noutros países, e na Zona Euro em geral, a inflação contraiu-se consideravelmente, vindo a ser mesmo negativa no conjunto do ano (-0,9%), face ao nível de 2,7% observado em 2008. Perspectiva-se para 2010 o regresso a uma situação de inflação positiva, que de acordo com as previsões actuais rondará os 0,7%.

Também como noutros países, as contas públicas foram pressionadas pela queda das receitas provocada pela diminuição da actividade, que por outro lado fez subir as despesas da segurança social – em especial o subsídio de desemprego. Assim, apesar de os gastos do Estado expressamente dirigidos ao combate à crise terem tido menor expressão do que noutros países, o défice público em 2009 acabou por atingir 9,3% do PIB. Ainda no terceiro trimestre, a estimativa do Governo apontava para um défice de 5,9%, mas a generalidade dos analistas já antevia um défice mais expressivo para o conjunto do ano.

Finalmente note-se que o défice da economia portuguesa face ao exterior se atenuou, embora mantendo-se elevado (8,2% do PIB), pois apesar da redução das exportações, as importações também caíram, devido ao menor nível de actividade, e além disso Portugal

beneficiou da baixa do preço do petróleo.

De acordo com as últimas projecções do Banco de Portugal, a economia portuguesa manter-se-á em situação marcadamente recessiva em 2010, não devendo o PIB crescer mais de 0,4%, contra a perspectiva considerada, ainda há muito pouco tempo no PEC, de um crescimento de 0,7%.

Estas previsões estão porém afectadas por considerável grau de incerteza, nomeadamente quanto ao comportamento das exportações e do consumo privado, e do que venha a suceder no tocante ao investimento, que tem mantido uma evolução negativa.

Mercado Bancário

Naturalmente, a situação do mercado bancário não poderia ficar imune à conjuntura económica e financeira global.

A descida acentuada das taxas euribor está a penalizar sobremaneira a margem financeira das instituições, em especial nos casos em que os créditos e outros activos indexados às taxas euribor detêm peso elevado nas carteiras, já que o custo médio dos recursos de clientes, que constitui em todas as instituições a componente de base do seu *funding*, desceu muito menos que as taxas activas. Isto porque, por um lado, as taxas dos depósitos não descem abaixo de determinados níveis mínimos e, por outro, porque a concorrência entre as instituições pela captação de recursos, que se mantém muito viva, esbate, no tocante ao seu custo médio, o efeito da descida das taxas Euribor.

Nível de Taxas de Juro Médias No Sistema Bancário									
	2004 Dez	2005 Dez	2006 Dez	2007 Dez	2008 Jun	2008 Dez	2009 Jun	2009 Dez	Δpp Dez09-Dez08
Depósitos até 2 anos	2,04	2,06	2,72	3,58	3,72	3,99	2,38	1,67	-2,32
Crédito a empresas *	4,31	4,41	5,39	6,15	6,29	6,14	4,02	3,34	-2,80
Crédito à habitação	3,78	3,73	4,79	5,51	5,63	5,86	3,08	2,00	-3,86
Crédito pessoal (consumo...)	7,60	7,68	8,07	8,75	8,98	9,03	7,98	7,32	-1,71

* Sociedades não financeiras

Fonte: Banco de Portugal, Indicadores de Conjuntura, Mar/2010

Não surpreende pois que a descida da taxa média dos depósitos, embora significativa em si mesma, não tenha acompanhado em 2009 a baixa das taxas médias do crédito, tanto mais que também se verifica uma preferência dos depositantes por depósitos de prazos mais longos, nesta conjuntura de taxas baixas.

Entre Dezembro de 2008 e Dezembro de 2009, o nível médio das taxas de juro nos depósitos até 2 anos baixou de 3,99% para 1,67% (-2,32 pp). A euribor, nesse período (considerando a título ilustrativo a euribor a 6 meses), reduziu-se em 2,37 pp, passando de 3,37% em Dezembro de 2008 para 1,00% em Dezembro de 2009.

No mesmo período, a descida nas taxas médias do crédito foi consideravelmente mais vincada, de 6,14% para apenas 3,34% no crédito a empresas (-2.80 pp) e de 5,86% para 2,00% no crédito à habitação (-3,86%), sendo a descida mais moderada apenas no caso do crédito pessoal a particulares (de 9,03% para 7,32%, ou seja, -1,71 pp). A descida na taxa média do crédito à habitação é particularmente forte e explica-se, naturalmente, pelo facto de, na esmagadora maioria, os contratos respectivos, de longa duração, se encontrarem rigidamente indexados à euribor a 6 meses.

A desfavorável conjuntura macroeconómica conduz por outro lado a que não existam condições propícias para a expansão do negócio bancário na vertente creditícia, uma vez que o abaixamento no nível de actividade origina uma retracção da procura por parte das empresas, verificando-se também menor procura dos particulares, em virtude dos baixos níveis de confiança.

A este efeito do lado da procura, associa-se, do lado da oferta, uma maior selectividade e rigor na concessão por parte dos bancos, dadas as profundas alterações no ambiente de negócio, que originam um agravamento dos riscos, e também em consequência das restrições de balanço em algumas instituições, por razões de liquidez ou de solvabilidade.

Evolução dos Agregados de Crédito Variação homóloga em % *							
	2004 Dez	2005 Dez	2006 Dez	2007 Dez	2008 Jun	2008 Dez	2009 Dez
Crédito a Empresas **	2,5	5,0	7,1	11,2	12,3	10,5	1,9
Crédito à Habitação	10,5	11,1	9,9	8,5	7,1	4,3	2,6
Crédito pessoal (consumo,...)	4,4	4,5	10,1	11,3	10,6	6,2	0,9

* Com base nos saldos médios ajustados de operações de titularização

** Sociedades não financeiras

Fonte: Banco de Portugal, Indicadores de Conjuntura, Mar/2010

Observa-se assim que o saldo do crédito a empresas no conjunto do sistema bancário, que ainda em Junho de 2008 apresentava um crescimento de 12,3% sobre o mês homólogo do ano transacto, cresceu apenas 1,9% em Dezembro de 2009, o que traduz uma redução muito substancial em termos de crédito novo, que se foi acentuando de modo manifesto ao longo da segunda metade do ano. A desaceleração mais acentuada tem-se, porém, no crédito a particulares, sobretudo no crédito pessoal, em que se inclui o crédito ao consumo, cujo crescimento ficou em Dezembro de 2009 em 0,9% (em termos de saldo). O crescimento do crédito à habitação situou-se por sua vez em 2,6%. Esta situação contrasta de modo bem marcante com o que se verificava antes do início da crise, em que quer o crédito à habitação, quer o crédito ao consumo, apresentavam taxas de expansão da ordem de 10% em termos homólogos.

No que se refere aos depósitos de particulares e de empresas (i.e., sociedades não financeiras), depois de um crescimento significativo, que em termos homólogos atingiu 5,9% no caso das empresas e 9,8% nos particulares, entre Junho de 2008 e Junho de 2009, evidenciaram na parte final do ano uma quase estagnação. Este comportamento explica-se pelo facto de as aplicações alternativas aos depósitos tradicionais – fundos de investimento e seguros de capitalização – terem de novo ganho, ao longo de 2009, interesse junto do público aforrador, devido à remuneração cada vez mais baixa dos depósitos e à maior estabilidade e recuperação nos mercados financeiros, com impacto nas expectativas dos investidores.

Noutro plano, o impacto da crise económica está a manifestar-se, em termos bastante impressionantes, na evolução do crédito mal parado, que, no conjunto do sistema bancário, se elevou de 1,7% em Dezembro de 2007 para 3,9% em Dezembro último no segmento empresarial, e nos particulares subiu, no mesmo período, de 1,5% para 1,7% no crédito à habitação, e de 4,9% para 6,6% no crédito ao consumo.

No segmento de particulares, no período referido, o crescimento do crédito mal parado em valor absoluto atingiu 527 milhões de euros no crédito ao consumo, e 606 milhões no crédito à habitação.

No segmento empresarial, o aumento do crédito mal parado foi particularmente importante nas actividades ligadas ao imobiliário, em que passou de 254 milhões de euros em Dezembro de 2007 – representava apenas 0,7% do valor total da carteira – para 1.258 milhões no passado mês de Dezembro (3,0% da carteira). O aumento do crédito vencido neste sector, desde Dezembro de 2007, totaliza 1.258 milhões de euros, ou seja, mais de um quarto do incremento total do crédito vencido de empresas registado pelo conjunto dos bancos neste período. Globalmente, o acréscimo do crédito vencido no segmento empresarial atingiu, em valor absoluto, 3.107 milhões de euros! Encontravam-se com crédito vencido cerca de 20% das empresas, cujas dificuldades se repercutem, naturalmente, sobre outras por via dos atrasos nos pagamentos entre si, facto agravado pela demora que o próprio Estado regista nas liquidações aos seus fornecedores.

III. EVOLUÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Evolução da Actividade nas Principais Áreas

1.1. Actividade Comercial

Apesar da conjuntura extremamente desfavorável, O Grupo Crédito Agrícola conseguiu ainda em 2009 um resultado positivo, ao mesmo tempo que manteve a política seguida nos últimos anos de manutenção e reforço de provisões prudenciais, no sentido da consolidação financeira da Instituição.

O cenário actual da economia portuguesa, coloca desafios complexos na vertente do crédito obrigando a acautelar os riscos que lhe estão associados, apresentando ainda uma significativa redução das oportunidades de negócio para a expansão de negócio com risco aceitável.

Além disso, e embora o GCA mantenha uma confortável situação liquidez, a necessidade de cumprir as recomendações do Banco de Portugal no tocante ao rácio *TIER 1* criou, em termos de solvabilidade, algumas condicionantes à expansão do crédito ao nível da Caixa Central, o que, na parte final do ano, limitou a margem de manobra para o crescimento do crédito agenciado.

Paralelamente, e à semelhança do verificado em 2008, a captação de recursos foi condicionada, por um lado, pela actual conjuntura económica, que se caracteriza pelo fraco crescimento do produto interno bruto nominal, e por consequente, por um reduzido crescimento da poupança global, e por outro, pela agressividade comercial que outras instituições financeiras têm evidenciado e que se manifesta no nível das taxas de remuneração oferecidas. Como se sabe, a generalidade das instituições de crédito em Portugal, à parte o Crédito Agrícola, apresentam ainda rácios de transformação de recursos em crédito elevados, sendo natural que este factor condicione a sua política na vertente da captação.

No respeitante aos recursos, no seio do Crédito Agrícola procurou-se manter uma actividade dinâmica na colocação de Produtos “Fora do Balanço”, dada a sua importância para a retenção de clientes, quando os produtos tradicionais não são competitivos, para além do seu potencial para a geração de comissões, e consequentemente para o aumento da Margem Complementar.

Refira-se ainda que a actividade comercial do Crédito Agrícola foi acompanhada, no exercício de 2009, por um alargamento da sua rede física, a qual se expandiu de 670 Balcões no final de 2008 para 682 no final de 2009, bem como pelos desenvolvimentos introduzidos nos canais complementares.

Este conjunto de factores reflectiram-se na actividade comercial do SICAM que está, em grandes números, espelhada nos seguintes indicadores:

Valores em milhões de euros

BALANÇO DO SICAM	2008	2009	Δ	
			Abs.	%
ACTIVO (LÍQUIDO)	11.447,3	12.096,9	649,6	5,7%
do qual Crédito a Clientes (líquido)	7.945,3	8.391,5	446,2	5,6%
do qual Aplicações em I.C.'s (líquido)	1.429,5	907,6	-521,8	-36,5%
PASSIVO	10.468,2	11.097,2	629,1	6,0%
do qual Recursos de Clientes	9.612,5	10.070,1	457,5	4,8%
do qual Recursos de I.C.'s	496,5	700,8	204,3	41,1%
SITUAÇÃO LÍQUIDA	979,1	999,7	20,6	2,1%

O activo líquido consolidado do SICAM ultrapassou os 12 mil milhões de euros, observando-se um crescimento de 5,7% em relação ao valor homólogo de 2008.

Para este crescimento, o crédito a clientes, em termos brutos, contribuiu com uma expansão de 5,8%, correspondendo a mais de 486 milhões de euros, e em termos líquidos, de 5,6%, ou seja, mais 446 milhões. Em termos líquidos, o crédito a clientes manteve invariante o seu peso no activo líquido em 69,4%, apesar das alterações significativas que se verificaram na estrutura do balanço em relação a outras rubricas.

No passivo, mantém-se o peso dominante – 90,8% do total – dos recursos de clientes (10.070 milhões de euros), continuando a ser diminuta a parte relativa a recursos de outras Instituições de Crédito (5%), excluindo bancos centrais. Considerando o total do passivo e da situação líquida, os recursos de clientes situaram-se em 83,3% do total no final de 2009, contra 84% em 2008, sendo esta diminuição relativa explicada pelo maior recurso às operações de “repo”, junto de outras instituições, por parte do Departamento Financeiro da Caixa Central, no quadro de uma gestão dinâmica de Tesouraria.

A evolução da situação líquida do SICAM mantém-se favorável, sendo de registar uma variação positiva de cerca de 20,6 milhões de euros em relação a 2008 (+2,1%), atingindo praticamente 1.000 milhões de euros.

Por outro lado, tal como já tinha ocorrido em 2008, a taxa de crescimento do crédito a clientes (5,8%) foi superior à verificada nos recursos de clientes (4,8%), o que conduziu a um aumento no rácio de transformação, de 87,1% em 2008 para 88,0% em 2009.

Valores em milhões de euros, excepto %

	2008	2009	Δ Abs. 09/08	Δ% 09/08
Recursos de Clientes	9.612,5	10.070,1	457,5	4,8%
Crédito a Clientes	8.372,7	8.858,8	486,1	5,8%
Rácio de Transformação (%)	87,1%	88,0%	-	0,9 p.p.

Ao contrário do que se observou em 2008, se se excluíssem as aplicações em papel comercial, o crédito a clientes apresentaria um crescimento superior – de 6,8% – e o rácio de transformação por sua vez, evoluiria de 81,8% em 2008 para 83,4% em 2009, mantendo-se em nível bastante conservador.

Aliás, como o valor dos depósitos continua a exceder largamente o do crédito, o SICAM continua a manter uma forte liquidez no seu balanço, bem evidenciada na sua posição em aplicações noutras instituições de crédito (depósitos e títulos de dívida) e em dívida pública.

1.1.1. Depósitos e Outros Recursos

Apesar do menor crescimento da economia e do ambiente marcadamente recessivo que caracteriza a actual conjuntura, a que acresce a continuada intensificação da concorrência interbancária na área da captação de recursos e da menor atractividade - dado o baixo nível das taxas -, dos depósitos tradicionais, é de destacar que os Depósitos de clientes do SICAM ainda registaram em 2009 um crescimento significativo de 4,8%, tendo ultrapassado os 10.000 milhões de euros em 2009, o que constitui mais um marco na evolução, em termos consolidados, do Crédito Agrícola. Este crescimento dos depósitos de clientes foi superior ao verificado no conjunto do sistema bancário nacional, que ficou em 2,8%.

Para esta evolução, além da postura e actuação comercial das Caixas Agrícolas, e do capital de confiança que granjearam junto das populações locais, que são factores fundamentais, contribuiu ainda o impacto das campanhas de recursos lançados a nível do Grupo, e a boa adesão que mereceram da parte das Caixas, bem como campanhas a nível local de iniciativa de certas Caixas.

Valores em milhões de euros, excepto %

Depósitos de Clientes do SICAM	2008	2009	Δ Abs.	Δ%
Depósitos à Ordem	2.414,8	2.526,3	111,5	4,6%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.134,4	7.509,3	374,9	5,3%
Encargos a pagar líquidos	63,3	34,5	-28,8	-45,6%
Recursos no Balanço	9.612,5	10.070,1	457,5	4,8%

Refira-se ainda que o ritmo de expansão dos Depósitos a Prazo e de Poupança continuou a revelar-se superior ao dos Depósitos à Ordem.

No que respeita aos recursos fora do balanço assinala-se um crescimento de 27,8%, consubstanciado num aumento dos Fundos de Investimento de 42,2% e dos Seguros de Capitalização de 21,9%.

Valores em milhões de euros, excepto %

Recursos fora do Balanço	2008	2009	Δ Abs.	Δ%
Fundos de Investimento	258,2	367,0	108,8	42,2%
Mobiliários	111,4	123,4	12,0	10,7%
Imobiliários	146,7	243,6	96,9	66,0%
Seguros de Capitalização	619,5	754,9	135,4	21,9%
Total	877,6	1.121,9	244,2	27,8%

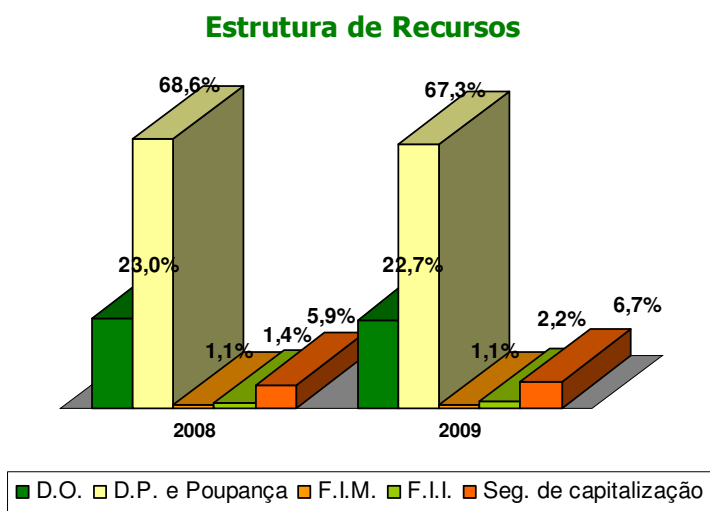
(*) Valor total da carteira de investimentos. Os prémios brutos emitidos foram de 110,4 e de 187,4 milhões de euros em 2008 e 2009, respectivamente.

No que concerne aos Fundos, quer os Mobiliários quer os Imobiliários, apresentaram crescimentos assinaláveis, acima do mercado, de respectivamente 10,7% e 66%.

O aumento dos FII deveu-se essencialmente à subscrição de unidades de participação no Fundo CA Património Crescente detidas por terceiros e ao lançamento do Fundo CA Arrendamento Habitacional, que atestam a popularidade crescente atingida por estes tipos de Fundos junto dos clientes e do público em geral.

A esta evolução não é alheio o objectivo de dinamização da comercialização dos produtos de intermediação, como forma de compensar o esmagamento da margem financeira relativa aos produtos tradicionais, pelas comissões que lhe estão associadas, bem como a procura de outras formas de aplicação por parte dos aforradores.

Refira-se ainda, que apesar da evolução dos recursos fora do balanço, a estrutura de recursos não sofreu grandes alterações mantendo-se o peso dominante dos depósitos tradicionais.



1.1.2. Evolução do Crédito

Referência Introdutória: a Função Risco no Grupo Crédito Agrícola

O Grupo Crédito Agrícola deu continuidade à implementação das diversas componentes do projecto de “**Transformação da Função Risco**”, cujo programa é constituído, em matéria de avaliação da exposição ao risco de crédito, por diversas iniciativas de diferente natureza e amplitude, mas formando um todo coerente entre si.

Construído numa óptica plurianual, o programa iniciado em 2006, visa ainda assegurar a conformidade (*compliance*) do Grupo, com os novos desafios da regulamentação para o sector financeiro. Das diversas iniciativas que se concluíram, desenvolveram ou iniciaram ao longo de 2009, destacam-se as seguintes:

Modelo de imparidade – O Gabinete de Riscos assegura o cálculo da imparidade da Caixa Central e a monitorização do trabalho realizado pelas CCAM neste âmbito, realizando a globalidade da análise colectiva de carteiras de clientes e articulando com as CCAM o cálculo relativo à análise individual de clientes. No ano transacto, prosseguiram os aperfeiçoamentos dos instrumentos e dos processos de cálculo, quer no que se refere aos modelos utilizados, quer na implementação de práticas mais eficientes.

Adequação do capital interno ao perfil de risco – Com o intuito de dar resposta ao previsto na Instrução 15/2007 do B.P., concebeu-se o processo de auto-avaliação da adequação do capital interno, designado por ICAAP (adequação do capital interno ao perfil de risco). O cálculo do ICAAP e a realização de testes de esforço (análise de cenários e de sensibilidade - Instrução 18/2007 do B.P.) implicaram o desenvolvimento de novos modelos de gestão de informação para além da produção dos respectivos relatórios que, constituem não apenas obrigações regulamentares mas, principalmente, representam importantes instrumentos de gestão estratégica.

Solução de propostas e *credit scoring* (SPCS) – A SPCS pretende criar um fluxo de trabalho padronizado para os processos de concessão de crédito a particulares e pequenos negócios, associado a um modelo de *credit scoring* por segmento. Neste capítulo,

assegurou-se a entrada em produção de 3 novos modelos de *scoring* aplicados aos cartões de crédito e realizou-se um primeiro exercício de *backtesting* dos modelos de *scoring* de crédito ao consumo.

Gestão de Grupos Económicos e de Risco – Concluiu-se o desenho funcional de uma base de dados para gestão de grupos económicos e de risco no âmbito do SICAM. Esta ferramenta visa a gestão integrada do risco de crédito de grupos de clientes relacionados entre si, permitindo uma efectiva gestão de limites de exposição, análises de concentração e ainda controlar e reportar exposições que excedam os limites regulamentares definidos como grandes riscos.

Sistema de Controlo Interno – Prosseguiram os esforços tendentes à estruturação e desenvolvimento de um sistema de controlo interno no GCA, merecendo particular destaque o projecto de autonomização da função e o projecto de desenvolvimento de um portal de apoio para o reporte de deficiências e de acompanhamento da sua resolução. O Gabinete de Riscos em parceria com o DCO, o DAI, e o DCIG, dando cumprimento aos requisitos regulamentares definidos no Aviso 5/2008 do Banco de Portugal, coordena as funções de Controlo Interno do GCA através da recolha e tratamento de informação relativa às insuficiências detectadas neste domínio, e da produção dos respectivos relatórios regulamentares.

Estão em curso, e conheceram desenvolvimentos assinaláveis em 2009, alguns projectos de grande magnitude, quer no que respeita ao apreciável investimento exigido, quer no que se refere ao previsível impacto na melhoria de qualidade da gestão de riscos do SICAM.

De entre esses projectos destacam-se:

Ferramenta de gestão de garantias (recebidas) – A FGG pretende definir um novo processo de registo de todas as garantias recebidas subjacentes às operações de crédito do Grupo, onde se assegure a sua adequada caracterização e avaliação. Em 2009 foi desenvolvida uma emulação, no âmbito do sistema Profile, que permitirá caracterizar todas as garantias existentes, corrigindo e completando a informação existente. Paralelamente, está em curso o desenvolvimento da mencionada ferramenta de gestão de garantias, cuja

entrada em produção se espera venha a ocorrer no decurso do 3º trimestre de 2010.

Infra-estrutura de Suporte ao Risco – A criação de um repositório de dados adequado às necessidades da Função Risco do Grupo constitui um dos maiores objectivos que se pretende alcançar até ao final de 2010. Assim e durante o ano findo, concluiu-se a especificação técnica de requisitos, assegurou-se o licenciamento do *Datamart* e preparou-se a consulta para implementadores da solução informática.

Relatório de Disciplina de Mercado – Decorrendo do previsto no Aviso nº10/2007 do Banco de Portugal foi elaborado o relatório anual de divulgação pública de informação, no sentido de divulgar as principais políticas e práticas do grupo Crédito Agrícola na gestão do risco.

Central de Balanços – No início de 2009 foi implementado o repositório de dados único onde se encontra reunido um conjunto relevante de informação económica e financeira de clientes empresariais do SICAM, com envolvimento efectivo ou potencial. A aplicação materializa o necessário suporte ao respectivo processo de concessão e acompanhamento de crédito e ao modelo de avaliação de risco, facultando a análise sistematizada dos respectivos elementos financeiros e assegurando a consistência da informação e a sua integração com outras aplicações, designadamente *workflow* de propostas de crédito, sistemas de alertas de risco, imparidade, modelo de *rating*, entre outros.

1.1.2.1 Evolução do Crédito

Em 2009, a actividade creditícia registou um notável aumento de 5,8% face ao período homólogo anterior, sendo o crédito a empresas o que mais contribuiu para essa evolução (+6,9%). Refira-se que, ao contrário do verificado em 2008, as aplicações em papel comercial reduziram-se em cerca de 41 milhões de euros. Não considerando o papel comercial, parte significativa do qual beneficia de garantias de outros bancos, e portanto corresponde essencialmente a aplicações de liquidez, o crescimento do crédito concedido a empresas cifrar-se-ia em 9% e o do crédito total em 6,7%.

CRÉDITO a CLIENTES	2008	2009	Valores em milhões de euros, excepto %		Estrutura 2009
			absoluta	relativa	
Crédito a Clientes	8.372,7	8.858,8	486,1	5,8%	100,0%
Empresas	4.133,1	4.418,7	285,6	6,9%	49,9%
Particulares	4.239,6	4.440,1	200,4	4,7%	50,1%
Compromissos perante terceiros	1.099,9	1.130,2	30,3	2,8%	100,0%
dos quais linhas de crédito irrevogáveis	644,8	662,5	17,7	2,7%	58,6%
dos quais linhas de crédito revogáveis	411,1	413,2	2,1	0,5%	36,6%
Garantias Prestadas ¹	315,1	361,7	46,6	14,8%	n.a.

¹ Inclui garantias e avales prestados e créditos documentários de importação

Este acréscimo decorreu da actividade comercial quer das Caixas Agrícolas quer da Caixa Central.

Relativamente aos **Compromissos perante Terceiros**, assistiu-se a um acréscimo de 2,8% face ao exercício de 2008 – de 1.100 para 1.130 milhões de euros - devido essencialmente à evolução dos compromissos irrevogáveis, que aumentaram globalmente cerca de 18 milhões de euros.

No que concerne às **Garantias Prestadas**, contrariamente ao verificado em 2008, verificou-se um aumento no seu valor global em 14,8%, explicável pelo acréscimo em tomada firme de papel comercial, que registou um aumento absoluto de aproximadamente 40 milhões de euros, e pelo efeito de base decorrente da redução do valor das garantias emitidas no exercício transacto.

Evolução do crédito por tipo de operação

Valores em milhões de euros, excepto %				
	2008	2009	Δ Abs.	Δ %
Crédito à Habitação ^{a)}	2,117.3	2,341.7	224.4	10.6%
Contas Correntes Caucionadas	673.2	665.1	-8.1	-1.2%
Descontos Comerciais	106.7	90.0	-16.7	-15.7%
Leasing	147.7	167.1	19.4	13.1%
Cartões de Crédito	40.8	42.6	1.8	4.4%
Descobertos	42.9	28.2	-14.7	-34.3%
Operações com o Estrangeiro	10.2	9.8	-0.4	-4.0%
Papel Comercial	511.0	463.4	-47.6	-9.3%
Contratos de Financiamentos ^{b)}	4,686.7	5,029.3	342.6	7.3%
Rendimentos a receber (líq.)	56.1	36.9	-19.2	-34.3%
Receitas com rendimento diferido (líq.)	-20.0	-15.3	4.7	-23.4%
Crédito a Clientes (1)	8,372.7	8,858.8	486.1	5.8%

^{a)} A rubrica Crédito à Habitação inclui o "Crédito Multiusos" (C.H. complementar)

^{b)} Inclui empréstimos de maturidades diversas.

Na evolução do crédito por tipologia de operações é de destacar o seguinte:

O **crédito à habitação**, apesar de ter diminuído ligeiramente o seu peso na estrutura do crédito a clientes do SICAM (de 24,8% do total em 2008 para 24,5% em 2009), cresceu a um ritmo muito superior ao evidenciado pelo sector bancário no seu conjunto (10,6% no caso do Crédito Agrícola e 2,6% no sistema bancário). Esta evolução traduziu a adesão à campanha multimédia lançada para a promoção deste produto, num contexto em que outras instituições, em resultado de constrangimentos de balanço e também pela interrupção das operações de titularização – a que o Crédito Agrícola, dada a sua situação de liquidez não recorreu até aqui – abrandaram o seu crescimento nesta área. Pode assim dizer-se que, no tocante a este produto, com forte potencial na vinculação dos clientes, o Crédito Agrícola tirou partido das vantagens estratégicas de que desfruta na actual conjuntura de crise, que consistem na sua folgada situação de liquidez e solvabilidade.

Tal como já veio sucedendo nos anos anteriores, a **locação financeira** continuou a ser uma das tipologias de financiamento privilegiada por parte dos clientes do Crédito Agrícola, sendo de destacar que mais de 90% das Caixas Associadas intervieram na celebração de contratos de locação financeira destinados aos seus clientes (ver desenvolvimento no ponto 1.1.2.4). O valor total dos financiamentos nesta modalidade passou assim de 148 milhões de euros em 2008 para 167 milhões em 2009, correspondendo a um acréscimo de 13,1%.

À semelhança dos anos anteriores, o crédito agenciado voltou a registar nova quebra, desta vez de 3,5%, diminuindo a sua importância na carteira da Caixa Central.

Valores em milhões de euros, excepto %

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO AGENCIADO	2008	2009	Variação	
			Absoluta	%
Crédito à habitação *	221,8	208,9	-12,8	-5,8%
Cartões de crédito	23,8	23,6	-0,2	-0,9%
Descontos comerciais	1,5	0,9	-0,7	-43,2%
Contas correntes caucionadas	25,6	23,5	-2,1	-8,3%
Financiamentos	177,3	167,0	-10,3	-5,8%
Leasing	111,1	117,6	6,5	5,9%
Operações com o estrangeiro	2,1	2,0	-0,1	-4,3%
TOTAL	563,2	543,5	-19,7	-3,5%

* A rubrica Crédito à Habitação inclui o "Crédito Multiusos" (CH complementar)

Tal situação, que ocorre a despeito da modificação do sistema de comissionamento de modo a tornar o contrato de agência mais atractivo para as CCAM, é justificada pelo aumento da capacidade de concessão de crédito por parte das Caixas Associadas – fruto da política de fusões levadas a cabo e consequente aumento dos seus fundos próprios –, bem como pelo número crescente de Caixas com autorização para ampliar o âmbito da sua actividade.

Refira-se que o *leasing* foi a única tipologia de crédito onde se verificou uma evolução positiva e crescente no crédito agenciado: aumento de 5,9% em 2009 *versus* 2,6% em 2008.

1.1.2.2. Empresas

No segmento de empresas, como se referiu, em termos globais, verificou-se um crescimento assinalável de 6,9%. Regista-se como factor de destaque a quebra no crédito sob a forma de papel comercial, que em 2008 havia sido a rubrica com maior evolução, e o forte crescimento na locação financeira (+16,5%).

Valores em milhões de euros, excepto %

EMPRESAS	2008	2009	Variação		Estrutura 2009
			absoluta	relativa	
Crédito a Empresas	4.133,1	4.418,7	285,6	6,9%	100,0%
- Contas Correntes Caucionadas	554,1	558,9	4,8	0,9%	12,6%
- Descontos Comerciais	90,3	78,8	-11,5	-12,8%	1,8%
- Locação Financeira (Leasing)	118,1	137,6	19,5	16,5%	3,1%
- Financiamentos ¹	3.370,6	3.643,4	272,9	8,1%	82,5%
do qual Papel Comercial	504,8	463,4	-41,4	-8,2%	10,5%

¹ Inclui descobertos e empréstimos de maturidades diversas, quer em moeda nacional quer estrangeira.

O valor das contas correntes caucionadas, por sua vez, manteve-se praticamente inalterável denotando o maior rigor na concessão deste tipo de crédito.

Os descontos comerciais registaram uma quebra de 12,8%, consequência da diminuição do recurso a este tipo de financiamento.

1.1.2.3. Particulares

No segmento de particulares, assistiu-se a uma evolução moderada da carteira de crédito, que atingiu uma variação positiva de 4,7% relativamente ao exercício anterior.

Valores em milhões de euros, excepto %

PARTICULARES e MICRO-NEGÓCIOS	2008	2009	Variação		Estrutura 2009
			absoluta	relativa	
Crédito a Particulares	4.239,6	4.440,1	200,4	4,7%	100,0%
- Crédito à Habitação ¹	2.117,3	2.341,7	224,4	10,6%	52,7%
- Crédito ao Consumo ²	381,1	395,6	14,5	3,8%	8,9%
do qual Cartões de Crédito	40,4	41,9	1,5	3,7%	0,9%
- Locação Financeira (Leasing)	28,3	28,3	-0,1	-0,3%	0,6%
- Outro Crédito por Desembolso de Fundos ³	1.713,0	1.674,6	-38,4	-2,2%	37,7%

¹ A rubrica Crédito à Habitação inclui o "Crédito Multiusos" (C.H. complementar)

² Valores apurados em função de linha, sublinha e finalidade de crédito (inclui descobertos)

³ Inclui descobertos, efeitos descontados, contas correntes e empréstimos de maturidades diversas.

Esta evolução consubstanciou-se essencialmente no acréscimo verificado no Crédito à Habitação, de 4,7% que correspondeu a um aumento do crédito concedido de 224.4 milhões de euros, fruto da política levada a cabo de promoção deste produto, no quadro da dinamização da rede agora reforçada. Contrariamente, as operações agenciadas apresentaram, no crédito à habitação, uma variação negativa que se situou nos 5,8%, isto é, menos 12,8 milhões de euros que em 2008. Para além de uma dinâmica relativamente

fraca no crédito agenciado, contribuíram para esta variação a transferência de créditos à habitação agenciados quer para outras Instituições quer para as próprias Caixas Associadas.

Refira-se ainda que o crédito ao consumo registou um aumento de 3,8% suportado pelo aumento do crédito concedido através de cartões (+3,7%). No entanto, continua a representar apenas uma pequena parcela do crédito concedido a particulares (8,9%) face aos restantes produtos, em cuja estrutura continua a ter peso dominante o crédito à habitação – 52,7% –, tal como se verifica no conjunto do sistema bancário.

1.1.2.4. Locação Financeira

Tal como já vinha sucedendo nos anos anteriores, e se referiu atrás, a locação financeira manteve-se como uma tipologia de preferência por parte dos clientes do Crédito Agrícola para o financiamento do investimento, sendo que apenas seis Caixas Associadas não intervieram na celebração de contratos de locação financeira destinados aos seus clientes.

No 2º trimestre do ano foi lançado o novo produto de “**Leasing em Consórcio**” que permite às Caixas Agrícolas efectuar, na modalidade de *leasing*, o financiamento da aquisição de imóveis pelos seus clientes. Tal tem proporcionado uma alternativa de crédito ao mútuo com hipoteca, em que o enquadramento da garantia é aliás mais forte, dado que, em vez da hipoteca, a Caixa Agrícola fica ela própria com a co-propriedade do bem, em conjunto com a Caixa Central, na proporção do valor do imóvel financiado pela CCAM e pela Caixa Central.

Algumas Caixas Associadas já aderiram a esta modalidade, na qual o número de operações tem vindo gradualmente a crescer.

Como já se apontou, a carteira global de crédito em locação financeira ascendia no fim de 2009 a 167,1 milhões de euros, o que revela um crescimento de 13,1% em relação a 2008, com a seguinte decomposição:

Valores em milhões de euros

Tipo de bem locado	2008	2009	Variação 2008/2009		Estrutura carteira	
			Absoluta	%	2008	2009
Viaturas	47,2	51,3	4,0	8,6%	32,0%	30,7%
Equipamentos	48,5	65,3	16,8	34,7%	32,8%	39,1%
Imóveis	52,0	50,5	-1,5	-2,9%	35,2%	30,2%
Total	147,7	167,1	19,4	13,1%	100,0%	100,0%

Em 2009, a celebração de contratos de *leasing* imobiliário em consórcio com as Caixas Agrícolas representou activos de aproximadamente 2,8 milhões de euros.

Verifica-se, em especial, que o ***leasing* automóvel** – em que as CCAM têm um papel acrescido na celebração dos contratos –, e vem apresentando um peso crescente no financiamento de viaturas ligeiras, tendo-lhe cabido 62% do total de contratos de viaturas ligeiras. Assim, o financiamento nesta modalidade –, ainda cresceu 8,6% em 2009, apesar da profunda retracção do mercado automóvel, ocupando 30,7% do total da carteira de locação no fim do exercício.

Foi porém a locação financeira de equipamentos a que apresentou o crescimento mais forte, com 34,7%, ficando a perfazer 39,1% da carteira.

1.1.3. Meios Electrónicos de Pagamento

A actividade desta área continuou a ser fortemente influenciada pela alteração do Modelo de Negócio para os Meios de Pagamento, com implicações estruturais a nível do mercado nacional e impacto na oferta comercial e sua rentabilidade. Outro factor relevante prende-se com a margem potencial de crescimento na área de cartões de crédito de que o Crédito Agrícola possui, tendo em conta o diferencial da nossa quota de mercado em cartões de débito, face à que se observa nos de crédito.

Das actividades que potenciaram o crescimento do negócio dos meios electrónicos de pagamento destacam-se, nas diferentes vertentes:

Novos Produtos

- Adesão à marca MasterCard com o intuito de complementar a oferta do Crédito Agrícola como Emissor, bem como dar suporte à futura oferta do Serviço de *Acquiring*;
- Desenvolvimento do Cartão *Business* nos segmentos Empresas e Negócio, estando actualmente a ser efectuado o respectivo desenvolvimento informático;
- Foram desenvolvidas as condições para o lançamento do Piloto do Cartão *CONTACTLESS*, em parceria com a SIBS e com os principais Bancos Emissores, com o lançamento de um produto Mastercard (débito) e de um Produto Visa (crédito). Este Piloto permitirá ao GCA a emissão de produtos inovadores com uma comunicação centrada na comodidade de utilização, que permitem o aumento da utilização de cartões em transacções de pequeno montante ("guerra ao *cash*"), bem como a penetração na Base de Dados de Clientes;
- Lançamento dos Cartões *Co-Branded* Centro Cultural e Congressos de Caldas da Rainha, Santa Casa da Misericórdia de Pombal, Beira Sumos, Intermarché de Mirandela, CEVAL – Centro Empresarial dos Vales do Lima e Minho, e Panike.

Novos Serviços

Foram desenvolvidas as condições para o lançamento do Serviço de *Acquiring*. Com este Serviço, os comerciantes passam a negociar directamente com o Grupo CA as condições para aceitação de pagamentos com cartões VISA e MasterCard, criando assim condições mais competitivas, com a captação de uma maior quota-parte do valor gerado na utilização dos cartões, tendo por objectivo a penetração junto do segmento comerciante.

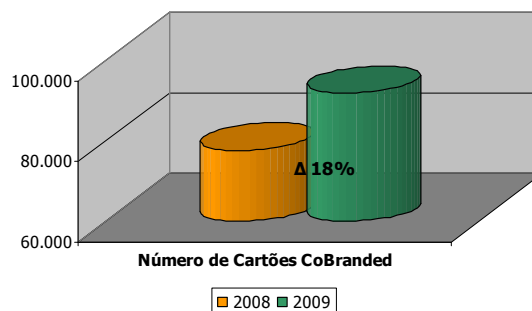
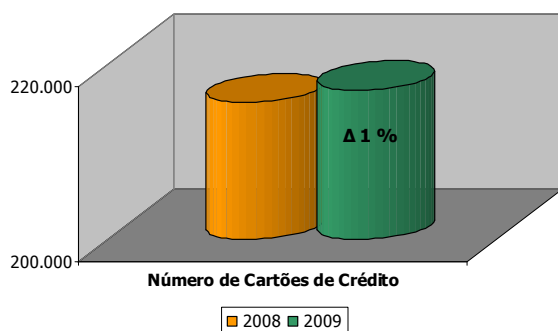
Encontra-se em curso o Piloto para o lançamento do Serviço de *Acquiring*, que terá como base a marca CA&companhia – segmento de comerciantes – estando esta Linha de Oferta em renovação para a marca “Rede CA&companhia”.

Desenvolvimento das Parcerias *Co-Branded*

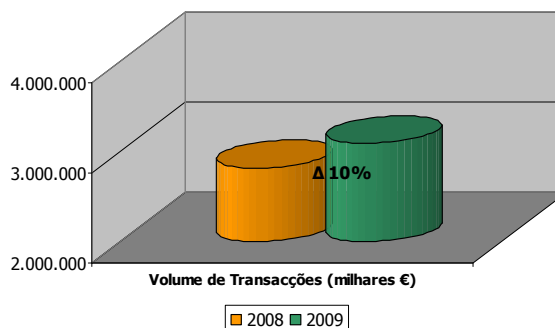
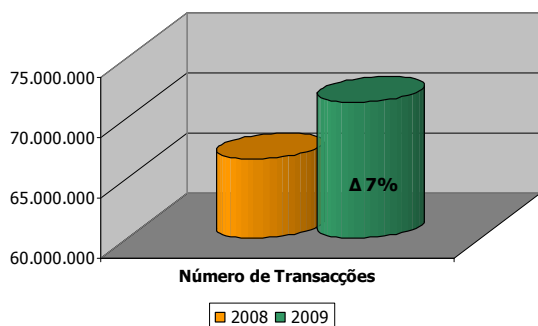
- Procedeu-se à expansão do protocolo com a Pharma+, definindo-se condições preferenciais para Antecipação de Comparticipação de Receituário, Apoio à Tesouraria, Apoio ao Investimento e Aquisição de Imóveis, e Apoio à recuperação e Modernização da Farmácia;
- Encontram-se em processo de migração as parcerias *Co-Branded* que apresentam um menor índice de colocação de cartões (até 5.000 cartões) para o produto CA&companhia (migração de imagem);
- Definiu-se uma Estratégia para colocação de Cartões *Co-Branded* por sector de actividade: CA&companhia Distribuição, Cartão Instituições de Solidariedade, Cartão Bombeiros, Cartão Santas Casas da Misericórdia, Cartão Educação e Cartão AEP.

Resumo dos Principais Indicadores

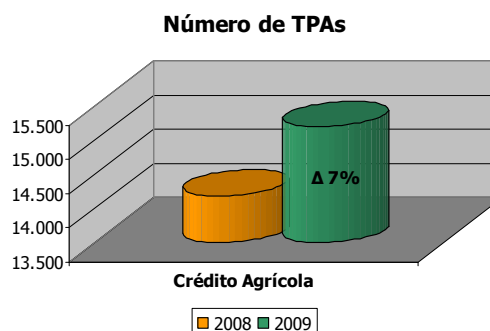
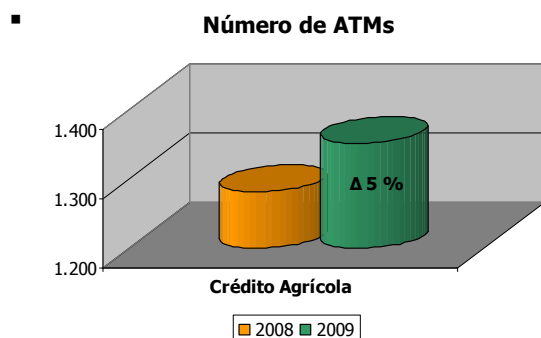
- Aumento do Número de Cartões, nomeadamente dos Cartões de Crédito, destacando-se o aumento de 18% dos Cartões *Co-Branded* em circulação. Este crescimento permitiu alcançar a Quota de Mercado de 4% nos Cartões de Crédito em circulação e de 11% do Número de Cartões de Débito;



- Aumento do Número e Volume de Transacções efectuadas com os Cartões de 7% e 10%, respectivamente;



- O parque de ATM's da rede Multibanco registou um crescimento relativamente ao ano anterior de 5%, e apresenta uma quota de mercado de 10%;



A instalação de Terminais de Pagamento Automático continuou a registar uma evolução positiva, nomeadamente com o lançamento do Pack CA&companhia, o que permitiu alcançar a quota de Mercado de 6%.

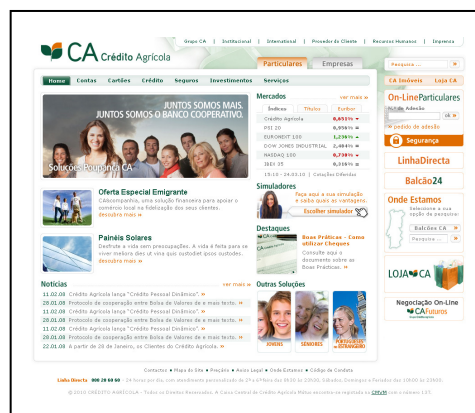
1.1.4. Canais Complementares

O ano 2009 contou com o desenvolvimento e arranque de projectos, alguns dos quais iniciados em 2008, nomeadamente o reforço de segurança nos canais *Homebanking* com o lançamento do SAF (Sistema de Autenticação Forte), que consiste fundamentalmente na disponibilização de um nível adicional de segurança e na implementação de limites diários. As acções de recuperação de crédito, ao nível dos Clientes Particulares, desenvolvidas pelo serviço Linha Directa, registaram um crescimento significativo e iniciaram-se igualmente novos projectos que visam a dinamização do negócio e divulgação dos vários Canais Complementares a todo o Grupo CA e aos seus Clientes em particular.

A procura e exigência por parte dos Clientes na oferta de novas funcionalidades nestes serviços tem sido uma constante não só pela agressividade concorrencial praticada, mas também pelo aumento de utilização dos mesmos, levando a que estas áreas sejam consideradas estratégicas para o futuro das instituições, capazes de responder a novos desafios de negócio.

Destacam-se ao longo de 2009 as seguintes iniciativas:

- Reforço das acções de recuperação de crédito por parte do serviço Linha Directa, solicitadas pelas CCAM, com vista a dar resposta ao aumento da procura registada e melhorar os níveis de recuperação;
- Arranque do projecto de reestruturação / reorganização de conteúdos do Site CA, que contempla fundamentalmente segmentação da oferta de Clientes – Particulares e Empresas, novo *Webdesign*, novas opções de pesquisa, reorganização de toda a estrutura, apresentação de Microsites das Caixas Associadas, actualização e validação de todos os conteúdos, integração de novas informações de mercado, entre outros desenvolvimentos;



- Implementação de um nível adicional de segurança denominado Sistema de Autenticação Forte que consiste no envio de um código SMS por transacção e implementação de limites diários, no canal *On-Line*;

Com o objectivo de impedir a concretização de fraude no canal internet foram ainda em 2009, definidos requisitos adicionais de alerta a implementar ao longo de 2010.

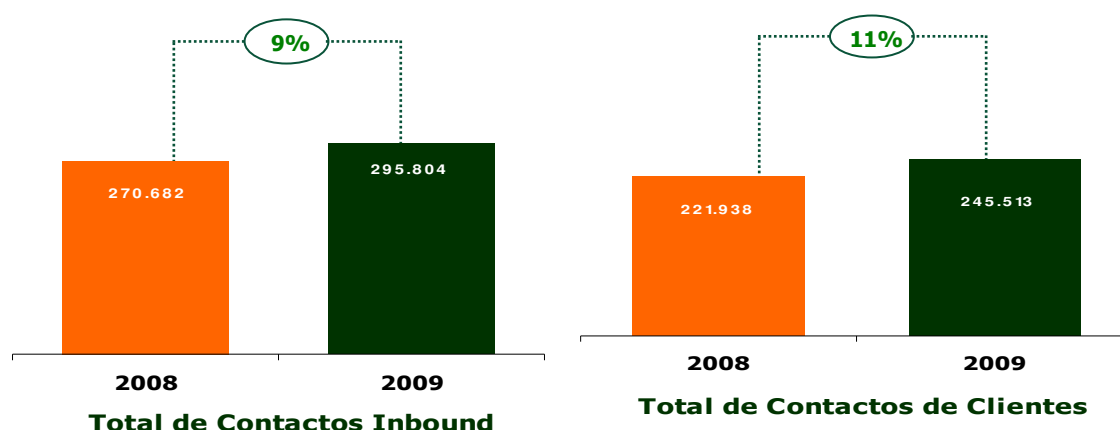
- No final do 1º semestre, foi apresentado um piloto de um conceito inovador de Quiosque Bancário. Este projecto veio responder à necessidade de em locais onde não existem Balcões CA, ser disponibilizado um espaço que integra um conjunto de serviços e soluções financeiras, capazes de responder a necessidades de negócio dos Clientes, permitindo que estes possam interagir com as respectivas CCAM;
- 
- O 2º semestre de 2009 contou com a disponibilização de um leque alargado de novas funcionalidades no *On-Line*, nomeadamente a disponibilização da aplicação de Débitos Directos, todo o processo de validação e informação da DMIF, consulta de Depósitos Estruturados, entre outras funcionalidades e melhorias realizadas;
 - Realização, no final de 2009, de uma campanha comercial de canais que teve como principal objectivo reforçar a carteira de Clientes aderentes ao *On-Line* Particulares e aumentar a adesão ao SAF.

Seguidamente destacam-se os principais indicadores registados em cada um dos serviços, ao longo do ano.

A) Evolução do Serviço Linha Directa (*Contact Center*)

LinhaDirecta
808 20 60 60

O serviço Linha Directa transaccional registou em 2009 um crescimento na ordem dos 9% nos contactos *Inbound*. O número de Clientes que contactou o serviço registou, igualmente, um crescimento de 11% face ao ano anterior.



Relativamente às acções de *Outbound* realizadas, destacam-se as acções de Telecombranças para crédito próprio (10 CCAM até final de 2009), crédito agenciado e cartões de crédito.

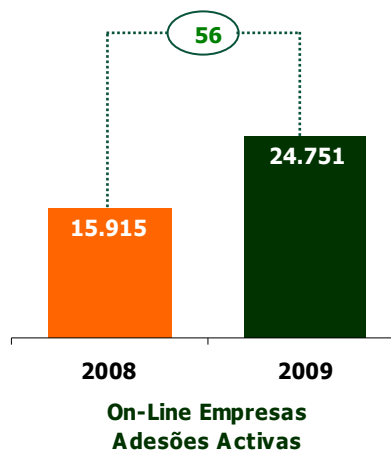
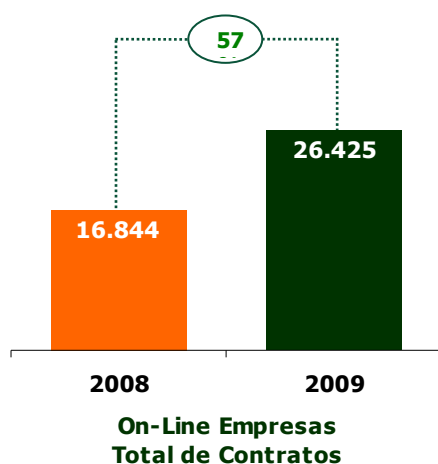
Os resultados desta acção registaram 62% de Clientes recuperados e 43% de montante recuperado. Estes valores traduzem, para 2009, um aumento de 2% em Clientes Recuperados, apesar de registarmos uma diminuição de 9% nos montantes recuperados face a 2008.

Esta descida resulta do aumento significativo da Carteira de Incumprimento (+62% face a 2008). No entanto, o último trimestre já regista um aumento nos valores recuperados.

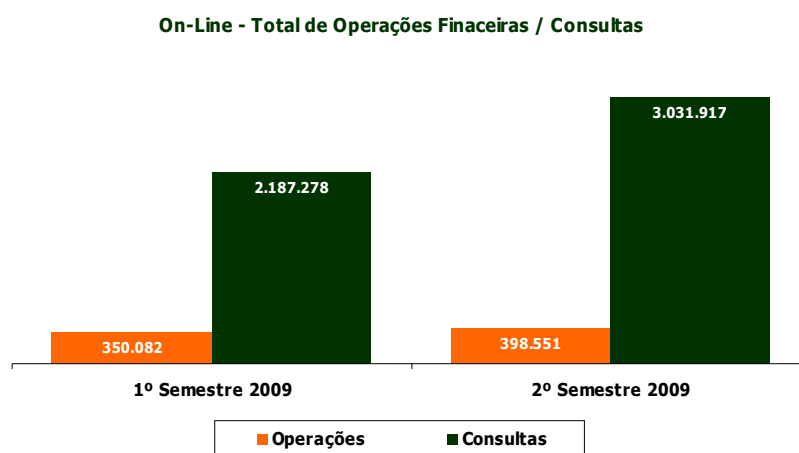
B) Evolução do Serviço de Internet Banking – *On-Line*

B1) *On-Line* Empresas **On-LineEmpresas**

No Serviço *On-Line* Empresas registou-se um crescimento de cerca de 57% nas adesões e 56% nas adesões activas, em relação ao ano 2008.

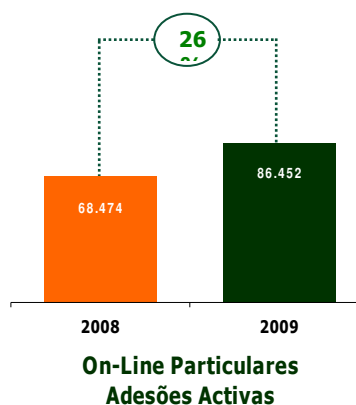
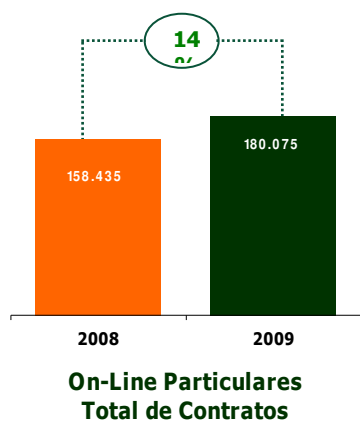


O quadro seguinte apresenta a evolução semestral do volume de transacções do serviço *On-Line* Empresas em 2009, tendo alcançado um crescimento de 35% do 1º para o 2º Semestre.

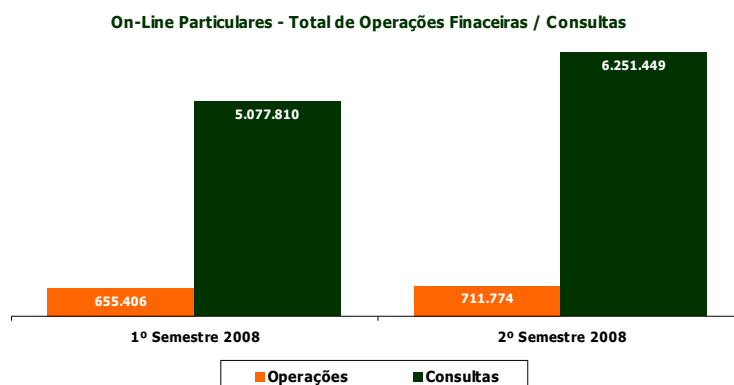


B2) *On-Line* Particulares **On-LineParticulares**

O Serviço *On-Line* Particulares registou um crescimento de cerca de 14% nas Adesões ao Sistema MultiCanal. As Adesões Activas do Serviço *On-Line* Particulares representaram um crescimento de 26% face ao ano 2008.

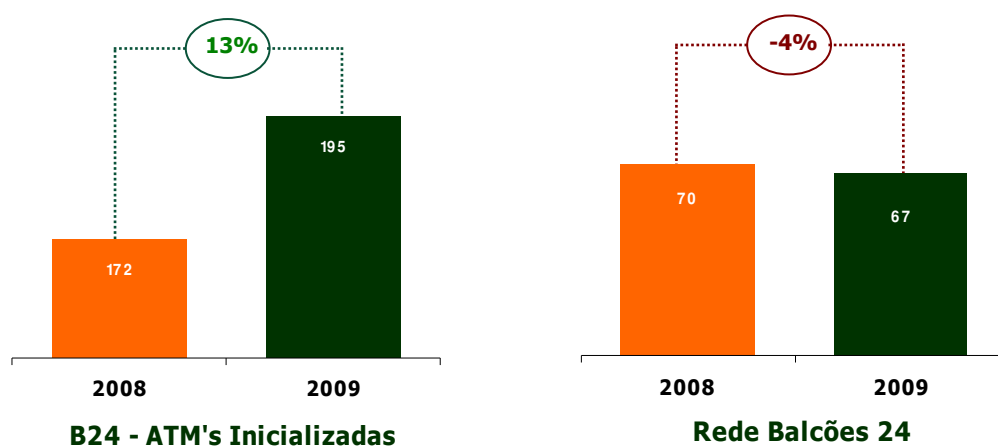


No quadro seguinte é apresentada a evolução semestral do volume de transacções do serviço *On-Line Particulares* em 2009, tendo representado um crescimento de 21% do 1º para o 2º Semestre.

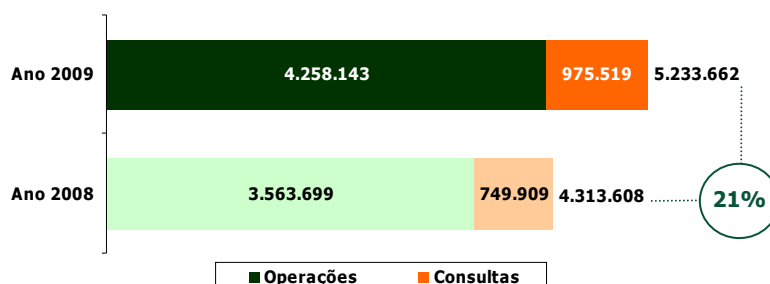


C) Evolução do Serviço Balcão 24 **Balcão24**

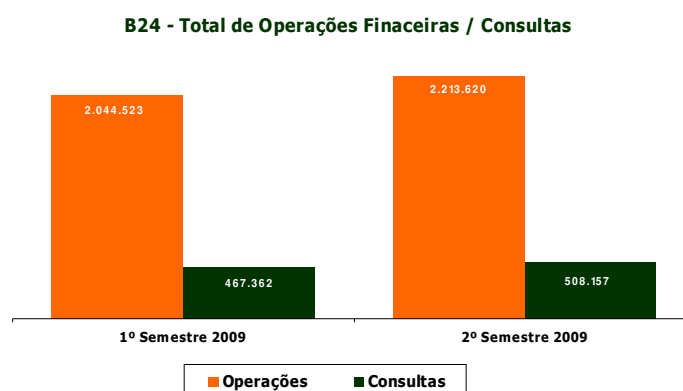
O Serviço Balcão 24 assinalou em 2009 o seu 5º ano de lançamento, contando com 197 Balcões inicializados, o que representou um crescimento de 13% de serviços instalados em relação a 2008. A rede de Caixas aderentes decresceu 4% devido às fusões verificadas em 2009.



O número total de transacções registou um crescimento de 21%, face ao ano 2008. O número médio de transacções/mês por equipamento situa-se nos 2.351.



No quadro seguinte é apresentada a evolução semestral do volume de transacções do serviço Balcão 24 em 2009 que registou um crescimento no total de operações realizadas de 8%, face ao 1º Semestre 2009.

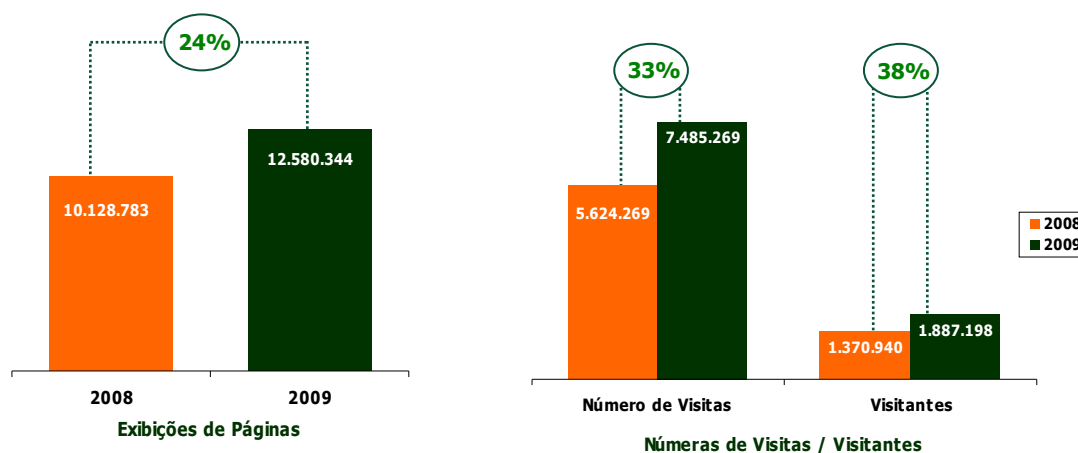


D) Site Institucional Crédito Agrícola (www.creditoagricola.pt)

Em 2009 registaram-se 7.485.269 Visitas (+33% face a 2008), ao Site Institucional do Grupo Crédito Agrícola, representando uma média de 625.000 visitas/Mês, as quais foram efectuadas por 1.887.198 Visitantes Únicos.

Estas visitas resultaram em 12.580.344 Páginas Vistas o que reflecte um crescimento de 24% face ao número de páginas vistas em 2008 (10.128.783).

De seguida, apresentam-se os principais indicadores de actividade do Site Institucional do Crédito Agrícola durante o ano 2009:



1.1.5. Área Internacional, Emigração e Representações Exteriores

1.1.5.1. Área Internacional

A actividade internacional foi condicionada pela crise económico-financeira que exigiu uma vigilância contínua tendo em vista a minimização do risco de contraparte e risco-país.

No último trimestre do ano a economia mundial começou a dar sinais de recuperação pelo que se procedeu a novas revisões dos limites para Instituições Financeiras, mas sempre norteadas por critérios de prudência.

No âmbito da relação com os Bancos Correspondentes realça-se a captação de operações para apoio a empresas, integradas em grupos internacionais, com actividade em Portugal. Por outro lado procurou-se detectar oportunidades de renegociação das respectivas condições.

Na Área de Promoção do Negócio manteve-se a elaboração de estatísticas e de análises sobre a evolução das operações de estrangeiro por Caixa, por Cliente e por Produto.

A pedido de algumas CCAM, e com o objectivo de dinamizar esta área de negócio, foi efectuado acompanhamento em visitas a alguns clientes.

O negócio internacional, intermediado pela Caixa Central, em Dezembro de 2009 ascendia a 1.439 milhões de euros representando um decréscimo de cerca de 16,33% em relação a igual período do ano anterior, o que se explica pela redução do comércio externo português. Com efeito, a quota de mercado evoluiu positivamente passando de 1,67% para 1,71%.

Contrariando a tendência dos últimos anos as operações documentárias registaram um crescimento de 39,5%. No entanto, esta evolução ficou a dever-se à emissão pontual de uma garantia bancária de montante particularmente elevado para a importação de produtos agrícolas, a solicitação e com contragarantia de uma instituição financeira europeia de primeira linha, garantia entretanto reduzida após o rateio habitual da quantidade a importar

pelos diversos operadores interessados.

Não considerando esta operação o crescimento teria sido de apenas de 4,6% e a redução do volume total de operações ascenderia a cerca de 15,5%.

Refira-se que para contrariar a estagnação do negócio com o estrangeiro, que se verifica há vários anos, se exige uma maior proactividade das áreas comerciais do CA, que no contexto de retracção actual se torna ainda mais premente, dado que a redução do volume geral de negócio vai intensificar a concorrência entre os bancos.

Em 2009 prosseguiu-se o desenvolvimento do projecto SEPA, realçando-se a entrada em vigor da Directiva de Serviços de Pagamento que exigiu adaptações, quer ao nível regulamentar, quer ao nível tecnológico.

A Caixa Central continuou a participar activamente nos Grupos de Trabalho no âmbito da CISP (Comissão Interbancária para os Sistemas de Pagamento) e colaborou nos grupos de trabalho que funcionaram junto da EBA (*European Bank Association*).

Operações de Estrangeiro

Valores em milhares de euros excepto %

	2008		2009		2009/2008
	Volume	Estrutura %	Volume	Estrutura %	Δ%
Operações Documentárias (*)	60.410	3,5%	59.283	4,1%	-1,9%
Operações Não-Documentárias	1.659.505	96,5%	1.379.799	95,9%	-16,9%
Total	1.719.915	100,0%	1.439.083	100,0%	-16,3%

(*) Inclui saldos a Dezembro/2009 das operações que envolvem crédito

Como se referiu acima, a quota de mercado evoluiu positivamente, atingindo 1,71% face a 1,67% no ano anterior.

Comércio Internacional - Quota do C.A.

Valores em milhões de euros excepto %

	Nacional(*)	CA(**)	Quota de Mercado
2008	99.123	1.660	1,67%
2009	81.159	1.384	1,71%

(*) Valores do Comércio Internacional de Mercadorias e Serviços

(**) Exclui Emigração

1.1.5.2. Emigração e Representações Exteriores

Esta unidade orgânica da Caixa Central, tem efectivamente um papel transversal no Grupo Crédito Agrícola, dado que o seu âmbito de actividade é o segmento dos não residentes em Portugal, bem como o desenvolvimento e acompanhamento do negócio de clientes nacionais, além fronteiras, optimizando e fortalecendo assim o relacionamento destes segmentos com o Grupo.

Com o objectivo estratégico de dar os primeiros passos no sentido de criar bases para uma verdadeira internacionalização do Crédito Agrícola foram, ao longo do ano de 2009, desenvolvidas inúmeras acções com o intuito de aumentar a notoriedade da nossa Instituição. As participações e patrocínios de eventos culturais, acções filantrópicas ou cursos de formação ministrados no exterior, são alguns exemplos disso.

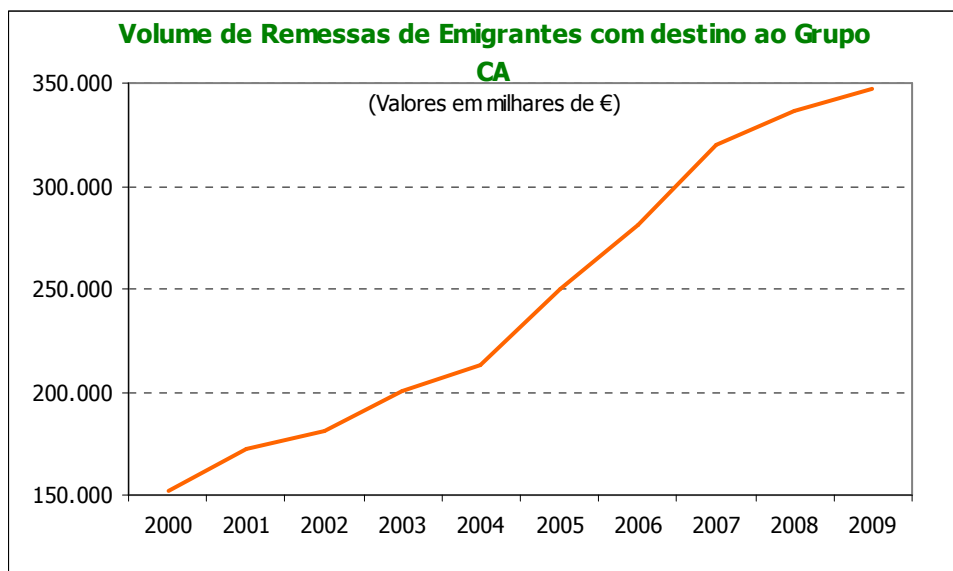
Com esta presença mais assídua junto das comunidades portuguesas e de empresas sediadas no exterior que mantêm ou pretendem desenvolver negócio com Portugal, tem aumentado o fluxo de angariação de clientes (particulares e empresas) que inicia uma relação comercial com o Crédito Agrícola.

Emigração

Este segmento de clientes tem de facto uma expressão notória no Crédito Agrícola, justificando sobremaneira a primazia da atenção das estruturas comerciais presentes no exterior e as respectivas acções comerciais.

Como corolário desta estratégia, verificamos que as quotas de mercado do Grupo CA, quer no que diz respeito às remessas de emigração quer aos depósitos da diáspora, registam novo crescimento comparativamente com o período homólogo de 2008, o que se traduz num crescimento continuado desde há 10 anos. Realça-se o comportamento das remessas, com um crescimento de 3,3% em volume (8,8% em número de operações), o que eleva a quota de mercado do Grupo CA para mais de 15%, ou seja um crescimento aproximado de 2 pontos percentuais.

Relativamente aos depósitos regista-se também um crescimento, em contra ciclo com os valores nacionais que apresentam um decréscimo.



REMESSAS DE EMIGRAÇÃO

	Volume em milhares de €		
	Nº Oper.	Volume	Q.M.
2007	427.652	319.701	12,4%
2008	473.741	336.393	13,5%
2009	515.502	347.337	15,4%
Δ 08/09	8,8%	3,3%	+ 1,9 p.p.

DEPOSITOS DE EMIGRAÇÃO

	Volume em milhares de €		
	Nacional	Grupo CA	Q.M.
2007	7.240.000	255.312	3,5%
2008	7.837.000	261.077	3,3%
2009	7.670.000	265.288	3,5%
Δ 08/09	-2,1%	1,6%	+ 0,2 p.p.

Não inclui os DP's de Emigrantes na SFE

Destaque ainda para a recente actividade direccionada para o segmento dos Imigrantes, de que é exemplo a conclusão de implementação, na rede do Crédito Agrícola, do serviço de transferências internacionais via Western Union, que tem registado um crescimento apreciável, traduzido na movimentação mais de 4,5 milhões de euros, durante o ano de 2009.

Sucursais Financeiras Exteriores

As Sucursais Financeiras Exteriores da Caixa Central, são a estrutura preferencial para actuar na oferta de produtos e serviços ao segmento específico dos não residentes em geral e dos emigrantes portugueses em particular.

Actuando num mercado extremamente competitivo do lado da captação de negócio e simultaneamente presente nos mercados financeiros em que a gestão do risco e da volatilidade é cada vez mais exigente, a actividade das SFE's ao longo de 2009 teve como principais objectivos, garantir a competitividade dos seus produtos por um lado e o rigor e segurança da gestão financeira inerente ao seu balanço.

Merecem especial destaque os resultados consolidados alcançados que se cifraram em cerca de 1,2 milhões de euros, representando um acréscimo de mais de 121% relativamente a 2008.

Para 2010, a estratégia do Grupo irá privilegiar o desenvolvimento sustentado da actividade com os não residentes, bem como a detecção de oportunidades de negócio no exterior que serão direccionadas para o segmento de empresas portuguesas que procuram expansão além-fronteiras, assentando esta estratégia numa maior diversificação da presença física do Grupo Crédito Agrícola no exterior.

1.2. Actividade Financeira e Mercado de Capitais

1.2.1. Estratégia de Actuação na Área de Tesouraria

O ano de 2009 continuou a ser marcado pelas sequelas da crise financeira que atingira o seu *clímax* na parte final de 2008, em reacção à falência do Banco *Lehman*. Em particular, os Bancos Centrais haviam entretanto activado uma verdadeira bateria de iniciativas anti-crise, entre elas, uma diminuição pronunciada das taxas de juro oficiais, as quais pura e simplesmente *aterraram* em níveis próximos de 0%. Com efeito, na Zona Euro, a taxa directora do BCE, que ainda em Julho de 2008 se encontrava em subida (para 4,25 %), desceu vertiginosamente a partir da reunião do BCE de 8 de Outubro de 2008 e atingiria 1% em Maio de 2009. As taxas *Euribor*, por sua vez, atingiriam mínimos que haveriam de chegar a 0,700% e 0,987%, respectivamente, nos prazos de três e de seis meses.

Neste contexto, as aplicações da Tesouraria guiaram-se pelas seguintes linhas de força:

- Minorar o impacto da pronunciada diminuição das taxas de juro sobre a sua remuneração;
- Gerar a partir de uma alteração do seu *mix*, que retirasse partido dos elevados *spread* de mercado, uma margem adicional a transferir para as Caixas Associadas – nomeadamente através do Depósito a Prazo Especial de Cobertura (DPEC) – em apoio ao seu esforço de retenção da base de depósitos em circunstâncias de aproximação aos limites naturais de ajustamento das taxas de juro dos recursos comerciais – com as taxas de referência de mercado próximas de zero como referido – e de recrudescida concorrência;
- Fazê-lo, ainda, sem prejuízo da liquidez, de harmonia com critérios de crédito fortemente condicionados no contexto da crise e, mantendo, relativamente à duração das aplicações das Caixas Associadas junto da Caixa Central, um alinhamento apropriado nas circunstâncias.

Esta orientação corporizou-se num conjunto de iniciativas consistentemente levadas a cabo ao longo de 2009, das quais destacamos:

- O alongamento da duração das aplicações no mercado monetário interbancário e no mercado de capitais, neste último através da constituição de uma carteira de obrigações a taxa de juro fixa sobre Instituições de Crédito de referência (cujo valor nominal ascendia do final de 2009 a 211 milhões de euros), incluindo com garantia de estado, ancorando a sua remuneração num contexto de descida das taxas de juro de referência de mercado;
- A utilização das carteiras de títulos adquiridos, de liquidez imediata, para a realização de operações de reporte junto do BCE ou no mercado (um volume médio de 512 milhões de euros ao longo de 2009), apropriando uma margem, excepcionalmente elevada na circunstância, entre a remuneração das aplicações de mercado monetário interbancário e as realizadas com garantia de títulos;
- A aquisição de obrigações a taxa de juro flutuante a médio prazo e *spread* elevado, embora em decréscimo rápido ao longo de 2009 (cujo valor nominal ascendia do final de 2009 a 311 milhões de euros);
- A aquisição de carteiras para a cobertura de produtos de passivo específicos lançados no decorrer de 2009, quais sejam o Depósito Rendimento Seguro e o CA Aforro Crescente (com valor nominal no final de 2009 de 141 milhões de euros).

As iniciativas desenvolvidas permitiram, não obstante a acentuada descida das taxas de mercado:

- Manter inalteradas ao longo da maior parte do ano as taxas de remuneração dos excedentes de liquidez das Caixas Associadas junto da Caixa Central;
- Lançar medidas extraordinárias de suporte às Caixas Associadas, de que o Depósito a Prazo Especial é o exemplo mais paradigmático, no esforço financeiro por estas desenvolvido com o objectivo de reforçar a sua base de recursos;
- Salvaguardar a margem financeira da Caixa Central.

Evolução dos Activos sob Gestão do Departamento Financeiro

	Montante		Variação		% do Total	
	31.12.08	31.12.09	Absoluta	Relativa	2008	2009
M. Monetário, P. Comercial e Depósitos B.P.	2.125.435	1.509.088	-616.347	-29,0%	76,5%	54,8%
Obrigações	653.913	1.246.895	592.982	90,7%	23,5%	45,2%
Total	2.779.348	2.755.983	-23.365	-0,8%	100,0%	100,0%

Valores em milhares de €

1.2.2. Caixas Associadas e *Corporate Desk*

Ao longo de 2009, o CEACD continuou a desenvolver o projecto de cooperação com as Caixas Associadas e com as Áreas Comerciais da Caixa Central para a promoção, venda e distribuição de produtos de tesouraria e de mercados financeiros. Completou o programa de visitas às Caixas Associadas visando a apresentação do *Serviço Caixas Associadas e Corporate Desk* e a inventariação e desenvolvimento de oportunidades de cooperação conjunta neste domínio.

Prosseguiu, em articulação com o DRH, o Programa de Visitas à Sala de Mercados pelas Caixas Associadas, tendo o DF já recebido desde o seu lançamento representantes de cerca de 40% das Caixas Associadas. No decurso das visitas dá-se a conhecer a organização e funcionamento do Departamento Financeiro, as actividades nele desenvolvidas, com a perspectiva de uma maior identificação com os respectivos aspectos técnicos e campo de aplicação comercial, riscos operacionais e financeiros a ter em conta na respectiva negociação e processamento, além de se procurar desenvolver o conhecimento mútuo e facilitar uma maior informalidade de contacto necessárias à promoção e desenvolvimento da actividade comercial conjunta no dia a dia.

Com a criação de um mecanismo específico para a cobertura de depósitos a prazo por parte das CCAM junto da Caixa Central, coube ao CEACD o acompanhamento do produto e a sua adaptação às situações concretas colocadas pelas CCAM perante as suas necessidades específicas. Para tal, foram elaborados mecanismos de controlo e reporte da utilização do produto por parte das CCAM.

Depois da conclusão, em 2008, da plataforma informática desenvolvida pela CA Serviços para a distribuição de Depósitos Estruturados, em 2009 foram iniciados os trabalhos para o

upgrade desta ferramenta de forma a atender a necessidades específicas e para flexibilizar ainda mais a sua utilização. O *upgrade* envolve produção automática de documentação, flexibilização das coberturas, inclusão de novo contrato e de cativo aos depósitos.

1.2.3. Função Financeira no Grupo Crédito Agrícola

Em 2009 consolidou-se a Função ALM – Gestão de Activos e Passivos tendo o Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) centrado a sua atenção no desenvolvimento de soluções que pudessem contribuir para mitigar o impacto do contexto de mercado sobre a margem financeira da Caixa Central e do SICAM.

Num contexto de elevada incerteza promoveu-se igualmente a concretização de acções tendentes ao aumento da liquidez disponível em balanço.

O ALCO continua a contribuir de forma decisiva para aprofundar a gestão dos riscos de balanço associados a cada Entidade do SICAM e ao GCA como um todo, de forma integrada e consistente, e assim também concorrer para a análise articulada e a tomada de decisão, no âmbito deste Comité, das diferentes vertentes funcionais relevantes para a actividade, nomeadamente, a financeira, a de risco e a comercial.

Ao longo do ano procedeu-se ainda ao desenvolvimento da solução técnica de suporte ao apuramento da rentabilidade das diversas unidades de negócio com base em preços internos de transferência.

1.2.4. Controlo de Risco na Área de Tesouraria

O controlo das actividades da Tesouraria e dos riscos específicos associados, nomeadamente de mercado, de crédito e de contrapartida e operacionais, é assegurado, numa segunda linha (sendo a primeira as unidades de coordenação da Sala de Mercados e do CEACD), pelo Gabinete Técnico do Departamento Financeiro que verifica permanentemente a observância dos limites de risco definidos e produz diariamente relatórios sobre as actividades realizadas.

Neste domínio, a desejável intensificação e diversificação das actividades da Tesouraria em mercados e instrumentos e a dinamização da promoção e venda de produtos e serviços de tesouraria e mercados através do CEACD a que se aludiu vieram colocar renovadas exigências.

Neste sentido, durante o ano de 2009 deu-se continuidade ao projecto de implementação de uma nova solução de suporte integrado às actividades do *front, back e middle office* do Departamento Financeiro. A par da revisão dos processos internos de funcionamento, esta solução permite adequar a gestão dos riscos operacional, de mercado e de contraparte às mais elevadas exigências da respectiva gestão e controle.

O desenvolvimento da referida solução informática facilita ainda a disponibilização de produtos adicionais, importantes para o reforço da eficiência da gestão da tesouraria e com vasto campo de aplicação comercial no âmbito da actuação do CEACD.

1.2.5. Intermediação no Mercado de Capitais

Apesar de o exercício de 2009 ter decorrido sob o signo da crise nos mercados financeiros, a actividade face ao ano anterior evoluiu favoravelmente, registando-se um crescimento de proveitos, conforme quadros abaixo:

Valores em milhares de euros

Actividade	Valor		Comissões Brutas	
	2008	2009	2008	2009
Mercado à Vista	2.643.043	1.118.238	256	272
Custódia/Depositário *	1.072.370	1.141.029	770	1.385
Papel Comercial *	32.750	120.041	196	442

(*) Saldo a 31/12/2009

	Nº de Contratos transaccionados		Comissões Brutas	
	2008	2009	2008	2009
Mercado Futuros	68.434	35.062	266	164

A actividade de recepção e transmissão de ordens registou um crescimento de proveitos, apesar de uma redução nos volumes processados, decorrente de uma contenção nas operações originadas nas empresas do Grupo, face à situação dos mercados financeiros.

A actividade dos nossos clientes nos mercados de futuros, ao longo de 2009, também se ressentiu da situação dos mercados financeiros.

Por sua vez, a actividade de Custódia e Depositário verificou um aumento de proveitos significativo face ao ano de 2008, justificado pelo crescimento das carteiras sob custódia e das comissões de depositário dos Fundos de Investimento.

O número de contas de títulos existentes no final do ano, após encerramento definitivo de contas não migradas da CA Dealer era de 6.933. Por sua vez, o número de contas para negociação de futuros era de 69.

Assistimos em 2009 a um crescimento dos processos de concessão de crédito com a intervenção das Sociedades de Garantia Mútua. Estes processos movimentaram 538 contas de títulos, com respectivo depósito de acções e constituição de penhor.

Em conjunto com o DCCC e a CA Serviços o Departamento de Títulos colaborou na análise e especificação de requisitos para aperfeiçoamento da extracção automática da informação a reportar à DGCI.

Continuou a aumentar o número de clientes com acesso à plataforma de negociação em Bolsa, no *Internet Banking* do Crédito Agrícola - CA *Online*, passando de 2.301 em 31/12/2008 para 3.393 no final de 2009.

No sentido de corresponder às alterações das regras prudenciais aplicáveis às Instituições Financeiras, com reforço do respectivo rácio de solvabilidade para um valor não inferior a 8% dos Fundos Próprios de Base (*Tier I*), foi organizada a emissão de Títulos Especiais de Investimento Tier 1 - "Caixa Central/ 2009", com um montante colocado total de 35,5 milhões de euros. Aquela emissão tem características de dívida subordinada equiparada a fundos próprios de base, com prazo indeterminado, e foi colocada exclusivamente junto

das Caixas Associadas, em duas fases, em Setembro e Novembro de 2009.

Ainda relativamente às actividades desenvolvidas salienta-se o crescimento da actividade de organização de Programas de Emissão de Papel Comercial, com colocação particular, realizado em colaboração com o Gabinete Comercial de Empresas. Foram organizados 6 novos Programas, com um montante total de 80,5 milhões de euros e realizadas 102 emissões ao longo do ano.

Em articulação com a CA Serviços e outras áreas da Caixa Central, foram efectuadas a análise, concepção e especificação de requisitos, desenvolvimento, testes e formação de um conjunto de funcionalidade para automatização dos procedimentos associados à DMIF, abrangendo diversas aplicações informáticas do Crédito Agrícola. Como principais características das novas funcionalidades salientam-se:

- A validação, pelos sistemas informáticos (Aplicação Central – Profile, Solução Local, SIFOX - Central *Online* e Crédito Agrícola *Online*), da necessidade de classificação dos Clientes que pretendam transaccionar ou abrir contas de investimento em instrumentos financeiros abrangidos pela DMIF;
- A verificação, por aqueles sistemas, da adequação dos produtos que o Cliente pretende transaccionar, à luz da respectiva classificação no âmbito da DMIF;
- O registo na Aplicação Central dos dados DMIF de cada Cliente (Classificação, Resultado dos Testes de Adequação e Confirmação de Ordem sobre Tipo de Instrumento Financeiro Complexo) e respectiva disponibilidade para consulta;

Esta área colaborou também na preparação e realização de acções de formação presenciais aos colaboradores do Crédito Agrícola, sobre o impacto das funcionalidades de automatização dos procedimentos DMIF.

1.3. BancaSeguros

1.3.1. Seguros – Ramos Reais

A CA Seguros celebrou, em 2009, o **15º Aniversário** da sua constituição ao mesmo tempo que vê confirmado o sucesso do projecto de Bancasseguros Não Vida lançado de raiz pelo Crédito Agrícola. Com base em indicadores de actividade muito favoráveis e no elevado nível de garantias financeiras apresentadas, a CA Seguros viu reconhecido o seu bom desempenho ao ser eleita como a **Melhor Seguradora Não Vida**, no seu segmento de dimensão e pelo segundo ano consecutivo, pela Revista Exame, na Edição Especial de 2009 dedicada às Maiores e Melhores Empresas em Portugal.

No exercício de 2009, a carteira em prémios brutos emitidos da CA Seguros atingiu os 74,9 milhões de euros, representando um crescimento de 2,5%, em contraponto à variação negativa de -4,2% do mercado Não Vida em Portugal. De salientar o significativo crescimento em determinados segmentos de mercado e de produtos, designadamente, nos produtos Acidentes Pessoais, Habitação e Saúde, reforçando o equilíbrio na estrutura de carteira, contribuindo para resultados superiores aos orçamentados.

Esta evolução teve, em 2009, o contributo de cerca de 2.300 colaboradores das Caixas Agrícolas que proporcionaram crescentes níveis de produção nova e patamares mais elevados de actividade, alcançando a CA Seguros no final do exercício 193 mil Clientes e 343 mil apólices renováveis, para tal contribuindo também a colocação de novos desafios e a aposta em mais elevados níveis de motivação.

O adequado funcionamento e articulação interna entre as diversas áreas da CA Seguros e as permanentes melhorias introduzidas, associadas a uma eficiente gestão de sinistros têm sido, também, um factor de qualidade distintivo na prestação de serviços a Clientes e na relação com Terceiros.

No primeiro trimestre de 2009 foi implementada a nova estrutura organizacional que visou dotar a CA Seguros das condições adequadas a um mais rápido desenvolvimento da sua carteira de negócios, numa perspectiva de redução de custos, e com o objectivo de melhorar substancialmente e de forma progressiva a resposta às CCAM e a qualidade do

serviço. Neste sentido, implementou-se em 2009 uma nova gestão de reclamações de Clientes, nomeou-se o Provedor do Cliente, implementou-se uma nova política de tratamento de Clientes e adoptaram-se os princípios adequados a uma boa comunicação publicitária.

No desenvolvimento da sua estratégia, a CA Seguros continua a assumir a actividade de Bancaseguros, no âmbito exclusivo do Crédito Agrícola, e num quadro institucional de cooperação e de partilha de resultados, com o objectivo de prestar um serviço de elevada qualidade, assegurando elevados níveis de protecção a todos os Clientes na Área dos Seguros Não Vida.

O reforço desta estratégia passa por um constante incentivo a um maior envolvimento de todos os Colaboradores do Crédito Agrícola, cuja eficácia se revela no facto de o número de Balcões e de Colaboradores que comercializam seguros activamente terem novamente aumentado em 2009. Pela primeira vez ultrapassou-se o montante de 17 milhões de euros de produção nova em prémios comerciais anuais o que contribuiu para o aumento do número de participantes na IV Convenção Anual da CA Seguros, que contou com a presença dos Colaboradores das CCAM que atingiram os objectivos definidos para essa qualificação. Outros incentivos distinguiram igualmente os Colaboradores das CCAM com melhor *performance* na venda de seguros. Unanimemente, os Colaboradores das CCAM participantes têm elogiado estas iniciativas e referem-nas como um dos factores mais motivantes para a contínua melhoria da sua *performance* comercial.

Ao nível das campanhas integradas incluídas no Plano de Marketing do Grupo CA procurou-se capitalizar sinergias no *cross-selling* de produtos bancários e de seguros. Merece especial referência a campanha com o código “**CM20**”, em que foram contratadas 23 mil novas apólices de Acidentes Pessoais e que proporcionou a adesão de 15 mil novos Clientes à CA Seguros.

A Comunicação teve presença regular nos meios de informação do Grupo e a página na Internet continuou a dar suporte à visibilidade da marca.

A boa *performance* ao nível da produção nova teve um impacto positivo sobre a dimensão

da carteira de seguros, proporcionando um aumento de 14,0% do número de apólices em vigor em relação ao final do ano anterior. Da mesma forma, o número de Clientes com Apólices em vigor aumentou de 170 mil para 193 mil, ou seja 13,6%.

A taxa de penetração da CA Seguros nos Clientes do Crédito Agrícola tem evoluído de forma positiva, ao longo dos últimos anos, registando no final do ano de 2009 um rácio de 18,3% o que significa, ainda, um enorme potencial de crescimento.

A taxa de sinistralidade global situou-se em 56,6% – antes de imputação de custos por funções –, o que representa um aumento em relação ao ano anterior. Esta evolução é explicada por um reforço das Provisões para Sinistros no ano de 2009, no montante de 5,9 milhões de euros, traduzindo uma política de provisionamento conservadora, reflexo de uma maior sinistralidade real face a anos anteriores.

Os Custos Operacionais registaram um aumento de 7,7% salientando-se a rubrica das Remunerações de Mediação de Seguros, a qual registou um aumento de 6,7%.

O Resultado Líquido, apurado em 2009, foi de 2.565 mil euros representando um crescimento de 55% relativamente ao ano anterior.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Assembleia Geral da CA Seguros aprovou a proposta do Conselho de Administração Executivo para o pagamento de Dividendos aos Accionistas, desta vez pelo montante de 1.296 mil euros, o que corresponde a cerca de 50% do Resultado Líquido do Exercício.

A situação patrimonial da CA Seguros registou uma evolução estável em 2009, traduzida num continuado aumento dos Capitais Próprios e num elevado nível de cobertura das Garantias Financeiras exigidas pelo Instituto de Seguros de Portugal. A CA Seguros fechou o exercício com um montante de Capitais Próprios de 26,6 milhões de euros, valor que excede o registado em 2008, de 22,6 milhões de euros.

No Activo, os Investimentos Financeiros apresentaram um crescimento de 8,8% aumentando o seu peso no total de 78,1% em 2008, para 79,8% em 2009. No Passivo, a

CA Seguros manteve uma política prudente ao nível do provisionamento, tal como em anos anteriores. Globalmente, as Provisões para Sinistros aumentaram 4,8 milhões de euros, situando-se em 31 de Dezembro de 2009 no valor total de 85,1 milhões de euros.

As responsabilidades relativas aos Segurados encontram-se devidamente asseguradas em 31 de Dezembro de 2009 quer ao nível da representação das Provisões Técnicas quer ao nível da Margem de Solvência, em que a taxa de cobertura se situa em 231%, um valor claramente acima da média do mercado Não Vida. Refira-se ainda que os activos elegíveis para a representação das Provisões Técnicas asseguravam um grau de cobertura de 124%.

Unidade: milhares de euros

Rubrica	2007	2008	2009
Prémios Brutos Emitidos	68.516	73.077	74.934
Activo	130.887	139.250	148.306
Capitais Próprios	21.532	22.618	26.575
Resultado Líquido	4.206	1.656	2.565
Nº de colaboradores no final do ano	125	137	139

1.3.2. Seguros – Ramo Vida

Apesar da desaceleração verificada no Sector Segurador e das dificuldades nos primeiros meses do ano, a CA Vida, com base no seu plano estratégico, cresceu tanto em produção como na oferta de soluções e melhorou substancialmente o seu resultado líquido.

A Produção realizada em 2009 permitiu à Companhia alcançar, pela primeira vez, o **oitavo lugar no Ranking das Companhias de Seguros de Vida em Portugal**, apresentando um crescimento de 61% face a 2008 e encerrar o ano com um Resultado Líquido do Exercício de 6.015 milhares de euros, para o que igualmente contribuiu a melhoria nos mercados financeiros face à acentuada turbulência do ano anterior.

O ano de 2009 ficou marcado pela reestruturação da oferta global de soluções disponibilizadas ao Grupo CA, continuando a Companhia a apostar na inovação e diferenciação dos Produtos com vista à melhoria do serviço prestado pelo Grupo e à satisfação global das necessidades dos Clientes.

Assim, foi desenvolvido o **CA Vida Plena**, solução constituída por três opções de capital seguro e com um processo de subscrição bastante simplificado, apresentando-se como mais um reforço no conjunto de soluções disponíveis pelo Grupo CA aos seus Clientes, aumentando, assim, a competitividade do mesmo.

O sucesso da venda cruzada passa também pela complementaridade entre soluções. Neste sentido, a Companhia desenhou o **CA Protecção Livre** que se ajusta ainda mais às soluções de crédito comercializadas pelo Grupo CA, diferenciando-se pelos limites de capital seguro e forma de pagamento, bem como pelos escalões etários praticados na sua subscrição.

A CA Vida desenvolveu igualmente o **CA PPR**, vocacionado para a constituição de complementos à reforma, com taxa indexada à *Euribor* e revista anualmente, apresentando-se como mais uma opção de investimento disponível para o Cliente preocupado com a sua reforma.

Ao nível de **Fundos de Pensões** verificou-se o alargamento da oferta da CA Vida com o lançamento de um novo Fundo de Pensões Aberto com um perfil de risco mais conservador.

De realçar que as carteiras dos vários fundos de pensões beneficiaram da recuperação dos mercados financeiros apresentando valorizações apreciáveis face ao final de 2008, como comprovam as taxas de rendibilidade alcançadas de 6,94% no Fundo de Pensões Crédito Agrícola, de 9,07% no Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Tranquila e de 15,72% no Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Mais.

As decisões tomadas pela CA Vida no respeitante à adequação das suas soluções às novas realidades do Mercado Vida, traduziram-se no incremento da sua competitividade e permitiram potenciar o Negócio Vida junto do Grupo CA, evidenciado pelo aumento verificado na quota de mercado da Companhia que passou de 1,2% em 2008 para 2% em 2009.

No que se refere à produção em número apólices, a CA Vida fechou 2009 com 158,4% do seu objectivo, superando assim a estimativa para o ano. O número de Caixas Agrícolas que superaram os objectivos de prémios cobrados em 2009 foi de 46 comparativamente às 13 do ano anterior. Esta evolução verificou-se também ao nível dos Balcões, tendo 54% cumprido os

objectivos, o que corresponde a 382 Balcões face aos 191 do ano anterior. O lançamento das soluções referidas em muito contribuiu para o incremento verificado.

Face ao ano anterior, o crescimento do Negócio Vida verificado traduziu-se num aumento de 25% das remunerações de mediação de seguros atribuídas às CCAM.

Tendo em consideração os resultados alcançados, e mantendo a prática de anos anteriores, o Conselho de Administração Executivo da CA Vida propôs a distribuição de dividendos pelos Accionistas, no montante de 750.000 euros, proposta esta aprovada em Assembleia Geral.

A CA Vida continuou a apostar na comunicação directa com o canal bancário, um meio de proximidade com os Colaboradores das Caixas Agrícolas. A utilização das novas tecnologias como forma de estar cada vez mais próximo e de uma forma mais rápida junto dos Colaboradores do Grupo Crédito Agrícola permitiu à Companhia intensificar os momentos de presença junto dos mesmos.

A proximidade com o canal bancário foi também reforçada com a criação de momentos que proporcionam interacção entre os seus participantes, nomeadamente com a realização de reuniões regulares com um conjunto de diversas Caixas Agrícolas.

Os meios de comunicação mais tradicionais, como são a *newsletter* “A Folha” e a “Flash”, foram igualmente reforçados, comunicando os eventos e actividades desenvolvidas que mais se destacaram ao longo do ano, bem como informando o Grupo das questões técnicas e operacionais associadas às soluções Vida.

A formação tem sido uma aposta contínua da CA Vida, representando esta um forte investimento a todos os níveis, contribuindo para a preparação, dedicação e desenvolvimento dos recursos humanos de todo o Grupo CA.

Em 2009, para além de cumprir o Plano de Formação, a CA Vida disponibilizou-se para apresentar propostas visando a progressão dos níveis de conhecimentos técnicos necessários a uma prestação de serviços assertiva, proactiva e dinâmica. Em simultâneo, dando resposta às necessidades pontuais de cada Caixa Agrícola, a Companhia desenvolveu por sua iniciativa

diversas acções de actualização de conhecimentos.

No que respeita a desenvolvimentos internos, há a destacar a implementação de um sistema de Gestão Documental transversal a toda a organização, integrado com os processos de negócio da Companhia, permitindo a circulação e disponibilização de documentos exclusivamente por via electrónica reduzindo o risco operacional e incrementando a qualidade de serviço.

Foi implementada também uma solução de replicação e alta disponibilidade que garante a continuidade do negócio da Companhia em caso de inoperacionalidade dos seus sistemas de base, tendo sido efectuado um simulacro cujo resultado demonstrou a eficácia do mesmo.

Com vista à adequação das exigências regulamentares actuais e futuras no âmbito do projecto Solvência II, foi adquirido também um *software* actuarial com as funções de análise de rentabilidade, estudos de *Asset Liability Management* (ALM) e cálculos de provisões, entre outras.

Foram também reforçados os mecanismos de controlo, através da disponibilização de ferramentas de automatização, integração e validação de informação no que respeita à Gestão de Riscos e Controlo Interno, efectuando-se também as adequações às directivas regulamentares do Sector no que respeita a esta matéria.

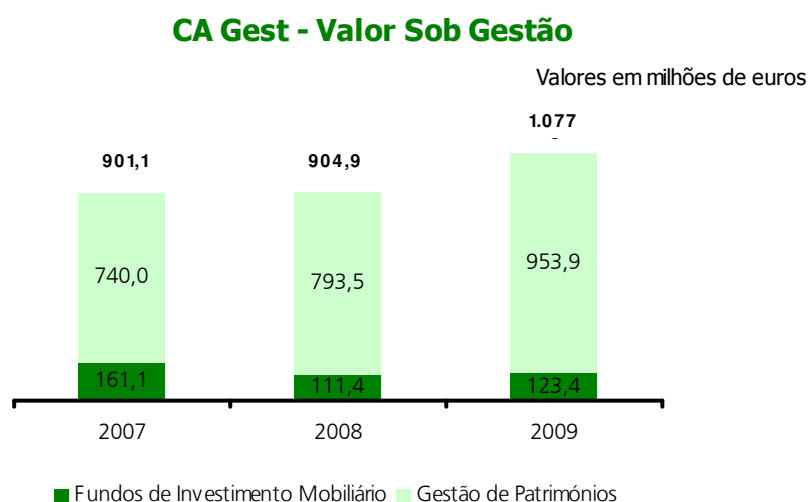
Valores em milhares de euros, excepto %

CA Vida	2008	2009
Prémios Brutos Emitidos	129.289	207.990
Contribuições para Fundos de Pensões	8.652	4.695
Activo Líquido	657.092	797.608
Capitais Próprios	33.277	43.199
Resultado Líquido	-275	6.015
Nº Colaboradores no final do ano	40	44

1.4. Banca de Investimento

1.4.1. Gestão de Activos e Fundos de Investimento

O valor global dos activos sob gestão da CA Gest apresentou em 2009 um crescimento significativo de 19,1% (superior ao crescimento do mercado português – 11,5%), ultrapassando, pela primeira vez, os mil milhões de euros.



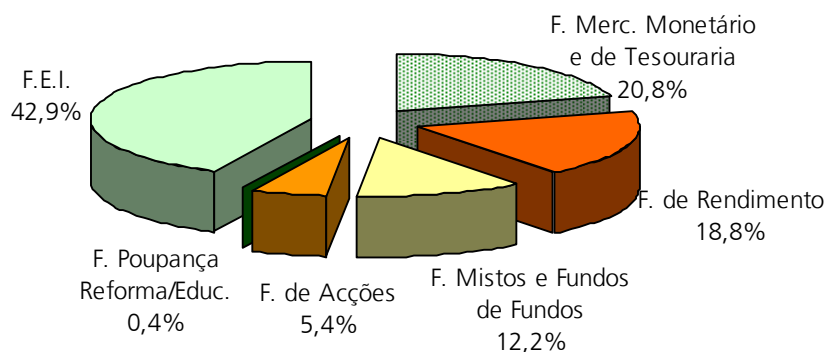
Fundos de Investimento

O valor líquido global dos fundos de investimento mobiliário geridos pela CA Gest e comercializados pelo CRÉDITO AGRÍCOLA totalizava 123,4 milhões de euros, em Dezembro de 2009, o que corresponde a uma recuperação de 10,7% face a Dezembro de 2008, insuficiente para atingir os 161,1 milhões de euros de activos sob gestão registados em 2007.

Esta evolução resultou sobretudo do crescimento de 16,9% dos OICVM, uma vez que os Fundos Especiais de Investimento registaram um crescimento de 3,5%, condicionado pelo termo do F.E.I. Raiz Valor Ibérico ocorrido em Dezembro de 2009.

CA Gest - Fundos de Investimento Mobiliário

Valor Global Líquido



Com excepção dos Fundos Tesouraria Euro, os OICVM geridos pela CA Gest apresentaram em 2009 uma evolução mais favorável do que a média dos seus congéneres e no seu conjunto cresceram 16,9%, enquanto o crescimento médio deste sub-sector foi de 10,6%.

Em resultado desta evolução, a CA GEST, a semelhança do que já havia ocorrido em 2008, voltou a ganhar uma posição no ranking das sociedades gestoras de fundos de investimento mobiliário ocupando em 2009 o 11º lugar, ainda que tenha ocorrido uma muito ligeira redução da sua quota de mercado (0,8% em 2008 e 0,7% em 2009).

Gestão de Carteiras

Em 2009, o montante sob gestão de carteiras de clientes atingiu os 953,9 milhões de Euros, mais 20,2% que no final do ano anterior.

Esta evolução positiva ficou inteiramente a dever-se ao crescimento das carteiras de clientes institucionais que aumentou 21,1%, enquanto as carteiras de clientes particulares registaram um decréscimo de 21,6%.

O crescimento do montante das carteiras sob gestão da sociedade acima da média do sub-sector é responsável por um ligeiro ganho de quota de mercado -1,5% em 2008 e 1,6%

em 2009 – mantendo a CA Gest o 7º lugar no ranking.

Diversificação da Oferta

A sociedade prosseguiu a diversificação da oferta de fundos de investimento, privilegiando os fundos que têm como objectivo, para além do reembolso do capital investido, a obtenção de um rendimento competitivo.

Em Julho de 2009, a CA Gest lançou o Fundo Especial de Investimento Aberto **CA Euribor II**, o qual tem por objectivo:

- a) Assegurar, no final do período de investimento, o Reembolso do Capital Investido;
- b) Proporcionar rendimentos periódicos líquidos correspondentes a 80% da taxa Euribor a 6 meses, em vigor na data de início de cada período a que respeita o rendimento, acrescida de um “spread” de 0,85%.

Este fundo corresponde a uma segunda edição do conceito que presidiu ao lançamento em 2008 do Fundo Especial de Investimento Aberto CA Euribor +.

Adicionalmente, em Dezembro do mesmo ano, foi lançado o primeiro Fundo Especial de Investimento Aberto indexado à valorização do sector da Saúde, designado **CA Saúde Valorização**. O fundo tem como objectivo:

- a) Proporcionar, no final do período de investimento de 4 anos, o Reembolso do Capital Investido;
- b) Proporcionar rendimentos líquidos, no máximo de 16% do montante investido, acumulados no final dos 4 anos, dependentes da evolução de um Cabaz de Referência, constituído por 5 acções do Sector da Saúde;
- c) Proporcionar, na data de liquidação do Fundo, um rendimento líquido mínimo global de 1,6% do montante investido.

A CA Gest procedeu à revisão e aprofundamento do serviço de gestão de patrimónios, designadamente diversificando e ajustando os modelos de gestão de carteiras de clientes

particulares, incorporando as lições decorrentes da crise dos mercados financeiros e aumentando a capacidade de resposta da gestão a situações de grande instabilidade desses mercados.

Empenhou-se ainda, com os clientes institucionais, quer na revisão das políticas de investimento e modelos de gestão das suas carteiras, com vista a robustecer a gestão de risco, quer no desenvolvimento de novos produtos e soluções financeiras mais adequados ao perfil dos seus clientes.

Principais Indicadores Financeiros

Valores em milhares de euros

CA Gest	2008	2009	Variação	
			Valor	%
Margem Financeira	111	20	-91	-81,9%
Produto Bancário	2.105	1.903	-202	-9,6%
Custos de Funcionamento	1.826	1.724	-102	-5,6%
Resultados Líquidos	163	104	-59	-36,0%
Activo (Líquido)	3.818	4.052	234	6,1%
Passivo	476	606	130	27,3%
Situação Líquida	3.342	3.446	104	3,1%

A margem financeira, constituída exclusivamente pela remuneração das aplicações financeiras da sociedade, registou uma diminuição de 81,9%, decorrente da acentuada redução das taxas de juro. Esta diminuição condicionou fortemente a evolução desfavorável do produto bancário e do resultado líquido.

A importante recuperação dos montantes sob gestão verificada em 2009 ocorreu fundamentalmente no último trimestre, pelo que as comissões líquidas auferidas pela sociedade apresentaram ainda uma diminuição face a 2008 de 5,1%, penalizando em cerca de 102 mil euros o produto bancário.

Por idêntica razão ocorreu uma diminuição de 18,2% das comissões de comercialização e de depósito pagas à Caixa Central e às CCAM, cujo valor foi de 380,8 mil euros. Assim, o produto bancário apresentou uma variação negativa de cerca de 201,2 mil euros,

correspondente a uma diminuição de 9,6 face ao exercício anterior.

A política de contenção de custos conduzida durante o exercício teve como resultado uma diminuição dos custos de funcionamento de 5,6%, correspondente a cerca de 102 mil euros.

Este controlo de custos foi alcançado, quer no que respeita aos custos com pessoal, que se reduziram 1,4%, ainda que não se tenham verificado alterações no quadro de colaboradores da sociedade, quer no que se refere aos gastos gerais administrativos, que foram cortados em 5,2%.

À semelhança do ano anterior e para fazer face a eventuais efeitos negativos, embora não determinados, associáveis a responsabilidades derivadas do exercício da gestão dos fundos de investimento mobiliário e das carteiras de clientes, no contexto de incerteza em que está a ser desenvolvida a actividade da sociedade, a CA Gest decidiu constituir uma provisão no valor de 40 mil euros.

Em consequência da redução do produto bancário, resultante da queda das taxas de juro e da recuperação tardia dos montantes sob gestão e apesar da redução de custos alcançada, os resultados antes de impostos registaram em 2009 um decréscimo de 35,8%, tendo ascendido a 178,9 mil euros. Por sua vez, os resultados líquidos de impostos, cifraram-se em 104,2 mil euros, menos 58,6 mil euros que no ano anterior.

Os activos totais aumentaram 6,1% e os capitais próprios ultrapassaram os 3,4 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo igualmente de 3,1% face ao exercício anterior.

A rentabilidade dos capitais próprios situou-se em 3,1%, abaixo da média dos últimos 5 anos que foi de 9,8%.

1.4.1.1. Fundos de Investimento Imobiliário

Fundo CA Património Crescente

O Fundo CA Património Crescente concluiu o seu quarto exercício completo de actividade com cerca de 95,90 milhões de euros sob gestão, que representa uma quota de mercado de cerca de 2,1% dentro da categoria dos Fundos de Investimento Imobiliários Abertos, de acordo com os dados da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e um crescimento de 42% face ao ano anterior.

Em Dezembro de 2009 este Fundo tinha já 2.712 participantes (1 791 participantes em 2008) que o subscreveram em 245 Balcões da rede do Crédito Agrícola, correspondentes a 64 Caixas.

O Fundo CA Património Crescente obteve uma rentabilidade líquida de 4,44% nos últimos 12 meses, de 4,74% nos últimos 24 meses e 4,55% nos últimos 36 meses. Esta rentabilidade é, respectivamente, a segunda melhor rentabilidade do mercado para o primeiro prazo e a melhor para os dois últimos prazos, na óptica do participante.

Apesar dos seus ainda quatro anos de existência, e de apenas em Fevereiro de 2010 ter alcançado os 100 milhões de euros, refira-se que este FII já recebeu duas menções honrosas:

- Em Maio de 2009, a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO), em análise feita aos Fundos Imobiliários do mercado nacional na sua revista para a área de produtos financeiros “Dinheiro & Direitos”, considerou o CA Património Crescente como uma das “escolhas acertadas” frisando que “é o Fundo recomendado para prazos superiores a 2 anos”;
- Em Agosto de 2009, o Jornal de Negócios, no seu artigo “Invista como um Milionário”, alocando 18% do seu investimento a imobiliário, recomendou o CA Património Crescente como o melhor Fundo de Investimento Imobiliário Nacional.

Fundo CA Arrendamento Habitacional

O CA Arrendamento Habitacional caracteriza-se por ser um Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, constituído por subscrição particular, de distribuição parcial de rendimentos. Tem como principal objectivo, face à situação económica mais grave desde o Pós Guerra, possibilitar aos mutuários de créditos à habitação alienarem as suas fracções de habitação para o Fundo, celebrando, em simultâneo, um contrato de arrendamento, tendo ainda uma opção de compra destinada a permitir, no futuro, a respectiva recompra da mesma fracção.

O Fundo iniciou a respectiva actividade em 23 de Outubro de 2009, com um capital de 50 milhões de euros, tendo concluído o seu primeiro exercício de actividade com cerca de 49,90 milhões de euros sob gestão, correspondentes a 500.000 unidades de participação, contando em 31 de Dezembro com 7 Caixas Agrícolas, para além da Caixa Central.

Fundo CA Imobiliário

O Fundo CA Imobiliário iniciou a sua actividade Setembro de 2005. Por autorização da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 2006, este Fundo, que era um Fundo de Investimento Fechado, transformou-se em Fundo Especial de Investimento Aberto.

O Fundo, tendo iniciado a sua actividade em 1 de Setembro de 2005 com um capital de 12 milhões de euros, atingiu em 31 de Dezembro passado o seu quarto exercício completo de actividade com cerca de 170,9 milhões de euros sob gestão (124,9 milhões em 2008) correspondentes a 18.138.214 unidades de participação (12.967.979 em 2008). Este aumento do volume de activos deve-se, fundamentalmente, à degradação da situação económica verificada no país.

1.4.2. Banca de Negócio e Consultoria Financeira

O exercício de 2009 foi o quinto ano completo de actividade da Sociedade no quadro da nova missão e objectivo estratégico que presidiram à sua refundação em Dezembro de 2004. As linhas orientadoras continuaram a ser (1) dotar o Grupo Crédito Agrícola (GCA) de uma Unidade de banca de negócios, prosseguindo o objectivo estratégico de (2) contribuir para a oferta de um serviço global e integrado aos clientes do Grupo Crédito Agrícola complementando, e potenciando, os negócios de banca, seguros e intermediação financeira não bancária.

No exercício da sua actividade, a CA Consult continuou a apostar na criação de notoriedade enquanto entidade de assessoria de referência ao sector do *Agribusiness*. Em simultâneo com o enfoque no sector no *AgriBusiness*, a CA Consult tem no desenvolvimento do seu posicionamento enquanto assessor de referência ao sector de Saúde, consubstanciando desta forma os dois pilares chave de diferenciação da Empresa no mercado de Assessoria Financeira e de Gestão Nacional.

Adicionalmente, tem angariado e procurado desenvolver mandatos de F&A em diversos sectores, nomeadamente, Energias Renováveis, Turismo, *Packaging*, Facility Services, Trabalho Temporário e Metalomecânica.

No que respeita à actividade relacionada com **Capital de Risco**, apesar da conjuntura desfavorável, a CA Consult esteve envolvida na apreciação de 14 intenções de investimento (menos 8 que em 2008). As propostas de participação foram originadas nos seguintes sectores: Produção de ovo-produtos, Preparação e conservação de produtos frutícolas, Produção / comercialização de azeite (duas operações); Viti-vinicultura, Fruticultura, Floricultura, Gestão Florestal e Tecnologias de Informação.

A actividade nesta área cifrou-se essencialmente nos sectores do *Agribusiness* e para o efeito muito contribui a manutenção e actualização, pela CA Consult, de um amplo levantamento sectorial à escala nacional, com caracterização económico-financeira de PME's de áreas elegíveis para investimentos do FCR Agrocapital.

Na perspectiva da **Assessoria Financeira e de Gestão**, e com vista à consolidação da posição no sector de *AgriBusiness*, foram desenvolvidas outras iniciativas, cujos benefícios se esperam retirar durante 2010, tendo em atenção o investimento em *research* e a pré-venda efectuados em 2009 e relativas a Consolidações no sector cooperativo e Internacionalização.

Relativamente aos restantes sectores de actividade económica, foram desenvolvidos projectos de assessoria financeira e de gestão, destacando-se no sector da Saúde a estruturação e montagem de financiamento a accionistas de Grupo Privado de Saúde para realização de aumento de capital, Assessoria na aquisição de unidades de negócio em Meios Complementares de Diagnóstico a *holding* privada e Projecto de Diagnóstico aos activos no sector da Saúde para uma Sociedade Gestora de Participações e recomendação sobre estratégia futura. No sector das Energias Renováveis destaca-se essencialmente a Assessoria prestada à Caixa Central (*Co-Mandated Lead Arranjer*) na estruturação e montagem de financiamento de central de produção de energia eléctrica a partir de painéis fotovoltaicos no Alentejo, com 12,7 MWp no montante global de 40 milhões de euros. Outros sectores onde a CA Consult prestou assessoria, em 2009, foram os sectores da Embalagem Flexível, das Parcerias Público-Privadas, Trabalho Temporário e Facility Services.

Ainda neste contexto e em virtude do contexto económico e financeiro, a CA Consult também procurou dirigir os seus esforços para a conclusão com sucesso dos mandatos obtidos e ao desenvolvimento de oportunidades de Assessoria de Gestão e de Assessoria Financeira relacionada com Dívida Corporativa. Assim, foram angariados mandatos de assessoria financeira em *Project Finance* e em Dívida Corporativa nos sectores das Energias Renováveis, da Saúde, no sector da Restauração e na fileira do Vinho.

Transversalmente, para reforçar as suas capacidades ao nível da prestação de serviços de assessoria financeira, a CA Consult tem vindo a desenvolver o relacionamento com operadores congéneres, nacionais e internacionais de Capital de Risco, *Private Equity* e outras entidades de assessoria financeira internacionais, designadamente através da *Pandion Partners*.

Do ponto de vista contabilístico e de resultados, os principais indicadores da performance de exploração verificada em 2009, demonstram:

- o decréscimo do nível de actividade face ao ano anterior em cerca de 11%;
- a consequente redução do Valor Acrescentado Bruto em 17%, como resultado combinado da diminuição dos proveitos e do aumento do valor de FSE's;
- apesar da redução verificada nos recursos humanos, a diminuição dos proveitos operacionais e o aumento dos custos com o pessoal e FSE provocaram uma evolução negativa nos indicadores operacionais por colaborador;
- A rentabilidade dos capitais próprios foi negativa (31%), fundamentalmente pelo efeito conjugado da diminuição de resultados líquidos e diminuição dos fundos próprios provenientes dos resultados negativos do exercício de 2009 que absorveram o resultado positivo do exercício 2008.

O resultado líquido atingiu em 2009 um valor negativo de 147.116 euros sendo influenciado por:

- decréscimo nos Proveitos Operacionais na ordem dos 11%;
- decréscimo no *cash-flow* operacional (EBITDA) de cerca de 158%;
- reforço de ajustamentos para dívidas de clientes de cobrança duvidosa;

Unidade: milhares de euros

CA Consult	2007	2008	2009
Activo Líquido	768	839	654
Situação Líquida	421	472	325
Resultado líquido	94	51	-147
Nº Colaboradores Efectivos	17	21	19

2. Análise Financeira

2.1. Demonstração de Resultados

As contas do SICAM em 2009 foram influenciadas pelas condições particularmente desfavoráveis que caracterizaram a actual conjuntura, e sobretudo pela política monetária em vigor, a qual, visando a estabilização do sistema financeiro, e a sustentação e relançamento da actividade económica, se traduziu em injeções massivas de liquidez no sistema bancário que trouxeram as taxas *euribor* para níveis mínimos históricos num lapso de tempo extremamente curto, como se referiu no enquadramento macroeconómico.

Esta descida abrupta das taxas *euribor* teve um impacto muito adverso nas condições de exploração do SICAM que se manifestou quer ao nível da Caixa Central quer das Caixas Associadas.

Com efeito, em parte significativa da carteira de crédito, os juros estão indexados às taxas *euribor*, pelo que a forte redução que se observou nestes referenciais de mercado implicou uma substancial queda dos proveitos associados à carteira de crédito.

Por outro lado, o ambiente de taxas de juro desmedidamente baixas criou importantes limitações e condicionantes à rentabilização adequada ao nível da Caixa Central dos fundos que constituem a reserva de liquidez do Grupo.

O impacto adverso da evolução das taxas *euribor* está bem patente na comparação das taxas do crédito e das principais aplicações de 2008 e 2009, que evidencia uma drástica e generalizada redução em todas as taxas activas.

Esta trajectória das taxas activas foi acompanhada por uma evolução, igualmente em baixa, das taxas dos depósitos, mas que ficou bastante aquém da queda das primeiras, uma vez que as taxas dos depósitos, quando nos aproximamos de níveis mínimos, apresentam resistência à descida, e além disso, a concorrência pela captação de recursos, que se mantém muito viva, funcionou como um importante factor de suporte dos seus níveis.

Nestas condições, a margem financeira, principal componente do produto bancário, sofreu em 2009 uma contracção muito considerável em relação ao valor que registara em 2008 e nos anos mais recentes, situando-se no exercício findo em 315,2 milhões de euros, contra

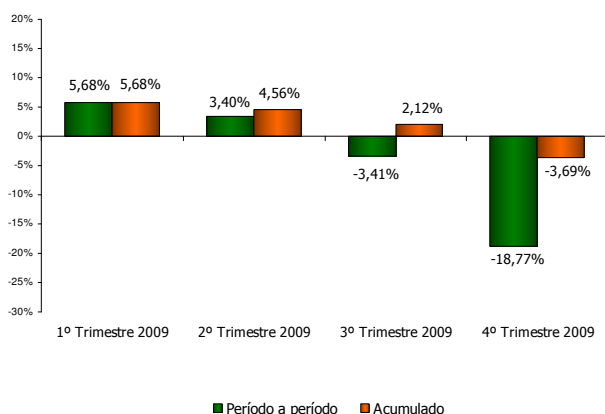
403,2 milhões em 2008 (-21,8%), 387,1 milhões em 2007 (-18,6%) e 351,4 milhões em 2006.

Valores em milhões de euros, excepto percentagens					
SICAM - MARGEM FINANCEIRA	2007	2008	2009	Variação 09/08	
				Absoluta	Δ %
Juros recebidos	612,6	676,9	516,6	-160,4	-23,7%
Aplicações em Instituições de Crédito	61,1	85,5	37,7	-47,7	-55,9%
Crédito sobre Clientes	516,8	558,0	425,8	-132,2	-23,7%
Aplicações em Títulos	34,8	33,5	53,0	19,6	58,4%
Juros pagos	225,5	273,7	201,4	-72,4	-26,4%
Recursos de Instituições de Crédito	9,4	15,6	7,2	-8,4	-53,7%
Recursos de Clientes	210,9	246,8	177,2	-69,7	-28,2%
Outros passivos financeiros	5,2	11,3	17,0	5,7	50,0%
Margem financeira	387,1	403,2	315,2	-88,0	-21,8%

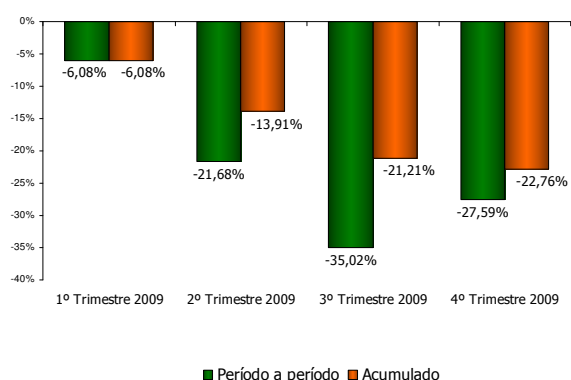
A análise da margem financeira ao longo do ano de 2009, considerando os valores trimestre a trimestre, torna manifesto o impacto da descida da *euribor* na evolução observada. Constata-se, com efeito, que o decréscimo da margem financeira em 2009, comparativamente aos períodos homólogos de 2008, se foi acentuando ao longo do ano à medida que as taxas *euribor* evoluíam para níveis cada vez mais baixos.

Assim, no que toca às Caixas Associadas a redução da margem financeira em termos homólogos foi de 6,1% no 1º trimestre, e de 21,7% e 35% respectivamente nos 2º e 3º trimestres, apesar da criação pela Caixa Central do Depósito a Prazo Especial, que permitiu remunerar uma parte dos depósitos das Caixas com majoração face às taxas de tabela. No 4º trimestre, porém, a variação negativa esbateu-se para 27,6%. No caso da Caixa Central, a variação homóloga da margem financeira só foi positiva nos 1º e 2º trimestres (5,7% e 3,4%), sendo já negativa no 3º trimestre (-3,4%) e muito negativa (-18,8%) no 4º trimestre. Para esta evolução contribuiu, sobretudo, o facto de a Caixa Central ter decidido manter invariante, desde Maio de 2009, as taxas de remuneração dos depósitos das Caixas, apesar do incessante abaixamento das taxas do mercado interbancário.

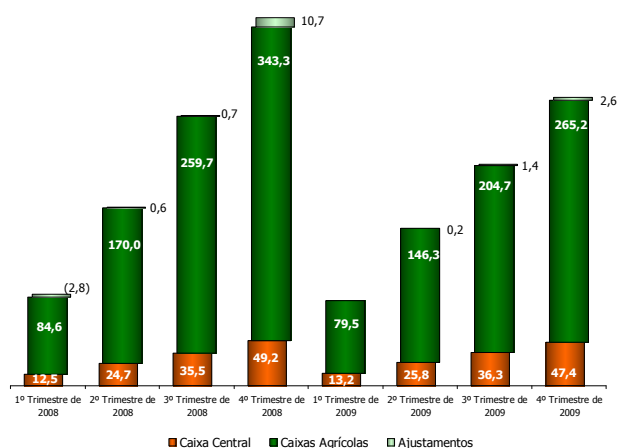
Evolução da Margem Financeira da Caixa Central (Δ % homóloga)



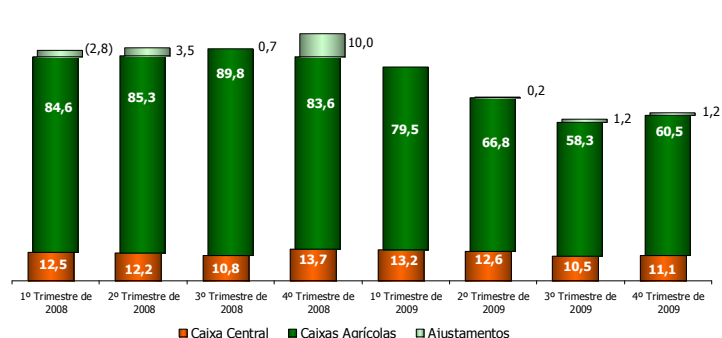
Evolução da Margem Financeira das Caixas Agrícolas (Δ % homóloga)



Evolução da Margem Financeira SICAM - valores acumulados



Evolução da Margem Financeira SICAM - período a período



Constata-se, aliás, que parte substancial (73,9%) da redução da margem financeira do SICAM no exercício de 2009 foi registada no segundo semestre, em que o nível médio da taxa *euribor* a 3 meses desceu para 0,712% e o da taxa a 6 meses para 0,966%.

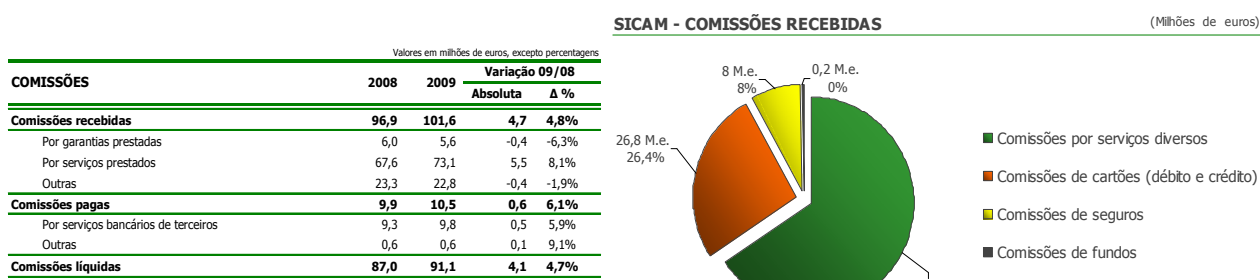
Evolução semestral da margem financeira milhões de euros

	2008	2009	Variação 09-08	
			Absoluta	Δ %
1º semestre	195,3	172,3	-23,0	-11,8%
2º semestre	207,9	142,9	-65,0	-31,3%
TOTAL	403,2	315,2	-88,0	-21,8%

Nas outras rubricas do produto bancário, registou-se uma evolução positiva em resultados de activos financeiros, com um ganho em 2009 de 2,8 milhões de euros, contra uma perda de 0,5 milhões em 2008, sendo também de assinalar o crescimento observado no saldo de comissões, de cerca de 4 milhões de euros, passando de 87 milhões em 2008 para 91,1 milhões em 2009, o que em termos relativos corresponde a uma variação de +4,7%.

Em relação aos resultados de activos financeiros a perda de 2008 foi essencialmente devida à menos-valia sofrida num produto de investimento do Rabobank, tendo por sua vez os ganhos mais significativos de 2009 decorrido da valorização da posição cambial, da reavaliação ao justo valor de obrigações de dívida pública portuguesa e também de dividendos em instrumentos de capital.

Nas comissões recebidas, para além das relativas à remuneração de serviços bancários gerais, que atingiram 66,6 milhões de euros, assumem especial importância as comissões geradas na área de cartões (de débito e crédito), que perfizeram 26,8 milhões em 2009. Igualmente relevantes são as comissões relativas à actividade seguradora, que evidenciam aliás tendência de crescimento – atingindo 8 milhões em 2009 – ficando, porém, ainda significativamente aquém das outras comissões acima referidas no seu contributo para o produto bancário. No respeitante às comissões relativas a fundos de investimento, o seu peso mantém-se diminuto.



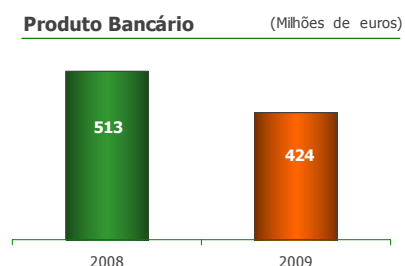
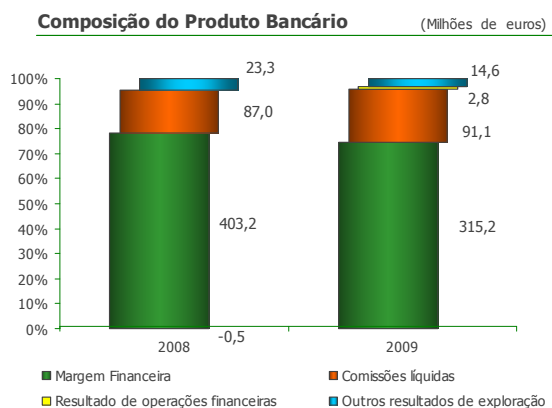
Por fim, no respeitante à rubrica residual de outros resultados líquidos de exploração, observou-se em 2009 uma diminuição acentuada do seu contributo para o produto bancário, que se cifrou em 14,6 milhões de euros, contra 23,2 milhões em 2008 (-37,3%) e 23,4 milhões em 2007.

Face à evolução que se apontou acima para as suas diversas componentes, o produto bancário do SICAM registou um decréscimo significativo em relação a 2008, caindo de cerca de 513 milhões de euros nesse ano para 423,6 milhões no último exercício (-17,4%). O produto bancário de 2009 é inclusivamente inferior ao que se registara em 2007 e praticamente do mesmo valor que em 2006.

Em consequência da evolução negativa da margem financeira, a quota-parte do saldo de comissões no produto bancário, apesar do seu crescimento moderado, subiu de 17% em 2008 para 21,5% em 2009. Esta componente do produto bancário apresenta no entanto potencial para crescimento mais significativo, podendo ser, com uma gestão e aplicação adequada do preçário, com a dinamização – com adequado controlo de risco – do negócio de cartões, e com o aumento da venda cruzada, um factor de atenuação do impacto da queda da margem financeira na conta de exploração consolidada do SICAM.

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

SICAM - PRODUTO BANCÁRIO	2008	2009	Estrutura	
			2008	2009
Margem Financeira	403,2	315,2	78,6%	74,4%
Comissões líquidas	87,0	91,1	17,0%	21,5%
Resultado de operações financeiras	-0,5	2,8	-0,1%	0,7%
Outros resultados de exploração	23,3	14,6	4,5%	3,4%
Margem complementar	109,8	108,4	21,4%	25,6%
Total	513,0	423,6	100,0%	100,0%



Os custos de funcionamento tiveram no exercício um acréscimo de 8,7 milhões de euros, representando uma variação de 3,2 % em relação a 2008, com um crescimento nos custos de pessoal de 4,0% e dos gastos gerais administrativos de 2,3%. As amortizações, por sua vez, tiveram um acréscimo de 5,3% implicando para os custos de estrutura no seu todo um incremento de 3,3%.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE FUNCIONAMENTO

milhões de euros

	2008	2009	Variação	
			Absoluta	Δ %
Custos de Funcionamento	270,2	278,9	8,7	3,2%
Custos de Pessoal	149,2	155,2	6,0	4%
Gastos Gerais Administrativos	120,9	123,6	2,7	2,3%
Amortizações	14,6	15,3	0,8	5,3%
Custos de estrutura	284,8	294,2	9,4	3,3%

Nos custos de pessoal, a sua expressão está influenciada pela parcela respeitante a encargos com o fundo de pensões.

Nos gastos gerais administrativos, os acréscimos mais significativos ocorreram nas rubricas de rendas e alugueres (+18,2%, correspondendo a mais 1,3 milhões de euros), comunicação e despesas de expedição (+5,7%, importando em mais 613 mil euros), e serviços especializados de informática (+6,0%, significando uma variação absoluta de 2,1 milhões de euros). Embora sem grande expressão em valor absoluto, a variação relativa mais acentuada verificou-se em material de higiene e limpeza, como reflexo dos dispêndios relacionados com as medidas de prevenção da Gripe A (+ 34,9%, correspondendo a um acréscimo de 90.000 euros).

Evolução dos gastos gerais administrativos

Principais rubricas

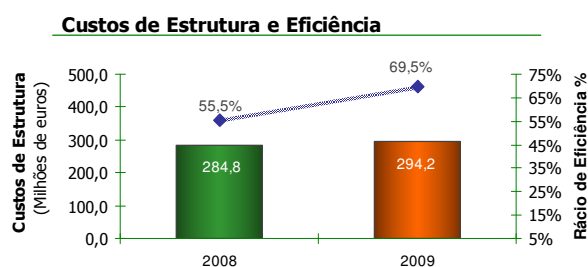
milhares de euros

	2008	2009	Variação	
			Absoluta	Δ %
Água	4.949	5.018	69	1,4%
Impressos e mat.consumo corrente	4.146	3.731	-414	-10%
Rendas e alugueres	7.108	8.399	1.291	18,2%
Comunicação e expedição	10.808	11.421	613	5,7%
Publicidade e publicações	9.195	8.180	-1.015	-11%
Custos com trabalho independente	6.380	6.795	415	6,5%
Conservação e reparação	6.454	5.842	-612	-9,5%
Serviços especializado de informática	35.170	37.271	2.101	6%

Em sentido contrário, verificaram-se reduções importantes em impressos e material de consumo corrente (-10% ou 414 mil euros), publicidade e publicações, em que se reduziu o dispêndio em mais de 1 milhão de euros (-11%), e ainda em conservação e reparação, em que se gastou menos cerca de 600 mil euros (-9,5%).

As rubricas de maior peso nos gastos gerais administrativos são os serviços especializados de informática que, totalizando 37,3 milhões de euros, representam mais de 30% do total, e comunicação e despesas de expedição, cujo montante anual de 11,4 milhões de euros perfaz 9,2% do total.

Embora o crescimento dos custos de funcionamento e de estrutura tenha sido relativamente contido em 2009, a evolução negativa do produto bancário prejudicou o rácio de eficiência do SICAM, o qual se elevou de 55,5% em 2008 para 69,5%.



As provisões do exercício montaram a 80,5 milhões de euros, apresentando um pequeno acréscimo (+1,2%) sobre o nível de provisionamento de 2008, que se situara em 79,5 milhões. No montante total das provisões, a parcela dominante é naturalmente a que corresponde às

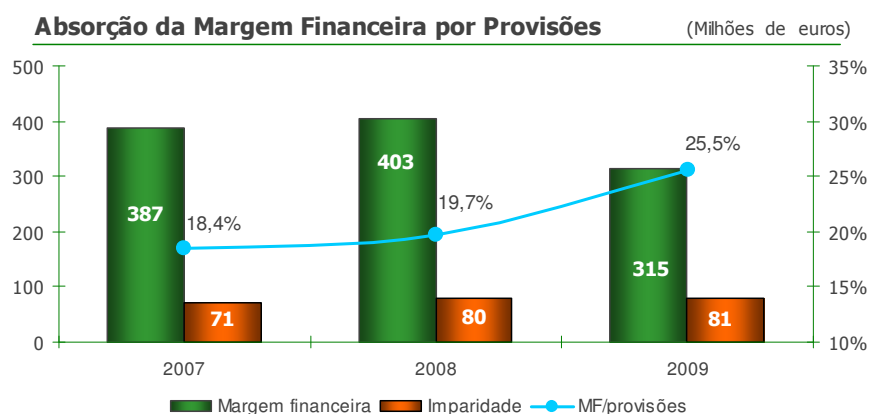
correções de valor associadas a créditos a clientes (77,9 milhões de euros), havendo ainda a registar as provisões que decorrem do reconhecimento de imparidade em outros activos – em que se incluem os bens recebidos em dação para reembolso de créditos e menos valias em unidades de participação –, com um valor total de 2,6 milhões de euros contra 1,2 milhões em 2008.

Provisões do exercício
milhões de euros

	2008	2009	Variação 09-08	
			Absoluta	Δ %
Correcção de valor em crédito de clientes	77,6	77,9	0,3	0,4
Imparidade de outros activos	1,2	2,6	1,4	115,9
TOTAL (*)	79,5	80,5	1,0	1,2

(*) Incluindo outras rubricas de reduzido valor

Apesar de as provisões do exercício pouco terem crescido em relação a 2008, a forte redução que se verificou na margem financeira implicou que em 2009 tivesse aumentado expressivamente a absorção da margem financeira pelo esforço de provisionamento, o qual se cifrou neste exercício em 25,5% contra 19,7% no exercício transacto e 18,4% em 2007.



Tendo em conta o atrás descrito, os resultados consolidados a nível do SICAM registaram uma significativa quebra em 2009 comparativamente a 2008, ano em que haviam atingido nível recorde. Como também decorre do que se referiu anteriormente, os resultados foram sobretudo penalizados pela política monetária em vigor, factor que no caso do SICAM foi em 2009 manifestamente mais gravoso do que o impacto directo da actual crise no crédito vencido e no esforço de provisionamento associado.

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

DECOMPOSIÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2008	2009	Variação	
			Absoluta	Δ %
Margem Financeira	403,2	315,2	-88,0	-21,8%
Comissões	87,0	91,1	4,1	4,7%
Result.Activos Financeiros	-0,5	2,8	3,3	-
Out result (liq) de exploração	23,3	14,6	-8,7	-37,3%
PRODUTO BANCÁRIO	513,0	423,6	-89,3	-17,4%
Custos de funcionamento	270,2	278,9	8,7	3,2%
Amortizações	14,6	15,4	0,8	5,3%
Provisões	79,5	80,5	1,0	1,2%
Result.antes Impostos	148,6	48,9	-99,8	-67,1%
Impostos correntes	-44,5	-16,0	28,5	-64,0%
Impostos deferidos	17,0	9,5	-7,2	-42,4%
Resultado Líquido	121,1	42,3	-78,8	-65,0%
Cash Flow	215,3	138,2	-77,1	-35,8%



A incidência das provisões para impostos correntes (IRC) montou em 2009 a 28,5%, apresentando apenas uma ligeira descida em relação ao nível de 2008, perspectivando-se assim que o SICAM continue a apresentar uma taxa de tributação efectiva comparativamente elevada.

No tocante aos indicadores sintéticos de rentabilidade – rácio de rentabilidade do activo (ROA) e rácio de rentabilidade dos capitais próprios (ROE) – nos quais o SICAM, nos últimos anos, tem apresentado níveis favoráveis face ao conjunto da banca, as condições de exploração mais adversas do exercício findo traduziram-se naturalmente numa descida significativa dos seus valores.

INDICADORES DE RENDIBILIDADE* E EFICIÊNCIA	2008	2009
ROA (rentabilidade do Activo)	1,10%	0,36%
ROE (rentabilidade dos Capitais Próprios)	13,08%	4,28%
RAI / Activo Líquido	1,35%	0,42%
Produto Bancário/Activo Líquido	4,68%	3,60%
Rácio de Eficiência	55,51%	69,45%

* Considerando a média dos valores dos extremos do Activo líquido e dos Capitais Próprios de cada exercício

	ROE	=	ROA	x	$\frac{\text{Activo}^*}{\text{Situação Líquida}^*}$
	↓		↓		↓
2009	4,28%	=	0,360%	x	11,89
2008	13,08%	=	1,1041%	x	11,84

* Média com base nos valores dos extremos

2.2. Evolução do Balanço

A consolidação de contas do SICAM, e do Grupo no seu todo, em 2008 e 2009, foi já em ambos os exercícios efectuada no novo enquadramento contabilístico estabelecido pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro, sendo assim as contas dos dois exercícios directamente comparáveis, sem necessidade de ajustamentos¹.

Valores em milhões de euros, excepto percentagens				
SICAM - BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO	2008	2009	Variação 09/08	
			Absoluta	Δ %
Activo	11.447,3	12.096,9	649,6	5,7%
Disponibilidades	476,7	387,6	-89,1	-18,7%
Aplicações em Instituições de Crédito	1.429,5	907,6	-521,8	-36,5%
Crédito a Clientes (líquido)	7.945,3	8.391,5	446,2	5,6%
Aplicações em Títulos (líquido)	913,1	1.617,6	704,4	77,1%
Investimentos em Filiais	90,2	88,2	-1,9	-2,2%
Outros Activos	592,5	704,3	111,8	18,9%
Passivo	10.468,2	11.097,2	629,1	6,0%
Recursos de Instituições de Crédito	496,5	700,8	204,3	41,1%
Recursos de Clientes	9.612,5	10.070,1	457,5	4,8%
Provisões	8,4	11,1	2,8	33,0%
Instrumentos Representativos de Capital	17,7	33,7	16,0	90,1%
Outros passivos subordinados	188,6	155,1	-33,5	-17,8%
Outros passivos	144,5	126,5	-18,0	-12,4%
Capitais Próprios	979,1	999,7	20,6	2,1%
Total de Passivo + Capital	11.447,3	12.096,9	649,6	5,7%

O activo líquido do SICAM, que montava a 11,4 mil milhões de euros no final de 2008, ultrapassou em Dezembro de 2009 os 12 mil milhões de euros, o que correspondeu a um incremento de 5,7%, sensivelmente igual ao que se verificou no crédito a clientes, líquido de provisões para crédito vencido e de cobrança duvidosa e do reconhecimento de imparidades. O valor bruto do crédito a clientes, por sua vez, registou no mesmo período um crescimento de 5,8%.

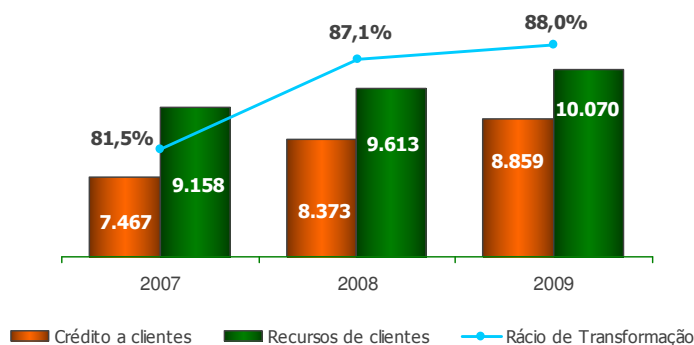
Os recursos de clientes, que constituem a base do financiamento do SICAM, que, como se sabe, não recorre aos mercados de capitais, registaram igualmente uma expansão, mas a ritmo ligeiramente inferior (4,8%) ao do crédito, ultrapassando no entanto, no final do exercício, 10.000 milhões de euros.

¹ As contas consolidadas de 2007, recorde-se, tinham sido ainda elaboradas de acordo com as NCA.

Esta situação traduziu-se num aumento do rácio de transformação dos recursos em crédito, que em 2009 se situou em 88%, contra 87% em 2008. O rácio de transformação mantém-se, assim, em nível bastante conservador, permitindo ao SICAM desfrutar de uma confortável situação de liquidez, consubstanciada em aplicações noutras instituições de crédito, títulos por elas emitidos e dívida pública. Note-se porém que o rácio de transformação em 2007 era de 81,5%.¹

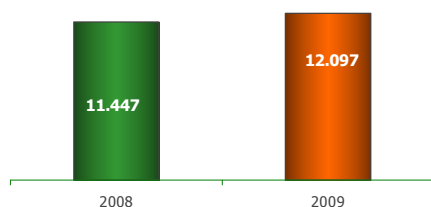
Evolução do crédito e recursos de clientes

(Milhões de euros)

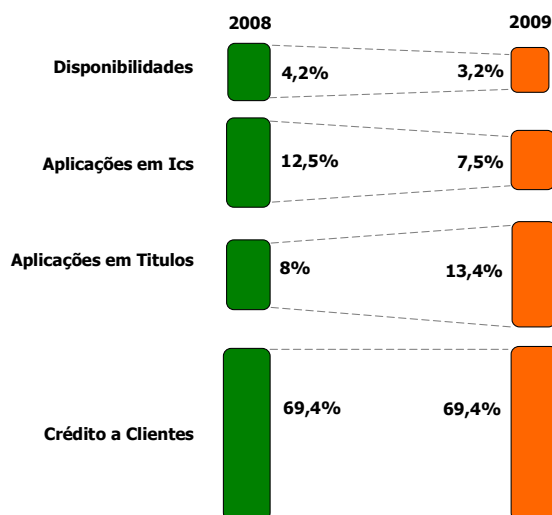


Evolução do Activo

(Milhões de euros)

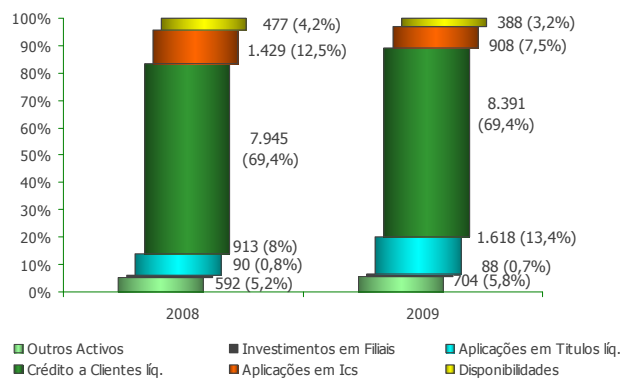


PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO ACTIVO (%)



Estrutura do Activo

(Milhões de euros)



¹ Excluindo do valor do crédito as operações de papel comercial, na sua maioria, com garantia de bancos, o rácio de transformação de 2007 era de 79% , o de 2008 de 81,8% e o de 2009 de 83,4%.

Um facto saliente na análise do balanço do SICAM relativo ao exercício de 2009 é a marcada alteração que ocorreu na estrutura do activo, espelhada na inversão das posições relativas das aplicações em instituições de crédito, cujo peso no total desceu de 12,5% no final de 2008 para apenas 7,5% em Dezembro último, e das aplicações em títulos, cujo peso subiu, simetricamente, de 8% para 13,4% no mesmo período. Paralelamente, verificou-se uma diminuição do peso das disponibilidades, de 4,2% para 3,2%, essencialmente explicada pela menor expressão, no fim do último exercício, das disponibilidades em bancos centrais. Já no que toca ao peso relativo do crédito a clientes, que naturalmente é a componente dominante do activo, ele mantém-se, em termos líquidos, invariante nos dois anos em 69,4%.

ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO (% do total)	2008	2009
Disponibilidades	4,2%	3,2%
Aplicações em Instituições de Crédito	12,5%	7,5%
Crédito a Clientes (líquido)	69,4%	69,4%
Aplicações em Títulos (líquido)	8,0%	13,4%
Invest. Filiais, A. Tangíveis e A. Intangíveis	0,8%	0,7%
Outros Activos	5,2%	5,8%
	100,0%	100,0%

As razões para a alteração na composição do activo do SICAM, privilegiando-se títulos em vez de aplicações noutras instituições de crédito, são essencialmente as que já foram referidas, a propósito da Caixa Central, no relatório anual desta instituição:

- ↳ percepção de aumento do risco nas aplicações interbancárias na sequência da falência do banco americano Lehman Brothers;
- ↳ descida incessante das taxas de juro no mercado monetário, em resultado das políticas de emergência adoptadas pelo BCE, visando a sustentação e estabilização do sistema financeiro e o relançamento da actividade económica;
- ↳ rarefacção das transacções no mercado interbancário em virtude de as principais instituições terem passado a recorrer ao BCE, em grau incomparavelmente superior ao que se verificava antes da crise, para a satisfação das suas necessidades de liquidez.

Este conjunto de factores tornava cada vez menos aliciante a aplicação dos excedentes de liquidez do Grupo, que à Caixa Central cabe gerir, no mercado interbancário, pelo que os fundos disponíveis foram progressivamente deslocados para aplicações em títulos, emitidos

por entidades de elevado *rating* e perfil institucional adequado, que proporcionavam melhores níveis de remuneração, embora de maturidades mais longas - e envolvendo, em consequência disso, risco financeiro acrescido, nomeadamente de taxa de juro, apesar de estar melhor acautelado o risco de contraparte.

Contribuiu igualmente para esta opção a necessidade de constituir uma carteira de cobertura para o Depósito Especial disponibilizado às Caixas Agrícolas, referido no relatório da Caixa Central.

Complementarmente, a agudização da crise financeira internacional, com agravamento dos problemas de liquidez e mesmo de solvência em instituições de referência, criou condições de risco inimagináveis antes da eclosão da actual crise, obrigando a repensar a estratégia de aplicações, no sentido da minimização do risco, pelo que se optou pela canalização preferencial para o sector bancário doméstico das aplicações no mercado interbancário.

No tocante à estrutura do passivo e situação líquida, os recursos de clientes representavam 83,3% no final de 2009, verificando-se assim uma ligeira descida do seu peso relativo em relação ao exercício de 2008, que fora de 84%. Em contrapartida, verificou-se uma ligeira subida no peso dos recursos obtidos junto de outras instituições bancárias, que subiu de 4,3% em 2008 para 5,8% em 2009, em grande medida como reflexo das operações de reporte de títulos de dívida efectuadas pela Caixa Central no quadro da gestão dinâmica da tesouraria.

Refira-se por fim que a situação líquida do SICAM atingiu quase os 1.000 milhões de euros no final de 2009, tal representando um crescimento de 20,6 milhões em relação a 2008 (+2,1%). Em termos de estrutura, aponte-se que o rácio de *leverage* do balanço do SICAM se manteve praticamente invariante de 2008 para 2009 (11,84 em 2009 contra 11,89 em 2008), podendo considerar-se bastante conservador à luz dos debates actualmente em curso a nível internacional relativamente à adequação do capital das instituições financeiras.

Qualidade da carteira

O SICAM não ficou imune, naturalmente, às incidências da actual crise sobre os níveis de incumprimento do crédito, registando um crescimento do crédito vencido, no final do

exercício, de 47,9 milhões de euros (+13,4%).

Ocorreu porém um agravamento mais acentuado no crédito vencido a mais de 90 dias, que aumentou 52,6 milhões (+16,7%), ao mesmo tempo que se assistiu a uma redução no montante do crédito vencido a menos de 90 dias: de 42,4 milhões de euros em Dezembro de 2008 para 37,7 milhões no final do último exercício.

O rácio de crédito vencido a mais de 90 dias situou-se assim em 4,1% contra 3,8% no final do exercício anterior, enquanto o rácio do crédito vencido a menos de 90 dias se reduziu de 0,5% para 0,4% do total da carteira no mesmo período. Paralelamente, o rácio de incumprimento elevou-se de 4,0% para 4,6%.

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

	2008	2009	Variação 09-08	
			Absoluta	Δ %
Crédito total sobre clientes	8.372,7	8.858,8	486,1	5,8%
Crédito e juros vencidos	356,6	404,5	47,9	13,4%
• até 90 dias	42,4	37,7	-4,7	-11,1%
• a mais de 90 dias	314,2	366,8	52,6	16,7%
Rátios de crédito vencido (%)				
• até 90 dias	0,5%	0,4%		
• a mais de 90 dias	3,8%	4,1%		

Face à informação estatística divulgada pelo Banco de Portugal sobre a evolução recente do crédito vencido no conjunto do sistema bancário nacional, podemos considerar que o aumento do crédito vencido no SICAM, embora em crescimento, fica aquém do registado pelo sector no seu todo. Com efeito, o aumento do crédito vencido no sistema bancário entre Dezembro de 2008 e Dezembro de 2009 foi de 54,8%, enquanto no caso do SICAM o aumento se limitou a 13,4%.

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CRÉDITO VENCIDO milhões de euros

	2008	2009	Δ%
SICAM	356,6	404,5	13,4%
(% do total	7,4	5,4)	
Sector bancário	4.843	7.496	54,8%
do qual:			
Particulares	2.329	2.902	24,6%
Empresas	2.514	4.594	82,7%

As provisões para crédito, incluindo as para riscos gerais de crédito, registaram um crescimento de 9,3%, atingindo em 2009 um valor de 467,3 milhões de euros, contra 427,5 milhões no final de 2008.

A cobertura do crédito vencido, a mais de 90 dias, por provisões registou, assim, uma certa redução, dado que o crescimento do crédito vencido se situou em nível mais elevado, mantendo-se o rácio de cobertura porém confortável (mais de 127%, contra 136% em 2008). Considerando o crédito vencido total, a redução do nível de cobertura foi menos acentuada, baixando de 119,5% em 2008 para 115,5% em 2009.

O rácio de incumprimento líquido, de -0,7% em 2009, embora menos favorável que o de 2008 (-1,1%), continua negativo, denotando assim um montante de provisões que excede o incumprimento.

COBERTURA DE PROVISÕES

	2008	2009
Crédito vencido a mais de 90 dias	314,2	366,8
Provisões	427,5	467,3
Cobertura Provisões/Crédito Vencido > 90 dias (%)	136%	127%

Solvabilidade

Em 31 de Dezembro de 2009, o rácio de solvabilidade global do SICAM atingiu cerca de 13,8% e o rácio Tier 1 12,5% (contra 12,8% e 11,2% em 2008 respectivamente), o que atendendo à actual conjuntura, coloca o SICAM numa posição confortável em termos de solvabilidade. Para estes indicadores contribuíram fundos próprios de base no montante de 995,7 milhões e complementares no montante de 114,9 milhões, líquidos das respectivas deduções nos termos da actual legislação prudencial.

O montante das exposições em activos, elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados (estes últimos de valor pouco significativo), ponderadas pelo risco, decresceram, contribuindo para a diminuição dos requisitos de fundos próprios para o risco de crédito em -4,6%. Não obstante os requisitos de risco operacional terem aumentado em cerca de 3,6%, o resultando final na variação dos requisitos de fundos próprios correspondeu igualmente a uma diminuição (-4,1%), passando de 659,1 milhões de euros em 2008 para 634,8 milhões de euros em 2009.

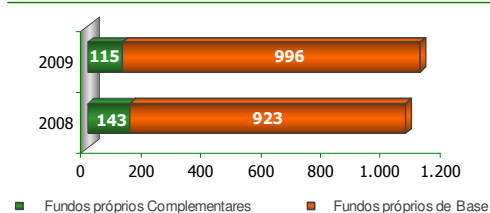
Valores em milhões de euros, excepto percentagens

Solvabilidade	2008	2009*	Δ %
Fundos Próprios elegíveis			
Base	922,8	995,7	7,9%
Complementares	143,0	114,9	-19,7%
Dos quais:			
UPPER TIER 2	1,3	9,3	639,7%
LOWER TIER 2	137,8	108,9	-20,9%
Deduções aos Fundos Próprios Totais	14,7	19,1	30,5%
Total	1.051,1	1.091,4	3,8%
Riscos ponderados			
Crédito	7.290,8	6.953,4	-4,6%
Operacional	505,4	523,4	3,6%
Total	7.796,2	7.476,9	-4,1%
Requisitos de fundos próprios			
Crédito	583,3	556,3	-4,6%
Operacional	75,8	78,5	3,6%
Total	659,1	634,8	-3,7%
Rátios de solvabilidade			
Tier 1	11,2%	12,5%	1,3 p.p.
Tier 2	1,7%	1,4%	-0,3 p.p.
Global	12,8%	13,8%	1 p.p.

* Incluindo os resultados do exercício

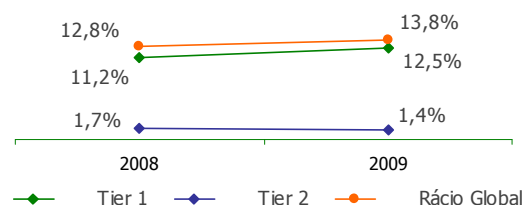
Fundos Próprios

(Milhões de euros)



Solvabilidade

(Milhões de euros)



2.3. Grupo Crédito Agrícola

No Grupo Crédito Agrícola no seu todo, que integra para além do SICAM – Caixa Central e Caixas Associadas – as empresas do Grupo, os fundos de investimento e a FENACAM, registou-se igualmente uma redução significativa do nível de resultados.

Esta redução foi no entanto menos acentuada do que a ocorrida no SICAM, pois a actividade seguradora, em 2009, contribuiu expressivamente para os resultados do Grupo, ao contrário do que sucedera em 2008.

Nesse ano, com efeito, o contributo da área seguradora para os resultados consolidados do Grupo foi diminuto, já que os resultados da CA Seguros foram muito inferiores aos dos anos imediatamente anteriores, e os da CA Vida foram mesmo negativos, tal se devendo, num caso e noutro, ao impacto desfavorável do comportamento dos mercados financeiros, profundamente afectados pela crise internacional.

Milhões de euros				
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	2008	2009	Variação	
			Absoluta	Δ %
Margem financeira	424,8	340,7	-84,1	-19,8%
Margem técnica de seguros	89,1	128,4	39,3	44,1%
Comissões	93,1	97,2	4,1	4,4%
Outros rendimentos, Liqº	5,4	10,9	5,5	101,9%
	<u>612,3</u>	<u>577,1</u>	<u>-35,2</u>	<u>-5,8%</u>
Custos de estrutura	305,2	314,6	9,4	3,1%
Provisões e Imparidades	156,6	191,7	35,1	22,4%
[da qual, prov. técnicos de seguros]	75,4	119,7	44,3	57,7%]
Resultado antes de impostos	150,3	64,1	-86,2	-57,4%
Interesses minoritários	1,6	2,2	0,6	37,7%
Resultado líquido consolidado	<u>120,7</u>	<u>52,4</u>	<u>-68,3</u>	<u>-56,6%</u>

* As diferenças para os totais resultam de arredondamentos e de itens de equivalência patrimonial quase sem expressão

Assim, os resultados líquidos consolidados do Grupo Crédito Agrícola registaram em 2009, após dedução da parte respeitante a interesses minoritários, uma variação negativa de 67,8 milhões de euros (-56,6%), ao situarem-se no exercício em 52,4 milhões, contra 120,7 milhões de euros em 2008, nível recorde.

Comparando a composição dos resultados nos dois exercícios, 2008 e 2009, verificamos que a margem técnica de seguros elevou a sua quota-parte no produto bancário (e segurador) de 14,5% no primeiro desses anos para 22,2% no segundo, sendo que em 2008 correspondia a 21,0% da margem financeira e em 2009 veio a representar 37,7% desta rubrica. Esta evolução explica-se, naturalmente, por ter sido possível à área seguradora em 2009 desenvolver normalmente a sua actividade, apesar da conjuntura de crise que também afecta o mercado de seguros, enquanto que – como se descreveu na análise das contas do SICAM – a margem financeira das Caixas e da Caixa Central foi profundamente afectada pelos níveis extremamente baixos das taxas de referência do mercado interbancário, provocados pela política monetária em vigor.

No que toca aos custos de estrutura, e apesar de encargos significativamente mais gravosos relativos ao fundo de pensões, que oneram os custos de pessoal, foi possível ao Grupo limitar em 2009 o seu crescimento anual a 3,1%, graças à contenção em gastos gerais administrativos.

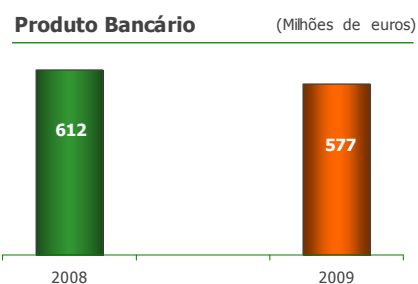
EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE FUNCIONAMENTO

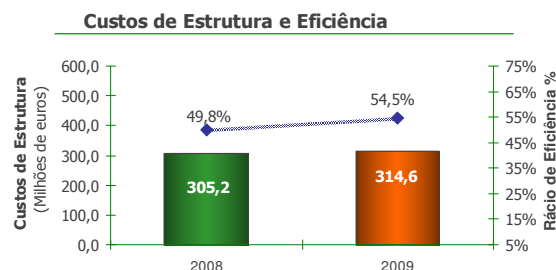
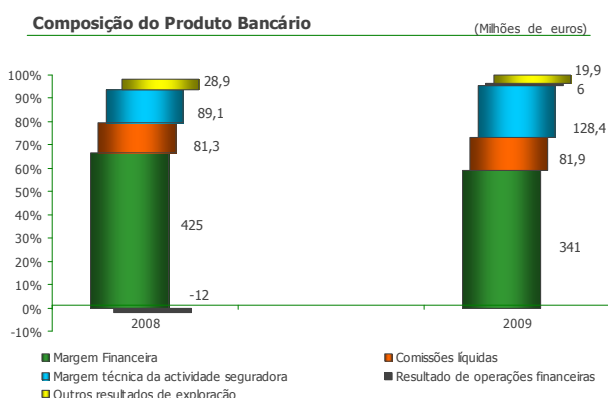
milhões de euros

	2008	2009	Variação	
			Absoluta	Δ %
Custos de Funcionamento	272,4	280,7	8,2	3,0%
Custos de Pessoal	174,0	181,1	7,2	4,1%
Gastos Gerais Administrativos	98,5	99,5	1,0	1,1%
Amortizações	32,7	33,9	1,2	3,5%
Custos de estrutura	305,2	314,6	9,4	3,1%

Assim, apesar do comportamento desfavorável do produto bancário, o Grupo conseguiu manter em 2009 o rácio de eficiência (custos de estrutura/produto bancário) no nível relativamente satisfatório de 54,5%, mas com agravamento relativamente a 2008, em que se situara abaixo dos 50% (49,8%).

PRODUTO BANCÁRIO	Valores em milhões de euros, excepto percentagem			
	2008	2009	Estrutura 2008	2009
Margem Financeira	424,8	340,7	69,4%	59,0%
Comissões líquidas	81,3	81,9	13,3%	14,2%
Margem técnica da actividade seguradora	89,1	128,4	14,5%	22,2%
Resultado de operações financeiras	-11,7	6,2	-1,9%	1,1%
Outros resultados de exploração	28,9	19,9	4,7%	3,5%
Margem complementar	187,6	236,4	30,6%	41,0%
Total	612,3	577,1	100,0%	100,0%





O Grupo Crédito Agrícola detém, aliás, um dos rácios de eficiência mais favoráveis no sector financeiro em Portugal. Para tal, tem sido factor determinante o facto de a actividade seguradora do Grupo, assente no modelo de banca-seguros, enfrentar custos de distribuição pouco expressivos, dado que a venda dos seguros é assegurada quase exclusivamente pelo mesmo canal que suporta a actividade bancária do Grupo - situação que não se verifica, no mesmo grau, noutros grupos financeiros.

Em relação ao balanço do Grupo Crédito Agrícola, o facto merecedor de maior destaque é a expansão do activo líquido para um nível de praticamente 13 mil milhões de euros, com a situação líquida a atingir, por sua vez, 1.075 milhões, o que corresponde a um crescimento do activo de 6,8% e da situação líquida de 8,9%, comparativamente a 2008.

Na composição do activo ressaltam as modificações já assinaladas a propósito do balanço do SICAM, a saber, a forte redução nas aplicações em instituições de crédito e o concomitante reforço das aplicações em títulos – na sua maioria integradas na carteira de investimentos detidos até à maturidade –, a par da diminuição em disponibilidades.

Refira-se igualmente que o valor dos investimentos no balanço do Grupo é significativamente superior ao evidenciado no balanço do SICAM por, no balanço do Grupo, a respectiva rubrica integrar igualmente os investimentos das seguradoras.

Por outro lado, a comparação dos valores do crédito no balanço do SICAM e no balanço do Grupo, cuja diferença resulta, naturalmente, dos financiamentos a empresas do próprio Crédito Agrícola – que estão reflectidos no balanço do SICAM, mas são anulados na consolidação do Grupo – evidencia que o crédito interno tem pouca expressão quando comparado com o valor total do crédito a clientes, circunstância que deve ser valorada

positivamente, tanto mais que se conjuga com um valor igualmente reduzido das participações nessas empresas, quer em termos do valor total do activo quer dos capitais próprios.

Evolução dos agregados do balanço
Grupo Crédito Agrícola
milhões de euros

	2008	2009	Variação	
			Absoluta	Δ %
Activo Líquido	12.122,4	12.947,6	825,2	6,8%
Crédito a clientes (Líquido)	7.926,5	8.366,0	439,5	5,5%
Passivo	11.134,9	11.872,3	737,4	6,6%
Situação Líquida	987,5	1.075,4	87,9	8,9%

No lado do passivo, por sua vez, a diferença mais saliente entre o balanço do Grupo Crédito Agrícola e o do SICAM reside nas provisões técnicas de contratos de seguros, que, espelhando a evolução da actividade seguradora do Crédito Agrícola, atingiram 842,1 milhões de euros no final de 2009, contra 707,2 milhões no ano anterior, o que representa uma expansão de 134,8 milhões (+19,1%).

Acompanhando o aumento da situação líquida, os fundos próprios de base do Grupo Crédito Agrícola elevaram-se de 941,9 milhões de euros em 2008 para 986 milhões em 2009. Os fundos complementares, por sua vez, reduziram-se, no mesmo período, de 135 milhões de euros para 116,5 milhões, reflectindo o reembolso por parte de algumas Caixas e da própria Caixa Central, nomeadamente ao FGCAM, de empréstimos subordinados anteriormente obtidos.

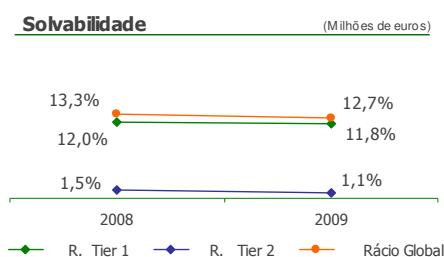
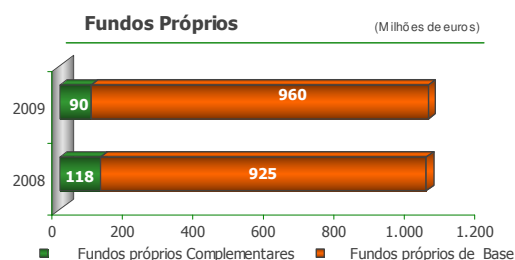
Considerando as deduções previstas nos normativos em vigor, os fundos próprios de base elegíveis representavam, no termo do exercício findo, 959,6 milhões de euros, face a 924,8 milhões em 2008, sendo os fundos complementares elegíveis, por sua vez, de 90,1 milhões de euros em 2009, contra 117,9 milhões em 2008.

Os requisitos de fundos próprios ascenderam, em 2009, a 650,7 milhões de euros, dos quais 79,1 milhões correspondem ao risco operacional, contra 616,8 milhões em 2008 para os requisitos globais, incluindo 76,9 milhões para risco operacional.

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

Solvabilidade	2008	2009*	Δ %
Fundos Próprios elegíveis			
Base	924,8	959,6	3,8%
Complementares	117,9	90,1	-23,6%
Dos quais:			
UPPER TIER 2	8,9	7,6	-14,4%
LOWER TIER 2	126,2	108,9	-13,7%
Deduções aos Fundos Próprios Totais	14,8	20,7	40,3%
Total	1.027,9	1.028,9	0,1%
Riscos ponderados			
Crédito	6.748,2	7.144,9	5,9%
Operacional	512,7	527,5	2,9%
Total	7.260,9	7.672,3	5,7%
Requisitos de fundos próprios			
Crédito	539,9	571,6	5,9%
Operacional	76,9	79,1	2,9%
Total	616,8	650,7	5,5%
Ráios de solvabilidade			
Tier 1	12,0%	11,8%	-0,2 p.p.
Tier 2	1,5%	1,1%	-0,4 p.p.
Global	13,3%	12,7%	-0,6 p.p.

* Incluindo os resultados do exercício



Dado que o aumento de requisitos de fundos próprios foi em termos relativos superior ao crescimento dos fundos elegíveis, o rácio de solvabilidade do Grupo Crédito Agrícola reduziu-se de 13,3% para 12,7%, mantendo-se, porém, em nível amplamente confortável face aos normativos em vigor, e sendo o mais elevado no conjunto das instituições bancárias preponderantes no sistema financeiro português.

O rácio *Tier 1*, correspondente aos fundos próprios de base, sofreu igualmente uma redução, embora muito ligeira, em relação ao nível que apresentava no final de 2008, de 12% para 11,8%, continuando bem acima do nível mínimo recomendado pelo Banco de Portugal.

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO

1. Balanço e Demonstração de Resultados

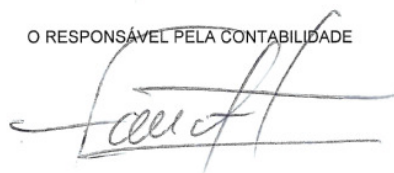
SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

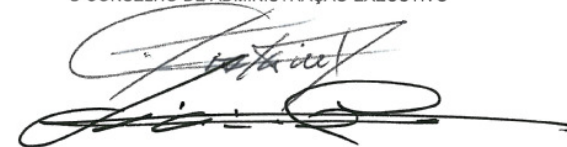
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	2009			2008	PASSIVO E CAPITAL	2009	2008
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	277.383.301	-	277.383.301	348.020.076	Recurso de bancos centrais	150.791.667	87.198.652
Disponibilidades em outras instituições de crédito	110.249.263	-	110.249.263	128.711.060	Passivos financeiros detidos para negociação	1.439.752	707.668
Activos financeiros detidos para negociação	2.967.755	-	2.967.755	3.210.876	Recursos de outras instituições de crédito	549.965.243	409.273.829
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	7.155.706	-	7.155.706	1.897.350	Recursos de clientes e outros empréstimos	10.070.052.632	9.612.506.880
Activos financeiros disponíveis para venda	360.006.942	(1.502.449)	358.504.493	293.034.601	Provisões	11.136.275	8.374.443
Aplicações em instituições de crédito	907.641.643	-	907.641.643	1.429.489.010	Passivos por impostos correntes	1.636.225	9.009.230
Crédito a clientes	8.858.792.677	(467.327.585)	8.391.465.092	7.945.259.300	Passivos por impostos diferidos	684.662	720.209
Investimentos detidos até à maturidade	1.249.012.802	-	1.249.012.802	615.002.549	Instrumentos representativos de capital	33.692.110	17.727.035
Outros activos tangíveis	438.002.339	(166.837.576)	271.164.763	263.085.599	Outros passivos subordinados	155.079.800	188.624.907
Activos intangíveis	15.698.523	(15.190.316)	508.207	932.771	Outros passivos	122.752.272	134.027.191
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	89.997.926	(1.763.114)	88.234.812	90.181.982	Total do Passivo	11.097.230.638	10.468.170.044
Activos por impostos correntes	16.722.498	-	16.722.498	9.198.390	Capital	776.679.616	730.002.331
Activos por impostos diferidos	76.958.214	-	76.958.214	67.815.731	Reservas de reavaliação	4.764.183	4.022.131
Outros activos	382.270.253	(43.316.836)	338.953.417	251.451.893	Outras reservas e resultados transitados	175.913.302	123.956.885
					Lucro do exercício	42.334.227	121.139.797
Total do Activo	12.792.859.842	(695.937.876)	12.096.921.966	11.447.291.188	Total do Capital	999.691.328	979.121.144
					Total do Passivo e do Capital	12.096.921.966	11.447.291.188

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



por AR 1º
Maurício Rê
João Antunes

SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

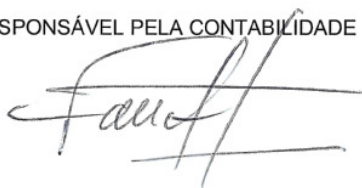
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

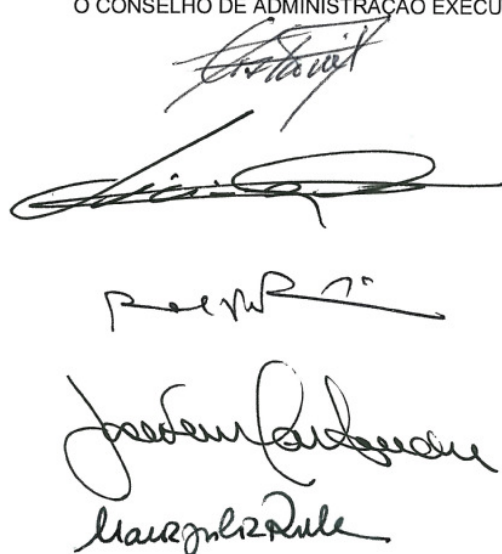
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	2009	2008
Juros e rendimentos similares	516.582.174	676.938.498
Juros e encargos similares	(201.366.874)	(273.749.292)
Margem financeira	315.215.300	403.189.206
Rendimentos de instrumentos de capital	456.435	1.456.272
Rendimentos de serviços e comissões	101.572.564	96.875.510
Encargos com serviços e comissões	(10.468.449)	(9.866.900)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	574.840	1.372.555
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	288.900	(3.396.013)
Resultados de reavaliação cambial	1.437.576	68.120
Resultados de alienação de outros activos	305.619	486.006
Outros resultados de exploração	14.267.514	22.767.959
Produto bancário	423.650.299	512.952.715
Custos com pessoal	(155.245.512)	(149.293.980)
Gastos gerais administrativos	(123.626.690)	(120.885.160)
Amortizações do exercício	(15.352.256)	(14.575.936)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(2.603.946)	(1.206.365)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(77.928.218)	(77.592.620)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(3.547)	(749.342)
Resultado antes de impostos	48.890.130	148.649.312
Impostos correntes	(16.044.543)	(44.460.022)
diferidos	9.488.640	16.950.507
Resultado líquido do exercício	42.334.227	121.139.797

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



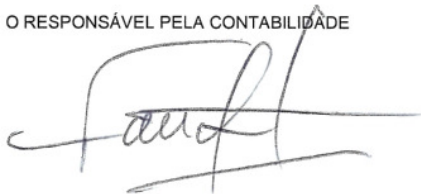
GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

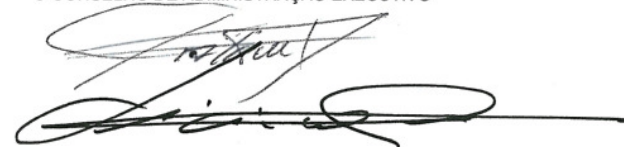
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2009		2008		PASSIVO E CAPITAL	Notas	2009	2008
		Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	277.386.784	-	277.386.784	348.022.974	Recursos de bancos centrais	21	150.791.667	87.198.652
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	110.249.203	-	110.249.203	128.723.431	Passivos financeiros detidos para negociação	12	2.411.880	1.211.758
Activos financeiros detidos para negociação	8	3.173.029	-	3.173.029	3.416.151	Recursos de outras instituições de crédito	21	549.965.243	409.273.829
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	7.180.374	-	7.180.374	8.028.583	Recursos de clientes e outros empréstimos	22	9.965.032.817	9.527.747.832
Activos financeiros disponíveis para venda	10	955.094.093	(1.828.058)	953.266.035	761.658.673	Provisões	23	10.170.875	7.685.518
Aplicações em instituições de crédito	11	924.624.236	-	924.624.236	1.457.485.257	Provisões técnicas de contratos de seguros	19 e 23	842.091.561	707.249.104
Crédito a clientes	13	8.781.060.953	(415.079.854)	8.365.981.099	7.926.468.091	Passivos por impostos correntes	18	2.472.976	9.139.022
Investimentos detidos até à maturidade	14	1.249.012.802	-	1.249.012.802	615.002.549	Passivos por impostos diferidos	18	2.589.522	2.536.573
Outros activos tangíveis	15	605.664.060	(217.797.360)	387.866.700	356.223.184	Instrumentos representativos de capital	24	33.692.110	41.484.270
Activos intangíveis	16	148.027.767	(103.567.228)	44.460.539	41.953.044	Outros passivos subordinados	25	155.079.800	188.624.907
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	17	10.571.144	-	10.571.144	11.318.777	Outros passivos	26	157.957.973	152.791.279
Activos por impostos correntes	18	17.087.239	-	17.087.239	12.783.507	Total do Passivo		11.872.256.424	11.134.942.744
Activos por impostos diferidos	18	78.736.792	-	78.736.792	74.962.653	Capital	28	776.679.616	706.245.096
Outros activos	20	562.498.871	(44.458.415)	518.040.456	376.390.164	Reservas de reavaliação	29	8.298.018	(1.051.869)
						Outras reservas e resultados transitados	29	177.252.849	127.003.662
						Lucro do exercício	30	52.370.461	120.692.320
						Interesses minoritários	31	60.779.064	34.605.085
						Total do Capital		1.075.380.008	987.494.294
Total do Activo		13.730.367.347	(782.730.915)	12.947.636.432	12.122.437.038	Total do Passivo e do Capital		12.947.636.432	12.122.437.038

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO




O Anexo faz parte integrante destes balanços.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

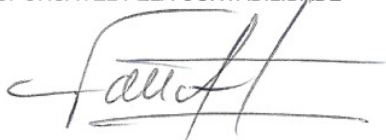
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

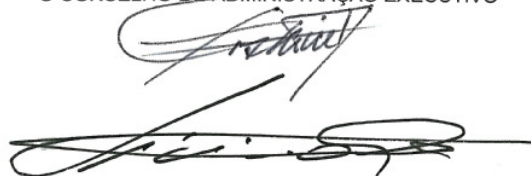
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	Notas	2009	2008
Juros e rendimentos similares	32	542.336.519	696.415.972
Juros e encargos similares	33	(201.682.662)	(271.663.987)
Margem financeira		340.653.857	424.751.985
Margem técnica da actividade de seguros	42	128.378.635	89.066.084
Rendimentos de instrumentos de capital	34	5.226.556	4.755.172
Rendimentos de serviços e comissões	35	97.190.660	93.112.742
Encargos com serviços e comissões	36	(15.258.897)	(11.797.516)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	37	(4.140.250)	(392.332)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	3.676.367	(16.134.486)
Resultados de reavaliação cambial	39	1.433.657	68.092
Resultados de alienação de outros activos	40	1.430.307	866.126
Outros resultados de exploração	41	18.505.561	28.043.503
Produto bancário		577.096.453	612.339.370
Custos com pessoal	43	(181.135.631)	(173.961.345)
Gastos gerais administrativos	44	(99.527.436)	(98.481.535)
Amortizações do exercício	15 e 16	(33.894.018)	(32.732.153)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23	(1.494.520)	(348.758)
Provisões técnicas de contratos de seguro (líquidas de reposições e anulações)	23	(119.698.705)	(75.430.406)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	23	(70.556.014)	(74.428.692)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(6.718.096)	(6.421.705)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	30	23.423	(193.581)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		64.095.456	150.341.195
Impostos correntes	18	(14.324.935)	(45.063.498)
diferidos	18	4.810.913	17.020.225
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		54.581.434	122.297.922
Interesses minoritários	30 e 31	(2.210.973)	(1.605.602)
Resultado consolidado do exercício		52.370.461	120.692.320

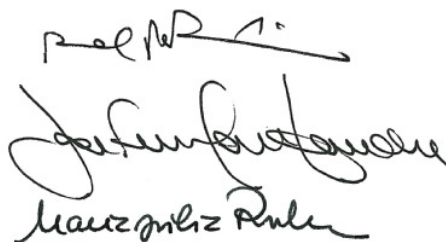
O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

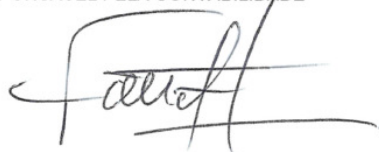
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

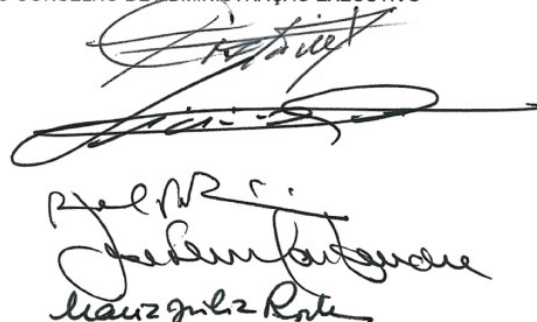
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	639.527.179	789.528.714
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(216.941.559)	(283.461.503)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(275.993.094)	(267.975.072)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões	(4.669.973)	(4.467.808)
(Pagamentos)/recebimentos do Imposto sobre o rendimento	(9.023.042)	(28.043.273)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional	222.242.781	146.649.063
	<u>355.142.292</u>	<u>352.230.121</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	482.718.551	898.222.723
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	3.048.919	(317.113.482)
Activos financeiros disponíveis para venda	276.496.386	215.594.388
Aplicações em instituições de crédito	(532.861.021)	357.380.435
Investimentos detidos até à maturidade	634.010.253	280.546.013
Outros activos	155.899.294	131.698.232
	<u>1.019.312.382</u>	<u>1.566.328.309</u>
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	140.691.414	397.692.839
Recursos de clientes e outros empréstimos	437.284.985	406.148.342
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	1.200.122	-
Outros passivos	70.115.996	17.205.914
	<u>649.292.517</u>	<u>821.047.095</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(14.877.573)</u>	<u>(393.051.093)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos	(5.226.556)	(4.755.172)
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	(747.633)	(896.016)
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	67.157.948	36.038.427
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>61.183.759</u>	<u>30.387.239</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	(40.926.915)	(17.977.243)
Interesses minoritários	26.173.979	8.121.283
Aumento (diminuição) de Capital	1.703.850	19.630.185
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(13.049.086)</u>	<u>9.774.225</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(89.110.418)	(413.664.107)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	476.746.405	890.410.512
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	387.635.987	476.746.405

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

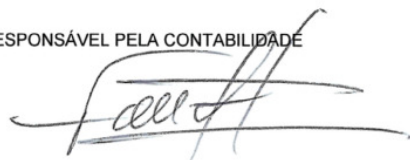
DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

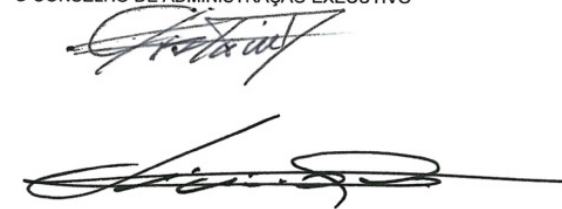
	Outras Reservas e resultados transitados			Resultado consolidado do exercício	Sub-total	Interesses minoritários	Total		
	Capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Total				
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	680.707.181	20.807.839	218.795.993	(178.042.401)	40.753.592	120.245.751	862.514.363	24.878.200	887.392.563
Aplicação do resultado do exercício de 2007:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	94.189.262	26.056.489	120.245.751	(120.245.751)	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(4.755.172)	-	(4.755.172)	-	(4.755.172)	-	(4.755.172)
Aumento de capital por incorporação de reservas	25.850.030	-	(25.850.030)	-	(25.850.030)	-	-	-	-
Diminuição de capital por reembolso a sócios	(312.115)	-	-	-	-	-	(312.115)	-	(312.115)
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	9.726.885	9.726.885
Variação da reserva de reavaliação de imobilizado	-	79.758	-	-	-	-	79.758	-	79.758
Outros	-	-	(965.539)	(2.424.940)	(3.390.479)	-	(3.390.479)	-	(3.390.479)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2008	-	(21.939.466)	-	-	-	120.692.320	98.752.854	-	98.752.854
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	706.245.096	(1.051.869)	281.414.514	(154.410.852)	127.003.662	120.692.320	952.889.209	34.605.085	987.494.294
Aplicação do resultado do exercício de 2008:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	98.501.312	22.191.008	120.692.320	(120.692.320)	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(1.712.463)	-	(1.712.463)	-	(1.712.463)	-	(1.712.463)
Aumento de capital por incorporação de reservas	68.730.670	-	(68.730.670)	-	(68.730.670)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	5.291.575	-	-	-	-	-	5.291.575	-	5.291.575
Diminuição de capital por reembolso a sócios	(3.587.725)	-	-	-	-	-	(3.587.725)	-	(3.587.725)
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	26.173.979	26.173.979
Variação da reserva de reavaliação de imobilizado	-	(1.760.794)	-	-	-	-	(1.760.794)	-	(1.760.794)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2009	-	11.110.681	-	-	-	52.370.461	63.481.142	-	63.481.142
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	776.679.616	8.298.018	309.472.693	(132.219.844)	177.252.849	52.370.461	1.014.600.944	60.779.064	1.075.380.008

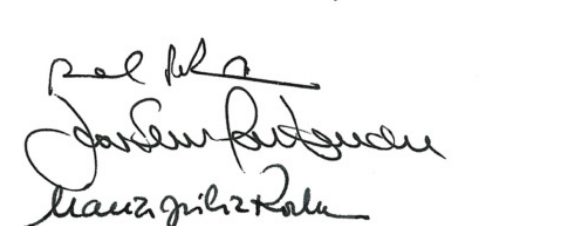
O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO





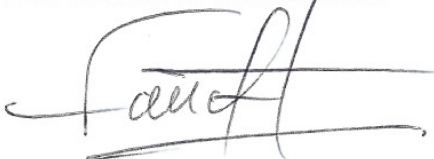
GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA

OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	2009	2008
Resultado consolidado do exercício	52.370.461	120.692.320
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, líquido	27.161.042	(26.267.193)
Transferência da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda para as provisões técnicas de produtos com participação nos resultados a atribuir aos segurados (Nota 23)	(15.019.096)	(1.526.559)
Impacto fiscal	(1.074.232)	3.395.233
Transferência para resultados por alienação	58.458	3.345.650
Impacto fiscal	(15.491)	(886.597)
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	11.110.681	(21.939.466)
Rendimento integral consolidado	63.481.142	98.752.854

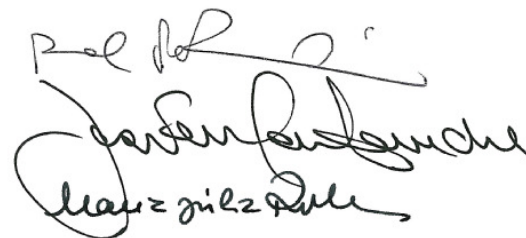
O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



2. Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Com a constituição, em 1991, do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), constituído pela Caixa Central e pelas Caixas Associadas, estabelece-se um regime de co-responsabilidade entre estas. As Caixas têm liberdade de associação à Caixa Central podendo, prosseguir a sua actividade fora do SICAM, mas submetendo-se a regras mais exigentes, semelhante às aplicadas para as restantes instituições de crédito.

As contas consolidadas apresentadas reflectem a situação patrimonial do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas, que com as respectivas empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo (ou Grupo Crédito Agrícola – “GCA”), sendo elaboradas em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor constantes no Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 e das instruções previstas no Artigo n.º 7º deste diploma.

Assim, o Grupo Crédito Agrícola é um Grupo Financeiro de âmbito nacional, integrado por um vasto número de bancos locais (Caixas Agrícolas) e por empresas especializadas, tendo como estruturas centrais a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, instituição bancária dotada igualmente de competências de supervisão, orientação e acompanhamento das actividades das Caixas Associadas e a Fenacam, instituição de representação cooperativa e prestadora de serviços especializados ao GCA.

Dos factos mais salientes ocorridos no exercício de 2009, é de destacar a publicação do novo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, o qual alarga o âmbito das operações activas do Grupo Crédito Agrícola, que passa a abranger todas as actividades permitidas aos bancos (Decreto-Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho). Consequentemente, a Caixa Central e as Caixas Agrícolas procederam à alteração dos seus Estatutos ainda no decorrer do ano de 2009. Adicionalmente, com esta alteração, passaram a sujeitar a exoneração dos associados a uma decisão da Assembleia Geral.

Em 2009, salienta-se também os processos de fusão ocorridos entre Caixas Agrícolas Associadas, reduzindo o seu número de 92 para 88, aumentando a sua dimensão e solidez financeira, potenciando uma maior competitividade nos mercados em que operam e visando uma estratégia de optimização de gestão.

No primeiro semestre de 2009, a filial Times Business mudou de denominação para Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal Lda..

Dos factos mais relevantes ocorridos no exercício de 2008, salienta-se o aumento de capital ocorrido na Crédito Agrícola Vida S.A., no montante de 4.500.000 euros correspondentes a 900.000 acções.

No primeiro semestre de 2008, a filial CA Finance Limited mudou de denominação para Crédito Agrícola Finance – Gestão de Activos (I.F.I.), Sociedade Unipessoal S.A..

No final de 2008, ocorreu a aquisição de uma nova filial – Times Business, Sociedade Imobiliária, Unipessoal, Lda., adquirida a 100% pelo Grupo Crédito Agrícola, ainda com expressão residual nas contas consolidadas do Grupo, sendo o seu objecto social a compra, venda e revenda de bens imóveis. Já no decorrer do ano de 2009, alterou-se a denominação social para Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda.

Em 2008 ficou concluído o processo de dissolução do Fundo Portugal Blue Chip Fund, correspondendo à extinção do valor do Fundo por contrapartida dos seus activos, que correspondiam a aplicações em bancos.

As alterações ocorridas no âmbito do SICAM decorreram apenas de fusões entre Caixas Agrícolas associadas.

As contas consolidadas integram as contas das 89 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas à data de 31 de Dezembro de 2009.

O Grupo Crédito Agrícola detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital. Empresas associadas são aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o SICAM, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), nos termos adoptados pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e de acordo com as normas específicas de consolidação de contas constantes no artigo nº. 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei nº 36/92 de 28 de Março e Instrução nº 71/96 do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do GCA que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 1/IAS 27 – Emendas (Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada)	1-Jan-09	Estas emendas abordam a mensuração do custo de investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas na adopção inicial das IFRS e o reconhecimento do rendimento de dividendos provenientes de subsidiárias, nas demonstrações financeiras separadas da empresa-mãe.
IAS 32/IAS 1 – Emendas (Instrumentos financeiros com uma opção put e obrigações decorrentes de uma liquidação)	1-Jan-09	Estas emendas vieram alterar o critério de classificação de um instrumento financeiro entre instrumento de capital próprio e passivo financeiro, permitindo que alguns instrumentos financeiros que podem ser recomprados sejam classificados como instrumentos de capital próprio.
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (revista)	1-Jan-09	A revisão de 2007 da IAS 1 introduziu alterações de terminologia, incluindo novas designações para as peças das demonstrações financeiras, assim como alterações ao nível do formato e conteúdo de tais peças.

IFRS 8 – Segmentos operacionais 1-Jan-09

A IFRS 8 consiste numa norma que trata exclusivamente de divulgações e que veio substituir a anterior IAS 14. A IFRS implicou uma redefinição dos segmentos relatáveis da entidade e da informação a relatar nos mesmos.

IFRS 7 – Emendas (Divulgações sobre mensurações pelo justo valor e sobre o risco de liquidez) 1-Jan-09

Estas emendas à IFRS 7 vêm alargar as divulgações requeridas relativamente ao justo valor de instrumentos financeiros e ao risco de liquidez.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2007 Várias (usualmente 1-Jan-09)

Este processo envolveu a revisão de 32 normas contabilísticas.

O efeito nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, decorrente da adopção das novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo, salvo no que diz respeito à IAS 1 (Revisão) – Apresentação das demonstrações financeiras”. Esta norma, de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, introduz um conjunto de alterações relativamente à denominação das demonstrações financeiras. Os principais impactos desta revisão do IAS 1 para o Grupo são, entre outros, os seguintes:

- Todos os ganhos e perdas (incluindo os que são contabilizados directamente em capitais próprios) são apresentados:
 - Numa declaração única: demonstração de rendimento integral; ou
 - Em duas declarações (demonstração dos resultados e demonstração de rendimento integral). A Caixa Central adoptou esta possibilidade nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2009.
- Deixa de ser permitido apresentar os itens de “other comprehensive income” (por exemplo, ganhos ou perdas na reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda) separadamente na demonstração de alterações nos capitais próprios.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão é de aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009 e vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo.

IFRIC 9 e IAS 39 – Emendas (Reavaliação de derivados embutidos)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-Jun-09	Estas emendas vêm clarificar em que circunstâncias é permitida a reapreciação subsequente da obrigatoriedade de separação de um derivado embutido.
---	--	--

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pela Caixa Central no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA em 31 de Dezembro de 2009, estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do GCA que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

A consolidação de contas do Grupo Crédito Agrícola é efectuada para dar cumprimento aos requisitos da seguinte legislação:

- Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (Decreto Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho);
- Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março; e
- Instrução n.º 71/96 do Banco de Portugal.

a) Empresas filiais

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. (Caixa Central), das Caixas de Crédito Agrícola Associadas e das empresas filiais e associadas controladas directamente e indirectamente pelo Caixa Central (Nota 4).

A nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais a Caixa Central exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global, desde o momento em que a Caixa Central assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo Crédito Agrícola.

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

Até 1 de Janeiro de 2006, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o GCA não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2006 permanece registado em reservas.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do SICAM e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Empresas associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o GCA exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. Os eventuais dividendos recebidos são registados por contrapartida de uma diminuição do valor do investimento financeiro.

As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o GCA passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao GCA do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pela empresa associada.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2006, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O *goodwill* é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com o IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor é superior ao custo de aquisição (*goodwill* negativo), o diferencial é reconhecido em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2009, o GCA não tem registado montantes relativos a *goodwill*.

2.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O GCA adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, às taxas de câmbio em vigor na data em que foram realizadas. Adicionalmente, são adoptados os seguintes procedimentos contabilísticos:

- a posição cambial à vista por moeda, que corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos numa determinada moeda, é reavaliada diariamente de acordo com os câmbios de “fixing” indicados pelo Banco de Portugal, por contrapartida de resultados;
- a posição cambial a prazo numa moeda, que corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, é reavaliada à taxa de câmbio a prazo de mercado ou, na ausência desta, a uma taxa calculada com base nas taxas de juro de mercado para essa moeda e para o prazo residual da operação. A diferença entre os saldos convertidos para Euros às taxas de reavaliação utilizadas e os saldos convertidos às taxas contratadas, corresponde à reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registada em resultados.

c) Crédito e outros valores a receber

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial), sendo reconhecidas pelo valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo o método da taxa efectiva, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria devem ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e custos associados aos créditos periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Imparidade

Periodicamente, o GCA analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento de imparidade do crédito concedido, o GCA segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Extrapatrimoniais.

Adicionalmente, foram incluídas as responsabilidades relativas a papel comercial, operações em moeda estrangeira e contratos de locação financeira.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no GCA para a carteira de crédito a clientes, é analisada a existência de perdas por imparidade em termos individuais, através de análise casuística, e em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares.

Sempre que o GCA entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, para reflectirem os efeitos das condições actuais.

Os critérios de selecção dos clientes alvo de análise individual foram os seguintes:

- Todos os clientes com responsabilidades superiores a 1.000.000 Euros; e
- Clientes com crédito vencido (à mais de 90 dias) superior a 50.000 Euros.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo GCA está relacionada com a observação de diversos eventos denominados “eventos de perda”, entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - . das condições e/ou capacidade de pagamento;
 - . das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash flows dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar numa situação de incumprimento durante um período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelos Serviços do GCA (*incurred but not reported*). Para todos os segmentos da carteira, o GCA considerou um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência de que o GCA incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos é reduzido pelo saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

Periodicamente, o GCA abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da respectiva imparidade acumulada. Em caso de eventual recuperação dos referidos créditos, esta é reconhecida como dedução às perdas por imparidade reconhecidas em resultados, na rubrica “Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reversões e recuperações)”.

d) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

ii) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo transaccionados em mercados activos que o GCA optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu *bid-price* ou a cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “*discounted cash flows*”.

Quando são utilizadas técnicas de “*discounted cash flows*”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos a deter até à maturidade, crédito ou empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iv) Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, sendo do interesse do GCA mantê-los até ao seu reembolso.

Os investimentos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

v) Aplicações em instituições de crédito

Nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

vi) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

vii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 182/87, de 21 de Abril, foi criado o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, cujo funcionamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei 345/98, de 9 de Novembro. Este último visou reconverter o Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo, por forma a que o mesmo tivesse por objecto (i) garantir o reembolso de depósitos constituídos na Caixa Central e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas e (ii) promover e realizar acções que visem assegurar a solvabilidade e liquidez das referidas instituições, com vista à defesa do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

Em 31 de Dezembro de 2009, o GCA possuía empréstimos subordinados concedidos pelo Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo no montante de 116.660.562 Euros (140.188.800 Euros em 31 de Dezembro de 2008), descritos na Nota 25.

vii) Imparidade em activos financeiros

O GCA efectua análises periódicas de imparidade aos activos financeiros, efectuando para o crédito a clientes e outros valores a receber o referido na Nota 2.3.c).

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade registam-se por contrapartida de resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido

directamente na demonstração de resultados.

No caso de activos disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

No caso de activos financeiros disponíveis para venda com evidência de imparidade, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados.

e) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash flows descontados e modelos de valorização de opções.

Os derivados são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.

f) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo GCA para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 10
Viaturas	4

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do GCA, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilização esperada ou do contrato de arrendamento.

Conforme previsto no IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2006 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuadas avaliações aos imóveis de modo a identificar eventuais perdas por imparidade.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a sistemas de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de perdas por imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica inclui os montantes de 25.007.000 Euros e 15.539.000 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a software desenvolvido internamente na CA Serviços (Nota 16).

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

h) Activos tangíveis disponíveis para venda

O GCA regista em "Outros activos" os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados. Os activos tangíveis são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato promessa de dação ou da arrematação.

O GCA não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

i) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos fiscais, processos judiciais e outros a riscos específicos decorrentes da actividade do Crédito Agrícola, de acordo com o IAS 37 (Nota 23).

j) Benefícios de empregados

O SICAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Crédito Agrícola (denominado por Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo) pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades do SICAM com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACTV.

Para cobertura das suas responsabilidades o SICAM dispõe de um Fundo de Pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Crédito Agrícola Mútuo, assume, assim, a natureza de um Fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A..

De acordo com os estatutos do SICAM, os membros dos seus órgãos sociais não são abrangidos pelos benefícios descritos.

Para o cálculo das pensões do ACTV, o tempo de serviço assumido foi calculado a partir das seguintes datas:

- Para as diuturnidades futuras e respectiva evolução automática na carreira, considerou-se a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades;
- Para o cálculo das percentagens do anexo V na atribuição das pensões, assumiu-se a data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões.

Para a repartição das responsabilidades por serviços passados a cargo do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, admitiu-se o seguinte:

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é posterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo dos tempos de serviço passado e total;
- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é anterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo do tempo de serviço passado e da data de antiguidade para efeitos de nível e diuturnidades para o tempo de serviço total, uma vez que esta corresponde à da admissão na Banca.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do *Projected Unit Credit* para a reforma por velhice e sobrevivência diferida e o dos Prémios Únicos Sucessivos para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

O cálculo da pensão de sobrevivência aplicou-se somente aos participantes efectivamente casados, admitindo-se como idade do cônjuge a do participante diminuída ou acrescida de três anos, consoante este seja do sexo masculino ou feminino. O cálculo deste benefício encontra-se em função do nível de remuneração do participante, de acordo com o Anexo VI do ACTV.

O SICAM regista anualmente como custo a contribuição para o Fundo de Pensões que é estimada pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A. para cada entidade contribuinte em função do número de trabalhadores inscrito.

Em 1 de Janeiro de 2006 o SICAM optou por não aplicar retrospectivamente o IAS 19, não tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse sido adoptado desde o início dos planos de pensões. Deste modo, a totalidade dos ganhos e perdas actuariais já existentes e os acréscimos de responsabilidades calculados à data de transição decorrentes da aplicação pela primeira vez do IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados na data de transição.

Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), os quais foram calculados com base nos mesmos pressupostos que as responsabilidades com complementos de pensões.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo numa rubrica de desvios actuariais e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do valor actual das responsabilidades totais ou do valor do fundo, dos dois o maior, reportados igualmente ao início do ano, são imputados a resultados durante o período estimado de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos dos planos e dos ganhos e perdas actuariais não reconhecidos em resultados devido ao método do corredor, são registadas em "Outros passivos".

O Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção do IAS 19. O SICAM reconheceu na rubrica "Outras reservas e resultados transitados" o impacto da adopção do IAS no dia 1 de Janeiro de 2006.

k) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACTV, o SICAM assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O SICAM determina o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método *Projected Unit Credit*. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas para o apuramento das responsabilidades com pensões. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

l) Impostos sobre os lucros

As entidades do GCA são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

As contas das sucursais são integradas nas contas da Caixa Central para efeitos fiscais. As Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores beneficiam, ao abrigo do Artigo 34º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto na Portaria nº 555/2002, de 4 de Junho, considera-se que pelo menos 80% do lucro tributável da actividade global da Caixa Central é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional das Zonas Franca da Madeira e dos Açores.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças tributárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que a Caixa Central tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

m) Locação financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

n) Seguros

i) Contratos de Seguro

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo GCA respeita as disposições do IFRS 4 – “Contratos de seguro”. Esta Norma veio permitir aos emissores de contratos de seguro a manutenção das políticas contabilísticas utilizadas antes da adopção dos IFRS, desde que seja assegurado o cumprimento de determinados requisitos mínimos, estabelecidos pela referida norma, incluindo a realização com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras de um teste de adequacidade dos passivos associados aos contratos detidos.

Neste sentido, no registo dos contratos de seguro emitidos e dos contratos de resseguro detidos pelo GCA foram aplicados os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido através da Norma nº 7/94 de 27 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e restantes normas emitidas por esta entidade, complementados com as modificações decorrentes da introdução do IFRS 4.

Os principais impactos decorrentes da introdução do IFRS 4 nas demonstrações financeiras das companhias de seguros detidas pelo GCA respeitam à classificação dos contratos emitidos ou adquiridos pelo GCA em contratos de seguro ou contratos de investimento. Os contratos com risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro e registados no âmbito do IFRS 4. Os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39, situação que não se aplicou no GCA.

Adicionalmente, de acordo com o permitido pelo IFRS 4, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de investimento com participação nos resultados, quando essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo o correspondente aumento de responsabilidades.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidos entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial de participações de resultados atribuídas.

ii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando emitidos, na rubrica “Prémios, líquidos de resseguro”, da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

As principais políticas contabilísticas e bases de mensuração das provisões técnicas, são as seguintes:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflecte a parte dos prémios emitidos contabilizados no exercício, respeitantes a riscos ainda não incorridos à data do balanço e a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, com o objectivo de garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos dele resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, pela aplicação do método prorata temporis aos prémios brutos emitidos.

Ao montante calculado da provisão para prémios não adquiridos é deduzido a parte do custo a diferir das remunerações pela mediação de seguros e de outros custos de aquisição.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro directo, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pelo ISP. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efectuado por ramos.

iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados ("IBNR") e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização. A provisão para sinistros participados e não participados é estimada pelo GCA com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para a determinação desta provisão, é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. No ramo acidentes de trabalho, na parte não relativa a pensões, e no ramo automóvel, aplicam-se métodos determinísticos e estocásticos para o cálculo desta provisão.

Para o cálculo da provisão para IBNR, nos ramos automóvel, acidentes de trabalho, habitação, comércio e serviços e responsabilidade civil (exploração e geral), foram efectuadas estimativas actuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo. Para os restantes ramos, aplicou-se uma taxa genérica de 4% ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, para provisionar a responsabilidade com sinistros a serem participados após o fecho do exercício. A provisão para custos de gestão de sinistros é calculada utilizando o método do custo médio.

Considerou-se ainda uma provisão matemática no ramo de acidentes de trabalho, para sinistros ocorridos até 2009 que: (i) envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho; (ii) pensões com acordo de conciliação já realizado; (iii) a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros que se encontram pendentes de acordo final ou sentença. As provisões matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de acidentes de trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais ancorados em métodos actuariais reconhecidos e na legislação laboral vigente.

Adicionalmente, constitui-se uma provisão matemática para fazer face: (i) às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento, ou (ii) de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões para sinistros não são reconhecidas pelo seu valor actual, com excepção da provisão matemática de acidentes de trabalho, que é calculada com base numa estimativa dos fluxos de caixa futuros, actualizados a uma taxa de juro de 3,5%.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pelo CGA, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pelo CGA.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão ao resseguro, bem como outras cláusulas constantes nos tratados de resseguro em vigor.

vi) Provisão matemática do ramo vida

As provisões matemáticas do Ramo Vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras do CGA relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos actuariais reconhecidos e aprovados pelo ISP.

Em termos quantitativos, os principais pressupostos considerados no cálculo das provisões matemáticas relativas a seguros de vida são:

	<u>Tábua de mortalidade</u>	<u>Taxa técnica</u>
Planos Poupança Reforma e Produtos de Capitalização		
. Produtos lançados até 2008	GKM 80	3%
. Produtos lançados após 2008	GKM 80	Taxa variável por ano civil
Seguros em caso de morte	GKM 80	3%

vii) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a Seguros de Vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades deve ser calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tenha em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, dos activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde deve ser integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados que não tenham ainda sido distribuídos mas que já foram atribuídos.

viii) Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme acima referido, de acordo com o permitido pelo IFRS 4, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidas entre a provisão para participação nos resultados a atribuir e a reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor, com base nas condições dos produtos e no historial do GCA.

A separação destes montantes entre Segurado e GCA é feita com base nos planos de participação nos resultados.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo GCA..

ix) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

x) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o GCA realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos *cash flows* futuros associados aos contratos, incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os *cash flows* associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo Vida

Os testes de adequacidade de passivos são efectuados da seguinte forma:

Provisões Matemáticas:

a) Produtos financeiros

São calculados os valores das responsabilidades com os segurados usando as taxas que lhes foram garantidas e os montantes de prémios por estes entregues, tendo-se ainda em linha de conta os gastos de gestão internos e externos, bem como as despesas de investimento dos fundos.

São ainda projectados os *cash flows* de receitas e despesas tendo em vista aferir que não existem responsabilidades a imputar ao presente exercício.

b) Produtos de risco com tarifas independentes da idade

São projectados os *cash flows* futuros tendo em vista determinar o valor das responsabilidades futuras, líquidas dos prémios futuros que estes contratos vão gerar. É considerada para o efeito uma taxa de anulações ou transferências dos contratos de 6% e a mortalidade e invalidez real da empresa.

Os *cash flows* são actualizados à taxa de juro constante das bases técnicas dos produtos, 3%. São considerados os gastos de gestão interno e externo da empresa, bem como as despesas de gestão dos fundos.

c) Produtos de risco com tarifas dependentes da idade

Estes produtos não têm provisões matemáticas, pelo que são projectados os seus *cash flows* para aferir se existem responsabilidades a imputar ao exercício que não tenham sido previstas nas suas bases técnicas.

Os *cash flows* são actualizados à taxa de juro constante das bases técnicas dos produtos, 3% e a mortalidade e invalidez consideradas são as reais da empresa. São considerados os gastos de gestão interno e externo da empresa.

Provisões para Sinistros:

São projectados os *cash flows* futuros do *run-off* da empresa nas coberturas de morte e invalidez tendo em vista determinar o seu custo futuro por comparação com o custo actual. Para este efeito usam-se métodos estatísticos. Os *cash flows*, sendo de curto prazo, são calculados sem desconto de provisões.

Ramos não Vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das provisões socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

xi) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

xii) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o GCA avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios a empregados

As responsabilidades com complemento de pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data da concessão do crédito.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o GCA valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.2. n) acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2009, as entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola são:

	Capitais Próprios	Activo Líquido	Lucro/(prejuízo) do exercício	Participação directa	Participação efectiva	Método de consolidação
Bancos						
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	1.066.990.196	11.231.102.015	42.316.065	100,00%	100,00%	Integral
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	149.061.056	4.668.955.420	1.236.674	100,00%	100,00%	Integral
Crédito especializado						
Rural Rent-Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(376.073)	7.956	(18.586)	100,00%	100,00%	Integral
Gestão de activos e corretagem						
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	3.445.911	4.051.801	104.175	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda.	23.650	49.401.715	(24.263)	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Finance - Gestão de Activos (I.F.I.), Sociedade Unipessoal S.A..	463.488	500.270	(28.500)	100,00%	100,00%	Integral
Prestação de Serviços						
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	3.262.355	9.382.592	309.437	99,98%	99,98%	Integral
Crédito Agrícola Consult - Assessoria Financeira e de Gestão S.A.	325.311	654.364	(147.116)	100,00%	100,00%	Integral
CA Informática-Serviços de Informática S.A.	5.352.411	36.667.697	711.780	99,45%	99,45%	Integral
Capital de risco						
Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	922.140	1.057.468	56.409	66,67%	66,67%	Integral
Fundos de investimento						
FII CA Património Crescente	95.898.550	118.706.072	3.399.255	37,73%	37,73%	Integral
FII CA Imobiliário	170.905.124	180.210.791	(3.449.950)	100,00%	100,00%	Integral
FII CA Arrendamento Habitacional	49.895.031	49.965.485	(104.969)	100,00%	100,00%	Integral
FIQ Central Frie	6.867.338	6.870.044	(484.707)	30,00%	30,00%	Eq. Patrimonial
FCR InovCapital Global 2	15.126.319	15.921.585	(960.844)	26,05%	26,05%	Eq. Patrimonial
FIQ Agrocapital 1	15.201.938	15.327.523	83.706	27,78%	30,00%	Eq. Patrimonial
Seguros						
Crédito Agrícola Seguros	26.574.586	148.305.900	2.564.612	97,40%	97,40%	Integral
Crédito Agrícola Vida	43.198.647	797.607.681	6.015.353	89,92%	99,92%	Integral
Outras						
CA Serviços - Serviços Informáticos e de Gestão - ACE	-	49.513.637	-	97,02%	99,97%	Integral
Crédito Agrícola SGPS S.A.	64.254.812	104.046.289	745.219	100,00%	100,00%	Integral
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	1.249.784	1.254.677	(3.069)	100,00%	100,00%	Integral

Nota: Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2009 (saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação)

⁽¹⁾ Estes valores correspondem à soma algébrica dos balanços das Caixas Agrícolas Associadas

As sedes das entidades do Grupo são as seguintes:

A Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, a Rural Rent – Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, S.A., a Crédito Agrícola SGPS S.A. e a Crédito Agrícola Vida, S.A. e a Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda têm sede na Rua Castilho, n.º 233 – 1099-004 Lisboa.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A., tem a sua sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3 – 10.º Amoreiras, 1070 Lisboa.

A CA Informática – Serviços de Informática, S.A. e a CA Serviços – Serviços Informáticos e de Gestão - ACE têm sede na Rua Teófilo Braga, Lote 43 Damaia – 2720-526 Amadora.

A Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., a Crédito Agrícola Consult S.A., a CCCAM SGPS Unipessoal Lda e a Agrocapital SCR S.A. têm sede na Avenida da Republica, n.º 23 – 1050-185 Lisboa.

A FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, tem sede na Rua Pascoal de Melo, 49 – 1000-232 Lisboa.

A Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco S.A. tem sede na Rua Júlio Dinis n.º.535 – 4050-325 Porto.

O FII CA Património Crescente, o FII CA Imobiliário e o FII CA Arrendamento Habitacional são fundos de investimento imobiliário, cuja sociedade gestora é a Square Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 7, Sala 706, 1070-274 Lisboa.

O FIQ Agrocapital 1 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Agrocapital SCR S.A..

O FIQ Central Frie é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Caixa Central CRL, que tem sede na Rua Castilho, n.º. 233 – 1099-004 Lisboa.

O FCR InovCapital Global 2 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a InovCapital – Sociedade de Capital de Risco SA, que tem sede na Av. Dr. Antunes Guimarães, 103 – 4100-079 Porto.

As alterações ocorridas no perímetro de consolidação em 2009 e 2008 encontram-se descritas na Nota 1.

5. RELATO POR SEGMENTOS

De forma a cumprir o disposto na norma IFRS 8, o Grupo Crédito Agrícola efectuou uma primeira análise às suas linhas de negócio, tendo identificado quatro segmentos materialmente relevantes. A saber:

Banca comercial/de retalho: Inclui todas as actividades relacionadas com a carteira própria, derivados, aplicações e recursos de outras instituições de crédito, operações de tesouraria.

Gestão de fundos investimento e patrimónios: Inclui as operações relacionadas principalmente com a gestão de fundos de investimento imobiliário.

Actividade seguradora: Inclui as operações relacionadas com a comercialização e gestão dos seguros do ramo vida e de ramos reais (não vida).

Serviços de consultoria: Inclui a prestação de serviços de assessoria económico-financeira ou estratégia especializada, a prestação de serviços de natureza contabilística ou de consultoria de direcção e gestão de empresas, a elaboração ou a revisão de estudos económico-financeiros.

Outros: Inclui todas as restantes operações, nomeadamente as relacionadas com a prestação de outros serviços de apoio ao negócio do GCA.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a segmentação dos resultados do GCA por linhas de negócio é a seguinte:

	2009					
	Actividade seguradora					
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos de investimento e de patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros
Margem financeira	314.084.913	81.460	26.210.051	2.959.112	1.863	(2.683.542)
Rendimentos de instrumentos de capital	1.658.516	-	2.535.818	-	-	1.032.222
Resultados de serviços e comissões	94.034.430	(2.852.294)	(3.557.068)	(5.692.493)	(812)	-
Outros resultados de exploração e outros	(51.895.849)	5.800.509	98.451.197	30.216.654	1.520.970	65.190.796
Produto bancário	357.882.010	3.029.675	123.639.998	27.483.273	1.522.021	63.539.476
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(213.408.805)	(2.577.087)	(5.192.561)	(13.357.135)	(1.629.305)	(44.498.174)
Amortizações do exercício	(13.459.716)	(67.341)	(516.739)	(3.169.154)	(14.916)	(16.666.152)
Provisões e imparidade	(79.591.614)	(362.000)	(111.059.261)	(7.352.965)	(18.849)	(82.646)
Resultados de participações em associadas	23.423	-	-	-	-	-
Resultado antes de impostos e de int. minoritários	51.445.298	23.247	6.871.437	3.604.019	(141.049)	2.292.504
Impostos	(6.993.651)	(74.736)	(856.084)	(1.039.407)	(6.067)	(544.077)
Resultado após impostos e antes de int. minoritários	44.451.647	(51.489)	6.015.353	2.564.612	(147.116)	1.748.427
Interesses minoritários	(2.210.973)	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	42.240.674	(51.489)	6.015.353	2.564.612	(147.116)	1.748.427
Activos financeiros detidos para negociação	2.967.755	-	-	-	-	205.274
Activos financeiros disponíveis para venda	92.831.309	-	766.093.509	90.370.757	-	3.970.460
Aplicações em instituições de crédito	816.504.134	54.681.616	23.409.808	26.488.229	-	3.540.449
Crédito a clientes	8.365.981.099	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	(439.853.590)	(501.818)	-	(1.305)	-	(109.608.530)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9.965.032.817)	-	-	-	-	-

	2008					
	Actividade seguradora					
	Banca comercial de retalho	Gestão de fundos de investimento e de patrimónios	Ramo vida	Ramos não vida	Serviços de consultoria	Outros
Margem financeira	402.728.360	218.279	23.289.470	2.786.528	2.176	(4.272.828)
Rendimentos de instrumentos de capital	422.444	-	3.640.754	52.500	-	639.474
Resultados de serviços e comissões	84.842.150	146.033	(4.625.362)	960.666	(790)	(7.471)
Outros resultados de exploração e outros	(42.382.979)	4.538.684	52.179.601	21.494.647	1.687.691	63.999.343
Produto bancário	445.609.975	4.902.996	74.484.463	25.294.341	1.689.077	60.358.518
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(208.088.724)	(2.236.131)	(4.647.633)	(12.466.554)	(1.544.909)	(43.458.929)
Amortizações do exercício	(12.439.331)	(59.208)	(563.775)	(2.869.781)	(22.705)	(16.777.353)
Provisões e imparidade	(79.517.429)	(278.000)	(70.232.493)	(7.520.873)	(26.900)	946.134
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	(193.581)	-	-	-	-	-
Resultado antes de impostos e de int. minoritários	145.370.910	2.329.657	(959.438)	2.437.133	94.563	1.068.370
Impostos	(27.509.514)	(115.906)	684.787	(781.100)	(42.746)	(278.794)
Resultado após impostos e antes de int. minoritários	117.861.396	2.213.751	(274.651)	1.656.033	51.817	789.576
Interesses minoritários	(1.605.602)	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	116.255.794	2.213.751	(274.651)	1.656.033	51.817	789.576
Activos financeiros detidos para negociação	3.210.877	-	-	-	-	205.274
Activos financeiros disponíveis para venda	118.520.383	622.007	575.264.267	62.078.513	-	5.173.503
Aplicações em instituições de crédito	1.353.143.458	5.947.402	50.690.802	45.234.236	170.000	2.299.359
Crédito a clientes	7.915.705.765	-	10.762.326	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	(325.474.289)	(15.503)	(23.092)	(1.170.616)	-	(82.590.329)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9.527.747.832)	-	-	-	-	-

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa	99.212.662	93.257.927
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	178.174.122	254.765.047
	-----	-----
	277.386.784	348.022.974
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País:		
Cheques a cobrar	94.308.714	108.693.509
Depósitos à ordem	7.732.715	13.182.177
	-----	-----
	102.041.429	121.875.686
	-----	-----
Disponibilidades em Instituições Crédito no Estrangeiro:		
Depósitos à ordem	8.207.323	6.814.124
Cheques a cobrar	-	235
	-----	-----
	8.207.323	6.814.359
	-----	-----
Juros a receber	451	33.386
	-----	-----
	110.249.203	128.723.431
	=====	=====

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de capital	634.903	1.483.726
Instrumentos de dívida	905.694	655.249
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo (Nota 12):		
. Opções compradas	526.009	700.666
. Forwards cambiais	349.048	576.510
. Swaps de taxa de juro	757.375	-
	-----	-----
	3.173.029	3.416.151
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Títulos		
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	7.155.706	7.978.815
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	24.668	49.768
	-----	-----
7.180.374	8.028.583	
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	796.255.111	613.871.487
Instrumentos de capital	99.805.637	76.600.613
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	55.294.813	69.042.004
Instrumentos de capital	3.738.532	3.737.637
	-----	-----
	955.094.093	763.251.741
	-----	-----
Imparidade (Nota 23)	(1.828.058)	(1.593.068)
	-----	-----
	953.266.035	761.658.673
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Aplicações em instituições de crédito no país:		
Em outras instituições de crédito:		
Depósitos	814.400.331	912.628.515
Papel comercial a desconto	35.000.000	4.000.000
Empréstimos	20.000.000	20.000.000
Outras aplicações	10.005.293	10.004.863
	-----	-----
	879.405.624	946.633.378
	-----	-----
Em outras instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos	36.041.432	485.652.036
	-----	-----
Juros a receber	9.177.180	25.199.843
	-----	-----
	45.218.612	510.851.879
	-----	-----
	924.624.236	1.457.485.257
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até três meses	765.346.214	670.832.889
Entre três meses e um ano	150.100.842	761.452.525
	-----	-----
	915.447.056	1.432.285.414
	-----	-----

Juros a receber	9.177.180	25.199.843
	-----	-----
	924.624.236	1.457.485.257
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009, o detalhe desta rubrica por entidade, apresenta-se de seguida:

Aplicações em instituições de crédito no país:

. Banco Santander Totta, S.A.	335.433.411
. Banco Comercial Português, S.A.	293.918.925
. Banco BPI, S.A.	128.883.104
. Caixa Económica Montepio Geral	30.000.000
. Banco Privado Português, S.A.	20.000.000
. Banco Espírito Santo, S.A.	10.684.400
. Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	10.000.000
. Banco Internacional do Funchal, S.A.	6.662.637
. Banco Português de Gestão, S.A.	5.000.000
. Banco Finantia , S.A.	3.817.854
. Outras	35.005.293

	879.405.624

Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:

. Bank of Ireland	24.000.000
. Banco Espírito Santo – New York	6.941.552
. Banco Itaú Europa	2.850.000
. JYSKE Bank	2.200.000
. Outras	49.880

	36.041.432

Juros a receber	9.177.180

	924.624.236
	=====

Em 31 de Dezembro de 2009, as aplicações no Banco Privado Português, S.A. foram garantidas pelo Estado Português.

12. DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Montante nominal	Valor contabilístico		Total
		Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação	
<u>Operações Cambiais a Prazo</u>				
<u>Forwards Cambiais</u>		349.048	(2.142)	346.906
Compras	12.376.323			
Vendas	12.110.216			
<u>Opcões</u>		526.009	(526.009)	-
Compras	15.891.500			
Vendas	15.689.500			
<u>Swaps</u>	660.866.822	757.375	(1.883.729)	(1.126.354)
	<u>716.934.361</u>	<u>1.632.432</u>	<u>(2.411.880)</u>	<u>(779.448)</u>

2008			
Montante nocional	Valor contabilístico		
	Activos	Passivos	Total
Derivados de negociação	detidos para negociação	detidos para negociação	
	(Nota 8)		
Operações Cambiais a Prazo			
<u>Forwards Cambiais</u>	576.510	(7.001)	569.509
Compras	7.170.475		
Vendas	7.711.041		
<u>Futuros sobre índices de acções</u>	-	(397.070)	(397.070)
Compras	-		
Vendas	16.448.500		
Swaps	-	(107.021)	(107.021)
Compras	5.000.000		
Vendas	-		
Opcões	700.666	(700.666)	-
Compras	15.960.500		
Vendas	15.960.500		
68.251.016	1.277.176	(1.211.758)	65.418

A rubrica “Opções” refere-se a opções compradas com o objectivo de cobrir a remuneração a pagar no produto “Depósito Energia 24”, com vencimento em 18 de Agosto de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2009, a Caixa Central tem também contratado futuros de taxa de juro, com valor nocional de 10.000.000 Euros, cujo valor de reavaliação é pago/recebido no próprio dia, ficando por isso registado nas contas de correspondentes de depósito à ordem. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante da reavaliação positiva líquida ascendia a 72.670 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2009, a CA Vida detém dois swaps de taxa de juro com o valor nocional de 5.000.000 Euros e 11.000.000 Euros, contratado com o Banco Espírito Santo Investimento S.A., para garantir uma gestão eficaz do risco de taxa de juro das suas carteiras de investimento e assegurar a cobertura das respectivas responsabilidades. Trata-se de um instrumento derivado over-the-counter, não transaccionável em mercado regulamentado. Adicionalmente, a CA Vida detém uma posição vendedora de futuros plain vanilla sobre o índice Eurostoxx50, o qual integra as acções das 50 empresas com maior capitalização bolsista da Zona Euro. Estes derivados são transaccionáveis em mercado regulamentado (Eurex). Em 31 de Dezembro de 2008, a CA Vida detinha um swap de taxa de juro com o valor nocional de 5.000.000 Euros, contratado com o Banco Espírito Santo Investimento S.A., com as mesmas características.

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Crédito interno</u>		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos com garantia real	3.272.297.949	2.954.869.100
Empréstimos sem garantia real	1.034.374.229	1.074.434.665
Empréstimos à habitação regime geral	1.956.546.839	1.730.289.616
Empréstimos à habitação bonificado	316.763.576	343.405.929
Papel comercial	465.373.333	521.628.553
Contratos de locação financeira	163.382.479	142.670.570
Curto prazo:		
Créditos em conta corrente	619.612.953	625.852.351
Outros créditos		
Cartões de crédito	38.341.996	38.135.875
Outros créditos	453.911.188	429.095.398
Descobertos em depósitos à ordem	20.490.104	34.806.374
	-----	-----
	8.341.094.646	7.895.188.431
	-----	-----
<u>Crédito ao exterior</u>		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos	10.901.711	9.315.911
Curto prazo		
Descobertos depósitos à ordem	902.484	229.607
Outros créditos	2.594.126	3.316.203
	-----	-----
	14.398.321	12.861.721
	-----	-----
Juros a receber	36.342.591	55.088.109
	-----	-----
<u>Comissões associadas ao custo amortizado:</u>		
Receitas com rendimento diferido	(15.331.432)	(20.043.049)
Despesas com encargo diferido	68.594	70.196
	-----	-----
	(15.262.838)	(19.972.853)
	-----	-----
Total crédito não vencido	8.376.572.720	7.943.165.408
	-----	-----
<u>Crédito e juros vencidos</u>		
Crédito vencido	393.774.665	344.733.977
Juros vencidos	10.713.568	11.887.506
	-----	-----
	404.488.233	356.621.483
	-----	-----
	8.781.060.953	8.299.786.891
	-----	-----
<u>Imparidade (Nota 23)</u>		
Para crédito e juros vencidos	(255.324.247)	(208.696.521)
Para créditos de cobrança duvidosa	(159.755.607)	(164.622.279)
	-----	-----
	(415.079.854)	(373.318.800)
	-----	-----
	8.365.981.099	7.926.468.091
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais dos créditos de clientes apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até três meses	1.338.654.538	1.366.832.287
Entre três meses e um ano	789.634.062	901.151.678
Entre um ano e três anos	1.439.216.352	1.339.568.010
Entre três e cinco anos	4.688.462.722	4.189.878.809
Mais de cinco anos	504.013.526	467.240.851
	-----	-----
	8.759.981.200	8.264.671.635
Juros a receber	36.342.591	55.088.109
Comissões associadas ao custo amortizado	(15.262.838)	(19.972.853)
	-----	-----
	8.781.060.953	8.299.786.891
	=====	=====

14. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Titulos detidos até à maturidade:		
Títulos cotados:		
Títulos emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	421.657.746	400.206.068
De outros residentes	443.462.513	4.880.353
Títulos emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos estrangeiros	164.655.221	187.920.149
De outros não residentes	196.340.742	10.644.291
	-----	-----
	1.226.116.222	603.650.861
	-----	-----
Juros a receber	22.896.580	11.351.688
	-----	-----
	1.249.012.802	615.002.549
	=====	=====

Durante os exercícios de 2009 e 2008, o GCA procedeu à aquisição para esta carteira de um conjunto de títulos, nomeadamente de dívida pública portuguesa.

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

15. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2008	2009				31-12-2009
	Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Imparidade (Nota 23)	Transferências	Abates, alienações e outros
Imóveis:						
De serviço próprio	266.809.470	38.225.600	(5.258.649)	(22.696)	15.673.135	(12.858.462)
Obras em imóveis arrendados	8.987.374	871.778	(818.966)	-	753.164	-
Outros imóveis	1.322.400	1.273.162	(61.394)	-	-	(469.349)
	<u>277.119.244</u>	<u>40.370.540</u>	<u>(6.139.009)</u>	<u>(22.696)</u>	<u>16.426.299</u>	<u>(13.327.811)</u>
						<u>314.426.567</u>
Equipamento	60.621.246	12.811.211	(17.087.081)	-	270.572	-
Património artístico	905.549	5.085	-	-	48.849	-
Equipamento em locação financeira:						
Equipamento	665.430	247.043	(246.673)	-	-	(95.967)
Outros activos em locação financeira	(6.035)	-	(9.000)	-	20.620	-
	<u>659.395</u>	<u>247.043</u>	<u>(255.673)</u>	<u>-</u>	<u>20.620</u>	<u>(95.967)</u>
						<u>575.418</u>
Outros activos tangíveis:						
Activos tangíveis em curso	16.590.873	15.187.331	-	-	(16.809.819)	-
Outros	326.877	7.685	(57.143)	-	43.479	-
	<u>16.917.750</u>	<u>15.195.016</u>	<u>(57.143)</u>	<u>-</u>	<u>(16.766.340)</u>	<u>-</u>
	<u>356.223.184</u>	<u>68.628.895</u>	<u>(23.538.905)</u>	<u>(22.696)</u>	<u>-</u>	<u>(13.423.778)</u>
						<u>387.866.700</u>
Descrição	31-12-2007	2008				31-12-2008
	Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Imparidade (Nota 23)	Abates, alienações, transferências e outros	Valor líquido
Imóveis:						
De serviço próprio	248.607.709	24.591.837	(4.780.201)	(509.413)	(1.100.462)	266.809.470
Obras em imóveis arrendados	7.156.564	1.906.716	(626.748)	-	550.842	8.987.374
Outros imóveis	1.874.415	29.264	(46.939)	-	(534.340)	1.322.400
	<u>257.638.688</u>	<u>26.527.817</u>	<u>(5.453.888)</u>	<u>(509.413)</u>	<u>(1.083.960)</u>	<u>277.119.244</u>
Equipamento	58.485.042	18.428.531	(17.232.078)	-	939.751	60.621.246
Património artístico	805.187	99.952	-	-	410	905.549
Equipamento em locação financeira:						
Equipamento	886.092	64.386	(219.802)	-	(65.246)	665.430
Outros activos em locação financeira	-	-	(6.035)	-	-	(6.035)
	<u>886.092</u>	<u>64.386</u>	<u>(225.837)</u>	<u>-</u>	<u>(65.246)</u>	<u>659.395</u>
Outros activos tangíveis:						
Activos tangíveis em curso	16.695.326	-	-	-	(104.453)	16.590.873
Outros	159.491	211.924	(43.746)	-	(792)	326.877
	<u>16.854.817</u>	<u>211.924</u>	<u>(43.746)</u>	<u>-</u>	<u>(105.245)</u>	<u>16.917.750</u>
	<u>334.669.826</u>	<u>45.332.610</u>	<u>(22.955.549)</u>	<u>(509.413)</u>	<u>(314.290)</u>	<u>356.223.184</u>

Durante os exercícios de 2009 e 2008, as mais e menos valias apuradas na alienação de activos tangíveis encontram-se registadas na rubrica “Resultados de alienação de outros activos – Outros activos tangíveis” (Nota 40).

16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2008	2009			31-12-2009
	Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Abates, alienações, transferências e outros	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	33.904.846	1.972.988	(10.325.598)	7.910.442	33.462.678
Outros activos intangíveis	205.139	35.768	(29.515)	11.112	222.504
Activos intangíveis em curso	7.843.059	11.868.904	-	(8.936.606)	10.775.357
	<u>41.953.044</u>	<u>13.877.660</u>	<u>(10.355.113)</u>	<u>(1.015.052)</u>	<u>44.460.539</u>

Descrição	31-12-2007	2008			31-12-2008
	Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Abates, alienações, transferências e outros	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	26.378.135	3.274.382	(7.179.391)	11.431.720	33.904.846
Outros activos intangíveis	243.610	2.483.742	(2.597.213)	75.000	205.139
Activos intangíveis em curso	8.321.717	11.490.062	-	(11.968.720)	7.843.059
	<u>34.943.462</u>	<u>17.248.186</u>	<u>(9.776.604)</u>	<u>(462.000)</u>	<u>41.953.044</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Sistema de tratamento automático de dados (software)” inclui os montantes de 25.007.000 Euros e 15.539.000 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a software desenvolvido internamente na CA Serviços. O valor incorrido relativo ao exercício de 2009 ascendeu a 9.468.544 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Activos intangíveis em curso” diz respeito essencialmente a custos incorridos com os colaboradores afectos a software que se encontra em fase de desenvolvimento interno na CA Serviços.

17. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
FIQ Agrocapital 1	4.560.551	4.403.677
FCR InovCapital Global 2	3.940.406	4.550.847
FIQ Central Frie	2.060.201	2.354.267
Rurabela	9.986	9.986
	-----	-----
	10.571.144	11.318.777
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras não auditadas destas empresas encontram-se resumidos na Nota 4.

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 eram os seguintes:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	77.799.127	72.707.766
Por prejuízos fiscais reportáveis	937.665	2.254.887
	-----	-----
	78.736.792	74.962.653
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	(2.589.522)	(2.536.573)
	-----	-----
	76.147.270	72.426.080
	=====	=====
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	17.080.513	12.776.781
Outros	6.726	6.726
	-----	-----
	17.087.239	12.783.507
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(2.472.976)	(9.139.022)
	-----	-----
	14.614.263	3.644.485
	=====	=====

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009		
	Saldo em 31-12-2008	Varição em Resultados	Varição em Reservas
. Activos tangíveis e imparidade	1.070.162	(400.178)	-
. Activos intangíveis	4.146.937	(4.124.312)	-
. Provisões não aceites fiscalmente:			
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	25.517.225	13.167.587	-
Provisões para crédito e juros vencidos	23.976.986	2.815.671	-
Provisões para riscos gerais de crédito	4.427.954	278.620	-
Provisão para aplicações financeiras	944.454	(711.225)	-
Provisões para imóveis	7.541.863	(7.227.736)	-
Provisões para outras aplicações	241.185	765.722	-
Provisões para outros riscos e encargos	1.502.237	(101.362)	-
. Pensões			
Reformas antecipadas	87.794	179.254	-
Contribuição efectuada	144.950	(143.964)	-
Prémio de antiguidade	3.069.136	619.796	-
Encargos com saúde	132.250	28.903	-
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(292.161)	(1.689.250)	-
. Valias fiscais	(13.789)	(190.178)	-
. Prejuízos fiscais reportáveis	852.794	(801.632)	-
. Comissões	1.016.366	(365.724)	-
. Valorização dos activos disponíveis para venda	(1.881.076)	2.566.655	(1.089.723)
. Outros	(59.187)	144.266	-
	<u>72.426.080</u>	<u>4.810.913</u>	<u>(1.089.723)</u>
	<u>72.426.080</u>	<u>4.810.913</u>	<u>76.147.270</u>

	2008			
	Saldo em 31-12-2007	Variação em resultados	Variação em resultados transitados	Variação em reservas
Activos tangíveis e imparidade	1.694.241	(624.079)	-	-
Activos intangíveis	4.257.305	(110.368)	-	-
Provisões não aceites fiscalmente:				
. Provisões para créditos de cobrança duvidosa	20.208.001	5.309.224	-	-
. Provisões para crédito e juros vencidos	14.432.070	9.544.916	-	-
. Provisões para riscos gerais de crédito	4.835.980	(408.026)	-	-
. Provisão para aplicações financeiras	14.260	930.194	-	-
. Provisão para risco país	16.081	(16.081)	-	-
. Provisões para imóveis	196.711	6.905.636	439.516	-
. Provisões para outras aplicações	452.257	(211.072)	-	-
. Provisões para outros riscos e encargos	1.025.308	476.929	-	-
. Provisões para activos não correntes detidos para venda - IFRS 5	439.516	-	(439.516)	-
Pensões:				
. Reformas antecipadas	36.220	51.574	-	-
. Contribuição efectuada	1.444.473	(1.299.523)	-	-
. Prémio de antiguidade	4.093.859	(1.024.723)	-	-
. Encargos com saúde	5.232.335	(5.100.085)	-	-
Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(3.333.513)	3.041.352	-	-
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(18.119)	18.119	-	-
Reavaliação da posição cambial a prazo	(30.722)	30.722	-	-
Valias fiscais	(3.058)	(10.731)	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	1.275.701	(422.907)	-	-
Comissões	1.704.682	(688.316)	-	-
Valorização dos activos disponíveis para venda	(4.389.712)	-	-	2.508.636
Títulos detidos até à maturidade	(724.859)	724.859	-	-
Outros	38.202	(97.389)	-	-
	<u>52.897.219</u>	<u>17.020.225</u>	<u>-</u>	<u>2.508.636</u>
				<u>72.426.080</u>

O aumento dos impostos diferidos activos nos exercícios de 2009 e 2008 resulta maioritariamente de provisões para crédito concedido com garantia hipotecária.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrada como segue:

	2009		2008	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		<u>64.095.456</u>		<u>150.341.195</u>
Imposto apurado com base na taxa de imposto nominal	26,50%	16.985.296	26,50%	39.840.417
Proveitos não tributados	(3,37%)	(2.161.030)	(2,78%)	(4.182.773)
Correcções de impostos relativos a exercicios anteriores	(4,28%)	(2.744.071)	(1,14%)	(1.706.558)
Operações efectuadas ao abrigo de regimes de taxa reduzida	(3,79%)	(2.429.886)	(3,79%)	(5.699.499)
Benefícios fiscais	(0,09%)	(58.762)	(0,14%)	(208.314)
Outros	(0,12%)	(77.525)	0,00%	-
Imposto registado na demonstração de resultados	<u>14,84%</u>	<u>9.514.022</u>	<u>18,65%</u>	<u>28.043.273</u>

No exercício de 2009 e 2008, a rubrica “Proveitos não tributados” refere-se essencialmente a dividendos não tributados e mais valias obtidas na venda de imobilizado financeiro. Os dividendos referem-se essencialmente a rendimentos recebidos de títulos estrangeiros detidos pela CA Vida.

No exercício de 2009 e 2008, a rubrica “Operações efectuadas ao abrigo de regimes de taxa reduzida” refere-se a operações tributadas à taxa de 20% prevista no Estatuto Fiscal Cooperativo e a operações tributadas à taxa de 15% correspondente ao regime de incentivos fiscais à interioridade, previsto no Artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

No exercício de 2009, a rubrica “Correcções de imposto de exercícos anteriores” corresponde a reembolsos recebidos de IRC relativos a acertos de pagamentos de imposto efectuados pelo GCA para os exercícos de 1996 a 2001 e de 2005 a 2008.

19. PROVISÕES TÉCNICAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Ramo vida:</u>		
Provisão matemática	715.831.413	606.047.335
Provisão para sinistros	2.951.473	2.968.814
Outras provisões técnicas:		
. Provisão para participação nos resultados	16.790.336	659.283
. Provisão para estabilização da carteira	8.374.068	5.017.996
	-----	-----
	743.947.290	614.693.428
	-----	-----
<u>Ramos não vida:</u>		
Provisão para sinistros	82.189.499	77.793.932
Provisão para prémios não adquiridos	13.552.328	12.925.251
Outras provisões técnicas:		
. Provisão para riscos em curso	2.025.809	1.522.166
. Provisão para desvios de sinistralidade	376.635	314.327
	-----	-----
	98.144.271	92.555.676
	-----	-----
	842.091.561	707.249.104
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a provisão matemática apresenta a seguinte composição:

Protecção Poupança Investimento	379.504.696	380.459.262
Protecção Poupança Reforma	174.006.706	167.102.023
Protecção Poupança Educação	20.922.300	22.003.699
CA Poupança Activa	17.770.861	19.535.578
CA PPR+6	82.542.762	16.935.717
CA PPR	40.988.695	-
Protecção Super-Crédito	11.382	11.056
CA Protecção Livre	81.118	-
CA Vida Plena	2.893	-
	-----	-----
	715.831.413	606.047.335
	=====	=====

20. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Outros activos</u>		
Outras disponibilidades	36.488	245
Ouro e outros metais preciosos	563.108	560.417
Devedores por operações sobre futuros	12.965	30.105
Aplicações conta-caução	232.040	82.081
Outras aplicações	509.856	509.856
Sector Público Administrativo		
IVA a recuperar	5.034.593	4.427.923
IMT – reembolsos pedidos	1.654.695	1.652.493
Outros valores a receber	1.612.690	707.435
Devedores por capital não realizado	3.730	3.730
Despesas de crédito em contencioso	2.247.144	2.300.784
Suprimentos	9.168	2.386
Bonificações a receber	6.308.057	7.279.875
Devedores diversos - adiantamentos	6.564.963	2.841.968
Clientes de locação financeira	820.879	650.860
Outros devedores diversos	46.139.220	53.218.021
	-----	-----
	71.749.596	74.268.179
	-----	-----
<u>Rendimentos a receber</u>		
Por compromissos irrevogáveis assumidos	103.706	69.720
Por serviços bancários prestados	1.442.140	981.908
Outros rendimentos a receber	685.536	408.122
	-----	-----
	2.231.382	1.459.750
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Comissões por prestação de serviços	2.716.226	3.783.695
Rendas e alugueres	78.008	83.842
Seguros	819.351	38.357
Outras despesas a diferir	6.181.762	2.532.871
Contribuições para o FGD, FGCAM e SII	25.232	27.528
	-----	-----
	9.820.579	6.466.293
	-----	-----

	2009	2008
<u>Valores a regularizar</u>		
Caixas automáticas Multibanco (compensação ATM)	47.599.065	44.547.486
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	7.845.284	7.782.316
Operações cambiais a liquidar	270.988	549.208
Economato	2.266.230	-
Outras operações a regularizar	958.722	-
	-----	-----
	58.940.289	52.879.010
	-----	-----

Activos tangíveis disponíveis para venda

Imóveis	417.188.509	279.584.259
Equipamento	776.977	289.342
Outros	1.791.539	1.706.488
	-----	-----
	419.757.025	281.580.089
	-----	-----
	562.498.871	416.653.321
	-----	-----

Imparidade (Nota 23)

Outros devedores diversos	(16.844.795)	(15.412.084)
Activos tangíveis disponíveis para venda:		
Imóveis	(27.132.162)	(24.514.507)
Equipamento	(358.741)	(125.251)
Outros	(122.717)	(211.315)
	-----	-----
	(44.458.415)	(40.263.157)
	-----	-----
	518.040.456	376.390.164
	=====	=====

O movimento dos activos tangíveis disponíveis para venda durante os exercícios de 2009 e 2008 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2008		Imparidade					31-12-2009		
	Valor bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Utilizações	Dotações	Reposições	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos tangíveis disponíveis para venda										
Imóveis	279.584.259	(24.514.507)	162.178.624	(24.574.375)	1.515.553	(5.882.277)	1.749.069	417.188.508	(27.132.162)	390.056.346
Equipamento	289.342	(125.251)	562.598	(74.962)	182	(240.700)	7.028	776.978	(358.741)	418.237
Outros	1.706.488	(211.315)	185.775	(100.724)	88.598	-	-	1.791.539	(122.717)	1.668.822
	<u>281.580.089</u>	<u>(24.851.073)</u>	<u>162.926.997</u>	<u>(24.750.061)</u>	<u>1.604.333</u>	<u>(6.122.977)</u>	<u>1.756.097</u>	<u>419.757.025</u>	<u>(27.613.620)</u>	<u>392.143.405</u>

	31-12-2007		Imparidade					31-12-2008		
	Valor bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Utilizações	Dotações	Reposições	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos tangíveis disponíveis para venda										
Imóveis	163.458.592	(24.068.999)	141.969.538	(25.843.871)	2.512.215	(5.056.202)	2.098.479	279.584.259	(24.514.507)	255.069.752
Equipamento	126.208	(110.253)	527.310	(364.176)	-	(14.998)	-	289.342	(125.251)	164.091
Outros	1.208.704	(42.438)	623.819	(126.035)	(113.312)	(55.565)	-	1.706.488	(211.315)	1.495.173
	<u>164.793.504</u>	<u>(24.221.690)</u>	<u>143.120.667</u>	<u>(26.334.082)</u>	<u>2.398.903</u>	<u>(5.126.765)</u>	<u>2.098.479</u>	<u>281.580.089</u>	<u>(24.851.073)</u>	<u>256.729.016</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Outros devedores diversos” inclui os montantes de 11.895.994 Euros e 11.627.048 Euros, respectivamente, relativos a bonificações a receber do IFADAP pela CA Seguros.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Comissões por prestação de serviços” diz respeito ao montante pago à Cotavalor pela aquisição do negócio de agenciamento da Western Union. O montante pago ascendeu a 4.100.000 Euros e encontra-se a ser diferido ao longo do período de duração do contrato, que ascende a 5 anos, pelo método da taxa efectiva.

21. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Recursos de Bancos Centrais</u>		
Recursos do Banco de Portugal		
Depósitos a prazo	150.000.000	87.185.457
Juros a pagar	791.667	13.195
	-----	-----
	150.791.667	87.198.652
	=====	=====
<u>Recursos de instituições de crédito no país</u>		
Depósitos	70.740.950	19.479.551
Outros recursos	-	11.913
	-----	-----
	70.740.950	19.491.464
	-----	-----
<u>Recursos de instituições de crédito no estrangeiro</u>		
Outras instituições de crédito:		
Operações de venda com acordo de recompra	464.365.045	377.671.406
Depósitos	14.305.980	10.858.922
Outros recursos	543.074	1.229.671
	-----	-----
	479.214.099	389.759.999
	-----	-----
Juros a pagar	10.194	22.366
	-----	-----
	549.965.243	409.273.829
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra” diz respeito a operações de reporte de títulos de dívida pública portuguesa efectuadas com contrapartes estrangeiras, tendo em vista a obtenção de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o prazo residual dos recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito apresenta a seguinte estrutura:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até três meses	148.360.319	436.563.896
Entre três meses e um ano	551.594.730	58.873.024
	-----	-----
	699.955.049	496.436.920
	-----	-----
Juros a pagar	801.861	35.561
	-----	-----
	700.756.910	496.472.481
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Recursos do Banco de Portugal - Depósitos a prazo” diz respeito a um depósito no montante de 150.000.000 Euros, com vencimento em 1 de Julho de 2010. Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica inclui dois depósitos nos montantes de 80.000.000 Euros e 10.000.000 Dólares Norte-Americanos, respectivamente, com vencimento em Janeiro de 2009.

22. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Depósitos:		
À ordem	2.497.749.563	2.387.481.917
De poupança	3.639.053.045	3.372.850.414
A prazo	3.777.090.862	3.693.915.420
Outros recursos de clientes	552.370	560.848
Cheques e ordens a pagar	13.820.543	7.301.457
Outros	2.324.095	2.511.354
	-----	-----
	9.930.590.478	9.464.621.410
	-----	-----
Juros a pagar	34.442.339	63.126.422
	-----	-----
	9.965.032.817	9.527.747.832
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até três meses	6.401.723.702	6.078.398.437
Entre três meses e um ano	3.028.217.243	2.816.646.581
Entre um ano e cinco anos	494.353.184	550.097.098
Mais de cinco anos	6.296.349	7.199.294
Duração indeterminada	-	12.580.000
	-----	-----
	9.930.590.478	9.464.621.410
	-----	-----
Juros a pagar	34.442.339	63.126.422
	-----	-----
	9.965.032.817	9.527.747.832
	=====	=====

23. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do GCA durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009					Saldos em 31-12-2009
	Saldos em 31-12-2008	Reforços líquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Regularizações	
Provisões para créditos sobre clientes (Nota 13):						
Créditos de cobrança duvidosa	164.622.279	(6.245.972)	(230.076)	1.609.376	-	159.755.607
Crédito e juros vencidos	208.696.521	76.801.986	(27.152.268)	(3.021.992)	-	255.324.247
	<u>373.318.800</u>	<u>70.556.014</u>	<u>(27.382.344)</u>	<u>(1.412.616)</u>	<u>-</u>	<u>415.079.854</u>
Provisões:						
Outros riscos e encargos	7.685.518	1.494.520	(489.130)	1.479.967	-	10.170.875
	<u>7.685.518</u>	<u>1.494.520</u>	<u>(489.130)</u>	<u>1.479.967</u>	<u>-</u>	<u>10.170.875</u>
Provisões técnicas de contratos de seguros (Nota 19)	707.249.104	119.698.705	-	124.656	15.019.096	842.091.561
	<u>707.249.104</u>	<u>119.698.705</u>	<u>-</u>	<u>124.656</u>	<u>15.019.096</u>	<u>842.091.561</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	1.593.068	3.740	-	231.250	-	1.828.058
Imparidade de outros activos:						
Outros activos (Nota 20)	40.263.157	6.737.052	(2.103.687)	(438.107)	-	44.458.415
Activos tangíveis (Nota 15)	509.413	(22.696)	-	14.850	-	501.567
	<u>42.365.638</u>	<u>6.718.096</u>	<u>(2.103.687)</u>	<u>(192.007)</u>	<u>-</u>	<u>46.788.040</u>
	<u>1.130.619.060</u>	<u>198.467.335</u>	<u>(29.975.161)</u>	<u>-</u>	<u>15.019.096</u>	<u>1.314.130.330</u>
	2008					Saldos em 31-12-2008
	Saldos em 31-12-2007	Reforços líquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Regularizações	
Provisões para créditos sobre clientes (Nota 13):						
Créditos de cobrança duvidosa	99.560.240	(1.881.279)	(408.914)	67.321.592	30.640	164.622.279
Crédito e juros vencidos	179.648.967	76.309.971	(50.642.331)	3.394.470	(14.556)	208.696.521
	<u>279.209.207</u>	<u>74.428.692</u>	<u>(51.051.245)</u>	<u>70.716.062</u>	<u>16.084</u>	<u>373.318.800</u>
Provisões:						
Riscos gerais de crédito	60.743.385	-	-	(60.743.385)	-	-
Outros riscos e encargos	18.520.525	348.758	(609.257)	(11.421.204)	846.696	7.685.518
	<u>79.263.910</u>	<u>348.758</u>	<u>(609.257)</u>	<u>(72.164.589)</u>	<u>846.696</u>	<u>7.685.518</u>
Provisões técnicas de contratos de seguros (Nota 19)	630.292.139	75.430.406	-	-	1.526.559	707.249.104
	<u>630.292.139</u>	<u>75.430.406</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.526.559</u>	<u>707.249.104</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	1.301.673	2.310.756	(3.903)	(25.348)	(1.990.110)	1.593.068
Investimentos em filiais, assoc. e emp. conjuntos (Nota 17)	122.874	(10.528)	-	11.025	(123.371)	-
Imparidade de outros activos:						
Outros activos (Nota 20)	39.511.849	3.612.064	(4.338.073)	1.462.850	14.467	40.263.157
Activos tangíveis (Nota 15)	-	509.413	-	-	-	509.413
	<u>40.936.396</u>	<u>6.421.705</u>	<u>(4.341.976)</u>	<u>1.448.527</u>	<u>(2.099.014)</u>	<u>42.365.638</u>
	<u>1.029.701.652</u>	<u>156.629.561</u>	<u>(56.002.478)</u>	<u>-</u>	<u>290.325</u>	<u>1.130.619.060</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as regularizações da rubrica “Provisões técnicas de contratos de seguros” referem-se à transferência da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda para provisões técnicas, relativa a produtos com participação nos resultados a atribuir aos segurados da CA Vida.

No exercício de 2008, o GCA reclassificou o montante de 60.743.385 Euros da rubrica “Provisões para riscos gerais de crédito” para a rubrica “Provisões para créditos de cobrança duvidosa”, pelo facto daquelas se encontrarem afectas a riscos de crédito.

24. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
C.C.A.M. Costa Azul, CRL	18.811.115	18.811.215
C.C.A.M. Açores, CRL	7.180.885	7.467.985
C.C.A.M. Guadiana Interior, CRL	1.850.415	2.172.565
C.C.A.M. Porto de Mós, CRL	1.811.715	2.850.330
C.C.A.M. Nordeste Alentejano, CRL	794.690	932.705
C.C.A.M. Beira Baixa (Sul), CRL	659.595	659.595
C.C.A.M. Pernes, CRL	483.230	513.870
C.C.A.M. Ribatejo Norte, CRL	432.835	837.325
C.C.A.M. Sotavento Algarvio, CRL	400.280	734.965
C.C.A.M. Tramagal, CRL	342.970	342.970
C.C.A.M. Serra da Estrela, CRL	269.900	-
C.C.A.M. Beira Douro, CRL	236.765	-
C.C.A.M. Douro, Corgo e Tâmega, CRL	193.750	-
C.C.A.M. Santo Tirso, CRL	145.400	413.310
C.C.A.M. Oliveira do Hospital, CRL	40.245	26.400
C.C.A.M. Baixo Vouga, CRL	33.675	414.800
C.C.A.M. Campo Maior, CRL	2.870	-
C.C.A.M. Terra Quente, CRL	500	-
C.C.A.M. Vila Franca de Xira, CRL	500	-
C.C.A.M. Vale do Távora e Douro, CRL	475	-
C.C.A.M. Estremoz, CRL	190	-
C.C.A.M. Mogadouro e Vimioso	100	-
C.C.A.M. Alentejo Central, CRL	10	-
C.C.A.M. Vila Verde e Terras do Bouro	-	1.827.900
C.C.A.M. Albufeira	-	1.468.660
C.C.A.M. Loures, Sintra e Litoral, CRL	-	1.079.075
C.C.A.M. Lamego e Castro Daire, CRL	-	371.485
C.C.A.M. Vila Nova de Tazém	-	279.560
C.C.A.M. Vale do Douro	-	219.770
C.C.A.M. Guarda e Celorico da Beira	-	30.750
C.C.A.M. Guimarães	-	11.000
C.C.A.M. Arouca	-	4.400
C.C.A.M. S. João da Pesqueira	-	3.500
Outras	-	10.135
	-----	-----
	33.692.110	41.484.270
	=====	=====

De acordo com o IAS 32, os títulos de capital são instrumentos de capital próprio caso a entidade tenha um direito incondicional de recusar o seu reembolso. A introdução dos IAS/IFRS implicou um ajustamento com referência a 1 de Janeiro de 2006 no montante de 41.447.495 Euros, resultante da classificação dos títulos de capital especial como passivo.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as condições de remuneração dos títulos de capital variavam entre 3,5% e 6%, e o prazo de reembolso de 3 a 5 anos.

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Empréstimos subordinados concedidos pelo FGCAM:</u>		
Não titulados	116.660.562	140.188.800
<u>Títulos de investimento:</u>		
Emitidos	37.896.700	47.306.250
	-----	-----
	154.557.262	187.495.050
	-----	-----
Juros a pagar	522.538	1.129.857
	-----	-----
	155.079.800	188.624.907
	=====	=====

Tendo em consideração os prazos de vencimento dos passivos subordinados, a duração residual do saldo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 analisa-se como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Menos de três meses	250.000	2.896.000
Entre três meses e um ano	32.350.254	22.654.889
Entre um ano e três anos	33.486.295	68.708.394
Entre três e cinco anos	30.963.382	50.379.955
Mais de cinco anos	57.507.331	42.855.813
Juros a pagar	552.538	1.169.332
	-----	-----
	155.079.800	188.624.907
	=====	=====

O saldo do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo analisa-se como segue:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Moeda	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2009	Data de vencimento	2009			
						Saldo 31.12.2008	Reembolsos	Emissões	Saldo 31.12.2009
Empréstimo do FGCAM	Vale de Sousa e Baixo Tâmega	Euro	16-Jun	0,5000%	16-06-2013	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	Área Metropolitana do Porto	Euro	23-Dez	0,5000%	23-12-2011	3.491.585	-	-	3.491.585
Empréstimo do FGCAM	Costa Verde	Euro	31-Jan	0,5000%	31-01-2018	11.000.000	-	-	11.000.000
Empréstimo do FGCAM	Baixo vouga	Euro	-	-	30-11-2009	3.000.000	3.000.000	-	-
Empréstimo do FGCAM	Albergaria e Sever	Euro	31-Mai	0,5000%	31-05-2010	4.500.000	-	-	4.500.000
Empréstimo do FGCAM	Bairrada e Aguieira	Euro	05-Mai	0,5000%	05-05-2016	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	Bairrada e Aguieira	Euro	05-Mai	0,5000%	05-05-2018	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	Bairrada e Aguieira	Euro	16-Jun	0,5000%	16-06-2021	6.000.000	-	-	6.000.000
Empréstimo do FGCAM	Beira Baixa (Sul)	Euro	15-Mai	0,5000%	15-05-2013	4.000.000	-	-	4.000.000
Empréstimo do FGCAM	Alcobaça	Euro	-	-	23-12-2009	4.987.978	4.987.978	-	-
Empréstimo do FGCAM	Alcobaça	Euro	23-Dez	0,5000%	23-12-2011	9.975.958	-	-	9.975.958
Empréstimo do FGCAM	Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2010	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2011	968.745	-	-	968.745
Empréstimo do FGCAM	Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2012	2.493.989	-	-	2.493.989
Empréstimo do FGCAM	Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2013	2.493.990	-	-	2.493.990
Empréstimo do FGCAM	Entre Tejo e Sado	Euro	29-Out	0,3000%	31-12-2014	10.000.000	-	-	10.000.000
Empréstimo do FGCAM	Álcacer Sal e Montemor-Novu	Euro	30-Nov	0,5000%	30-11-2015	12.000.000	-	-	12.000.000
Empréstimo do FGCAM	Moravis	Euro	15-Dez	0,5000%	12-12-2015	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	Alentejo Central	Euro	23-Out	0,5000%	23-10-2015	1.995.192	-	-	1.995.192
Empréstimo do FGCAM	Alentejo Central	Euro	23-Out	0,5000%	23-10-2015	7.481.968	-	-	7.481.968
Empréstimo do FGCAM	Silves	Euro	-	-	16-12-2009	2.000.000	2.000.000	-	-
Empréstimo do FGCAM	CCCAM	Euro	-	-	28-04-2009	6.340.260	6.340.260	-	-
Empréstimo do FGCAM	CCCAM	Euro	28-Abr	0,6250%	28-04-2010	7.459.134	-	-	7.459.134
Empréstimo do FGCAM	CCCAM	Euro	23-Dez	2,2500%	23-12-2011	12.000.000	7.200.000	-	4.800.000
						<u>140.188.800</u>	<u>23.528.238</u>	<u>-</u>	<u>116.660.562</u>

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Número de Obrigações	Moeda	Valor Nominal Unitário	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2009	Data de vencimento	2009			
								Saldo 31.12.2008	Reembolsos	Emissões	Saldo 31.12.2009
Tit.Investimento/2005	C.da Rainha, Óbidos e Peniche	1.000.000	Euro	5	10-Ago	3,0400%	10-08-2010	5.000.000	-	-	5.000.000
Tit.Investimento/2004	Guadiana Interior	800.000	Euro	5	01-Jan	2,9000%	01-07-2010	4.000.000	-	-	4.000.000
Tit.Investimento/2007- 2ª Emissão	CCCAM	40.000	Euro	500	10-Out	1,3125%	10-10-2012	3.902.800	1.303.400	-	2.599.400
Tit.Investimento/2006	Vale de Sousa e Baixo Tâmega	500	Euro	5	30-Set	4,7500%	31-03-2011	2.500.000	-	-	2.500.000
Tit.Investimento/2006	Noroeste	5.000	Euro	500	30-Mar	4,6000%	30-03-2012	2.500.000	-	-	2.500.000
Tit.Investimento/2005	Vagos	500.000	Euro	5	15-Jan	2,4930%	15-07-2010	2.500.000	-	-	2.500.000
Tit.Investimento/2007	Aljustrel e Almodovar	400.000	Euro	500	01-Abr	2,4000%	01-10-2012	2.000.000	-	-	2.000.000
Tit.Investimento/2008	Noroeste	10.000	Euro	500	02-Ago	1,6900%	02-02-2014	1.041.500	-	525.000	1.566.500
Tit.Investimento/2008 - 1ª Emissão	Vale do Távora	3.000	Euro	500	01-Jul	3,5625%	01-07-2013	1.500.000	-	-	1.500.000
Tit.Investimento/2008	Terra Quente	2.965	Euro	500	01-Jul	1,5000%	01-07-2013	1.482.500	-	-	1.482.500
Tit.Investimento/2005	Cantanhede e Mira	278.900	Euro	5	19-Jun	1,6000%	19-12-2010	1.394.500	-	-	1.394.500
Tit.Investimento/2007	Vila Verde e Terras do Bouro	219.260	Euro	5	12-Jun	1,8500%	12-06-2012	1.096.300	-	-	1.096.300
Tit.Investimento/2007	Vale do Távora	2.146	Euro	500	02-Jul	3,6250%	30-06-2012	1.073.000	-	-	1.073.000
Tit.Investimento/2008	Santo Tirso	2.025	Euro	500	31-Dez	1,4930%	31-12-2013	1.012.500	-	-	1.012.500
Tit.Investimento/2007	Vale de Cambra	1.000.000	Euro	5	01-Fev	6,0000%	01-02-2013	1.000.000	-	-	1.000.000
Tit.Investimento/2005	Alcanhões	10.000	Euro	100	30-Jun	4,6875%	31-12-2010	1.000.000	-	-	1.000.000
Tit.Investimento/2008 - 2ª Emissão	Vale do Távora	1.899	Euro	500	01-Jul	5,6875%	01-07-2013	949.500	-	-	949.500
Tit.Investimento/2007	Terra Quente	1.721	Euro	500	02-Jul	1,8750%	02-07-2012	860.500	-	-	860.500
Tit.Investimento/2006	Albufeira	150.000	Euro	5	04-Jun	1,8750%	01-10-2011	750.000	-	-	750.000
Tit.Investimento/2005	Nordeste Alentejano	123.300	Euro	5	30-Mar	2,8000%	30-09-2010	616.500	-	-	616.500
Tit.Investimento/2007	Campo Maior	108.800	Euro	5	02-Jan	1,8130%	02-07-2012	544.000	-	-	544.000
Tit.Investimento/2005	Albufeira	100.000	Euro	5	01-Abr	2,2500%	01-10-2010	500.000	-	-	500.000
Tit.Investimento/2009	Serras de Ansião	60.000	Euro	5	16-Abr	2,8125%	16-04-2014	-	-	300.000	300.000
Tit.Investimento/2008	Campo Maior	60.000	Euro	5	30-Jan	1,7900%	30-01-2014	204.500	-	95.500	300.000
Tit.Investimento/2004	Serras de Ansião	50.000	Euro	5	01-Jan	2,0000%	01-01-2010	250.000	-	-	250.000
Tit.Investimento/2005	Serras de Ansião	40.000	Euro	5	01-Jun	1,5000%	01-12-2010	200.000	-	-	200.000
Tit.Investimento/2009	Vale do Távora	392	Euro		30-Set	4,0000%	30-09-2014	-	-	196.000	196.000
Tit.Investimento/2007	Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega	244	Euro	500	01-Nov	4,9000%	30-04-2010	122.000	-	-	122.000
Tit.Investimento/2006	Guadiana Interior	16.700	Euro	5	02-Mai	2,2000%	02-11-2012	83.500	-	-	83.500
Tit.Investimento/2004	Vale de Sousa e Baixo Tâmega	500	Euro	5	-	-	31-03-2009	2.500.000	2.500.000	-	-
Tit.Investimento/2004	Vale do Távora	411	Euro	500	-	-	31-12-2009	205.500	205.500	-	-
Tit.Investimento/2004	Terra Quente	2.152	Euro	500	-	-	31-12-2009	1.076.000	1.076.000	-	-
Tit.Investimento/2004	Pombal	240.000	Euro	5	-	-	19-11-2009	1.200.000	1.200.000	-	-
Tit.Investimento/2003	Serras de Ansião	79.200	Euro	5	-	-	01-03-2009	396.000	396.000	-	-
Tit.Investimento/2004	Aljustrel e Almodovar	333.230	Euro	500	-	-	31-12-2009	1.666.150	1.666.150	-	-
Tit.Investimento/2004	Campo Maior	135.800	Euro	5	-	-	30-06-2009	679.000	679.000	-	-
Tit.Investimento/2004	Albufeira	300.000	Euro	5	-	-	01-10-2009	1.500.000	1.500.000	-	-
								<u>47.306.250</u>	<u>10.526.050</u>	<u>1.116.500</u>	<u>37.896.700</u>

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>	
<u>Credores e outros recursos</u>			
Credores por operações sobre futuros	651	-	
Recursos - conta cativa	1.722.355	1.802.673	
Recursos - conta caução	4.220.646	4.477.173	
Outros recursos	430.058	926.797	
Sector Público Administrativo			
Retenção de impostos na fonte	9.906.731	12.233.904	
Contribuições para a Segurança Social	2.671.432	2.661.716	
Imposto sobre o Valor Acrescentado	936.560	906.480	
Outros impostos	3.214.142	2.202.728	
Cobranças por conta de terceiros	173.653	228.748	
Contribuições para outros sistemas de saúde	582.951	580.494	
Credores diversos			Credores
por fornecimento de bens e serviços	11.760.207	11.981.376	
Credores por valores a liquidar	198.007	421.966	
Credores por valores prescritos	150	24.070	
Credores - parcelas a realizar em títulos subscritos	750.067	750.066	
Credores - cartões de crédito	61.903	52.667	
Adiantamentos por contratos-promessa de venda de imóveis	17.813.828	5.311.669	
Bonificações a pagar	8.904	8.904	
Outros credores	14.232.446	13.845.032	
	68.684.691	58.416.463	
	-----	-----	
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 46)</u>			
Responsabilidades totais	56.267.597	53.420.670	
Valor patrimonial do fundo de pensões	(40.637.935)	(35.438.317)	
Desvios actuariais	(6.761.255)	(6.759.360)	
	-----	-----	
8.868.407	11.222.993		
	-----	-----	
<u>Encargos a pagar</u>			
Por gastos com pessoal			
Provisão para férias e subsídio de férias	20.028.624	20.117.691	
Prémio de antiguidade (Nota 46)	18.053.495	16.957.707	
Outros	2.053.874	1.252.863	
Por gastos gerais administrativos	32.919	40.368	
Outros	5.551.942	1.196.023	
	-----	-----	
45.720.854	39.564.652		
	-----	-----	
<u>Receitas com rendimento diferido</u>			
Comissões sobre garantias prestadas	670.180	720.830	
Rendas	257.931	230.141	
Outras	129.809	69.942	
	-----	-----	
1.057.920	1.020.913		
	-----	-----	

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Valores a regularizar</u>		
Posição cambial	270.988	540.567
Operações cambiais a liquidar	-	8641
Operações sobre valores mobiliários a realizar	7.841.800	-
Pagamentos por conta de IRC	-	1.050.498
Transferências electrónicas	7.769.439	9482.727
Valores cobrados – sistema de débitos directos (SDD)	1.769.403	6.944.049
Compensação de valores	5.920.987	6.954.552
Outras operações a regularizar	10.053.484	17.585.224
	-----	-----
33.626.101	42.566.258	
	-----	-----
157.957.973	152.791.279	
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo da rubrica “Credores e outros recursos – Adiantamentos por contratos-promessa de venda de imóveis” inclui o montante de 12.247.656 Euros referente a contratos de promessa de venda de algumas fracções de habitação de imóveis, já recebidos pela CA Imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica “Outras operações a regularizar – transferências electrónicas” refere-se a transferências bancárias a expedir na respectiva data-valor, através do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica “Outras operações a regularizar – SDD” inclui montantes ao abrigo do sistema de débitos directos. Os valores registados nesta rubrica foram cobrados aos clientes da entidade ordenante, tendo sido compensados através do Banco de Portugal nos primeiros dias de Janeiro de 2010 e 2009, respectivamente.

27. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	323.782.702	289.221.721
Activos dados em garantia - títulos	34.531.390	16.782.585
Créditos documentários abertos	2.561.740	8.176.938
Activos dados em garantia – outros activos	750.000	750.000
Fianças	11.967	111.967
<u>Compromissos perante terceiros</u>		
Por linhas de crédito		
Compromissos irrevogáveis	707.467.378	679.146.645
Compromissos revogáveis	422.498.127	420.498.566
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização aos investidores	258.709	261.917
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores	1.645.154.761	1.413.773.891
Valores administrados pela instituição	1.077.414.067	905.031.026
Valores recebidos para cobrança	208.343.808	223.751.605
Outros	62.108	48.226
	-----	-----
	4.422.836.757	3.967.555.087
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Activos dados em garantia - títulos” refere-se aos títulos dados em garantia ao Banco de Portugal para cobertura da linha de crédito intradiária disponibilizada no montante de 31.136.000 Euros e 15.000.000 Euros, respectivamente.

Apesar de não se encontrar registado nas contas extrapatrimoniais, ao abrigo do regime jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, o Grupo é solidário relativamente ao valor não financiado do fundo de pensões das Caixas Agrícolas que não pertencem ao SICAM (Nota 46).

28. CAPITAL

O capital estatutário do Grupo Crédito Agrícola, dividido e representado por títulos de capital nominativos, com o valor nominal unitário de 5 Euros é de 776.679.616 Euros em 31 de Dezembro de 2009.

Do montante total de capital subscrito, foi transferido para uma rubrica de passivo “Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo”, o montante de 33.692.110 Euros, por aplicação da IAS 32 – Instrumentos Financeiros (Nota 24).

Com a publicação do novo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, em Diário de Republica (Decreto-Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho), conforme mencionado na Nota Introdutória, procedeu-se à adequação dos Estatutos das Caixas de Crédito Agrícola ao novo Regime Jurídico que, no limite, deveriam ser alterados até à data da realização da primeira assembleia geral obrigatória que se realize no exercício de 2010, conforme mencionado nas disposições transitórias constantes no Artigo 5º do decreto-lei n.º 142/2009 de 16 de Junho. Dessa forma, no decorrer do ano de 2009 e início de 2010, os Estatutos das CCAM foram alterados e aprovados em Assembleia Geral, de forma a sujeitar a uma decisão da Assembleia Geral a exoneração dos associados, motivo pelo qual se manteve a classificação, nos termos da IAS 32, como capital dos títulos nominativos das Caixas Agrícolas subscritos pelos seus associados, com excepção dos que se enquadram na definição de passivo, de acordo com a IAS 32.

De acordo com os Estatutos das Caixas Agrícolas, as condições de exoneração dos associados são as seguintes:

- Até ao dia trinta e um de Outubro de cada ano, podem os associados que o desejarem apresentar a sua exoneração, ou solicitar a redução da sua participação, por carta dirigida ao Conselho de Administração, de acordo com as condições :
 - Terem decorrido, pelo menos, três anos desde a data da realização dos títulos de capital.
 - O reembolso não implicar a redução do capital social para valor inferior ao capital mínimo previsto nos estatutos, nem implicar o incumprimento ou o agravamento de incumprimento de quaisquer relações ou limites prudenciais fixados por lei ou pelo Banco de Portugal em relação à Caixa Agrícola.
- A exoneração torna-se efectiva após a aprovação pela Assembleia Geral que deliberar sobre o relatório e contas relativos ao ano em que o pedido for apresentado.
- O associado exonerado, bem como o que tenha reduzido a sua participação têm direito ao reembolso dos seus títulos de capital, nos termos do número sete do artigo oitavo dos estatutos, podendo, no entanto, o Conselho de Administração mandar suspender o reembolso conforme previsto no número oito do mesmo artigo oitavo.
- O reembolso poderá ser realizado em três prestações anuais, salvo se prazo inferior for decidido pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2009, verificaram-se aumentos de capital, um no montante de 68.730.670 Euros por incorporação de reservas e outro no montante de 5.291.575 Euros por entrada de novos sócios.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o capital estatutário correspondia aos associados das seguintes Caixas Agrícolas:

	2009	2008
CCAM de Pombal, CRL	40.282.265	40.272.295
CCAM Batalha, CRL	30.875.715	29.403.105
CCAM Região Bragança e Alto Douro, CRL	30.276.155	29.737.150
CCAM Costa Azul, CRL	29.535.645	28.820.720
CCAM do Noroeste, CRL	28.228.370	14.175.295
CCAM Açores, CRL	21.085.820	20.190.385
CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	18.238.515	15.128.485
CCAM P. Varzim, V. Conde e Esposende, CRL	18.073.715	16.552.110
CCAM da Serra da Estrela, CRL	17.505.325	17.573.645
CCAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	16.058.240	14.741.075
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	15.856.985	10.520.690
CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	15.795.850	15.432.175
CCAM do Baixo Mondego, CRL	15.621.115	15.635.890
CCAM do Douro, Corgo e Tâmega, CRL	15.492.445	14.968.515
CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	14.100.670	13.173.665
CCAM do Baixo Vouga, CRL	12.039.160	11.891.980
CCAM Alenquer, CRL	12.012.230	11.052.540
CCAM Coimbra, CRL	11.819.175	10.418.765
CCAM S. João da Pesqueira, CRL	11.581.785	11.544.100
CCAM Costa Verde, CRL	11.564.105	11.684.845
CCAM do Guadiana Interior, CRL	11.319.130	9.945.150
CCAM da Zona do Pinhal, CRL	10.788.995	10.203.150
CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	10.546.645	9.755.880
CCAM Salvaterra de Magos, CRL	10.426.260	8.970.480
CCAM de São Teotónio, CRL	10.061.115	10.028.105
CCAM Coruche, CRL	9.951.760	9.951.760
CCAM Lourinhã, CRL	9.886.095	9.113.245
CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	9.449.270	8.352.765
CCAM Amares, CRL	9.124.640	8.207.550
CCAM Albufeira, CRL	9.036.850	3.382.490
CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	8.543.665	8.469.760
CCAM da Terra Quente, CRL	8.471.975	8.299.165
CCAM Ribatejo Norte, CRL	8.134.145	7.279.510
CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	8.118.260	7.812.660
CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	8.117.725	7.564.915
CCAM do Minho, CRL	8.114.580	8.101.745
CCAM de Terras de Viriato, CRL	7.932.490	7.552.280
CCAM de Alcobaça, CRL	7.427.550	6.960.970
CCAM de Silves, CRL	7.374.815	5.302.740
CCAM de Moravis, CRL	7.316.045	7.264.545
CCAM de Lamego e Castro Daire, CRL	6.887.275	6.887.275
CCAM da Bairrada e Aguieira, CRL	6.852.145	6.838.615
CCAM Ferreira do Alentejo, CRL	6.767.110	6.490.610
CCAM Nordeste Alentejano, CRL	6.645.875	5.810.545
CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	6.506.270	5.726.085
CCAM Arouca, CRL	6.491.505	5.918.225
CCAM Alcácer-Sal e Montemor-Novo, CRL	6.457.725	6.407.205

	2009	2008
CCAM Alentejo Central, CRL	6.415.310	6.338.420
CCAM Cadaval, CRL	6.341.485	6.326.530
CCAM Vila Nova de Famalicão, CRL	6.138.620	5.461.475
CCAM Porto de Mós, CRL	5.716.235	4.607.125
CCAM do Ribatejo Sul, CRL	5.332.275	5.310.710
CCAM Vagos, CRL	5.268.340	5.142.080
CCAM Sousel, CRL	5.256.245	5.049.740
CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	5.160.485	5.209.175
CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	5.006.270	4.536.075
CCAM de Lafões, CRL	4.772.095	4.396.010
CCAM Oliveira de Azeméis, CRL	4.712.280	4.330.610
CCAM Vila Franca de Xira, CRL	4.651.810	3.810.885
CCAM Azambuja, CRL	4.629.950	4.298.850
CCAM Aljustrel e Almodovar, CRL	4.618.015	3.882.750
CCAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	4.581.235	1.538.565
CCAM do Algarve, CRL	4.567.721	4.594.191
CCAM Elvas, CRL	4.381.715	4.375.985
CCAM Beja e Mértola, CRL	3.932.320	3.922.775
CCAM Beira Centro, CRL	3.898.690	2.950.135
CCAM Oliveira do Bairro, CRL	3.819.975	3.508.915
CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	3.708.200	3.006.920
CCAM do Norte Alentejano, CRL	3.679.880	3.029.845
CCAM Cartaxo, CRL	3.625.230	3.189.130
CCAM Borba, CRL	3.613.425	3.361.415
CCAM Oliveira do Hospital, CRL	3.560.005	3.249.665
CCAM Tarouca, CRL	3.548.695	2.451.740
CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	3.530.485	3.477.280
CCAM Tramagal, CRL	3.514.380	3.184.965
CCAM Estremoz, CRL	3.399.495	3.097.930
CCAM Paredes, CRL	3.369.580	2.566.985
CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	3.332.170	2.868.360
CCAM Vale de Cambra, CRL	3.173.785	2.872.375
CCAM Serras de Ansião, CRL	3.003.585	2.601.740
CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	2.900.910	2.306.275
CCAM Santo Tirso, CRL	2.813.440	2.520.735
CCAM Anadia, CRL	2.754.150	2.570.900
CCAM Estarreja, CRL	2.749.270	2.680.025
CCAM de Albergaria e Sever, CRL	2.521.200	2.527.845
CCAM Pernes, CRL	2.499.380	2.323.020
CCAM Alcanhões, CRL	1.761.650	1.652.150
CCAM Campo Maior, CRL	1.626.430	1.599.940
Total por Conta:	<u>776.679.616</u>	<u>706.245.096</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a estrutura accionista do GCA encontra-se distribuída por milhares de subscritores de títulos de capital nas Caixas Agrícolas, não existindo detentores de capital com participação superior a 0,1%.

29. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Reservas de reavaliação:</u>		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	768.665	(9.669.922)
	-----	-----
Reservas de reavaliação do imobilizado	7.529.353	8.618.053
	-----	-----
	8.298.018	(1.051.869)
	-----	-----
Outras reservas	309.472.693	281.414.514
Resultados transitados	(132.219.844)	(154.410.852)
	-----	-----
	177.252.849	127.003.662
	-----	-----
Lucro do exercício (Nota 30)	52.370.461	120.692.320
	-----	-----
	237.921.328	246.644.113
	=====	=====

Reserva legal

A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas do exercício. Nos termos do artigo 33º dos estatutos das Caixas a reserva legal é anualmente creditada com 20% dos excedentes anuais líquidos e quaisquer outras prestações das associadas para o mesmo fim, até que o seu montante seja igual ao capital.

Reserva para formação e educação cooperativa

A reserva para formação e educação cooperativa, destina-se a financiar despesas com programas de formação técnica, cultural e cooperativa das associadas, dirigentes e empregados na Caixa Central, é reforçada no máximo com 2,5% dos excedentes anuais líquidos e ainda as importâncias que, a qualquer título, forem obtidas para aquela finalidade.

Reserva para mutualismo

A reserva para mutualismo, destina-se a custear acções de entreajuda e auxílio mútuo de que careçam associadas ou empregados, sendo creditada, no máximo, com 2,5% dos excedentes anuais líquidos.

30. LUCRO CONSOLIDADO

Nos exercícios de 2009 e 2008, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	2009
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	42.316.065
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	1.236.674
	<u>43.552.739</u>
Resultados das CCAMs alvo de fusões no exercício	(683.523)
Impacto no resultado líquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	(534.989)
Resultado líquido do SICAM	<u>42.334.227</u>
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	(31.569)
FII CA Património Crescente	3.399.255
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	309.437
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	104.175
Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.	(147.116)
Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.	711.780
FII CA Imobiliário	(3.449.949)
Crédito Agrícola SGPS S.A.	745.219
Rural Rent - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(18.586)
CA Imóveis, Unipessoal Lda	(24.263)
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	56.409
Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.	6.015.353
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	2.564.612
FII CA Arrendamento Habitacional	(104.970)
	<u>10.129.787</u>
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas	
FCR InovCapital Global 2	87.275
FIQ Central FRIE	(145.412)
FIQ Agrocapital 1	81.560
	<u>23.423</u>
Anulação do reforço de provisões para imparidade em filiais e associadas registadas nas contas individuais das empresas do Grupo	1.218.084
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
Anulação das valias obtidas na venda de participações intra-grupo	(90.833)
Amortizações dos imóveis da Caixa Central adquiridos pelo FII CA Património Crescente	(301.234)
Anulação das mais valias potenciais dos imóveis detidos pelos FII CA Imobiliário e FII Património Crescente	(456.253)
Anulação dos proveitos líquidos facturados entre entidades do GCA	829.274
Ajustamento ao imobilizado vendido intragrupo pela Fenacam - anulação de mais valias e correcção às amortizações	(328.361)
Anulação de dividendos intra-grupo	(522.279)
Anulação das amortizações do exercício dos activos intangíveis da CA Serviços considerados como não elegíveis ao abrigo dos IAS/IFRS	1.773.409
Outros ajustamentos de consolidação	(27.810)
	<u>875.913</u>
	<u>54.581.434</u>
Resultados atribuível a interesses minoritários	(2.210.973)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	<u>52.370.461</u>

	2008
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	111.305.825
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	5.056.335
	<u>116.362.160</u>
Resultados das CCAMs alvo de fusões no exercício	5.092.394
Impacto no resultado líquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	(314.757)
Resultado líquido do SICAM	<u>121.139.797</u>
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	(13.099)
FII CA Património Crescente	3.078.379
 FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	 108.231
 Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	 162.815
Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.	51.817
Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.	216.061
FII CA Imobiliário	(1.027.443)
Crédito Agrícola SGPS S.A.	437.466
Rural Rent - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(33.350)
Times Business, Unipessoal Lda	(2.087)
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	76.354
Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.	(274.651)
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	1.656.033
	<u>4.436.526</u>
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas:	
FCR InovCapital Global 2	(175.751)
FIQ Central FRIE	(148.050)
FIQ Agrocapital 1	130.220
	<u>(193.581)</u>
Anulação do reforço de provisões para imparidade em filiais e associadas registadas nas contas individuais das empresas do Grupo	6.513
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
Resultado da anulação das mais valias da Caixa Central, obtidas na venda das seguradoras à Credito Agrícola SGPS	(2.196.117)
Anulação dos dividendos distribuídos pela CA Vida	(521.991)
Anulação dos dividendos distribuídos pela CA Seguros	(511.927)
Anulação dos ganhos potenciais dos imóveis detidos pelos FII CA Imobiliário e FII Património Crescente	(481.982)
Resultado do ajustamento das amortizações dos imóveis da Caixa Central adquiridos pelo FII CA Património Crescente	(415.433)
Ajustamento ao imobilizado vendido intragrupo pela Fenacam	(124.892)
Ajustamentos a facturação ainda não registada de prestação serviços intragrupo com a Fenacam	(93.975)
Anulação da amortizações do exercício dos activos intangíveis da CA Serviços considerados como não ilegíveis ao abrigo dos IAS/IFRS	2.186.261
Outros ajustamentos de consolidação	(931.277)
	<u>(3.091.333)</u>
	<u>122.297.922</u>
Resultados atribuível a interesses minoritários	(1.605.602)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	<u><u>120.692.320</u></u>

⁽¹⁾ Este valor resulta da soma do Resultado líquido de todas as Caixas pertencentes ao SICAM.

31. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2009 e 2008, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2009		2008	
	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados
Crédito Agrícola Informática	29.264	(3.892)	28.383	(1.181)
Fenacam	652	(62)	633	(22)
Agrocapital SCR	307.380	(18.803)	288.577	(25.451)
FII Património Crescente	59.716.270	(2.116.724)	33.672.297	(1.536.111)
Crédito Agrícola Vida	34.559	(4.812)	27.122	220
Crédito Agrícola Seguros	690.939	(66.680)	588.073	(43.057)
	<u>60.779.064</u>	<u>(2.210.973)</u>	<u>34.605.085</u>	<u>(1.605.602)</u>

O movimento nos interesses minoritários durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 apresenta-se de seguida:

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2007	24.878.200
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários:	
FII Património Crescente	1.536.111
Crédito Agrícola Seguros	43.057
Agrocapital SCR	25.451
Outros	983
	1.605.602
Diminuição da participação detida no FII Património Crescente	8.188.414
Outros	(67.131)
	8.121.283
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2008	34.605.085
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários:	
FII Património Crescente	2.116.724
Crédito Agrícola Seguros	66.680
Agrocapital SCR	18.803
Outros	8.766
	2.210.973
Diminuição da participação detida no FII Património Crescente	23.927.249
Outros	35.757
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2009	60.779.064

32. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros de disponibilidades em bancos centrais	1.949.132	7.626.015
	-----	-----
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito		
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país	61.055	533.652
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro	12.963	75.897
	-----	-----
	74.018	609.549
	-----	-----
Juros de aplicações em instituições de crédito		
Aplicações em instituições de crédito no país	28.091.200	30.312.114
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	8.226.995	47.792.229
	-----	-----
	36.318.195	78.104.343
	-----	-----
Juros de crédito a clientes		
Empréstimos	220.318.164	289.843.924
Habitação	71.264.704	112.008.024
Créditos em conta corrente	36.568.745	46.989.960
Descobertos em depósitos à ordem	9.071.365	11.003.516
Outros	63.835.981	71.859.631
	-----	-----
	401.058.959	531.705.055
	-----	-----
Juros de crédito vencido	21.703.899	21.354.978
Juros de outros activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	665.120	1.383.852
Juros de activos financeiros detidos para venda	29.722.649	26.591.815
Juros de activos financeiros detidos para negociação	11.053.646	4.425.109
Juros de investimentos detidos até à maturidade	35.767.648	24.567.795
Outros juros e rendimentos similares	4.023.253	47.461
	-----	-----
	102.936.215	78.371.010
	-----	-----
	542.336.519	696.415.972
	=====	=====

33. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	177.173.518	244.937.687
Juros de recursos de outras instituições de crédito	5.491.941	14.639.687
Juros de recursos de bancos centrais	1.749.190	1.084.749
Juros de passivos financeiros de negociação		
Instrumentos financeiros derivados	9.361.695	3.913.470
Desconto das operações sobre obrigações no mercado de capitais	668.524	2.229.936
Juros de passivos subordinados	2.992.243	4.625.503
Outros juros e encargos similares	4.245.551	232.955
	-----	-----
	201.682.662	271.663.987
	=====	=====

34. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
Emitidos por residentes	4.730.043	3.719.254
Emitidos por não residentes	496.513	1.035.918
	-----	-----
	5.226.556	4.755.172
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica refere-se a dividendos recebidos de instrumentos de capital constantes nas carteiras de títulos da CA Vida e da Caixa Central.

35. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Por garantias prestadas</u>		
Garantias e avales	5.434.785	5.698.727
Fianças e indemnizações (contra garantias)	-	13.176
Créditos documentários abertos	167.626	255.849
Outras	1.014	1.643
	-----	-----
	5.603.425	5.969.396
	-----	-----
<u>Por compromissos assumidos perante terceiros</u>		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	3.131.124	2.385.833
Outros compromissos irrevogáveis	404.135	192.263
	-----	-----
	3.535.259	2.578.096
	-----	-----
<u>Por serviços prestados</u>		
Operações de crédito		
Outras operações de crédito	26.383.180	26.165.648
Anuidades	3.963.128	4.025.780
Transferência de valores	3.794.222	3.345.265
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários		
Comissão de gestão	1.032.190	1.389.966
Comissão de resgate de unidades de participação	4.292	35.642
Comissão de emissão de unidades de participação	1.133	2.574
Cobrança de valores	1.116.246	1.138.201
Depósito e guarda de valores	372.827	411.674
Gestão de cartões	146.200	151.157
Administração de valores	368	813
Outros serviços prestados		
Colocação e comercialização	1.239.591	567.244
Comissão de intermediação	-	40.178
Outras comissões interbancárias	271.558	210.986
Outros	25.934.479	24.996.469
	-----	-----
	64.259.414	62.481.596
	-----	-----
<u>Por operações realizadas por conta de terceiros</u>		
Sobre títulos		
Em operações de Bolsa	239.918	225.740
Em operações fora de Bolsa	525	393
Outras operações realizadas por conta de terceiros	179.957	7.458
	-----	-----
	420.400	233.591
	-----	-----
Outras comissões recebidas	23.372.162	21.850.064
	-----	-----
	97.190.660	93.112.742
	=====	=====

36. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Por garantias recebidas	5.973	13.432
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Depósito e guarda de valores	285.037	279.158
Cobrança de valores	40.409	74.262
Administração de valores	97.579	72.308
Comissões de intermediação	5.730	9.651
Outros	6.006.445	3.515.266
Por operações realizadas por terceiros	313.132	420.929
Outras comissões pagas	8.504.592	7.412.510
	-----	-----
	15.258.897	11.797.516
	=====	=====

37. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>		
	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Activos			
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	174.422	(73.924)	100.498
Derivados de negociação	20.443.929	(25.722.670)	(5.278.741)
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	1.091.599	(53.606)	1.037.993
	<u>21.709.950</u>	<u>(25.850.200)</u>	<u>(4.140.250)</u>
	<u>2008</u>		
	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Activos			
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	199.485	(140.967)	58.518
Derivados de negociação	20.569.000	(19.386.074)	1.182.926
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	1.302.395	(2.936.171)	(1.633.776)
	<u>22.070.880</u>	<u>(22.463.212)</u>	<u>(392.332)</u>

38. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	5.927.399	(2.490.072)
Instrumentos de capital	(2.216.400)	(10.190.477)
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(34.632)	(3.453.937)
	-----	-----
	3.676.367	(16.134.486)
	=====	=====

39. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

No exercício de 2009 e 2008, os resultados relativos a reavaliação cambial correspondem a operações cambiais à vista.

40. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Resultados em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	798.744	689.857
Outros activos tangíveis	659.225	176.193
Outros activos não financeiros	(27.662)	76
	-----	-----
	1.430.307	866.126
	=====	=====

41. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Rendas	1.228.681	81.931
Reembolso de despesas	2.236.287	2.258.252
Recuperação de créditos, juros e despesas		
Recuperação de créditos incobráveis	21.499.416	25.861.734
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	16.751.663	12.389.416
Rendimentos da prestação de serviços diversos	4.151.122	4.387.163
Ganhos relativos a anos anteriores	1.160.389	1.300.991
Outros	11.696.585	15.392.200
	-----	-----
	58.724.143	61.671.687
	-----	-----
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Quotizações e donativos	(2.075.657)	(2.423.061)
Contribuições para FGCAM	(14.779.776)	(14.433.775)
Outros impostos	(3.345.995)	(2.745.136)
Falhas na gestão e execução de procedimentos	(246.922)	(308.078)
Outros encargos e gastos operacionais		
relativos exercícios anteriores	(825.280)	(792.998)
Outros encargos e gastos operacionais	(18.944.952)	(12.925.136)
	-----	-----
	(40.218.582)	(33.628.184)
	-----	-----
	18.505.561	28.043.503
	=====	=====

42. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Prémios líquidos de resseguro</u>		
Ramo vida		
Prémios brutos emitidos	207.990.282	129.289.070
Prémios de resseguro cedido	(7.613.183)	(7.590.666)
	-----	-----
	200.377.099	121.698.404
	-----	-----
Ramo não vida		
Prémios brutos emitidos	74.934.321	74.934.321
Prémios de resseguro cedido	(12.744.533)	(11.289.238)
	-----	-----
	62.189.788	61.787.818
	-----	-----
	262.566.887	183.486.222
	-----	-----
<u>Custos com Sinistros</u>		
Montantes pagos		
Montantes brutos	141.207.050	99.554.308
Parte dos resseguradores	(7.018.798)	(5.134.170)
	-----	-----
	134.188.252	94.420.138
	-----	-----
	128.378.635	89.066.084
	=====	=====

43. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Salários e vencimentos		
Empregados	133.267.860	127.301.008
Órgãos de Gestão e Fiscalização	10.200.495	9.750.016
Encargos sociais obrigatórios		
Fundo de Pensões (Nota 46):		
Custo do serviço corrente	2.535.752	2.455.542
Custo dos juros	2.884.250	2.657.865
Rendimento esperado dos activos de fundo	(1.964.712)	(1.165.240)
Ganhos e perdas actuariais	263.433	(804.554)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	945.713	345.124
Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	24.286.606	23.611.299
SAMS	6.191.732	6.105.742
Outros	154.996	-
Outros encargos sociais obrigatórios	915.343	1.025.249
Encargos sociais facultativos	132.613	50.677
Outros custos com pessoal		
Indemnizações contratuais	127.658	259.853
Outros	1.193.892	2.368.764
	-----	-----
	181.135.631	173.961.345
	=====	=====

O número médio de colaboradores do GCA em 2009 e 2008 apresenta a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Direcção	152	152
Chefias e gerência	925	827
Quadros Técnicos	2220	2.219
Administrativos	849	858
Outros	271	286
	-----	-----
	4.417	4.342
	=====	=====

A política de remunerações em vigor para os órgãos sociais da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, casa-mãe do GCA é a seguinte:

Conselho Geral e de Supervisão

A forma de remuneração adoptada consiste no pagamento de um valor único decorrente da participação em reuniões deste órgão, valor esse pago a título de senha de presença, conforme deliberação em Assembleia Geral do SICAM.

Conselho de Administração Executivo (CAE)

A remuneração fixada decorre de deliberação do Conselho Geral e de Supervisão, no âmbito das atribuições que lhe estão estatutariamente cometidas. Essa remuneração consiste na atribuição de um montante fixo mensal, pago catorze vezes por ano e actualizável, anualmente, nos mesmos termos e percentagem em que o forem os salários dos trabalhadores do Crédito Agrícola fixados em Acordo Colectivo de Trabalho.

Atendendo a que as instituições pertencentes ao SICAM, enquanto cooperativas, não têm fins lucrativos, não existe política de remuneração variável, anual ou plurianual, baseada em objectivos assentes em lucros do exercício. Não obstante, para além da remuneração mensal fixa, é ainda atribuído anualmente pelo Conselho Geral e de Supervisão, na base do desempenho global do CAE, mas sem relação directa com os resultados do exercício, um montante pago a título de prémio/bónus de desempenho.

Os membros do CAE não recebem quaisquer outras compensações adicionais às acima referidas, nomeadamente as relativas ao exercício de funções nos corpos sociais de outras empresas do Grupo.

Pelo exercício das suas funções são atribuídos, para utilização nesse contexto, cartão de crédito, telemóvel e viatura de serviço.

Não são atribuídos direitos em matéria de complementos de reforma e de sobrevivência em função do exercício das funções de Administrador neste órgão de gestão, nem são praticadas quaisquer outras situações associáveis a remunerações, nomeadamente, pagamentos desfasados de componente variável ou qualquer outra forma directa ou indirecta de remuneração.

No exercício de 2009, o detalhe das remunerações pagas aos membros dos órgãos sociais apresenta-se de seguida:

	Remuneração		
	Fixa	Variável	Total
<u>Conselho Geral e de Supervisão</u>			
Sr. Carlos Alberto Courelas (Presidente)	60.000	n/a	60.000
Sr. Francisco Macedo	33.750	n/a	33.750
Sr. José Artur Estrela	34.500	n/a	34.500
Dr. Alberto Festa	31.500	n/a	31.500
Eng. Jorge Volante	35.250	n/a	35.250
Sr. António Louçã	34.500	n/a	34.500
Sr. Américo Loureiro	35.250	n/a	35.250
Dr. Artur Faria	32.250	n/a	32.250
Eng. Cachulo da Trindade	35.250	n/a	35.250
	<u>332.250</u>		<u>332.250</u>
<u>Conselho de Administração Executivo</u>			
Presidente	538.519	151.589	690.108
Restantes quatro membros (valor individual é idêntico)	235.122	49.639	284.761

44. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Com fornecimentos:		
Água energia e combustíveis	6.032.371	5.875.939
Material de consumo corrente	2.065.516	2.371.033
Material de higiene e limpeza	419.066	299.570
Publicações	184.658	201.152
Material para assistência e reparação	64.136	70.652
Outros fornecimentos de terceiros	1.599.207	1.803.682
	-----	-----
	10.364.954	10.622.028
	-----	-----
Com serviços:		
Comunicações	13.609.357	12.490.679
Conservação e reparação	7.733.661	8.196.599
Publicidade e edição de publicações	9.295.274	9.928.505
Deslocações, estadas e despesas de representação	5.265.754	5.563.491
Rendas e alugueres	5.190.316	4.464.847
Transportes	1.779.998	1.401.589
Seguros	2.838.821	2.784.882
Formação de pessoal	1.076.569	942.569
Serviços especializados:		
Informática	8.965.508	8.660.082
Avenças e honorários	7.255.649	6.898.674
Judiciais, contencioso e notariado	2.714.758	3.785.928
Segurança e vigilância	1.172.908	1.143.222
Informações	1.371.264	1.220.320
Mão de obra eventual	159.885	253.205
Bancos de dados	68.965	62.944
Outros serviços especializados:		
Serviços multibanco	6.914.559	6.316.535
Avaliadores externos	678.884	618.405
Outros serviços de terceiros	13.070.352	13.127.031
	-----	-----
	89.162.482	87.859.507
	-----	-----
	99.527.436	98.481.535
	=====	=====

45. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante de créditos concedidos a membros dos órgãos sociais relativos às Caixas Agrícolas que integram o GCA ascende a 11.449.890 Euros (11.977.947 Euros em 31 de Dezembro de 2008).

46. PENSÕES DE REFORMA

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Grupo Crédito Agrícola relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida, S.A. (entidade do Grupo Crédito Agrícola).

Os pressupostos utilizados a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foram os seguintes:

	<u>31-12-2009</u>	<u>31-12-2008</u>
<u>Pressupostos financeiros:</u>		
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2%	2%
<u>Pressupostos demográficos</u>		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de reforma	65	65
Método de avaliação	“Projected Unit Credit”	“Projected Unit Credit”

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	39.854.942	38.397.710
. Licenças sem vencimento	401.243	343.482
. Pré-reformados	491.243	257.527
. Pensões em pagamento	14.416.413	12.604.442
	-----	-----
	55.163.841	51.603.161
	-----	-----
Contribuições dos empregados	1.103.756	1.817.509
	-----	-----
Total de responsabilidades (Nota 26)	56.267.597	53.420.670
	=====	=====
Cobertura das responsabilidades:		
. Valor patrimonial do Fundo (Nota 26)	40.637.935	35.438.317
	-----	-----
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	(15.629.662)	(17.982.353)
	=====	=====

No exercício de 2009, a rubrica “Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores” inclui o montante de 17.798.120 Euros relativo a responsabilidades com cuidados de saúde (S.A.M.S.), em virtude da alteração do contrato constitutivo do fundo de pensões, por forma a incorporar estas responsabilidades. O IAS 19 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo.

No exercício de 2009, as responsabilidades com serviços passados de acordo com o estudo actuarial efectuado e os respectivos activos alocados à cobertura das mesmas apresentava o seguinte detalhe:

Estimativa das responsabilidades por serviços passados	55.163.841
Valor por amortizar referente a responsabilidades com cuidados de saúde (S.A.M.S.)	(17.798.120)

	37.365.721
Cobertura das responsabilidades: . Valor patrimonial do Fundo	40.637.935

Valor financiado em excesso face ao mínimo exigido	3.272.214

Nível de financiamento corrigido	108,8%
	=====

O Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Mafra. No entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola. As responsabilidades destas Caixas Agrícolas apuradas nos termos do IAS 19, e a respectiva quota-parte no valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2009, decompõem-se como segue:

Total das responsabilidades por serviços passados	3.790.497
Cobertura das responsabilidades: . Valor patrimonial do Fundo	2.887.692

Valor não financiado	(902.805)
	=====

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos de balanço do GCA não incluem estes montantes.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes (Nota 26):

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Valor das responsabilidades com pensões	(56.267.597)	(53.420.670)
Valor do Fundo de Pensões	40.637.935	35.438.317
	-----	-----
Diferencial	(15.629.662)	(17.982.353)
Desvios actuariais diferidos	6.761.255	6.759.360
	-----	-----
	8.868.407	11.222.993
	=====	=====

De acordo com o IAS 19, o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado. Nos exercícios de 2009 e 2008, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 43):

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Custo do serviço corrente	2.535.752	2.455.542
Custo dos juros	2.884.250	2.657.865
Rendimento esperado dos activos do Fundo	(1.964.712)	(1.165.240)
Ganhos e perdas actuariais	263.433	(804.554)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	945.713	345.124
	-----	-----
Acréscimo anual de responsabilidades	4.664.436	3.488.737
	=====	=====

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a decomposição dos desvios é a seguinte:

Desvios por amortizar em 31 de Dezembro de 2008	6.759.360

Amortização de desvios efectuada em 2009	(74.315)
Correcção aos desvios de 2008	(44.955)
Desvios gerados em 2009	
. Desvio financeiro	(495.133)
. Desvio actuarial	616.298

Desvios por amortizar em 31 de Dezembro de 2009	6.761.255
	=====

O movimento ocorrido no valor das responsabilidades durante os exercícios de 2008 e 2009 foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2007	27.656.595

Incorporação das responsabilidades com S.A.M.S.	20.842.158
Custo do serviço corrente	2.455.542
Custo dos juros	2.657.685
Ganhos e perdas actuariais	(1.556.288)
Pensões pagas	(797.655)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	345.124

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2008	51.603.161

Custo do serviço corrente	2.535.752
Custo dos juros	2.884.250
Ganhos e perdas actuariais	(1.715.016)
Pensões pagas	(1.090.019)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	945.713

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2009	55.163.841
	=====

O movimento no Fundo de Pensões durante o exercício de 2008 e 2009 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2007	29.024.305

Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	5.771.167
Contribuições dos empregados	1.817.509
Rendimento líquido do Fundo	1.440.500
Pensões pagas	(797.655)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	35.438.317

Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	2.726.036
Contribuições dos empregados	1.103.756
Rendimento líquido do Fundo	2.459.845
Pensões pagas	(1.090.019)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	40.637.935
	=====

Tal como referido anteriormente, o Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Mafra, no entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola.

Adicionalmente, o Grupo Crédito Agrícola assumiu o compromisso de comparticipação do prémio de antiguidade dos colaboradores (Nota 26). Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as responsabilidades são como seguem:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Prémio de antiguidade:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	17.836.627	16.710.676
. Licenças sem vencimento	216.868	247.031
	-----	-----
Total de responsabilidades com prémio de antiguidade (Nota 26)	18.053.495	16.957.707
	=====	=====

47. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Mercado

O risco de mercado reflecte perdas eventuais resultantes de uma alteração adversa do valor de mercado de um instrumento financeiro como consequência da variação, nomeadamente, de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, *spreads* de crédito ou outras variáveis equivalentes.

As regras de gestão do risco de mercado estabelecidas pelo Departamento Financeiro da Caixa Central para cada carteira, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

De modo a mitigar os riscos associados a uma avaliação dos riscos incorridos, encontra-se implementada uma política de segregação de funções entre a execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido a cada momento decorrente das mesmas.

Eventuais operações de cobertura podem ser propostas tanto pelos gestores das carteiras como pelos responsáveis pelo controlo do risco, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados.

A carteira de títulos da CA Vida é gerida na sua totalidade pela CA Gest, estando definido um *benchmark* de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada. A referida carteira é valorizada mensalmente com base em relatórios enviados pela CA Gest. No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a CA Vida efectua os seguintes controlos:

- São mantidos contactos permanentes com a CA Gest, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- Periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pela CA Gest, sendo efectuado a respectiva análise; e
- São realizadas reuniões trimestrais com a CA Gest e, sempre que necessário, redefine-se o perfil de risco associado, embora sempre numa óptica conservadora.

Risco Cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados diariamente a nível individual, para cada uma das Sucursais e a nível consolidado. São calculados valores e cumprimento de limites em termos posição aberta total.

No Grupo Crédito Agrícola, a gestão do risco cambial encontra-se centralizada, sendo responsabilidade do Departamento Financeiro sob enquadramento de limites aprovados pelo Conselho de Administração

Executivo.

O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco. Efectivamente, o perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida.

Risco de Taxa de Juro

O Grupo Crédito Agrícola incorre em risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros cujo valor presente é sensível a variações das taxas de juro.

O risco de taxa de juro agregado suportado deriva de diversos factores, nomeadamente:

- diferentes prazos de vencimento ou revisão das taxas dos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais (risco de repricing);
- alterações da inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva);
- variações assimétricas das diversas curvas de mercado que afectam as distintas massas patrimoniais e extrapatrimoniais (risco de base); e
- existência de opções explícitas ou implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

A política de gestão do risco de taxa de juro é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

O Departamento Financeiro da Caixa Central avalia mensalmente a sua exposição a este tipo de risco com recurso a uma metodologia baseada no agrupamento dos diversos activos e passivos sensíveis em intervalos temporais de acordo com as respectivas datas de revisão de taxa. Para cada intervalo são calculados os cash flows activos e passivos apurando-se o correspondente gap sensível ao risco de taxa de juro. Procede-se então à avaliação do impacto dos gaps mencionados sobre a evolução da margem financeira e sobre o valor económico da entidade em diversos cenários de evolução das taxas de juro.

A relação risco/ rentabilidade encontra-se enquadrada por limites definidos e monitorizados mensalmente pelo ALCO ao nível da exposição da margem financeira e do valor económico a variações adversas das taxas de juro.

No caso da CA Vida, este risco é monitorizado de forma diária pela CA Gest, sendo observado o diferencial entre o montante de activos e de passivos que irão estar sujeitos a refixação de taxa de juro com base em intervalos temporais pré-definidos. A CA Gest poderá efectuar a venda de futuros sobre taxas de juro, com o objectivo estrito de realizar a cobertura do risco de variação do património, mediante a autorização prévia da CA Vida. A utilização de futuros, contempla apenas contratos transaccionáveis em bolsa ou mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como se segue (valores em milhares de Euros):

2009						
	Taxa Fixa	Taxa Variavel	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	277.387	277.387	-	-	277.387
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	110.249	110.249	-	-	110.249
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	3.173	3.173
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	7.180	7.180	-	-	7.180
Activos financeiros disponiveis para venda	559.320	106.960	666.280	267.287	19.699	953.267
Aplicações em Instituições de Crédito	894.932	-	894.932	26.978	2.714	924.624
Crédito a Clientes (saldo bruto)	2.509.276	5.682.542	8.191.818	47.125	542.118	8.781.061
Investimentos a deter até a maturidade	618.362	607.754	1.226.116	22.897	-	1.249.013
	4.581.890	6.792.072	11.373.962	364.287	567.705	12.305.953
Passivo						
Recursos de Bancos Centrais	150.792	-	150.792	-	-	150.792
Recursos de outras instituições de Crédito	511.407	14.667	526.074	17.838	6.053	549.965
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.063.384	2.602.978	9.666.362	34.454	264.217	9.965.033
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	33.692	-	33.692
Outros passivos subordinados	-	154.221	154.221	859	-	155.080
Passivos financeiros de negociação	972	-	972	-	1.440	2.412
	7.575.763	2.771.866	10.346.657	86.843	271.710	10.703.770
Derivados detidos para negociação	16.000	644.867	660.867	-	-	660.867
Exposição Líquida	(2.977.873)	4.665.073	1.688.172	277.444	295.994	2.263.050
2008						
	Taxa Fixa	Taxa Variavel	Sujeito a risco de taxa de juro	Não sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	348.020	348.020	-	3	348.023
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	128.723	128.723	-	-	128.723
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	3.416	3.416
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1.897	1.897	-	6.132	8.029
Activos financeiros disponiveis para venda	519.794	172.054	691.848	179.093	(109.282)	761.659
Aplicações em instituições de crédito	1.429.783	-	1.429.783	-	27.702	1.457.485
Crédito a clientes (saldo bruto)	2.176.468	5.187.493	7.363.961	562.898	372.928	8.299.787
Investimentos a deter até a maturidade	585.539	4.914	590.453	1.741	22.809	615.003
	4.711.584	5.843.101	10.554.685	743.732	323.708	11.622.125
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	387.649	14.667	402.316	562	6.396	409.274
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.168.404	2.368.789	9.537.193	69.981	(79.426)	9.527.748
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	41.484	41.484
Outros passivos subordinados	-	186.335	186.335	-	2.290	188.625
Passivos financeiros de negociação	107	-	107	-	1.105	1.212
	7.556.160	2.569.791	10.125.951	70.543	(28.151)	10.168.343
Derivados detidos para negociação	5.000	-	5.000	-	-	5.000
Exposição líquida	(2.849.576)	3.273.310	423.734	673.189	351.859	1.448.782

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte (valores em milhares de Euros):

2009									
Datas de Refixação/Datas de Maturidade									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	277.387	-	-	-	-	-	277.387	-	277.387
Disponibilidades em outras instituições de crédito	110.249	-	-	-	-	-	110.249	-	110.249
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	3.173	3.173
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	7.180	-	-	7.180	-	7.180
Activos financeiros disponíveis para venda	-	100.005	59.758	144.925	177.053	184.539	666.280	267.287	953.266
Aplicações em instituições de crédito	-	736.685	141.302	-	-	-	877.988	26.978	924.624
Crédito a clientes (saldo bruto)	59.755	4.467.736	2.841.062	420.578	146.617	354.229	8.289.977	47.125	8.781.061
Investimentos a deter até à maturidade	-	260.653	130.022	309.261	512.560	13.620	1.226.116	22.897	1.249.013
	447.391	5.565.080	3.172.144	881.944	836.230	552.387	11.455.177	364.287	12.305.953
Passivos									
Recursos de Bancos Centrais	-	-	150.792	-	-	-	150.792	-	150.792
Recursos de outras instituições de crédito	3.427	132.992	269.785	119.869	-	-	526.073	17.838	549.965
Recursos de clientes e outros empréstimos	27.949	4.495.836	3.844.172	1.387.120	10.024	6.281	9.771.382	34.454	9.965.033
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	33.692	33.692
Outros passivos subordinados	250	141.755	7.416	4.800	-	-	154.221	859	155.080
	31.626	4.770.583	4.121.373	1.511.789	10.024	6.281	10.451.676	86.843	10.703.770
Exposição Líquida	415.765	794.497	(949.228)	(629.845)	826.205	546.106	1.003.501	277.444	1.602.184
2008									
Datas de Refixação/Datas de Maturidade									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	348.023	-	-	-	-	-	348.023	-	348.023
Disponibilidades em outras instituições de crédito	128.723	-	-	-	-	-	128.723	-	128.723
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	3.416	3.416
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1.897	-	-	-	-	1.897	-	8.029
Activos financeiros disponíveis para venda	2.019	104.575	10.017	8.059	5.393	29.149	159.212	179.093	761.659
Aplicações em instituições de crédito	-	691.608	782.814	-	-	-	1.474.422	-	1.457.185
Crédito a clientes (saldo bruto)	50.035	3.797.810	2.503.620	451.463	172.295	388.739	7.363.962	562.898	8.299.787
Investimentos a deter até à maturidade	-	19.914	164.931	278.386	73.939	53.283	590.453	1.741	615.003
	528.800	4.615.804	3.461.382	737.908	251.627	471.171	10.066.692	743.732	11.621.825
Passivo									
Recursos de outras instituições de crédito	-	331.484	65.129	5.704	-	-	402.317	562	409.274
Recursos de clientes e outros empréstimos	26.940	4.299.595	3.759.729	1.430.049	14.288	6.593	9.537.194	-	9.527.748
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	41.484	41.484
Outros passivos subordinados	1.000	2.924	182.411	-	-	-	186.335	-	188.625
	27.940	4.634.003	4.007.269	1.435.753	14.288	6.593	10.125.846	562	10.167.131
Exposição Líquida	500.860	(18.199)	(545.887)	(697.845)	237.339	464.578	(59.154)	743.170	1.454.694

Considerando os valores apurados, os quadros anteriores apresentam uma exposição ao risco de taxa de juro, tanto da margem financeira como do valor económico do capital, pouco significativa. Este risco mede o impacto de uma variação das taxas de juro, positiva ou negativa, sobre os referidos indicadores em função da exposição líquida nos diversos intervalos temporais.

Apresenta-se de seguida a análise de sensibilidade para o risco de taxa de juro a que o GCA se encontra exposto em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, efectuada a partir da simulação, nos activos e passivos sensíveis, da variação até 200 pontos base na taxa de referência, incluindo o impacto na margem financeira (valores em milhares de Euros):

2009						
Impacto resultante da variação da taxa de juro de referência						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.070	532	265	(263)	(525)	(1.044)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.040	1.007	499	(493)	(980)	(1.933)
Outros activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	378	185	92	(90)	(179)	(351)
Activos Financeiros disponíveis para venda	106.700	46.802	22.748	(21.544)	(41.978)	(79.812)
Aplicações em instituições de crédito	2.199	1.091	544	(540)	(1.075)	(2.134)
Crédito a clientes	106.878	50.823	24.813	(23.715)	(46.419)	(89.108)
Investimentos detidos até a maturidade	59.214	28.916	14.290	(13.965)	(27.615)	(54.003)
	<u>278.479</u>	<u>129.355</u>	<u>63.252</u>	<u>(60.610)</u>	<u>(118.771)</u>	<u>(228.385)</u>
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	5.279	2.616	1.302	(1.291)	(2.571)	(5.099)
Recursos de clientes e outros empréstimos	104.731	51.726	25.706	(25.399)	(50.496)	(99.809)
Outros passivos subordinados	929	461	229	(228)	(454)	(900)
Passivos financeiros de negociação	(20)	(11)	(5)	5	11	21
	<u>110.919</u>	<u>54.792</u>	<u>27.233</u>	<u>(26.913)</u>	<u>(53.510)</u>	<u>(105.787)</u>
Impacto na margem financeira	<u>167.560</u>	<u>74.563</u>	<u>36.019</u>	<u>(33.697)</u>	<u>(65.261)</u>	<u>(122.598)</u>

2008						
Impacto resultante da variação da taxa de juro de referência						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	19	9	5	(5)	(9)	(18)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	(74)	(37)	(18)	18	37	74
Outros activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	6	3	1	(1)	(3)	(6)
Activos Financeiros disponíveis para venda	78.435	37.246	18.156	(17.271)	(33.702)	(64.217)
Aplicações em instituições de crédito	8.063	3.997	1.991	(1.974)	(3.930)	(7.795)
Crédito a clientes	110.527	52.220	25.419	(24.158)	(47.164)	(90.104)
Investimentos detidos até a maturidade	23.890	11.692	5.785	(5.665)	(11.215)	(21.980)
Outros Activos	1.438	710	352	(348)	(691)	(1.365)
	<u>222.304</u>	<u>105.840</u>	<u>51.691</u>	<u>(49.404)</u>	<u>(96.677)</u>	<u>(185.411)</u>
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	1.296	643	352	(318)	(634)	(1.259)
Recursos de clientes e outros empréstimos	99.507	49.163	320	(24.153)	(48.028)	(94.962)
Outros passivos subordinados	1.996	987	24.437	(486)	(967)	(1.914)
Passivos financeiros de negociação	(3)	(1)	(1)	1	1	3
	<u>102.796</u>	<u>50.792</u>	<u>25.108</u>	<u>(24.956)</u>	<u>(49.628)</u>	<u>(98.132)</u>
Impacto na margem financeira	<u>119.508</u>	<u>55.048</u>	<u>26.583</u>	<u>(24.448)</u>	<u>(47.049)</u>	<u>(87.279)</u>

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à potencial incapacidade do Grupo Crédito Agrícola financiar o seu activo satisfazendo nas datas contratadas todas as responsabilidades exigíveis.

A política de gestão da liquidez é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), estando a sua gestão diária cometida ao Departamento Financeiro.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, no curto, médio e longo prazos, são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como avaliar a cobertura dinâmica dos mesmos. É também realizado um acompanhamento por parte do Grupo Crédito Agrícola dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Refira-se que em matéria de liquidez, o Grupo Crédito Agrícola prossegue uma política conservadora que se traduz num rácio de transformação em cada uma das suas unidades claramente abaixo da média do rácio de transformação do sistema financeiro nacional.

Os recursos excedentários das Caixas Associadas são canalizados para a Caixa Central, onde são centralmente aplicados em activos de elevada qualidade creditícia e liquidez, nomeadamente obrigações de dívida pública de países da Zona Euro e aplicações de prazo curto sobre Instituições de Crédito de referência, nacionais ou internacionais.

O Grupo Crédito Agrícola dispõe de uma sólida implantação no mercado de retalho, distribuída de forma equilibrada ao longo do país, que se traduz numa rede de 680 balcões e numa base de funding dispersa, estável e com elevada permanência.

Numa óptica de prevenção e de gestão de contingência de risco de liquidez são especialmente tidos em conta e acompanhados os seguintes aspectos:

- Controle e contenção de eventuais concentrações de recursos comerciais que, tendendo a desenvolver-se, pudessem vir a concorrer para uma maior permeabilidade da carteira diminuindo a sua estabilidade e permanência. São efectuadas regularmente simulações de impactos ao abrigo de hipóteses conservadoras sobre a estabilidade dos recursos de retalho e sem consideração do concurso de fontes de financiamento adicionais.
- Embora sem dependência de tais fontes de financiamento complementares atendendo à posição estrutural de tesouraria do Grupo Crédito Agrícola, manutenção de linhas de financiamento junto de Instituições de Crédito nacionais e internacionais, regularmente testadas;
- Lançamento regular de produtos de passivo que concorram para a manutenção dos padrões de permanência dos recursos projectados.

A tesouraria da CA Vida é acompanhada numa base diária pelo seu Departamento Financeiro. Para o efeito, são elaborados controlos diários dos saldos existentes e dada a orientação necessária para que sejam cumpridas as necessidades de liquidez junto das várias Instituições. Especificamente no que respeita às carteiras de investimento da seguradora, a CA Gest faz a gestão diária da sua tesouraria, tendo em consideração os fluxos de entrada e saída de dinheiro, por um lado, e as liquidações das transacções realizadas sobre valores mobiliários, por outro. Adicionalmente, faz parte da política de investimentos a aquisição privilegiada de valores mobiliários transaccionados em mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição (valores em milhares de Euros):

2009							
	Prazos residuais contratuais						Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	277.387	-	-	-	-	-	277.387
Disponibilidades em outras instituições de crédito	110.249	-	-	-	-	-	110.249
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	3.173	3.173
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	7.180	-	-	7.180
Activos financeiros disponíveis para venda	-	15.711	151.836	240.005	210.627	294.800	953.266
Aplicações em instituições de crédito	-	763.625	141.302	-	-	-	924.624
Crédito a clientes	29.658	1.302.932	1.550.800	1.462.014	889.861	3.442.409	8.781.061
Investimentos a deter até à maturidade	-	38.951	221.094	378.715	540.913	13.620	1.249.013
	417.295	2.121.219	2.065.032	2.087.914	1.641.401	3.750.829	12.305.953
Passivos							
Recursos de Bancos Centrais	-	-	150.792	-	-	-	150.792
Recursos de outras instituições de crédito	3.427	132.992	404.423	3.070	-	6.053	549.965
Recursos de clientes e outros empréstimos	27.689	4.472.076	3.814.322	1.440.989	10.024	193.652	9.965.033
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	33.692	33.692
Outros passivos subordinados	250	-	30.193	49.560	53.038	21.995	155.080
	31.366	4.605.068	4.399.731	1.493.618	63.062	28.276	10.854.562
Diferencial	385.929	(2.483.849)	(2.334.699)	594.297	1.578.339	3.722.553	1.451.391
2008							
	Prazos residuais contratuais						Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	348.020	-	-	-	-	-	348.020
Disponibilidades em outras instituições de crédito	132.751	-	-	-	-	-	132.751
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	219	1.897	-	-	2.116
Activos financeiros disponíveis para venda	-	27.162	65.530	274.051	118.375	308.655	991.166
Aplicações em instituições de crédito	-	742.299	782.814	-	-	301	1.525.414
Crédito a clientes (saldo bruto)	28.668	1.300.586	1.477.861	1.225.404	658.466	2.672.976	7.945.259
Investimentos a deter até à maturidade	-	15.000	164.931	283.300	73.939	53.283	615.002
	509.439	2.085.047	2.491.355	1.784.652	850.780	3.034.914	11.559.728
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	-	331.484	65.129	5.703	-	6.958	409.274
Recursos de clientes e outros empréstimos	26.940	4.214.425	3.759.755	1.430.433	14.288	75.314	9.527.748
Outros passivos subordinados	1.000	2.335	42.495	90.090	13.907	32.508	188.625
	27.940	4.548.244	3.867.379	1.526.226	28.195	39.101	10.125.647
Diferencial	481.499	(2.463.197)	(1.376.024)	258.426	822.585	2.995.813	1.434.081

Considerando os aspectos acima referidos, poder-se-á concluir pela existência de um risco de liquidez praticamente inexistente.

Risco de Crédito

A eficiência e a rentabilidade de uma instituição financeira dependem objectivamente de um rigoroso controlo dos riscos, no que assenta também a sua solidez financeira.

Neste sentido, o Grupo Crédito Agrícola continuou a dar elevada prioridade ao projecto de “Transformação da Função Risco”, desenvolvido à luz das melhores práticas organizacionais neste domínio e enquadrado no cumprimento dos requisitos regulamentares de Basileia II. A coordenação deste projecto encontra-se cometida ao Gabinete de Riscos do Grupo Crédito Agrícola que centraliza, na sua unidade de estrutura, as competências e as funções de coordenação em matéria de análise e controlo integrado de riscos, articulando a actividade desenvolvida com a dos demais departamentos especializados.

O risco de crédito está associado à possibilidade de incumprimento efectivo e/ou à degradação da qualidade da contraparte em operações de crédito, constituindo o risco mais relevante da actividade de qualquer instituição financeira. O programa de “Transformação da Função Risco” é constituído, em matéria de avaliação da exposição a este risco, por diversas iniciativas de diferente disciplinaridade e amplitude, mas formando um todo coerente entre si.

Construído numa óptica plurianual, o programa iniciado em 2006 visa ainda assegurar o *compliance* do Grupo com os novos desafios da regulamentação para o sector financeiro. Os diversos projectos continuaram a desenvolver-se ao longo do exercício de 2009, exigindo uma forte articulação com a vertente tecnológica e o desenvolvimento de competências internas específicas, sendo de destacar o seguinte:

- **Solução de propostas e credit scoring**: A SPCS pretende criar um fluxo de trabalho padronizado para os processos de concessão de crédito a particulares e pequenos negócios, associado a um modelo de credit scoring por segmento. Para além dos modelos já existentes, relativos ao crédito ao consumo, ao crédito a ENI's (na vertente de tesouraria e na vertente de investimento) e ao crédito à habitação, em 2009, assegurou-se a entrada em produção de 3 novos modelos de scoring aplicados aos cartões de crédito e realizou-se um primeiro exercício de backtesting dos modelos de scoring de crédito ao consumo, no intuito de, aferir a qualidade preditiva desses modelos e ainda com o objectivo de ajustar e melhorar a sua qualidade tendo em vista a correcta avaliação do risco de crédito.
- **Central de balanços**: Com este projecto, visou-se a implementação de uma aplicação que materializasse num único repositório de dados a informação financeira dos clientes do SICAM. Desta forma, torna-se possível assegurar a consistência da informação e a sua integração com outras aplicações, designadamente workflow de propostas de crédito, sistemas de alertas de risco, imparidade, modelo de rating, entre outros. No início de 2009 foi implementado o repositório de dados único, onde se encontra reunido um conjunto relevante de informação económica e financeira de clientes empresariais do SICAM, com envolvimento efectivo ou potencial. A aplicação materializa o necessário suporte ao respectivo processo de concessão e acompanhamento de crédito e ao modelo de avaliação de risco, facultando a análise sistematizada dos respectivos elementos financeiros e assegurando a consistência da informação e a sua integração com outras aplicações, designadamente workflow de propostas de crédito, sistemas de alertas de risco, imparidade, modelo de rating, entre outros.
- **Ferramenta de gestão de garantias (recebidas)**: A FGG pretende definir um novo processo de registo de todas as garantias recebidas subjacentes às operações de crédito do Grupo, assegurando a sua adequada caracterização e avaliação. A informação a disponibilizar por esta ferramenta é necessária, entre outros aspectos, para o correcto cálculo do rácio de solvabilidade segundo as regras de Basileia II. Em 2009 foi desenvolvida uma emulação, no âmbito do sistema Profile, que permitirá caracterizar todas as garantias existentes, corrigindo e completando a informação existente. Face ao estado de desenvolvimento deste projecto, a entrada em produção da nova ferramenta, deverá ocorrer no decurso do 3º trimestre de 2010.
- **Repositório de informação de risco**: A criação de um repositório de dados (datamart) adequado às necessidades da Função Risco do Grupo, designadamente ao especificado por Basileia II, constitui outro dos objectivos do Programa. Dada a grande dimensão deste projecto, optou-se pelo seu faseamento. Assim e durante o ano findo, concluiu-se a especificação técnica de requisitos, assegurou-se o licenciamento do Datamart e preparou-se a consulta para implementadores da solução informática. A 1ª fase de implementação corresponderá ao módulo para apuramento, segundo a IAS 39, do valor das perdas por imparidade da carteira de crédito do GCA e ao módulo de cálculo dos fundos próprios e dos requisitos de capital, segundo a abordagem standard, e de reporting prudencial exigido pela Instrução 23/2007 do BdP. A criação deste repositório de dados constitui um dos maiores objectivos que se pretende alcançar até ao final de 2010.
- **Departamento de compliance**: Procedeu-se à implementação do Departamento responsável pela gestão do risco de compliance na Caixa Central, dando resposta às orientações contidas no Aviso 3/2006 do BdP e às recomendações do Comité de Basileia e do CEBS. O ano de 2009 correspondeu ao período de estruturação e consolidação desta função na Caixa Central, estando em curso a sua extensão a todas as Caixas do SICAM.

- **Sistema de controlo interno:** Visando dar resposta a requisitos regulamentares, nomeadamente aos desafios e exigências inerentes ao Aviso 5/2008, foi formalizado o sistema de controlo interno na Caixa Central, nomeadamente no que se refere à gestão dos riscos inerentes à sua actividade. Encontram-se em fase de conclusão, os projectos de autonomização da função e de desenvolvimento de um portal de apoio para o reporte de deficiências e de acompanhamento da sua resolução. Paralelamente, a Caixa Central tem promovido um conjunto de iniciativas conducentes à mitigação das lacunas detectadas no sistema de controlo interno das diversas unidades do Grupo.
- **Testes de esforço:** Com o objectivo de dar resposta ao previsto na Instrução 18/2007 do BdP (recentemente revogada pela Instrução nº 32/2009), sistematizou-se o processo de stress testing em base consolidada. A obrigatoriedade de reporte exige a elaboração recorrente de análises de sensibilidade e de cenários, que constituem um instrumento de gestão estratégica e integram o modelo de avaliação de riscos e de determinação do capital económico do Grupo (ICAAP).
- **Base de dados de grupos económicos:** A iniciativa visa dotar o Grupo Crédito Agrícola dos requisitos para a construção de uma ferramenta/base de dados que permita criar e manter actualizada as ligações jurídicas e/ou de risco existentes entre os diversos clientes. O projecto foi concluído no corrente ano, devendo a sua implementação ocorrer durante o ano de 2010.
- **Concepção da framework do ICAPP:** Pretendendo-se dar resposta ao previsto na Instrução 15/2007 do BdP, concebeu-se o processo de auto-avaliação da adequação do capital interno, designado por ICAAP. Em 2009 foram definidos os métodos de cálculo aplicáveis ao GCA, assegurando-se a interligação com o stress testing e com o sistema de controlo interno, tendo-se iniciado a definição do perfil de risco do Grupo.
- **Modelo de Imparidade:** Resultante da necessidade de desenvolver uma metodologia e um processo recorrente de apuramento das perdas por imparidade (subordinado à Norma Internacional de Contabilidade 39) que constituem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. A implementação do Módulo de Análise Individual de Imparidade (MOAI) permitiu agilizar o processo de avaliação económica da carteira e acompanhamento de crédito na componente de análise individual, maximizando a disponibilização de informação relevante, minimizando o esforço dos analistas e sistematizando o conhecimento específico dos clientes numa plataforma informática exclusiva para o efeito. No ano transacto, prosseguiram os aperfeiçoamentos dos instrumentos e dos processos de cálculo, quer no que se refere aos modelos utilizados, quer na implementação de práticas mais eficientes.
- **Relatório de Disciplina de Mercado:** Decorrendo do previsto no Aviso nº10/2007 do Banco de Portugal foi elaborado o relatório anual de divulgação pública de informação, no sentido de divulgar as principais políticas e práticas do grupo Crédito Agrícola na gestão do risco.
- **Normas e regulamentos:** Prosseguiu a actualização do edifício normativo do Grupo Crédito Agrícola no que se refere à gestão do risco de crédito em resultado das políticas, processos e procedimentos implementados e que decorrem do Manual de Risco de Crédito que constitui o referencial neste domínio. Pretende-se, deste modo, alcançar uma padronização e homogeneidade de comportamentos e práticas.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Patrimoniais:		
Crédito a clientes	8.781.060.953	8.299.786.891
Disponibilidades em outras instituições de crédito	110.249.203	128.723.431
Aplicações em instituições de crédito	924.624.236	1.457.485.257
	-----	-----
	9.815.934.392	9.885.995.579
	-----	-----
Extrapatrimoniais:		
Garantias prestadas	323.782.702	289.221.721
Compromissos irrevogáveis	707.467.378	679.146.645
	-----	-----
	1.031.250.080	968.368.366
	-----	-----
	10.847.184.472	10.854.363.945
	=====	=====

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a qualidade de crédito dos activos financeiros de acordo com o rating de referência interno, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de euros):

Activo	2009							
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Entre Baa1 e Baa2	Caa	Indeterminado
Aplicações em instituições de crédito	2.200	24.000	20.000	335.433	393.484	39.513	-	109.994
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	906	-	-	-	-	2.267
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	7.180	-	-	-	-	7.180
Activos financeiros disponíveis para venda	293.898	89.124	233.546	58.491	178.417	43.947	785	55.058
Investimentos a deter até à maturidade	59.073	38.931	801.585	33.865	254.181	27.711	-	33.667
	355.171	152.055	1.063.217	427.789	826.082	111.171	785	200.986
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	3.137.256							
Activo	2008							
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Entre Baa1 e Baa2	Caa	Indeterminado
Aplicações em instituições de crédito	139.224	102.892	66.433	696.655	282.015	34.362	-	135.904
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	655	-	-	-	-	2.761
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.897	-	-	-	-	-	-	6.132
Activos financeiros disponíveis para venda	189.842	334.588	91.216	57.025	5.815	28.022	787	54.364
Activos financeiros detidos até à maturidade	10.741	-	545.791	4.914	5.039	-	-	48.518
	341.704	437.480	704.095	758.594	292.869	62.384	787	247.679
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	2.845.592							

No exercício de 2009 e 2008, o GCA utiliza como rating de referência o rating divulgado pela agência internacional Moody's, ou caso este não exista, o maior dos ratings divulgados pelas agências Fitch e Standard & Poors.

Relativamente ao crédito a clientes, e tal como referido acima, o Grupo não dispõe actualmente ratings internos ou externos de modo a aferir da qualidade da sua carteira. O GCA implementou recentemente um sistema de scoring para particulares para auxílio à decisão da concessão de crédito e planeia implementar brevemente um sistema de rating para empresas.

Reestruturações

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço de crédito a clientes cujos termos tenham sido renegociados ou considerados em incumprimento ou com imparidade é o seguinte:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Crédito vivo	230.802.219	254.372.821
Crédito vencido	71.099.816	66.377.781
	-----	-----
	301.902.035	320.750.602
	=====	=====

O montante de crédito vencido diz respeito aos contratos cujos termos tenham sido renegociados ou considerados em incumprimento ou com imparidade.

O crédito acima considerado contém as operações com expectativas de recuperação da totalidade da dívida até à maturidade.

Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas pode ser resumida como segue (Nota 13):

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até 3 meses	26.960.646	30.431.998
De 3 a 6 meses	29.061.246	36.726.761
De 6 a 12 meses	85.298.127	79.558.045
De 1 a 3 anos	168.087.364	129.910.289
De 3 a 5 anos	84.367.282	68.040.142
Juros a receber	10.713.568	11.954.248
	-----	-----
	404.488.233	356.621.483
	=====	=====

Riscos específicos da actividade seguradora

O resseguro é um meio de gerir o risco de seguro. No entanto, como primeiro intermediário, as Companhias continuam expostas a este risco. No caso de incumprimento por parte do ressegurador, as companhias continuam obrigadas a pagar ao cliente. A qualidade de crédito do ressegurador é observada numa base anual, sendo a sua condição financeira analisada antes da finalização dos contratos.

A CA Seguros implementou durante o ano de 2007 a Unidade de Gestão de Risco, tendo iniciado diversas actividades e projectos relacionados com o desenvolvimento do Sistema integrado de Gestão de Risco e de Controlo Interno. Ao nível da componente de Risco mais relevante, o Risco Específico de Seguros, foram implementadas novas metodologias de avaliação de suficiência das Provisões Técnicas e da adequação das tarifas, incluindo modelos estocásticos (Bootstrap, Thomas Mack), as quais confirmaram a adequação dos actuais níveis de provisionamento de responsabilidades para com Segurados e Sinistrados.

Justo valor de activos e passivos financeiros

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é apresentado no quadro seguinte (montantes em milhares de Euros):

2009					
Saldos Analisados			Saldos não analisados		Valor de balanço Total
Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço		
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	277.387	277.387	-	-	277.387
Disponibilidades em outras instituições de crédito	110.249	110.249	-	-	110.249
Aplicações em Instituições de Crédito	904.927	906.701	1.774	19.696	924.624
Crédito a Clientes (Liq. de provisões)	8.157.885	8.153.855	(4.031)	208.096	8.365.981
Investimentos detidos até à maturidade	1.249.013	1.248.841	(172)	-	1.249.013
	10.699.462	10.697.034	(2.428)	227.792	10.927.254
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais	150.792	150.792	-	-	150.792
Recursos de outras instituições de Crédito	543.912	543.444	(468)	6.053	549.965
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.673.804	9.664.995	(8.809)	291.229	9.965.033
Outros passivos subordinados	155.080	155.080	-	-	155.080
	10.523.587	10.514.311	(9.276)	297.282	10.820.869
2008					
Saldos Analisados			Saldos não analisados		Valor de balanço Total
Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço		
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	348.020	348.020	-	3	348.023
Disponibilidades em outras instituições de crédito	127.188	124.242	(2.946)	1.535	128.723
Aplicações em Instituições de Crédito	1.429.783	1.410.109	(19.674)	27.702	1.457.485
Crédito a Clientes (Liq. de provisões)	7.926.468	7.940.215	13.747	-	7.926.468
	9.831.459	9.822.586	(8.873)	29.240	9.860.699
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de Crédito	490.077	494.886	(4.809)	6.395	496.472
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.522.415	9.502.747	19.668	5.333	9.527.748
Outros passivos subordinados	178.335	180.990	(2.655)	10.290	188.625
	10.190.827	10.178.623	12.204	22.018	10.212.845

As principais considerações sobre o justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- Relativamente aos saldos à vista, considerou-se que o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos investimentos a deter até à maturidade, utilizou-se o bid de mercado máximo de uma pool de 10 contribuidores;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Grupo Crédito Agrícola com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
 - a) Taxas de juro de mercado para “Aplicações em Instituições de Crédito” e “Outros Passivos Subordinados”;
 - b) Taxa de juro praticadas nas operações concedidas pela Caixa Central para tipos de créditos comparáveis;
 - c) Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.

Foram utilizadas curvas específicas para as rubricas de “Crédito a Clientes”, “Aplicações em outras instituições de crédito” e “Recursos de outras instituições de crédito” que tiveram por base a aplicação sobre a curva Euribor/SWAP a 31 de Dezembro de 2009 dos spreads médios das operações efectuadas nos últimos 3 meses até 31 de Dezembro de 2009. As taxas aplicadas foram as seguintes:

	Euribor - Euribor / Swap	Spread Crédito Habitação	Spread Crédito Particular	Spread Crédito Negócio	Spread Aplicação OIC's	Spread Recursos OIC's
1 day (overnight)	0.41 %	1.44 %	4.77 %	4.41 %	0.20 %	0.10 %
1 month(s)	0.46 %					
2 month(s)	0.56 %					
3 month(s)	0.70 %					
4 month(s)	0.79 %					
5 month(s)	0.89 %					
6 month(s)	0.99 %					
9 month(s)	1.13 %					
12 month(s)	1.25 %					
2 year(s)	1.88 %					
3 year(s)	2.25 %					
4 year(s)	2.56 %					
5 year(s)	2.81 %					
8 year(s)	3.35 %					
10 year(s)	3.58 %					
15 year(s)	3.96 %					
20 year(s)	4.06 %					
30 year(s)	3.94 %					

Em 31 de Dezembro de 2009, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	Activos valorizados ao custo histórico (1)	Cotações em mercado activo (2)	Técnicas de Valorização		Total
			Dados de mercado (3)	Modelos (4)	
Activos financeiros detidos para negociação	-	1.538.625	1.634.404	-	3.173.029
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	7.180.374	7.180.374
Activos financeiros disponíveis para venda	10.554.016	90.971.878	-	851.740.141	953.266.035
	<u>10.554.016</u>	<u>92.510.503</u>	<u>1.634.404</u>	<u>858.920.515</u>	<u>963.619.438</u>

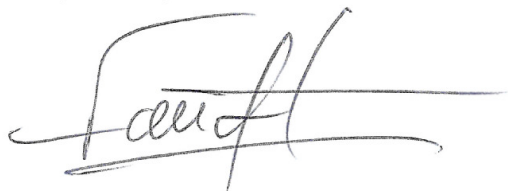
- (1) Títulos não cotados para os quais não é possível determinar de forma fiável o justo valor.
- (2) Para além dos instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores, esta categoria inclui os títulos valorizados com base em preços de mercados activos divulgados através de plataformas de negociação.
- (3) Valorização baseada em taxas de mercado (curvas de swap).
- (4) correspondem a títulos valorizados através de Bids indicativos.

Fundos próprios consolidados

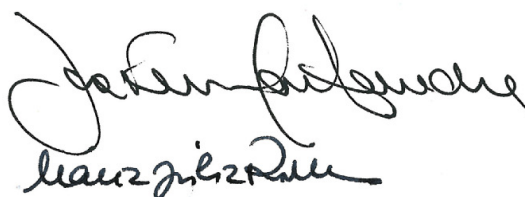
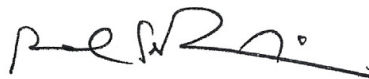
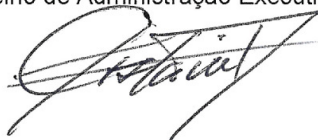
Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe dos fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola apresenta-se de seguida:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Fundos próprios de base	959.557.910	924.761.458
Fundos próprios complementares	90.103.996	117.864.130
Deduções	(20.728.608)	(14.772.214)
	-----	-----
Fundos próprios totais	1.028.933.298	1.027.853.374
	=====	=====
 Riscos ponderados totais	 7.144.862.718	 6.748.225.997
	=====	=====
 Rácio de Solvabilidade	 12,7%	 13,3%

O Responsável pela Contabilidade



O Conselho de Administração Executivo



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Natureza e espécie	Código do título	País do emissor	Cotador/ N° cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço
ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO							
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
Bilhetes Tesouro 21-Maio-2010		PRT	N	0,9974	15.242	1,00	15.202
Bilhetes Tesouro 23-Julho-2010		PRT	N	0,9964	619.176	1,00	616.937
Obrigações Tesouro / Junho 09-19		PRT	N	1,087	43.370	1,00	47.144
Obrigações Tesouro / Junho 09-14		PRT	N	1,050648	132.122	1,00	138.814
Obrigações Tesouro / Junho 09-19		PRT	N	1,050648	81.359	1,00	87.597
							906.684
Instrumentos de capital							
RAÍZ VALOR ACUMULADO	PTYCFKMM0001	PRT	N	10,0611	42.702	--	429.629
FIM Raíz Tesouraria		PRT	N	7,25	28.332	--	205.274
							634.903
Instrumentos financeiros derivados							
Swaps de taxa de juro							757.375
Forwards cambiais							349.048
Opções							526.009
							1.632.432
Total					962.303		3.173.028
OUTROS ACTIVOS FINANCIEROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS							
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
OT Abril 2005-2011		PRT	S			100%	24.658
							24.658
De outros emissores							
Dívida não subordinada							
SVSKHB 08/12	XSD447005223	SWE	S	101,12%	7.000.000	100%	7.155.705
							7.155.705
Total					7.000.000		7.180.374
ACTIVOS FINANCIEROS DISPONÍVEIS PARA VENDA							
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
OT 3.35% 15/10/15	PTOTE30E0017	PRT	S	99,70%	20.892.510	100,0%	20.829.588
BGB 4% 28/03/17	BE0000305168			99,13%	18.476.552	100,0%	18.316.429
OT 3.20% 15/04/11	PTOTE40E0040	PRT	S	101,91%	17.609.486	100,0%	17.945.283
BGB 4% 28/03/19	BE0000315243			99,20%	15.131.527	100,0%	15.009.886
NETHER 4% 15/07/19	NL0009086115			101,35%	13.784.351	100,0%	13.970.139
RFGB 3.875% 15/09/17	FI0001006066			99,36%	13.549.375	100,0%	13.462.986
OT 5.85% 20/05/10	PTOTEH0E0008	PRT	S	104,25%	12.754.486	100,0%	13.296.552
NETHER 2.75% 15/01/15	NL0009213651			99,47%	13.303.723	100,0%	13.233.003
DBR 3.25% 04/01/20	DE0001136390			99,57%	13.040.339	100,0%	12.983.773
NETHER 5.5% 15/07/10	NL0000102580			104,76%	12.355.785	100,0%	12.943.921
Obrigações do Tesouro 16/06/2014	PTOTE10E0019				-	100,0%	10.832.328
SPGB 3.15% 31/01/15	ES00000120G4			95,99%	10.932.774	100,0%	10.484.370
Obrigações do Tesouro 15/10/2015	PTOTE30E0017			99,70%	10.124.882	100,0%	10.094.389
OT 3.6% 15/10/14	PTOTE00E0017	PRT	S	102,47%	9.665.988	100,0%	9.904.254

1/12

Natureza e espécie	Código do título	País do emissor	Cotador/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço
BTNS 2.50% 12/01/14	FR0116114978			99,72%	9.832.004	100,0%	9.804.495
IRISH 4.50% 18/04/20	IE0034074488			101,88%	9.435.811	100,0%	9.613.423
FRTR 3.75% 25/10/19	FR0010776161			100,41%	9.455.392	100,0%	9.494.583
RAGB 3.5% 15/07/15	AT0000386198			98,83%	9.353.582	100,0%	9.243.749
Obrigações do Tesouro 14/06/2019	PTOTEMOE00027			-	-	100,0%	9.177.089
OBR 5.25% 04/01/11	DE0001135168			104,58%	8.657.854	100,0%	9.052.998
Obrigações do Tesouro 25/10/2023	PTOTEA0E00021			-	-	100,0%	9.039.766
FRTR 4% 25/10/14	FR0010112052			105,79%	8.515.071	100,0%	9.008.093
RAGB 3.8% 20/10/13	AT0000385992			102,54%	8.411.765	100,0%	8.625.716
FRTR 3.75% 25/04/17	FR0010415331			100,41%	8.477.047	100,0%	8.511.421
SPGB 4% 31/01/10	ES0000012239			102,56%	8.020.236	100,0%	8.225.445
RAGB 3.9% 15/07/20	AT0000386115			98,77%	8.275.667	100,0%	8.173.475
BGB 3.25% 28/09/16	BE0000307166			95,44%	8.522.606	100,0%	8.133.911
RAGB 4.3% 15/07/14	AT0000386073			101,83%	7.916.108	100,0%	8.061.171
RAGB 4% 15/09/16	AT0000A01179			98,65%	8.042.246	100,0%	7.933.692
Obrigações do Tesouro 15/06/2018	PTOTENOE00018			-	-	100,0%	7.867.632
OT 5.00% 15/06/12	PTOTEKOE00003	PRT	S	109,80%	6.989.540	100,0%	7.674.571
NETHER 3.25% 15/07/15	NL0000102342			99,75%	7.389.677	100,0%	7.370.967
BTNS 3% 12/07/14	FR0116843535			100,46%	6.706.026	100,0%	6.736.595
OT 5.15% 15/06/11	PTOTEJOE00006	PRT	S	105,53%	5.843.974	100,0%	6.167.138
BGB 5% 28/09/11	BE0000286054			107,00%	5.324.686	100,0%	5.697.361
SPGB 3.3% 31/10/14	ES00000121P3			102,40%	5.544.308	100,0%	5.677.381
Spain Govt Bonds 31/01/2014	ES00000121H0			-	-	100,0%	5.494.784
Obrigações do Tesouro 15/06/2012	PTOTEKOE00003			109,80%	4.992.528	100,0%	5.481.836
SPGB 4.6% 30/07/19	ES00000121L2			104,44%	5.133.442	100,0%	5.361.521
Spain Govt Bonds 31/01/2017	ES00000120J8			-	-	100,0%	5.273.884
BTNS 3.50% 12/07/11	FR0108847049			103,19%	5.099.913	100,0%	5.262.345
Obrigações do Tesouro 15/04/2021	PTOTEYOE00007			-	-	100,0%	5.171.765
OBR 3.25% 04/07/15	DE0001135283			99,73%	4.988.722	100,0%	4.975.323
NETHER 5% 15/07/11	NL0000102606			106,53%	4.365.945	100,0%	4.651.042
OT 5.45% 23/09/13	PTOTEGOE00009	PRT	S	112,20%	3.879.864	100,0%	4.353.282
BTNS 2.50% 12/07/10	FR0107674006			99,14%	4.114.325	100,0%	4.079.134
OBL 2.25% 11/04/14	DE0001141547			99,77%	3.829.223	100,0%	3.820.265
OT 5.85% 20-05-2010	PTOTEH0E00008	PRT	S	1,05%	2.500.000	113,7%	2.940.168
GGB 3.5% 20/08/11	GR0114019442			99,74%	2.910.632	100,0%	2.902.947
BT 23/Julho/2010		PRT	S	-	2.861.111	100,0%	2.850.837
OT 4.20% 15/10/16	PTOTE6OE00006	PRT	S	98,56%	2.792.047	100,0%	2.751.730
FRTR 3.25% 25/04/16	FR0010268357			103,06%	2.522.573	100,0%	2.599.865
BGB 4% 28/03/13	BE0000310194			101,30%	2.529.011	100,0%	2.561.771
Obrigações do Tesouro 15/10/2017	PTOTEL0E00010			-	-	100,0%	2.489.353
OBR 4.25% 04/07/14	DE0001135259			105,90%	2.075.891	100,0%	2.198.431
SPGB 4.4% 31/01/15	ES0000012916			105,55%	1.938.948	100,0%	2.046.477
Obrigações do Tesouro 15/04/2011	PTOTS4OE00040			101,91%	1.796.886	100,0%	1.831.151
BT 23/Julho/2010		PRT	S	1,00%	1.693.615	100,0%	1.687.533
IRISH 4% 15/01/14	IE00063KWYS29			99,69%	1.604.580	100,0%	1.599.654
FINL 4% 04/07/25	FI4000006176			99,82%	1.500.615	100,0%	1.497.929
BTNS 1.50% 12/09/11	FR0116843519			100,43%	1.256.097	100,0%	1.261.484
BTNS 4.50% 12/07/13	FR0114683842			108,79%	1.015.138	100,0%	1.104.379
SPGB 4.2% 30/07/13	ES0000012866			106,19%	1.013.952	100,0%	1.076.706
NETHER 4% 15/07/18	NL0006227316			104,52%	1.016.786	100,0%	1.062.780
SPGB 2.75% 30/04/12	ES0000012118			102,47%	1.013.674	100,0%	1.038.674
OBL 2.5% 10/10/14	DE0001141554			100,66%	1.003.489	100,0%	1.010.112
BGB 2% 28/03/12	BE0000317264			99,76%	797.094	100,0%	795.317
OBR 4.25% 04/07/17	DE0001135333			100,04%	668.801	100,0%	669.031
RAGB 4.3% 15/09/17	AT0000A06P24			107,14%	499.414	100,0%	535.072
RFGB 3.125% 15/09/14	FI0001006462			100,30%	517.317	100,0%	518.858
OBR 3.50% 04/07/19	DE0001135382			101,13%	511.425	100,0%	517.220
SPGB 4.3% 31/10/19	ES0000012106			103,89%	497.386	100,0%	516.717
Greek Govt Bonds 20/08/2011	GR0114019442			99,74%	510.637	100,0%	509.289
BTNS 3% 12/01/10	FR0107369672			98,82%	260.508	100,0%	257.421

Natureza e espécie	Código do título	País do emissor	Cotação/ N° cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço
BGB 3.50% 28/03/11	BE0000313222			102,10%	206.796	100,0%	211.141
SPGB 3.25% 30/07/10	ES00000120E9			100,54%	204.611	100,0%	205.712
DBR 3.75% 04/01/17	DE0001135317			104,16%	104.136	100,0%	108.468
BT 21/Mais/2010		PRT	S		63.381	100,0%	63.263
BT 21/Mais/2010		PRT	S	1,00%	2.329	100,0%	2.325
CONSOLIDADO 43	PTCON30E0006	PRT	S	44,50%	10	100,0%	5
CONSOLIDADO 41	PTCON10E0008	PRT	S	65,75%	-	100,0%	-
CONSOLIDADO 42	PTCON20E0007	PRT	S	60,00%	-	100,0%	-
CONSOLIDADO CENTENÁRIOS 40	PTCON40E0005	PRT	S	73,50%	-	100,0%	-
							487.864.674
De outros emissores públicos							
BERGER 3.125% 14/03/15	DE000A0EY723			99,34%	5.927.716	100,0%	5.888.451
EEC 3.125% 27/01/15	EU000A1AKD47			99,33%	2.581.691	100,0%	2.564.446
SBAB Float 14/02/11	XSD445869836			99,93%	100.272	100,0%	100.197
							8.553.083
De outros emissores							
Dívida não subordinada							
BES 14/05/10	PTBEROOM0022	PRT	S	99,49%	10.000.000	100,0%	10.039.087
BCP 28/05/10	PTBCV10M0008	PRT	S	99,43%	10.000.000	100,0%	10.032.755
CGD 21/05/10	PTOGHROM0002	PRT	S	100,15%	6.000.000	100,0%	6.027.808
SOCCEN 2011	XSD382730272	FRA	S	99,65%	3.000.000	100,0%	3.052.297
BES 18/03/12	PTBERHOM0013	PRT	S	94,42%	5.000.000	100,0%	4.915.266
INTNED 5.5 % 15/05/10	NL0000122968	NED	S	104,69%	4.279.469	100,0%	4.480.373
BANK MONTREAL 05/10	XSD362349465	CAN	S	100,44%	4.000.000	100,0%	4.019.839
GSK 5.625% 13/12/17	XSD335134705	CYM	S	100,54%	3.336.108	100,0%	3.364.123
VW Float 07/07/10	XSD257806801	CYM	S	99,09%	3.278.340	100,0%	3.248.573
Brisa Finance BV 4.797% 26/09/13	XSD177256889	CYM	S	99,40%	3.171.235	100,0%	3.152.068
BESPL 5.625% 05/05/14	PTBLMGOM0002	PRT	S	101,53%	3.098.160	100,0%	3.145.488
JNJ 4.75% 06/11/19	XSD329522246	CYM	S	100,33%	3.116.959	100,0%	3.127.133
GSK 3% 18/06/2012	XSD222377300	CYM	S	95,15%	3.284.292	100,0%	3.124.863
Renault Float 24/01/12	XSD282627289	CYM	S	96,45%	3.235.207	100,0%	3.120.423
E.ON 5.125% 07/05/13	XSD361244402	CYM	S	101,21%	3.021.880	100,0%	3.058.497
BNP 3.25% 27/03/12	XSD419259659	CYM	S	99,07%	3.073.817	100,0%	3.045.173
DNBNOR 2/12	XSD389623128	NOR	S	100,54%	3.000.000	100,0%	3.041.340
INTNED 2011	XSD384169446	NLD	S	84,25%	3.000.000	100,0%	3.020.393
TORONTO 09/10	XSD387214538	CAN	S	97,42%	2.000.000	100,0%	3.019.489
DANSKE BANK 09/10	XSD386240328	DNK	S	105,26%	2.000.000	100,0%	3.013.931
SKANDINAVISKA 05/10	XSD366327715	SWE	S	97,07%	2.000.000	100,0%	3.006.697
INTNED 3.375% 03/03/14	XSD415072098	CYM	S	99,74%	3.008.362	100,0%	3.000.681
CAJA 24/5/10	ES0314950280	ESP	S	99,98%	3.000.000	100,0%	2.999.966
DISALN 4.625% 22/05/17	XSD301945860	CYM	S	100,34%	2.975.599	100,0%	2.985.836
DANBNK Float 29/05/12	XSD307699453	CYM	S	99,87%	2.966.766	100,0%	2.962.943
BISCH Float 28/03/11	XSD127276235	CYM	S	98,71%	2.906.115	100,0%	2.868.621
MONTPL Float 31/01/11	XSD241903821	CYM	S	99,08%	2.989.291	100,0%	2.782.335
PG 4.5% 12/05/14	XSD300112108	CYM	S	101,50%	2.685.197	100,0%	2.725.457
KFW 3.50% 04/07/15	DE0002760966	GER	S	100,76%	2.597.855	100,0%	2.617.593
ANZ BANK 4.625% 08/11/10	XSD329336052	CYM	S	100,46%	2.574.046	100,0%	2.586.777
HSBC 03/14 (Centris)	XSD296376287	GBR	S	25,10%	3.000.000	100,0%	2.555.700
CIIGO Float 21/05/10	PTOGHROM0002	PRT	S	99,96%	2.511.149	100,0%	2.510.204
NBCAP 3.125% 17/02/12	XSD413550343	CYM	S	99,94%	2.473.505	100,0%	2.472.120
CAJAMM 3.125% 20/02/12	ES0314950454	ESP	S	99,67%	2.466.365	100,0%	2.458.300
Bankinter 3% 24/02/12	ES0313679450	ESP	S	99,83%	2.453.560	100,0%	2.449.389
ACEBM 4.375% 30/03/20	ES0211845203	ESP	S	103,07%	2.375.197	100,0%	2.448.190
BASF 3.375% 30/05/12	DE000A0EUB86	GER	S	99,73%	2.422.226	100,0%	2.415.744
PARFLEX 04/02/17	XSD297481970	FRA	S	105,49%	2.000.000	100,0%	2.366.850
ENIM 5.875% 20/01/14	XSD400780887	CYM	S	102,56%	2.283.832	100,0%	2.342.195
DIAG 5.5% 01/07/13	XSD356009810	CYM	S	102,83%	2.274.138	100,0%	2.338.539
AIG Float 19/07/13	XSD261706138	CYM	S	87,79%	2.653.037	100,0%	2.329.172
Nokia 5.75% 04/02/19	XSD411735482	CYM	S	104,05%	2.218.900	100,0%	2.308.765
RWE 4.625% 23/07/14	XSD196302425	CYM	S	109,59%	2.034.493	100,0%	2.229.571

Natureza e espécie	Código do título	País do emissor	Cotado/ N° cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Valor da balanço
BASGR 5% 26/09/14	DE000A0TKBM0	GER	S	101,34%	2.153.055	100,0%	2.182.907
Siemens 5,75% 04/07/11	XSO131224155	CYM	S	104,86%	2.076.748	100,0%	2.177.631
DANSKE BANK 06/11	XSO372093921	DNK	S	90,66%	3.500.000	100,0%	2.176.908
MDPASCHI 06/11	XSO371161653	ITA	S	90,25%	3.000.000	100,0%	2.174.990
CXGD 4,375% 13/05/13	PTCG16CM0004	PRT	S	90,62%	2.156.272	100,0%	2.147.970
PFE 4,55% 15/05/17	XSO301010145	CYM	S	98,00%	2.190.741	100,0%	2.146.926
RBOGCH 4,375% 19/05/16	XSO254720533	CYM	S	90,93%	2.131.541	100,0%	2.129.972
AGIM 4,25% 23/01/12	XSO282614204	CYM	S	100,05%	2.128.164	100,0%	2.129.301
SEB 4,375% 29/05/12	XSO430951888	CYM	S	90,97%	2.123.329	100,0%	2.122.671
SWEDA 2,375% 24/03/11	XSO419091491	CYM	S	90,80%	2.115.768	100,0%	2.111.521
BEVA SENIOR FIN 3,625% 14/05/12	XSO427109896	CYM	S	90,92%	2.106.328	100,0%	2.104.688
BCPPL 3,75% 17/06/11	PTBCLSCOE0018	PRT	S	100,55%	2.073.797	100,0%	2.085.276
CEAMI 3,125% 22/06/12	ES0315944001	ESP	S	90,91%	2.071.741	100,0%	2.069.860
GPPS 3,375% 18/01/16	XSO222473877	CYM	S	93,60%	2.198.270	100,0%	2.057.597
HYPO ALPE-ADRIA 4,375% 24/01/17	XSO281875483	CYM	S	90,90%	2.033.525	100,0%	2.031.430
RNIEPA 16	XSO277521877	USA	S	100,06%	2.000.000	100,0%	2.029.500
HYPO TIROL BANK 3,625% 01/03/16	XSO245578553	CYM	S	90,62%	2.025.057	100,0%	2.017.341
BANK IRELAND 2010	XSO366971058	IRL	S	90,27%	2.000.000	100,0%	2.008.084
EDF 3,75% 09/04/11	XSO189769788	CYM	S	102,62%	1.955.929	100,0%	2.007.227
POHBK 06/2010	XSO384584693	FIN	S	74,51%	3.000.000	100,0%	2.007.167
BFT CAY.2015	XSO218220191	CYM	S	100,00%	2.000.000	100,0%	2.006.676
SVENSKA HBKN 05/10	XSO364015826	SWE	S	100,31%	5.000.000	100,0%	2.006.294
SNSBNK Float 02/06/10	XSO366903721	CYM	S	90,44%	2.016.985	100,0%	2.005.654
SWEDBK 03/11	XSO386339294	SWE	S	100,14%	2.000.000	100,0%	2.003.957
CAJAMM 2010	ES0314950363	ESP	S	90,35%	2.000.000	100,0%	2.003.327
BEVA Float 04/10/10	XSO268436341	CYM	S	90,90%	2.005.067	100,0%	2.003.114
DNBNCR 4/11	XSO249891474	NOR	S	90,81%	3.000.000	100,0%	2.001.651
CCF Float 13/12/10	FR0010261404	FRA	S	90,87%	2.001.387	100,0%	1.998.701
RENEPL 6,375% 10/12/13	PTRELACOM0000	PRT	S	104,36%	1.914.969	100,0%	1.998.455
BPESP Float 18/01/11	ES0357090086	ESP	S	90,67%	2.003.117	100,0%	1.996.590
SANTAN Float 20/06/11	XSO305024096	CYM	S	90,96%	1.996.526	100,0%	1.995.787
SANTANDER 01/12	XSO283070554	ESP	S	40,79%	3.000.000	100,0%	1.995.194
NAB Float 23/01/12	XSO283186186	CYM	S	90,99%	1.995.020	100,0%	1.994.820
UNICREDITO Float 24/01/12	XSO210641816	CYM	S	90,80%	1.989.761	100,0%	1.985.782
SAN PAOLO Float 15/03/13	XSO246688435	CYM	S	90,68%	1.983.632	100,0%	1.977.359
DEXGRP 2,625% 23/03/11	XSO417874814	CYM	S	90,80%	1.969.297	100,0%	1.965.397
CAJAMM 3,625% 05/10/16	ES0414950776	ESP	S	90,28%	1.972.944	100,0%	1.958.719
CLYDES Float 30/05/12	XSO302132898	CYM	S	90,77%	1.960.014	100,0%	1.955.438
BACR 4,25% 27/10/11	XSO395325144	CYM	S	90,97%	1.948.345	100,0%	1.947.702
Railf Zentralbk 3% 13/03/12	XSO417093753	CYM	S	90,77%	1.938.314	100,0%	1.933.898
National Grid Gas 5,125% 14/05/13	XSO363740985	CYM	S	100,97%	1.904.264	100,0%	1.922.732
CITI Float 12/01/12	XSO277974076	CYM	S	90,95%	1.886.475	100,0%	1.885.588
BFCM Float 20/04/13	XSO250896388	CYM	S	90,72%	1.887.163	100,0%	1.881.815
PFE 3,625% 03/06/13	XSO432069747	CYM	S	101,18%	1.823.529	100,0%	1.845.120
GS Float 30/01/17	XSO284728465	CYM	S	96,28%	1.863.818	100,0%	1.794.451
BACR Float 25/10/10	XSO424840758	CYM	S	90,93%	1.776.945	100,0%	1.775.612
TELE FRANCE 4,375% 12/11/10	FR0010027508	FRA	S	103,05%	1.701.157	100,0%	1.753.042
IBESM 6,375% 25/11/11	XSO400002670	CYM	S	105,66%	1.541.949	100,0%	1.629.151
Novartis 4,25% 15/06/16	XSO432810116	CYM	S	100,60%	1.592.804	100,0%	1.602.361
BESPL 3,75% 19/01/12	PTBEMPCOE0018	PRT	S	90,80%	1.602.563	100,0%	1.599.310
Astrazeneca 5,125% 15/01/15	XSO321640301	CYM	S	100,94%	1.523.520	100,0%	1.537.835
SHBASS 3% 20/08/12	XSO447005223	CYM	S	90,83%	1.536.593	100,0%	1.533.981
Swedbank Float 06/05/10	XSO361404262	CYM	S	90,91%	1.507.991	100,0%	1.506.558
PG 4,125% 07/12/20	XSO237323943	CYM	S	98,61%	1.521.839	100,0%	1.500.659
NBHSS Float 10/12/2012	XSO472575066	CYM	S	100,00%	1.451.591	100,0%	1.451.591
CPW 4,875% 30/01/14	DE0008016502	GER	S	107,09%	1.340.373	100,0%	1.435.426
SOCGEN Float 21/12/11	XSO473943925	CYM	S	90,90%	1.401.424	100,0%	1.400.022
GE 4,875% 06/03/13	XSO350465422	CYM	S	101,67%	1.342.908	100,0%	1.365.304
ALVGR 5% 06/03/13	DE000A0TR7K7	GER	S	106,28%	1.149.055	100,0%	1.221.181
BMW 8,875% 12/09/13	XSO400017199	CYM	S	100,75%	1.206.791	100,0%	1.215.842

Natureza e espécie	Código do título	País do emitente	Cotação/ N cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço
DB Float 18/10/10	DE000DBS5568	GER	S	99,35%	1.210.822	100,0%	1.202.898
DBB 4,25% 08/07/15	XSO171004583	CYM	S	104,94%	1.134.488	100,0%	1.190.559
LUCSHI 6,625% 23/01/14	XSO399674216	CYM	S	99,62%	1.187.406	100,0%	1.182.960
DT 4,50% 25/10/13	XSO272605519	CYM	S	103,51%	1.129.651	100,0%	1.169.357
BACR Float 28/01/13	XSO459903620	CYM	S	99,94%	1.155.491	100,0%	1.154.751
TERNA 4,9% 28/10/24	XSO203712939	CYM	S	105,36%	1.087.612	100,0%	1.145.948
SOCGEN Float 05/03/12	XSO289186230	CYM	S	99,98%	1.145.224	100,0%	1.144.995
Camelfour SA 6,625% 02/12/13	XSO401404300	CYM	S	105,09%	1.088.370	100,0%	1.143.768
EDF 5,125% 23/01/15	XSO409744744	CYM	S	107,85%	1.049.434	100,0%	1.131.815
AALLN 5,875% 17/04/15	XSO368158052	CYM	S	102,38%	1.103.892	100,0%	1.130.181
British Tel Plc Var 15/02/11	XSO123684887	CYM	S	106,04%	1.061.365	100,0%	1.125.429
Lloyds TSB Bank 6,375% 17/06/16	XSO435070288	CYM	S	99,38%	1.125.753	100,0%	1.118.784
BEVASM 4,875% 23/01/14	XSO408528833	CYM	S	107,09%	1.041.334	100,0%	1.115.175
UBS 6,25% 03/09/13	XSO385798276	CYM	S	102,12%	1.090.792	100,0%	1.113.917
TELEFO 5,125% 14/02/2013	XSO162867880	CYM	S	96,73%	1.150.226	100,0%	1.112.614
RWE 5,75% 20/11/13	XSO399648301	CYM	S	99,55%	1.117.160	100,0%	1.112.155
Citigroup Inc 6,4% 27/03/13	XSO364888864	CYM	S	98,90%	1.124.168	100,0%	1.111.802
BCPPL Float 28/05/10	PTBCV1CM0008	PRT	S	98,96%	1.115.239	100,0%	1.103.660
BRITEL 5,25% 22/01/13	XSO332154524	CYM	S	97,17%	1.132.948	100,0%	1.100.896
CAVAL 3% 27/10/14	ES0314977358	ESP	S	99,68%	1.098.850	100,0%	1.095.334
Schneider Electric 4,5% 17/01/14	XSO260896542	CYM	S	95,91%	1.136.870	100,0%	1.090.360
KPN 4,5% 18/03/13	XSO248012023	CYM	S	102,07%	1.059.164	100,0%	1.081.121
UBS 5,375% 11/04/11	XSO357891620	CYM	S	100,05%	1.080.305	100,0%	1.080.824
REDELE 4,75% 18/09/13	XSO176347044	CYM	S	109,68%	983.871	100,0%	1.079.146
GE 4,75% 18/01/11	XSO340179307	CYM	S	99,89%	1.075.071	100,0%	1.073.899
Standard Chart 4,875% 11/03/11	XSO351799092	CYM	S	99,88%	1.072.604	100,0%	1.071.349
ELEPOR 4,25% 12/06/12	XSO256996538	CYM	S	103,30%	1.095.727	100,0%	1.069.896
BES Finance Ltd 6,625% 03/01/10	XSO108274340	CYM	S	101,43%	1.045.754	100,0%	1.060.708
BASGR 4% 21/04/2011	DE000AJOJF26	GER	S	100,66%	1.052.914	100,0%	1.059.863
SANFP 3,5% 17/05/13	XSO428037666	CYM	S	100,56%	1.046.767	100,0%	1.052.607
GAZDF 4,75% 19/02/13	FR0000472326	FRA	S	107,61%	977.300	100,0%	1.051.714
HONDA 3,75% 16/09/11	XSO247453508	CYM	S	99,75%	1.053.668	100,0%	1.051.076
CAAGR 5,75% 18/06/10	XSO371090327	CYM	S	101,11%	1.037.807	100,0%	1.049.368
Banco Popular Español 3% 23/02/12	ES0313790000	ESP	S	99,66%	1.045.588	100,0%	1.042.044
HERA 4,125% 16/02/16	XSO243960290	CYM	S	100,56%	1.033.931	100,0%	1.039.687
SOCGEN 3,75% 21/08/14	XSO446860826	CYM	S	99,88%	1.038.320	100,0%	1.037.116
Centrica 7,125% 09/12/13	XSO402535131	CYM	S	108,06%	957.362	100,0%	1.034.535
CXGD 3,625% 21/07/2014	PTCGGFCM0015	PRT	S	99,80%	1.035.764	100,0%	1.033.713
RTE 4,125% 27/09/16	FR0010369587	FRA	S	100,57%	1.025.091	100,0%	1.030.934
HAA 3,125% 24/07/13	XSO440690161	CYM	S	99,96%	1.029.194	100,0%	1.028.833
MONTPI 3,25% 27/07/12	PTCMKROE0009	PRT	S	99,88%	1.028.507	100,0%	1.027.263
BPIM 3,75% 07/08/12	XSO443820088	CYM	S	99,63%	1.031.121	100,0%	1.027.255
BPPL 3% 17/07/12	PTBB24CE0000	PRT	S	99,70%	1.027.709	100,0%	1.024.574
EFG HELLAS PLC 4,25% 26/05/11	XSO429895500	CYM	S	99,19%	1.032.023	100,0%	1.023.695
HYPO ALPE-ADRIA 3,75% 17/03/14	XSO247263048	CYM	S	99,60%	1.024.121	100,0%	1.020.028
Caisse Cent Immo 2,625% 23/09/11	XSO453677204	CYM	S	99,99%	1.014.220	100,0%	1.014.088
UCGIM Float 28/05/10	XSO366249570	CYM	S	99,95%	1.003.418	100,0%	1.002.936
BCPPL 3,75% 08/10/16	PTBSSCE0011	PRT	S	99,50%	1.005.910	100,0%	1.000.870
CADAC 3% 29/10/14	ES0314840184	ESP	S	99,47%	1.001.675	100,0%	996.326
HSBC Float 14/09/10	XSO228550421	CYM	S	93,90%	1.059.210	100,0%	994.598
ISPM 3,75% 23/11/16	XSO467864160	CYM	S	99,40%	998.393	100,0%	992.413
Toyota Mtr Cred 5,25% 03/02/12	XSO411606246	CYM	S	99,74%	992.740	100,0%	990.139
CAGALI Float 29/11/10	ES0314843212	ESP	S	99,91%	989.466	100,0%	988.526
CAJAMM Float 09/02/12	ES0214950158	ESP	S	99,60%	989.146	100,0%	985.183
KFW 4,25% 04/07/14	DE0002760931	GER	S	99,69%	981.505	100,0%	978.432
Royal Bank of Canada 5,75% 25/07/11	XSO378754306	CYM	S	102,97%	949.551	100,0%	977.753
CAT 5,25% 09/05/11	XSO361728867	ESP	S	102,00%	949.644	100,0%	968.637
BFCM Float 25/10/10	XSO424777703	CYM	S	99,85%	964.411	100,0%	962.974
RDSALN 3,375% 09/02/12	XSO412068793	CYM	S	99,92%	954.469	100,0%	953.715
CXGD 3,875% 12/12/11	PTCGIHOM0003	PRT	S	99,74%	933.899	100,0%	931.399

Natureza e espécie	Código do título	País do emissor	Cotado/ N cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço
Vodafone Group 6.875% 04/12/13	XSO402707367	CYM	S	108,20%	845.902	100,0%	915.266
DT 5.75% 14/04/15	DE000A0T2M2	GER	S	99,61%	915.767	100,0%	912.214
Credit Suisse London 6.125% 05/08/13	XSO381269068	CYM	S	102,01%	884.982	100,0%	902.770
KPN 6.25% 16/09/13	XSO387902661	CYM	S	103,51%	869.339	100,0%	899.853
SANTAN 3.75% 12/06/12	PTCPP4CM0023	PRT	S	100,72%	884.669	100,0%	891.015
BILBIZ Float 01/03/16	ES0214100010	ESP	S	98,74%	899.788	100,0%	888.495
IBERDROLA 5.125% 02/05/13	XSO362224254	CYM	S	101,67%	870.674	100,0%	885.212
VATFAL 5.75% 05/12/13	XSO401892038	CYM	S	104,67%	843.742	100,0%	883.145
Westpac Banking 4.25% 22/09/16	XSO453410078	CYM	S	99,75%	873.266	100,0%	871.065
BPLN 4.50% 05/11/12	XSO329663065	CYM	S	99,89%	859.293	100,0%	858.348
Royal Bank of Scotland 5.25% 15/05/13	XSO363669408	CYM	S	100,84%	846.061	100,0%	853.193
UBS 5.625% 19/05/14	XSO428956287	CYM	S	100,00%	831.466	100,0%	831.466
ULVR 4.875% 21/05/13	XSO364979632	CYM	S	99,87%	831.770	100,0%	830.688
BACR 5.25% 27/05/14	XSO430452457	CYM	S	99,80%	827.159	100,0%	825.488
NVW 5.25% 01/04/11	XSO421105825	CYM	S	99,62%	812.047	100,0%	808.929
HYPO REAL ESTATE Float 24/05/11	XSO255101270	CYM	S	99,60%	808.795	100,0%	805.557
LLOYDS Float 12/01/11	XSO281969542	CYM	S	96,98%	820.801	100,0%	795.997
SABLN 4.50% 20/01/15	XSO440312725	CYM	S	100,26%	785.359	100,0%	787.417
DOLOMIT 3/14	XSO280470450	USA	S	98,30%	2.000.000	100,0%	784.562
CFF 2% 17/02/12	FR0010821298	FRA	S	99,93%	752.456	100,0%	751.945
LLOYDS 3.25% 26/11/12	XSO469192388	CYM	S	99,68%	752.878	100,0%	750.491
SANTAN 5% 04/10/10	XSO324199960	CYM	S	98,77%	681.022	100,0%	672.632
BMW 6.375% 23/07/12	XSO408739157	CYM	S	99,80%	670.176	100,0%	668.809
Allied Irish Bk 3.625% 16/09/10	XSO401358550	CYM	S	100,08%	663.591	100,0%	664.129
FRTUM 4.625% 20/03/14	XSO418730601	CYM	S	105,71%	620.906	100,0%	656.360
BAC 4.625% 18/02/14	XSO186317417	CYM	S	98,49%	643.514	100,0%	633.797
PORTEL 3.75% 26/03/12	XSO215828830	CYM	S	99,93%	631.719	100,0%	631.281
AYT Cédulas Cajas Global 4.25% 29/07/14	ES0312208237	ESP	S	101,86%	604.710	100,0%	615.957
HBOS Float 18/08/10	XSO382912110	CYM	S	99,81%	603.892	100,0%	602.745
GSZFP 6.25% 24/01/14	FR0010678151	FRA	S	108,02%	546.987	100,0%	590.855
VOD 6.25% 15/01/16	XSO408285913	CYM	S	111,87%	527.923	100,0%	590.587
EDF 5.625% 23/01/13	XSO400736475	CYM	S	99,64%	574.140	100,0%	572.062
DSM 5.75% 17/03/14	XSO417825444	CYM	S	99,77%	572.705	100,0%	571.399
Aegon 7% 29/04/12	XSO425811865	CYM	S	100,08%	562.844	100,0%	563.272
EC&NGR 4.875% 28/01/14	XSO410299357	CYM	S	106,69%	524.117	100,0%	559.201
BASGR 6% 04/12/13	DE000A0T4DU7	GER	S	110,90%	502.886	100,0%	557.710
TLIAS 5.125% 13/03/14	XSO416482106	CYM	S	99,51%	560.310	100,0%	557.565
Telefonica 5.58% 12/06/13	XSO368055959	CYM	S	108,51%	513.777	100,0%	557.515
WB 6% 23/05/13	XSO365663961	CYM	S	99,98%	557.622	100,0%	557.483
Hankal 4.625% 19/03/14	XSO418268198	CYM	S	99,86%	551.719	100,0%	550.947
BOCERS 6% 22/04/13	XSO353963225	CYM	S	99,62%	551.389	100,0%	549.316
MAN SE 5.375% 20/05/13	XSO429607640	CYM	S	105,82%	518.751	100,0%	548.942
GASSM 5.25% 09/07/14	XSO436905821	CYM	S	105,60%	518.189	100,0%	547.198
RBS 5.75% 21/05/14	XSO430052869	CYM	S	99,84%	544.871	100,0%	544.015
BHP 4.375% 26/02/14	XSO288320798	CYM	S	103,90%	523.024	100,0%	543.422
HSBC 4.50% 30/04/14	XSO426016753	CYM	S	99,64%	544.099	100,0%	542.118
Total Capital 4.75% 10/12/13	XSO402228471	CYM	S	99,46%	543.408	100,0%	540.479
ISPM 5% 28/04/11	XSO359384947	CYM	S	101,82%	528.488	100,0%	538.107
VNFP 4.50% 03/10/13	FR0010396629	FRA	S	102,50%	512.516	100,0%	525.314
REPSM 4.625% 08/10/14	XSO202649934	CYM	S	104,21%	503.973	100,0%	525.185
GSK 3.875% 06/07/15	XSO438140526	CYM	S	102,39%	509.866	100,0%	522.062
ENGSM 3.25% 06/07/12	ES0330960008	ESP	S	99,96%	519.725	100,0%	519.533
CAJAMM 3.625% 29/06/11	ES0314950538	ESP	S	99,81%	520.481	100,0%	519.497
EADS Finance BV 4.625% 12/08/16	XSO445463887	CYM	S	101,29%	511.586	100,0%	518.206
ALOPF 4% 23/09/14	FR0010801761	FRA	S	100,89%	509.113	100,0%	513.634
PAPFUB 3.50% 08/07/13	PTPETQCM0006	PRT	S	99,90%	511.875	100,0%	511.363
SANFP 4.125% 10/10/12	XSO456451771	CYM	S	99,82%	510.875	100,0%	509.071
BNFPL 3.25% 08/05/12	PTBAFPCE0003	PRT	S	100,77%	506.049	100,0%	509.038
CBA 4.25% 10/11/06	XSO465601754	CYM	S	99,79%	510.292	100,0%	509.231
VNFP 4.25% 01/12/16	FR0010830042	FRA	S	99,43%	507.302	100,0%	504.385

Natureza e espécie	Código do título	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço
Credit Suisse Float 07/01/13	X50472310860	CYM	S	99,91%	501.803	100,0%	501.142
Vodafone Float 13/01/12	X50257808500	CYM	S	98,01%	509.628	100,0%	499.464
BACA Float 24/02/11	X50245395636	CYM	S	99,18%	501.919	100,0%	497.814
SANTAN Float 24/08/12	X50264382176	CYM	S	99,92%	497.566	100,0%	497.158
RBS Float 18/05/10	X50301146634	CYM	S	95,70%	519.338	100,0%	497.006
UNICAJ 3.125% 06/10/14	ES0464872060	ESP	S	99,58%	498.893	100,0%	496.783
FRPTT 4.25% 08/11/21	FR0010394437	FRA	S	98,46%	453.819	100,0%	446.846
ENI 4.625% 30/04/13	X50167456267	CYM	S	106,77%	410.339	100,0%	438.110
UCGIM 4.125% 27/04/12	X50425413621	CYM	S	99,93%	425.977	100,0%	425.683
AEMSPA 4.50% 02/11/16	X50463509659	CYM	S	99,26%	412.904	100,0%	409.828
BANKINTER Float 01/06/11	ES0313679435	ESP	S	98,66%	402.765	100,0%	397.352
NATIONWIDE 5.87% 01/06/11	X50129936927	CYM	S	99,75%	377.349	100,0%	376.406
ELEPORT 4.625% 13/05/16	X50256997007	CYM	S	94,87%	396.346	100,0%	376.013
IBERDROLA 4.875% 18/02/13	X50163023848	CYM	S	99,32%	334.100	100,0%	331.838
FORTIS 4.625% 09/07/14	X50196047723	CYM	S	99,66%	317.231	100,0%	316.152
DAIGR 7.875% 16/01/14	DE000A0T5SE6	GER	S	99,63%	309.269	100,0%	308.131
GASSM 3.125% 02/11/12	X50458747028	CYM	S	99,72%	306.202	100,0%	305.333
BANSA B Float 20/02/12	ES0313860258	ESP	S	99,78%	300.246	100,0%	299.574
Vodafone Float 06/06/14	X50304458564	CYM	S	97,17%	303.947	100,0%	295.355
AHOLD 5.875% 14/03/12	X50140289644	CYM	S	104,51%	266.639	100,0%	278.658
Toyota Mtr Cred 5.375% 29/07/11	X50379935552	CYM	S	100,15%	268.429	100,0%	268.833
PM 4.25% 23/03/12	X50419179972	CYM	S	99,83%	268.668	100,0%	268.217
GE Cap Eur Fund 5.75% 23/09/11	X50378750581	CYM	S	97,16%	275.439	100,0%	267.625
RENAUL 5.875% 30/11/10	X50430555267	CYM	S	99,87%	258.782	100,0%	258.436
SANFP 3.125% 10/10/14	X50456451038	CYM	S	99,88%	255.358	100,0%	255.044
SANTAN Float 28/04/10	X50359776944	CYM	S	99,76%	251.852	100,0%	251.258
DEXGRP Float 06/02/12	X50463000504	CYM	S	99,89%	250.303	100,0%	250.023
Fortis Float 25/05/10	BE0932899504	BEL	S	96,47%	259.166	100,0%	250.017
ELEPORT Float 14/06/10	X50256997932	CYM	S	99,00%	252.340	100,0%	249.816
TLIASS Float 07/03/13	X50289507484	CYM	S	94,94%	261.732	100,0%	248.476
E.ON 5.125% 02/10/12	X50322976415	CYM	S	99,87%	217.289	100,0%	217.009
MERK 4.875% 27/09/13	X50419829024	CYM	S	99,70%	216.452	100,0%	215.796
EDF 4.625% 06/11/13	X50179486526	CYM	S	105,29%	204.231	100,0%	215.035
BG Energy Cap 3.375% 15/07/13	X50439816090	CYM	S	99,65%	207.249	100,0%	206.532
KBC Float 26/10/12	X50327159074	CYM	S	96,97%	200.132	100,0%	194.058
Telefonica 5.431% 03/02/14	X50410258893	CYM	S	100,00%	112.826	100,0%	112.826
Telefonica Emis 4.393% 17/04/12	X50270341050	CYM	S	104,94%	102.675	100,0%	107.745
BCPPL 3.625% 19/01/12	PTBCEPOM0051	PRT	S	103,38%	102.773	100,0%	106.251
TSCOLN 4.75% 13/04/10	X50159012847	CYM	S	99,21%	105.242	100,0%	104.410
IBM 3.00% 08/02/10	X50212050792	CYM	S	99,27%	103.670	100,0%	102.909
RWE 2.5% 16/09/11	X50434069497	CYM	S	100,83%	101.320	100,0%	102.160
TELEFO 4.693% 11/11/10	X50462999573	CYM	S	100,00%	101.495	100,0%	101.495
DBB 3.625% 16/10/17	X50457145430	CYM	S	99,47%	101.626	100,0%	101.085
ANZ 2.625% 16/11/12	X50466878419	CYM	S	99,65%	100.983	100,0%	100.627
UBS Float 26/08/10	X50384383104	CYM	S	100,54%	100.010	100,0%	100.553
AALLN 4.375% 02/12/16	X50470632646	CYM	S	99,42%	101.102	100,0%	100.512
VNFP Float 03/10/11	FR0010369637	FRA	S	98,60%	101.777	100,0%	100.348
BBVASM Float 24/02/11	X50244150743	CYM	S	99,99%	100.067	100,0%	100.057
UCGIM Float 05/04/11	X50189530990	CYM	S	99,34%	100.548	100,0%	99.884
ISPM Float 05/11/12	X50218873072	CYM	S	99,52%	100.127	100,0%	99.644
GE Float 05/11	X50191396034	CYM	S	98,72%	100.594	100,0%	99.310
HSBC Float 28/10/13	X50272672113	CYM	S	95,20%	99.420	100,0%	94.651
SEB Float 08/02/11	X50444236854	CYM	S	100,00%	50.410	100,0%	50.410
							375.042.256
Instrumentos de capital							
Raiz Global	PTYCFELM0000	PRT			-		7.225.194
Raiz Conservador	PTYCFGLM0008	PRT			-		3.765.610
Cometaje e Informação Monetária Y De Divisas, SA		ESP	N	118,21	29.040	6,01	3.432.818
Total SA	FR0000120271	FRA		45,01	75.000		3.375.375
RAIZ TOP CAPITAL (UP)					-		3.176.851

Natureza e espécie	Código do título	País do emissor	Cotado/ N° cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço
Banco Santander Central Hispano SA	ES0113900J37	ESP		11,55	205.000		2.378.145
Fundo Raiz Valor Acumulado (RVA)					-		2.286.385
Telefonica (España) SA	ES0178430E18	ESP		19,52	114.030		2.225.866
Gdf Suez	FR0010206488	FRA		30,20	66.860		2.024.855
RAIZ EUROPA	PTYCFFLM0000	PRT	N	3,7169	505.416	--	1.878.581
Allianz AG Holding	DE0008404005	GER		87,15	20.680		1.802.262
ENI Spa.	IT0003132476	ITA		17,80	100.920		1.796.376
Sanofi-Aventis	FR0000120578	FRA		55,06	32.600		1.794.956
Bayer AG	DE000BA Y0017	GER		55,06	31.830		1.781.207
France Telecom SA.	FR0000133308	FRA		17,43	99.000		1.725.570
Royal Dutch Shell PLC	GB00B03MLX29	GBR		21,10	79.230		1.671.753
Siemens AG - Reg.	DE0007236101	GER		64,21	25.600		1.640.555
RAIZ GLOBAL	PTYCFELM0000	PRT	N	4,7507	339.329	--	1.615.104
Vivendi Universal SA	FR0000127771	FRA		20,80	75.530		1.570.646
E.ON AG	DE000ENA0999	GER		29,23	49.550		1.448.347
CA SAUDE VALORIZAÇÃO					-		1.437.484
UniCredito Italiano Spa.	IT0000064854	ITA		2,34	602.100		1.410.419
RWE AG.	DE0007037129	GER		67,96	20.400		1.386.384
Arcelor Mittal	LU0323134006	LUX		32,18	40.240		1.294.923
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.			N		10.000	5,00	1.281.911
Banco Bilbao & Vizcaya Argentaria SA.	ES0113211835	ESP		12,73	100.100		1.274.273
CAI, S.A.		PRT	N		47.140	24,94	1.272.811
Muenchener Rue-R	DE0008430026	GER		108,67	11.670		1.268.179
KPN NV	NL000009082	NED		11,84	104.610		1.238.582
SIBS		PRT	N		25.680	5	1.171.864
Iberdrola SA.	ES0144580Y14	ESP		6,67	167.120		1.114.690
Deutsche Telekom AG.	DE0005557508	GER		10,29	107.070		1.111.011
RAIZ CONSERVADOR	PTYCFGLM0008	PRT	N	5,3673	199.996	--	1.071.439
Unilever NV - CVA.	NL0000009355	NED		22,75	45.330		1.031.258
Vinci SA.	FR0000125486	FRA		39,47	25.300		998.501
SAP AG.	DE0007164600	GER		33,00	30.160		995.280
Nokia Oyj ser.A	FI0009000681	FIN		8,92	111.350		993.242
Danone SA	FR0000120644	FRA		42,83	22.940		982.520
Intesa Sanpaolo	IT0000072618	ITA		3,15	307.820		969.633
Enel Spa.	IT0003128367	ITA		4,05	233.560		945.334
FLORESTA AT (B)	PTFLTBM0004	PRT	N	51,2276	18.000	--	922.097
Schneider Electric SA.	FR0000121872	FRA		81,78	10.440		853.783
FCRAICEP Capital Global - FIEP		PRT	N		845	1.000	845.000
Veolia Environnement SA.	FR0000124141	FRA		23,13	36.200		837.125
ING Groep N.V.-CVA	NL0000030360	NED		6,90	115.330		795.777
Ahold (Koninklijke) NV	NL0000033250	NED		9,26	82.350		762.561
Basf AG NPV	DE0005151005	GER		43,46	17.400		756.204
Ovigo		PRT	N		149.185	5,00	745.925
Merck KGaA NPV	DE0005999005	GER		65,16	11.320		737.611
Valeunec	FR0000120354	FRA		127,05	5.620		714.021
Matadouro do Litoral Alentejano		PRT	N		140.000	5,00	700.000
Societe Generale SA	FR0000130809	FRA		48,95	14.210		695.580
DaimlerChrysler AG - Reg.	DE0007100000	GER		37,23	18.640		693.967
AXA SA	FR0000120628	FRA		16,54	41.400		684.756
Ferrovial	ES0118900010	ESP		8,23	81.970		674.203
Pernod-Ricard SA	FR0000120693	FRA		59,91	11.229		672.729
Deutsche Bank AG - Reg.	DE0005140008	GER		49,42	13.370		660.745
Compagnie de St.Gobain	FR0000125007	FRA		38,07	16.830		640.718
EDP-Energias de Portugal SA	PTEDP0AM0009	PRT		3,11	205.750		639.471
Philips Electronics NV	NL0000009538	NED		20,68	30.150		623.502
Electricite de France	FR0010242511	FRA		41,56	13.750		571.866
St.Microelectronics NV	NL0000022623	NED		6,43	88.810		570.604
Gamesa SA	ES0143416115	ESP		11,79	46.700		550.360
Bouygues SA	FR0000120503	FRA		36,43	15.090		549.653
CNP Assurances	FR0000120222	FRA		67,76	7.730		523.785

Natureza e espécie	Código do título	País do emissor	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço
Saipem SpA.	IT0000068525	ITA		24,10	21.630		521.283
Floresta Atlântica-Soc.Gestora Fundos Inv.Imob.SA					-		507.985
Iberdrola Renovables	ES0147645016	ESP		3,32	152.110		505.005
Alzo Nobel NV.	NL0000009132	NED		46,40	10.830		502.512
UNICAMPUS		PRT	N	1003,88	500	--	501.940
Aacor, SA	FR0000120404	FRA		38,25	13.010		497.633
Alcatel SA	FR0000130007	FRA		2,38	208.110		495.718
Deutsche Post AG	DE0005552004	GER		13,49	36.300		489.506
Enagas SA	ES0130950018	ESP		15,43	30.040		463.367
InBev NV	BE0003793107	BEL		36,40	12.200		444.019
Aegon NV	NL00000303709	NED		4,54	96.020		435.931
Sonae - SGPS	PTSON0AM0001	PRT		0,87	47.490		413.233
Telecom Italia SpA.	IT0003497168	ITA		1,09	348.240		378.885
UNICRE	--	PRT	N		5.882	5	374.098
Carrefour, SA	FR0000120172	FRA		33,56	11.010		369.496
Thyssen Krupp AG.	DE0007500001	GER		26,40	13.420		354.288
DWS Invest European Equities LC	LU0145634076	LUX		107,55	3.284		353.200
RAIZ EUROPA (UP)					-		352.574
Pictet Funds LUX-Europe Index-PC	LU0130731390	LUX		101,01	3.483		351.821
Fidelity Funds - Euro Blue Chip	LU0088814487	LUX		13,77	25.513		351.309
Açôas SUCRAL, S.A.		PRT			12.254	25,00	329.742
Telekom Austria AG.	AT0000720008	AUT		9,95	32.700		325.365
ZON Multimédia, SGPS	PTZON0AM0006	PRT		4,34	73.030		316.804
Solarworld AG	DE0005108401	GER		15,33	20.660		316.718
EDP Renováveis, SA	ES0127797019	ESP		6,63	47.560		315.323
Tenaris SA	LU0156801721	LUX		15,02	20.660		310.313
Deutsche Börse AG	DE0006810055	GER		58,00	5.340		309.720
Salzgitter AG	DE0006202005	GER		68,44	4.510		308.664
Credit Agricole SA.	FR0000045072	FRA		12,36	22.500		278.100
EASYETF EURO STOXX 50-B	FR0010129072	FRA		34,63	7.740		268.036
VISA INC.	--	USA	N		10.807	--	258.776
Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A.		PRT	N		45.000	5,00	225.000
Açôas MAP, S.A.		PRT			65.051	5,00	201.923
Renault SA	FR0000131906	FRA		36,20	5.340		193.308
Credagricola		PRT	N			5,00	191.331
Portucel - nom.	PTPT0AM0006	PRT		1,98	90.240		178.585
Escola Profissional da Mealhada		PRT	N				176.100
AGROGARANTE	--	PRT	N		172.800	1	172.800
Foris Group.	BE0003801181	BEL		2,62	49.200		129.052
LISGARANTE	--	PRT	N		100.000	1	100.000
NORGARANTE	--	PRT	N		87.460	1	87.460
GARVAL	--	PRT	N		85.200	1	85.200
Spidouro		PRT	N		15.000	4,99	74.820
CA AGROVALORIZAÇÃO	PTYCFMM0001	PRT	N	10,3485	6.670	--	69.025
Floresta Atlântica-Soc.Gestora Fundos Inv.Imob.SA		PRT	N		10.125	5,00	50.625
Cerfundão, Lda.		PRT	N		1	50.000,00	50.000
SWIFT	--	PRT	N		5	--	46.928
Matadouro Regional do Algarve		PRT	N		7.000	5,00	35.000
Parkurbis, S.A.		PRT	N		5.000	5,00	25.000
Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A.		PRT	N		5.000	5,00	25.000
Açôas HORTOBELI, S.A.		PRT			600	24,94	14.964
Agroraiana		PRT	N		6.000	2,49	14.940
Titulos CONFAGRI		PRT			2.800	5,00	14.000
Centro Tecnológico de Citricultura		PRT	N		25	500,00	12.500
Spidouro		PRT	N	4,99	1.500	4,99	7.482
Spidouro		PRT	N		1.500	4,99	7.482
ABAP		PRT	N		1	5.000,00	5.000
ABAP		PRT	N		1	5.000,00	5.000
Agroraiana		PRT	N		1.000	4,98	4.988
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A.		PRT	N		1.000	4,99	4.988

Natureza e espécie	Código do título	País do emissor	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço
Sicogest		PRT	N				4.500
UNITENIS	--	PRT	N		1	150	3.990
MATAD.BEIRA LITORAL, SA (PEC-LUSA)	--	PRT	N		687	5	3.428
Globalgarve		PRT	N		250	10,00	2.500
Cooperativa de Melgaço		PRT	N		400	5,00	2.404
Credagricola		PRT	N		1.000	2,49	2.494
Ambifaro		PRT	N		50	49,88	2.494
CREDIVALOR	--	PRT	N		400	5	2.000
Sicogest		PRT	N				2.000
Ações ADRAL, S.A.		PRT			400	4,99	1.996
BFN 87 - TitPar.	PTBFNDPE0001	PRT	S	1	1.547	1	1.547
Mobital		PRT	N		60	25,00	1.500
MATADOURO REG.ALGARVE	--	PRT	N		19.922	5	998
FERECC		PRT	N		360	2,49	898
CREDIVALOR		PRT	N	5	100	5,00	500
CREDIVALOR		PRT	N		100	5,00	500
Dolmen		PRT	N		100	4,99	499
Regivouga		PRT	N		100	4,99	499
ADRAVE	--	PRT	N		100	5	499
Credicentro		PRT	N				434
Epralima		PRT	N		5	49,87	249
FERECC		PRT	N		50	4,99	249
PROPAÇO	--	PRT	N		1	--	194
Credicentro		PRT	N		48	2,49	120
FERECC		PRT	N		21	5,00	105
CARMIM		PRT	N		20	5,00	100
ADIRN		PRT	N		10	4,99	50
Cooperativa Agrícola da Vidigueira		PRT	N		1	49,88	50
FERECC		PRT	N		6	2,49	15
Cooperativa Agrícola de Valpaços		PRT	N		5	2,49	12
Coop. Agro-Pecuária Beira Central CRL		PRT	N			2,49	12
VISA EUROPE LIMITED	--	PRT	N		1	10	10
Unicama		PRT	N		4	2,49	10
FERECC		PRT	N		1	5,00	5
FERECC		PRT	N		1	5,00	5
FERECC		PRT	N			5,00	5
FERECC		PRT	N		1	5,00	5
União Regionalis		PRT	N		2	2,49	5
FERECC		PRT	N		1	5,00	5
BFN 87 - TitPart. 2ª Em	PTBFNEPE0000	PRT	S	1	0	1	0
Total							955.094.093
ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE							
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
OT SET 13	PTOTEGOE0000	PRT	S	109,50%	136.000.701	100,0%	149.717.955
OT MAI 10	PTOTEHOE0008	PRT	S	101,85%	62.049.500	100,0%	62.554.428
OT Junho 2014		PRT	S	105,38%	46.000.000	100,0%	48.473.402
OT ABR 11	PTOTE4OE0040	PRT	S	102,28%	48.475.000	100,0%	47.871.953
BTPS 03/11	IT0004026297	ITA	S	102,73%	40.000.000	100,0%	39.677.197
BTPS 15/09/11	IT0004112816	ITA	S	103,62%	38.500.000	100,0%	38.038.490
OT JUN 12	PTOTEKOE0003	PRT	S	106,76%	31.719.000	100,0%	32.811.321
BTPS 11/10	IT0001448619	ITA	S	103,84%	32.000.000	100,0%	32.356.410
OT JUN 11	PTOTEJOE0006	PRT	S	105,07%	30.000.000	100,0%	30.643.112
OT Setembro 2013		PRT	S	105,12%	20.000.000	100,0%	21.024.154
PAPPUB 7/13	PTPETQCM0006	PRT	S	100,51%	15.000.000	100,0%	15.075.505
OT JUN 14	PTOTE1OE0019	PRT	S	105,87%	11.171.000	100,0%	11.421.575

Natureza e espécie	Código do título	País do emissor	Cotado/ N° cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço
BTPS 08/13	IT0003472936	ITA	S	106,22%	10.000.000	100,0%	10.005.263
IRISH JAN 14	IE00093KWYS29	IRL	S	102,45%	10.000.000	100,0%	9.975.104
BTPS 06/10	IT0003872923	ITA	S	101,05%	8.000.000	100,0%	7.961.707
BTPS 08/10	IT0004254352	ITA	S	102,14%	6.500.000	100,0%	6.499.104
BTPS 02/12	IT0003100912	ITA	S	106,42%	5.000.000	100,0%	5.171.077
OT OUT 14	PTOTEDOC0017	PRT	S	102,34%	5.000.000	100,0%	5.166.949
OT OUT 17	PTOTELOC0010	PRT	S	103,69%	5.000.000	100,0%	5.017.990
BTPS 03/10	IT0004106918	ITA	S	100,52%	5.000.000	100,0%	4.998.989
BTPS 01/10	IT0003799597	ITA	S	100,03%	5.000.000	100,0%	4.997.950
GGB 04/10	GR0114018436	ITA	S	100,45%	5.000.000	100,0%	4.983.840
OT Outubro 2015		PRT	S	97,44%	5.000.000	100,0%	4.871.967
OT Outubro 2018		PRT	S	103,62%	2.500.000	100,0%	2.500.484
							601.896.017
Outros							
Divida não subordinada							
CGD 02/2014	PTCG1LOM0007	PRT	S	106,87%	68.400.000	100,0%	68.527.221
BESPL 06/14	PTBLMGOM0002	PRT	S	106,93%	42.900.000	100,0%	45.358.203
CXGD 05/13	PTCG16OM0004	PRT	S	104,55%	34.400.000	100,0%	35.317.041
BCP 23/04/14	PTBCLQOM0010	PRT	S	107,60%	28.000.000	100,0%	30.144.464
RABOBK 01/14	XSO408832151	IRL	S	105,80%	30.000.000	100,0%	29.938.871
BCP 17/06/11	PTBCLSCOE0018	PRT	S	102,19%	29.000.000	100,0%	29.210.451
BCP 28/05/10	PTBCV1OM0008	PRT	S	100,19%	25.000.000	100,0%	24.813.156
BES 14/05/10	PTBEROCM0022	PRT	S	100,19%	23.600.000	100,0%	23.432.085
BCPF 02/12	XSO284019659	CYM	S	98,62%	21.000.000	100,0%	20.415.808
CGD 21/05/10	PTCGHROM0002	PRT	S	100,31%	19.264.000	100,0%	19.914.676
BES 19/01/12	PTBEMPOE0018	PRT	S	103,20%	18.250.000	100,0%	18.332.323
BCP 19/01/12	PTBCP9OM0051	PRT	S	102,94%	17.500.000	100,0%	17.578.065
CGD 12/12/11	PTCG1HOM0003	PRT	S	103,40%	15.000.000	100,0%	15.100.254
BES 19/03/12	PTBERHOM0013	PRT	S	98,28%	13.500.000	100,0%	13.117.880
BEPI19/1/11	XSO240718717	CYM	S	99,82%	12.250.000	100,0%	11.933.461
IRISH 09/10	XSO413250095	IRL	S	101,12%	10.000.000	100,0%	9.997.582
CAXA GALICIA 04/12	ES0814843303	ESP	S	102,13%	10.000.000	100,0%	9.994.654
BCP 28/02/13	PTBCP7OM0061	PRT	S	99,71%	10.000.000	100,0%	9.977.719
B COOP ESPANOL 2/4/2012	ES0813377014	ESP	S	102,00%	10.000.000	100,0%	9.976.516
SANTAN 06/12	PTCPP4OM0023	PRT	S	102,71%	10.000.000	100,0%	9.967.560
BEPI 20/4/10	XSO250103370	CYM	S	99,82%	10.000.000	100,0%	9.946.252
BEPI 27/1/10	XSO210380753	CYM	S	99,98%	9.266.000	100,0%	9.257.615
CAJAMM 04/12	ES0814950470	ESP	S	101,44%	9.100.000	100,0%	9.163.413
CREDIT AGRIC 10/10	XSO422167808	GBR	S	100,66%	8.000.000	100,0%	7.993.918
SVENSKA 10/10	XSO423447886	SWE	S	100,82%	8.000.000	100,0%	7.993.724
BESPL 25/2/13	PTBLMWOM0002	PRT	S	100,06%	8.000.000	100,0%	7.987.598
MONTP10/1/11	XSO241903821	PRT	S	99,46%	7.700.000	100,0%	7.574.767
MONTP10/5/12	XSO217920390	PRT	S	99,16%	7.250.000	100,0%	7.087.035
NORDEAB12/12	XSO472575066	SWE	S	99,95%	7.000.000	100,0%	7.000.000
BEVASM 05/12	XSO427102896	ESP	S	102,90%	7.000.000	100,0%	6.995.695
MONTP10/5/13	PTCMHXOM0006	PRT	S	95,72%	6.000.000	100,0%	5.719.000
REN 12/2013	PTRELAOM0000	PRT	S	110,37%	5.000.000	100,0%	5.142.956
BARC 10/10	XSO424840758	GBR	S	101,10%	5.000.000	100,0%	4.997.979
BARC 01/13	XSO459903620	GBR	S	100,12%	5.000.000	100,0%	4.996.975
BFCM 10/2010	XSO424777703	FRA	S	100,95%	5.000.000	100,0%	4.995.983
SANTANDER 04/11	XSO423949394	ESP	S	102,22%	5.000.000	100,0%	4.993.621
AIB 05/10	XSO218949310	IRL	S	100,02%	5.000.000	100,0%	4.971.761
CANENK09/11	XSO266920320	DNK	S	99,67%	5.000.000	100,0%	4.910.859
ANGLO IRISH 02/10	XSO212222086	IRL	S	99,82%	4.775.000	100,0%	4.767.564
BES 08/05/13	PTBERLOM0017	PRT	S	97,15%	5.000.000	100,0%	4.662.572
BEVA 01/14	XSO408528833	CYM	S	107,02%	3.750.000	100,0%	4.044.042
BFCM 12/2011	XSO471464882	FRA	S	99,98%	4.000.000	100,0%	3.996.121
BESF 04/11	XSO190583012	CYM	S	99,33%	4.013.000	100,0%	3.935.110
BCP 24/05/11	PTBCT5OM0008	PRT	S	99,23%	4.000.000	100,0%	3.919.870
CSFLD 01/13	XSO472310860	CHE	S	100,16%	3.000.000	100,0%	2.997.301

11/12

Natureza e espécie	Código do título	País do emissor	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Valor de balanço
BANK IRELAND 25/10	X S0386971058	IRL	S	99,96%	3.000.000	100,0%	2.995.931
BANK IRELAND 02/10 G/G	X S0287196801	IRL	S	99,89%	3.000.000	100,0%	2.995.173
BESF 07/11	X S0261040173	CYM	S	99,92%	2.940.000	100,0%	2.857.122
MONTPI09/11	X S0267837473	PRT	S	97,98%	2.600.000	100,0%	2.562.339
ISPM 12/12	X S0470624205	ITA	S	100,05%	2.500.000	100,0%	2.498.392
BESF 02/11	X S0242314291	CYM	S	99,85%	2.400.000	100,0%	2.341.917
BNFPL 8/5/12	PTBAFPOE0003	PRT	S	101,75%	2.000.000	100,0%	2.016.419
SANTANDER 10/11	X S0269184130	ESP	S	99,60%	2.000.000	100,0%	1.963.749
SANTANDER 03/11	X S0247647539	ESP	S	99,89%	900.000	100,0%	889.440
Juros a receber							22.896.580
							647.116.786
Total					1.204.893.201		1.249.012.802

3. Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo (Caixa Central), Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e Subsidiárias (Grupo Crédito Agrícola), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um total de 12.947.636.432 Euros e capitais próprios de 1.075.380.008 Euros, incluindo um resultado líquido de 52.370.461 Euros, as demonstrações consolidadas do rendimento integral, dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, os seus fluxos de caixa consolidados e as alterações no seu capital próprio consolidado, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. No processo de consolidação, as demonstrações financeiras das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e Subsidiárias foram integradas no pressuposto da utilização de princípios, critérios e políticas contabilísticas uniformes. No exercício de 2009, as demonstrações financeiras de todas as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e das Subsidiárias da Caixa Central foram, em cumprimento com o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, objecto de certificação legal de contas. Contudo, dado que o nosso trabalho incluiu apenas a auditoria das demonstrações financeiras da Caixa Central, da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche, C.R.L. e da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega, C.R.L., o que representa aproximadamente 38% dos activos líquidos consolidados e 11% dos resultados líquidos consolidados, não podemos assegurar o cumprimento do pressuposto acima referido nem a ausência de ajustamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Caixas de Crédito Agrícola Associadas e Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2009, bem como o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, os seus fluxos de caixa consolidados e as alterações ao capital próprio consolidado para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios descritos na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Ênfase

6. A Certificação Legal das Contas do exercício de 2008 inclui um ênfase relativo ao facto dos associados das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, de acordo com a redacção do antigo Artigo 17º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as alterações posteriores), poderem exonerar-se a seu pedido desde que satisfeitas todas as suas obrigações, não estando este facto dependente de uma decisão de cada Caixa de Crédito Agrícola, situação que de acordo com o definido na Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 32 poderia implicar a classificação de parte do capital como um passivo. Durante o exercício de 2009, foi publicado o novo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, passando a redução da participação dos associados apenas a ser permitida até ao limite mínimo estabelecido nos Estatutos ou deliberado em Assembleia Geral das respectivas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, motivo pelo qual se manteve a classificação como capital dos títulos nominativos subscritos pelos associados das Caixas Agrícolas que integram o Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo (Nota 28).

Lisboa, 7 de Maio de 2010


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

4. Parecer do Conselho Consultivo

PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO

A solicitação do Conselho Geral e de Supervisão da Caixa Central, nos termos da alínea g) do Artigo 37º dos Estatutos da Caixa Central, vem o Conselho Consultivo emitir o seu parecer sobre o Relatório e Contas do Grupo Crédito Agrícola respeitante ao exercício de 2009.

O relatório evidencia a realização pelo Grupo nesse exercício de um resultado líquido de cerca de 52 milhões de euros, que se pode considerar razoável no contexto da conjuntura muito complexa que estamos a atravessar.

Tal como transparece do relatório, os resultados do exercício foram fortemente penalizados pela evolução adversa da margem financeira, a qual reflecte a política monetária em curso, e o seu efeito sobre as taxas de juro euribor, o que para o Crédito Agrícola, que não é beneficiário dessa política dada a confortável posição de liquidez que tem mantido, se apresenta como um factor exógeno e desfavorável. O crescimento da margem complementar, que em termos percentuais se limitou a cerca de 4%, foi escasso, e pouco contribuiu para compensar o decréscimo da margem financeira, que só por si representou quase 90 milhões de euros. Valeu o facto de o crédito vencido no SICAM, embora tendo crescido cerca de 14%, neste contexto de crise económica - muito menos do que o incumprimento no conjunto do sistema bancário que aumentou perto de 55% - não ter exigido um esforço de provisionamento no exercício de 2009 muito acima do de 2008. Não fora este facto, e os resultados do exercício teriam acusado uma baixa mais acentuada em relação ao ano anterior.

Nos custos de funcionamento, a sua evolução no exercício foi moderada, em especial nos gastos gerais administrativos, e poderá dizer-se, portanto, que não teve impacto significativo na evolução dos resultados.

À luz da evolução registada em 2009, e procurando, a partir dessa evolução, extrair conclusões válidas para projectar o futuro, o Conselho Consultivo entende que deve ser dada grande atenção à defesa da margem financeira do Grupo, através da configuração de produtos e soluções, a colocar à disposição das Caixas, que, com adequado controlo de risco a nível central, e salvaguardando a responsabilidade da Caixa Central consignada no

Regime Jurídico de garante da solvabilidade e da liquidez do sistema, permita que os excedentes de liquidez tenham remuneração compensadora, atenta a própria conta de exploração da Caixa Central. O Conselho Consultivo considera assim positivas as medidas anunciadas nos últimos dias pela Caixa Central visando dar maior latitude para uma melhor remuneração dos referidos excedentes no actual contexto do mercado. Considera igualmente o Conselho Consultivo que se impõe intensificar as diligências no sentido de aumentar o contributo da margem complementar para o produto bancário, reduzindo a dependência da margem financeira em que este agregado se encontra actualmente, cabendo à Caixa Central um papel proactivo neste domínio, através da introdução das necessárias adaptações a nível central e da acção de persuasão junto das Caixas para darem maior relevância a este aspecto. A contenção de custos, por outro lado, que deve ser uma preocupação sempre presente em qualquer momento, adquire particular acuidade nesta época em que os proveitos de exploração se encontram fortemente contraídos, pelo que se impõe igualmente o lançamento de iniciativas nesse sentido a nível central, incidindo nas massas de custo de maior expressão, que possam gerar economias repercutíveis sobre todo o Grupo, alavancando as poupanças que as próprias Caixas consigam fazer na esfera local.

O Conselho Consultivo entende ser, neste contexto, de grande relevância, após conclusão dos estudos em curso nesse sentido, avançar com a iniciativa, já várias vezes abordada, de proceder à reformulação da organização central do Grupo, a qual assenta num modelo estabelecido há mais de duas décadas, e que se encontra esgotado, podendo ser gerador de ineficiências e de entropia, e inclusivamente limitar o alcance das medidas racionalizadoras dos custos operativos que urge adoptar.

O Crédito Agrícola registou avanços muito significativos nos últimos anos, na esfera financeira, dispondo o Grupo hoje de uma robusta situação em termos de solvabilidade e liquidez, e conseguiu também progressos importantes no plano das infraestruturas tecnológicas e sistemas de informação, o que se considera muito positivo, sendo ainda de realçar o esforço assumido pelas próprias Caixas na modernização, ampliação e racionalização da sua rede, factores que contribuíram, a par da bem sucedida campanha de imagem, para a melhoria da notoriedade do Crédito Agrícola no mercado e para o seu crescente reconhecimento como um dos grupos financeiros de referência no nosso país, hoje com uma situação líquida de mais de 1.000 milhões de euros, e com um activo total

que perfaz 8% do PIB português.

À margem das considerações sobre o relatório consolidado e das questões que a sua apreciação nos suscitou e que acima referimos, o Conselho Consultivo entende ainda ser de grande relevância, face à actual efervescência dos mercados financeiros, que se tem traduzido, preocupantemente, por uma especulação desenfreada contra o valor da dívida soberana portuguesa, recomendar às Caixas Agrícolas que se abstenham de entrar no mercado da dívida pública de forma independente, através da intermediação de terceiros, não só pelos riscos a que ficam expostas, mas também porque essas iniciativas vão contra a necessidade de gestão integrada da liquidez do sistema. Tendo a Caixa Central lançado produtos relacionados com a evolução desse mercado, é recomendável que as Caixas proponham as operações que pretendam fazer sobre dívida pública usando esses produtos, os quais, em princípio, não só acautelam a necessidade de gestão integrada da liquidez, como tratam de outros riscos financeiros que só podem ser cobertos no quadro de uma gestão global e especializada.

É o que se nos oferece transmitir à Assembleia Geral sobre o relatório do consolidado do Grupo e sobre o momento que estamos a viver.

Lisboa, 10 de Maio de 2010

O CONSELHO CONSULTIVO



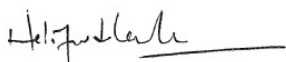
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Vouga (*Presidente*)

José Luís Sereno Gomes Quaresma



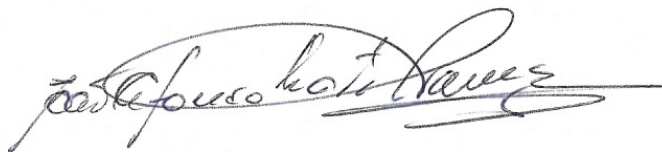
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira

João Manuel Correia da Saúde



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alenquer

Hélio José de Lemos Rosa



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Batalha

João Afonso Marto Ramos



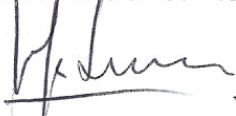
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola

Francisco José Salgueiro Correia



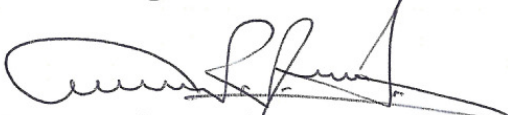
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Douro, Corgo e Tâmega

Alcino Pinto dos Santos Sanfins



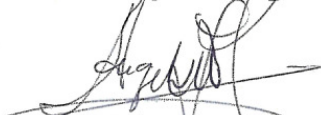
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lourinhã

António Augusto Nascimento Mateus



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ribatejo Norte

Arnaldo Filipe Rodrigues Santos



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Zona do Pinhal

Ângelo de Jesus Antunes



Por inerência, nos termos do nº 2 do artigo 35º dos Estatutos da Caixa Central

Adriano Augusto Diegues

V. COMPOSIÇÃO DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Caixa Central e Empresas do Grupo

1. Caixa Central e Empresas do Grupo

CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO, C.R.L.

Rua Castilho, 233-233 A · 1099-004 LISBOA

Tel.: 213 809 900 · Fax: 213 855 861

CRÉDITO AGRÍCOLA INFORMÁTICA – SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.

Rua Teófilo Braga, Lote 63 C/V · DAMAIA · 2720-526 AMADORA

Tel.: 214 909 200 · Fax: 214 900 016

CRÉDITO AGRÍCOLA GEST – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S.A.

Avenida da República, 23 · 1050-185 LISBOA

Tel.: 213 197 700 · Fax: 213 197 712

CRÉDITO AGRÍCOLA CONSULT – ASSESSORIA FINANCEIRA E DE GESTÃO, S.A.

Avenida da República, 23 · 1050-185 LISBOA

Tel.: 213 197 660 · Fax: 213 197 666

CRÉDITO AGRÍCOLA VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Rua Castilho, 233 – 7º piso · 1099-004 LISBOA

Tel.: 213 805 510 · Fax: 213 859 695

CRÉDITO AGRÍCOLA SEGUROS – COMPANHIA DE SEGUROS DE RAMOS REAIS, S.A.

Rua Castilho, 233-233 A · 1099-004 LISBOA

Tel.: 213 806 000 · Fax: 213 806 001

CRÉDITO AGRÍCOLA SERVIÇOS – SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E DE GESTÃO, A C.E.

Rua Teófilo Braga, Lote 63 C/V · DAMAIA · 2720-526 AMADORA

Tel.: 214 909 200 · Fax: 214 900 016

CCCAM SGPS – UNIPessoal, LDA.

Avenida da República, 23 · 1050-185 LISBOA

CRÉDITO AGRÍCOLA SGPS, S.A.

Rua Castilho, 233-233 A · 1099-004 LISBOA

AGROCAPITAL – SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A.

Avenida da República, 23 · 1050-185 LISBOA

Tel.: 213 197 660 · Fax: 213 197 666

RURAL RENT – COMÉRCIO E ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.

Rua Castilho, 233-233 A · 1099-004 LISBOA

Tel.: 213 805 590 · Fax: 213 805 589

CRÉDITO AGRÍCOLA IMÓVEIS, UNIPessoal, LDA.

Rua Castilho nº.233 – 1099-004 Lisboa

CRÉDITO AGRÍCOLA FINANCE – GESTÃO DE ACTIVOS (I.F.I.), SOCIEDADE UNIPessoal S.A.

Avenida Cidade de Lisboa – Edifício Palazzo Ocean Drive, 2º Esq.

Cidade da Praia – República de Cabo Verde

FENACAM – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO, F.C.R.L.

Rua Pascoal de Melo, 49 · 1000-232 LISBOA

Tel.: 213 136 900 · Fax: 213 136 991

2. Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas

2. Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas

AÇORES

Largo da Matriz, 35 · 9500-094 PONTA DELGADA

Tel.: 296 282 485 · Fax: 296 282 156

ALBERGARIA E SEVER

Rua Almirante Reis, 10

3850-121 ALBERGARIA-A-VELHA

Tel.: 234 529 100 · Fax: 234 523 153

ALBUFEIRA

Rua 5 de Outubro, 39 · 8200-508 PADERNE ABF

Tel.: 289 370 100 · Fax: 289 367 549

ÁLCACER DO SAL E MONTEMOR-O-NOVO

Avenida dos Aviadores · 7580-151 ALCÁCER DO SAL

Tel.: 265 610 000 · Fax: 265 622 001

ALCANHÕES

Rua Paulino da Cunha e Silva, 315 - 319

2000-369 ALCANHÕES

Tel.: 243 427 020 · Fax: 243 427 029

ALCOBAÇA

Rua Dr. Brilhante, 20 - 22 · 2460-040 ALCobaça

Tel.: 262 505 070 · Fax: 262 596 393

ALENQUER

Rua Sacadura Cabral, 53 · 2580-371 ALENQUER

Tel.: 263 730 220 · Fax: 263 730 229

ALGARVE

Rua de Santo António, 119 - 121 · 8000-284 FARO

Tel.: 289 806 745 · Fax: 289 801 578

ALJUSTREL E ALMODÔVAR

Rua José Francisco Silva Álvaro, 4 · 7600-105 ALJUSTREL

Tel.: 284 601 455 · Fax: 284 601 456

ALENTEJO CENTRAL

Praça do Giraldo, 12 – 15 · 7000-508 ÉVORA

Tel.: 266 702 419 · Fax: 266 701 297

ALTO GUADIANA

Rua 1º de Maio, 33 - 35

7200-363 REGUENGOS DE MONSARAZ

Tel.: 266 509 360 · Fax: 266 509 361

AMARES

Praça do Comércio · 4720-337 FERREIROS AMR

Tel.: 253 993 190 · Fax: 253 993 619

ANADIA

Av. do Cabeinho, S/N · 3780-203 ANADIA

Tel.: 231 515 495 · Fax: 231 515 246

ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Avenida Visconde Barreiros, 85

4470-151 MAIA

Tel.: 229 478 910 · Fax: 229 488 813

AROUCA

Avenida 25 de Abril · 4540-102 AROUCA

Tel.: 256 940 060 · Fax: 256 944 973

ARRUDA DOS VINHOS

Rua Irene Lisboa, 3 · 2630-246 ARRUDA DOS VINHOS

Tel.: 263 975 196 · Fax: 263 975 506

AZAMBUJA

Rua Eng. Moniz da Maia, 57-A · 2050 AZAMBUJA

Tel.: 263 406 430 · 263 406 439

BAIRRADA E AGUIEIRA

Rua Branquinho de Carvalho · 3050-335 MEALHADA

Tel.: 231 200 800 · Fax: 231 203 340

BAIXO MONDEGO

3140-011 ABRUNHEIRA

Tel.: 239 676 132 · Fax: 239 676 472

BAIXO VOUGA

Avenida 25 de Abril · 3750-101 ÁGUEDA

Tel.: 234 610 111 · Fax: 234 610 119

BATALHA

Rua do Infante Dom Fernando, 2 · 2440-118 BATALHA

Tel.: 244 769 270 · Fax: 244 769 279

BEIRA BAIXA (SUL)

Largo do Município · 6060-163 IDANHA-A-NOVA

Tel.: 277 200 240 · Fax: 277 200 249

BEIRA CENTRO

Avenida das Forças Armadas · 3300-011 ARGANIL

Tel.: 235 200 120 · Fax: 235 200 123

BEJA E MÉRTOLA

Largo Eng. Duarte Pacheco, 12 · 7800-019 BEJA

Tel.: 284 314 430 · Fax: 284 314 439

BORBA

Avenida do Povo, 48 - 52 · 7150-103 BORBA

Tel.: 268 894 218 · Fax: 268 894 644

CADAVAL

Avenida dos Bombeiros, 36 · 2550-102 CADAVAL

Tel.: 262 699 120 · Fax: 262 699 121

CALDAS DA RAINHA, ÓBIDOS E PENICHE

Rua Coronel Soeiro de Brito

2500-149 CALDAS DA RAINHA

Tel.: 262 837 400 · Fax: 262 837 401

CAMPO MAIOR

Avenida da Liberdade, 4 - 4 A · 7370-077 CAMPO MAIOR

Tel.: 268 699 070 · Fax: 268 699 079

CANTANHEDE E MIRA

Rua dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede

3060-163 CANTANHEDE

Tel.: 231 419 720/680 · Fax: 231 419 729

CARTAXO

Rua Dr. Manuel Gomes da Silva, 24 · 2070-096 CARTAXO

Tel.: 243 702 433 · Fax: 243 704 046

COIMBRA

Rua João Machado , 86 · 3000-226 COIMBRA

Tel.: 239 851 200 · Fax: 239 851 208

CORUCHE

Rua da Misericórdia, 36 · 2100-134 CORUCHE

Tel.: 243 617 544 · Fax: 243 617 196

COSTA AZUL

Avenida D. Nuno Álvares Pereira, 2

7540-102 SANTIAGO DO CACÉM

Tel.: 269 829 340 · Fax: 269 829 345

COSTA VERDE

Avenida da República, 1342 A

4430-192 VILA NOVA DE GAIA

Tel.: 223 745 970 · Fax: 223 745 979

DOURO, CORGO E TÂMEGA

Rua José Teixeira de Melo e Castro, 38 - R/C

5000-669 VILA REAL

Tel.: 259 302 880 · Fax: 259 373 470

ELVAS

Rua de Olivença, 7 · 7350-075 ELVAS

Tel.: 268 622 118 · Fax: 268 621 975

ENTRE TEJO E SADO

Avenida Alexandre Herculano, 50 B · 2900-205 SETÚBAL

Tel.: 265 230 695 · Fax: 265 237 842

ESTARREJA

Avenida 25 de Abril, 55-B · 3860-352 ESTARREJA

Tel.: 234 840 470 · Fax: 234 840 471

ESTREMOZ, MONFORTE E ARRONCHES

Largo da República, 1 - 2 · 7100-510 ESTREMOZ

Tel.: 268 339 170 · Fax: 268 339 174

FERREIRA DO ALENTEJO

Avenida General Humberto Delgado, 40

7900-554 FERREIRA DO ALENTEJO

Tel.: 284 738 800 · Fax: 284 738 809

GUADIANA INTERIOR

Rua das Terçarias · 7860-035 MOURA

Tel.: 285 250 850 · Fax: 285 250 866

LAFÕES

Rua Dr. Guilherme Coutinho · 3670-235 VOUZELA

Tel.: 232 771 229 · Fax: 232 771 253

LAMEGO E CASTRO D'AIRE

Av. 5 de Outubro, 73 · 5100-065 LAMEGO

Tel.: 254 609 800 · Fax: 254 609 809

LOURES, SINTRA E LITORAL

Avenida Combatentes da Grande Guerra, 8 A

2670-426 LOURES

Tel.: 21 983 9860 · Fax: 21 983 9868

LOURINHÃ

Largo da República, 14 · 2530-120 LOURINHÃ

Tel.: 261 416 100 · Fax: 261 422 921

MINHO

Praça do Município, 73 · 4700-435 BRAGA

Tel.: 253 263 458 · Fax: 253 264 119

MOGADOURO E VIMIOSO

Avenida do Sabor, 59-61 · 5200-205 MOGADOURO

Tel.: 279 340 070 · Fax: 279 341 260

MORAVIS

Praça Conselheiro Fernando Sousa · 7490-221 MORA

Tel.: 266 409 140 · Fax: 266 409 149

NORDESTE ALENTEJANO

Rua D. Augusto Eduardo Nunes · 7300-127 PORTALEGRE

Tel.: 245 201 392 · Fax: 245 205 316

NOROESTE

Rua de Aveiro, 119 · 4900-495 VIANA DO CASTELO

Tel.: 258 820 430 · Fax: 258 821 122

NORTE ALENTEJANO

Rua da Lagoa, 14 · 7460-116 FRONTEIRA

Tel.: 245 600 060 · Fax: 245 604 119

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Rua Luís de Camões, 76

3720-230 OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Tel.: 256 661 380 · 256 661 381

OLIVEIRA DO BAIRRO

Rua do Foral, 39 · 3770-218 OLIVEIRA DO BAIRRO

Tel.: 234 740 050 · Fax: 234 747 882

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Rua Prof. António Ribeiro Garcia Vasconcelos, 9 C

3400-132 OLIVEIRA DO HOSPITAL

Tel.: 238 600 230 · Fax: 238 600 238

PAREDES

Rua Campo das Laranjeiras, 8 · 4580-058 PAREDES

Tel.: 255 780 930 · Fax: 255 781 204

PERNES

Rua Eng. António Torres, 140 · 2000-495 PERNES

Tel.: 243 446 010 · Fax: 243 440 858

POMBAL

Praça da República · 3100-901 POMBAL

Tel.: 236 209 380 · Fax: 236 209 381

PORTO DE MÓS

Avenida de Sto. António, 20 C · 2480-860 PORTO DE MÓS

Tel.: 244 499 090 · 244 499 095

PÓVOA DE VARZIM, VILA DO CONDE E ESPOSENDE

Avenida Mouzinho de Albuquerque

4490-409 PÓVOA DE VARZIM

Tel.: 252 615 843 · Fax: 252 615 050

REGIÃO DE BRAGANÇA E ALTO DOURO

Avenida João da Cruz, 94 - 98 · 5300-178 BRAGANÇA

Tel.: 273 300 830 · Fax: 273 300 837

REGIÃO DO FUNDÃO E SABUGAL

Rua dos Três Lagares · 6230-421 FUNDÃO

Tel.: 275 750 420 · Fax: 275 752 511

RIBATEJO NORTE

Rua da Misericórdia, 37 · 2350-418 TORRES NOVAS

Tel.: 249 819 100 · Fax: 249 819 109

RIBATEJO SUL

Rua Direita · 2080-329 BENFICA DO RIBATEJO

Tel.: 243 588 060 · Fax: 243 588 067

SALVATERRA DE MAGOS

Avenida Dr. Roberto Ferreira da Fonseca, 96

2120-117 SALVATERRA DE MAGOS

Tel.: 263 500 000 · Fax: 263 500 009

SANTO TIRSO

Rua José Luis de Andrade, 65 · 4780-487 SANTO TIRSO

Tel.: 252 800 800 · Fax: 252 800 809

SÃO BARTOLOMEU DE MESSINES E S. MARCOS DA SERRA

Rua da Liberdade

8375-109 S. BARTOLOMEU DE MESSINES

Tel.: 282 333 200 · Fax: 282 330 104

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Avenida Marquês de Soveral

5130-321 SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Tel.: 254 489 100 · Fax: 254 484 354

SÃO TEOTÓNIO

Rua 25 de Abril, 8 · 7630-611 SÃO TEOTÓNIO

Tel.: 283 950 090 · Fax: 283 958 361

SÁTÃO E VILA NOVA DE PAIVA

Rua Dr. Hilário Almeida Pereira, 130/134

3560-172 SÁTÃO

Tel.: 232 980 090 · Fax: 232 980 099

SERRA DA ESTRELA

Largo Marques da Silva · 6270-490 SEIA

Tel.: 238 310 190 · Fax: 238 310 199

SERRAS DE ANSIÃO

Rua Adriano Rego, 14 · 3240-126 ANSIÃO

Tel.: 236 677 221 · Fax: 236 677 223

SILVES

Rua Comendador Vilarinho, 22 · 8300-128 SILVES

Tel.: 282 440 250 · Fax: 282 440 259

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Avenida Marquês de Pombal, 27 - 29

2590-041 SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Tel.: 261 940 700 · Fax: 261 940 709

SOTAVENTO ALGARVIO

Rua Borda d'Água de Aguiar, 1 · 8800-326 TAVIRA

Tel.: 281 320 620 · Fax: 281 324 591

SOUSEL

Praça da República · 7470-220 SOUSEL

Tel.: 268 550 070 · Fax: 268 554 491

TAROUCA

Avenida Vice-Almirante Adriano Saavedra

3610-130 TAROUCA

Tel.: 254 671 020 · Fax: 254 679 639

TERRA QUENTE

Rua Jerónimo Barbosa

5140-080 CARRAZEDA DE ANSIÃES

Tel.: 278 610 060 · Fax: 278 616 525

TERRAS DE MIRANDA DO DOURO

Rua da Indústria · 5225-032 PALAÇOULO

Tel.: 273 459 146 · Fax: 273 459 176

TERRAS DE VIIRATO

Praça do Município , 3520-001 NELAS

Tel.: 232 949 505 · Fax: 232 949 439

TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA

Avenida Dr. Leonardo Coimbra · 4610-105 FELGUEIRAS

Tel.: 255 310 480 · Fax: 255 310 489

TRAMAGAL

E.N.118 - nº 626 · 2200-645 TRAMAGAL

Tel.: 241 899 030 · Fax: 241 899 039

VAGOS

Rua Padre Vicente Maria da Rocha · 3840-453 VAGOS

Tel.: 234 793 885 · Fax: 234 793 648

VALE DE CAMBRA

Rua do Hospital, 402-404

3730-250 VALE DE CAMBRA

Tel.: 256 423 628 · Fax: 256 423 941

VALE DO DÃO E ALTO VOUGA

Avenida da Liberdade, 62 - 64 · 3530-113 MANGUALDE

Tel.: 232 623 604 · Fax: 232 623 090

VALE DO DOURO

Rua dos Camilos, 249 · 5050-273 PESO DA RÉGUA

Tel.: 254 320 330 · Fax: 254 320 331

VALE DO SOUSA E BAIXO TÂMEGA

Largo da Devesa · 4560-496 PENAFIEL

Tel.: 255 710 960 · Fax: 255 710 969

VALE DO TÁVORA E DOURO

Rua Sá de Albergaria · 5120-423 TABUAÇO

Tel.: 254 780 110 · Fax: 254 780 119

VILA FRANCA DE XIRA

Largo Marquês de Pombal, 1 - 2

2600-222 VILA FRANCA DE XIRA

Tel.: 263 276 971 · Fax: 263 281 601

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Rua Adriano Pinto Basto, 220

4760-114 VILA NOVA DE FAMALICÃO

Tel.: 252 501 860 · Fax: 252 501 878

VILA VERDE E TERRAS DO BOURO

Praça 5 de Outubro · 4730-731 VILA VERDE

Tel.: 253 312 722 · Fax: 253 311 063

ZONA DO PINHAL

Praça da República, 31 · 6100 -748 SERTÃO

Tel.: 274 600 200 · Fax: 274 600 208